

# Carta Educativa

## Município de Vimioso

2006 | novembro



Versão Final  
Câmara Municipal de Vimioso

# Carta Educativa Município de Vimioso

2006 | novembro

## Volume I

Caracterização | diagnóstico

## Volume II

Propostas de reconfiguração  
da rede escolar

## índice geral

FICHA TÉCNICA .....	13
<b><u>CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS ORIENTADORES/ OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS .....</u></b>	<b><u>14</u></b>
1.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS .....	15
1.2 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO .....	17
1.3 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO MUNICÍPIO .....	21
<b><u>CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E GEOGRÁFICO .....</u></b>	<b><u>25</u></b>
2.1 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO .....	26
2.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO CONCELHO .....	28
2.2.1 Clima .....	28
2.2.2 Morfologia .....	33
<b><u>CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA .....</u></b>	<b><u>35</u></b>
3.1 ANÁLISE DEMOGRÁFICA .....	36
3.1.1 Enquadramento Regional .....	36
3.1.2 POPULAÇÃO RESIDENTE E ESTRUTURA ETÁRIA .....	38
a) População residente .....	38
b) Estrutura etária .....	39
3.1.3 Densidade Populacional .....	43
3.1.4 Envelhecimento da população .....	46
a) Taxas de natalidade e mortalidade .....	46
b) Índices de juventude e envelhecimento .....	48
3.1.5 Tipologia das áreas urbanas .....	52
3.2 ACTIVIDADES ECONÓMICAS .....	53
3.2.1 Sectores de actividade .....	53
3.2.2 Estrutura de emprego no concelho .....	57
3.2.3 Qualificação dos recursos humanos .....	65
3.3 REDE VIÁRIA E ACESSIBILIDADES .....	69
3.3.1 Rede Viária .....	69
3.3.2 Mobilidade .....	72
a) oferta de transportes públicos de passageiros .....	72
b) movimentos intra – concelhos .....	72
<b><u>CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO .....</u></b>	<b><u>77</u></b>
4.1 ENQUADRAMENTO/DISPARIIDADES CONCELHIAS .....	78
4.1.1 Taxas de Pré-Escolarização .....	80

4.1.2 Taxa específica de escolarização .....	81
a) por grupos etários .....	82
4.1.3 Taxa líquida de escolarização .....	83
a) por nível de ensino .....	83
4.1.4 Taxas de conclusão .....	85
a) taxa de conclusão do Ensino Básico nos grupos etários de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos .....	85
b) taxa de conclusão do 9º ano, 12º ano e Ensino Superior no grupo etário dos 25 aos 29 ano .....	87
4.1.5 Abandono, saída antecipada e precoce .....	88
4.1.6 Retenção no Ensino Básico/Aproveitamento do Ensino Secundário .....	89
4.2 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS .....	91
4.2.1 Agrupamento de escolas constituído .....	91
4.3 OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO .....	93
4.3.1 Caracterização do parque escolar/formativo .....	93
a) Educação Pré-Escolar .....	96
b) Ensino Básico .....	96
c) Ensino Secundário e Tecnológico .....	96
Oferta formativa .....	96
c) Ensino Profissional .....	99
d) Ensino Recorrente .....	99
Oferta formativa .....	99
4.3.2 População Docente .....	102
a) Evolução do número de docentes, por nível de instrução que lecciona, por tipo de estabelecimento ..	102
b) Evolução do número de profissionais não docentes .....	104
4.3.3 Caracterização das infra-estruturas .....	106
a) infraestruturas existentes .....	106
b) taxa de ocupação/ saturação dos espaços .....	112
c) estado de conservação/adequação .....	114
d) prolongamento de horário .....	119
e) segurança dos espaços .....	120
f) regime de funcionamento .....	124
g) equipamentos existentes .....	124
h) possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios .....	130
4.4 PROCURA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO .....	132
4.4.1 Evolução do número de alunos no concelho .....	132
4.4.2 Educação Pré-Escolar .....	134
4.4.3 Ensino Básico: 1º, 2º e 3º ciclos .....	137
4.4.4 Ensino Secundário .....	142
4.4.5 Ensino Especial .....	142
4.5 Acção Social .....	143
4.5.1 Refeições .....	143
4.5.2 Material escolar .....	145

4.5.3 Transportes escolares .....	146
<b>CAPÍTULO V – PROJECCÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR.....</b>	<b>148</b>
5.1 PROJECCÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR.....	149
<b>CAPÍTULO VI – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....</b>	<b>155</b>
6.1 REDE EDUCATIVA.....	156
6.1.1 Análise quantitativa .....	156
a) oferta pública e privada .....	156
b) procura (existente e potencial).....	157
6.1.2 Análise qualitativa .....	158
a) qualidade dos edifícios escolares .....	158
b) segurança dos edifícios escolares .....	159
<b>CAPÍTULO VII – PROPOSTAS DE RECONFIGURAÇÃO/REORDENAMENTO .....</b>	<b>162</b>
7.1 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	163
I. Fomentar o desenvolvimento do concelho.....	163
II. Estimular o desenvolvimento económico local.....	164
III. Optimizar a rede de equipamentos escolares.....	165
IV. Combater o abandono e o insucesso escolar.....	166
7.2 CRITÉRIOS PARA O REORDENAMENTO DA REDE.....	167
7.3 ENTIDADES RESPONSÁVEIS .....	169
7.4 MEDIDAS DE INTERVENÇÃO/ PROPOSTAS .....	172
FASE I – Implementação da configuração transitória.....	172
Educação Pré-Escolar.....	172
1º ciclo do Ensino Básico .....	174
2º e 3º ciclos do Ensino Básico .....	175
FASE II – Proposta de configuração definitiva da rede .....	175
Educação Pré-Escolar .....	175
1º ciclo do Ensino Básico .....	179
2º e 3º ciclos do Ensino Básico .....	182
Ensino Secundário .....	183
7.5 NOVOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS .....	186
7.6 CRONOGRAMA .....	187
<b>CAPÍTULO VIII – PLANO FINANCEIRO E PRIORIZAÇÃO.....</b>	<b>188</b>
8.1 PLANO FINANCEIRO .....	189
8.2 PRIORIZAÇÃO .....	192
<b>CAPÍTULO IX – PLANO DE MONITORIZAÇÃO.....</b>	<b>193</b>
9.1 MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO .....	194
9.1.1 Processo de monitorização.....	194

a) Recursos .....	194
b) Dispositivo .....	195
c) Componentes .....	195
d) Instrumentos .....	197
e) Responsabilidades .....	198
f) Dispositivos de alerta .....	198
<b><u>BIBLIOGRAFIA .....</u></b>	<b><u>199</u></b>
<b><u>ANEXO – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA BASE .....</u></b>	<b><u>202</u></b>

## índice mapas

Mapa 2.1.a – Enquadramento geográfico do concelho .....	26
Mapa 2.1.b – Freguesias do concelho.....	27
Mapa 2.2.1.a – Localização da estação meteorológica.....	29
Mapa 2.2.1b – Total de precipitação em mm (1931 – 1960) .....	32
Mapa 2.2.2a – Hipsometria e hidrografia.....	34
Mapa 3.1.2a – Variação da população residente (1991-2001).....	38
Mapa 3.1.3a – Densidade Populacional (1991-2001).....	44
Mapa 3.1.4a – Taxa de natalidade (2001) .....	47
Mapa 3.1.4b – Taxa de mortalidade (2001).....	48
Mapa 3.1.4c – Índice de envelhecimento(1991-2001).....	49
Mapa 3.1.4d – Índice de juventude (1991-2001) .....	50
Mapa 3.2.2a – Taxa de actividade em Vimioso(1991-2001) .....	59
Mapa 3.2.2b – Taxa de desemprego em Vimioso(1991-2001).....	60
Mapa 3.2.2c – Condição da população desempregada, segundo a situação à procura de emprego (2001) .....	61
Mapa 3.2.2d – População residente por principal meio de vida, .....	64
Mapa 3.2.3a – Nível de escolaridade da população residente nas freguesias do concelho de Vimioso .....	67
Mapa 3.3.1a – Rede viária.....	71
Mapa 3.3.3a – População residente, empregada ou estudante, segundo o local de trabalho ou estudo (em valor absoluto) – 2001 .....	73
Mapa 3.3.3b – Modo de transporte utilizado pela população residente, empregada ou estudante, no trajecto casa – local de trabalho ou estudo - 2001 .....	74
Mapa 3.3.3c – População residente, empregada ou estudante, segundo o tempo gasto, em média, numa deslocação (só ida) para o local de trabalho ou estudo (em %) - 2001.....	75
Mapa 4.3.1a – Parque escolar.....	95
Mapa 4.3.3a – Número de salas do Pré-Escolar .....	108
Mapa 4.3.3b – Número de salas de Ensino Básico .....	111
Mapa 4.3.3c – Estado de conservação do Pré-Escolar.....	116
Mapa 4.3.3d – Estado de conservação do Ensino Básico .....	118
Mapa 4.3.3e – Capacidade de preparar refeições no ensino Pré-Escolar .....	126
Mapa 4.3.3f – Capacidade de preparar refeições no Ensino Básico.....	128
Mapa 4.4.2a – Número de alunos da Educação Pré-Escolar.....	136
Mapa 4.4.2b – número de alunos no Ensino Básico .....	141

## índice tabelas

Tabela 2.2.2a - Área ocupada por classes de altitude (metros) .....	34
Tabela 3.1.1a – Variação da população residente (%), entre 1991 e 2001.....	37
Tabela 3.1.4a - Enquadramento da taxa de natalidade e mortalidade (2004).....	46
Tabela 3.1.5b - Classificação do concelho segundo a tipologia das áreas urbanas .....	52
Tabela 3.2.2a -Taxa de actividade e de desemprego (1991 e 2001) .....	58
Tabela 4.1a - População residente por grupos etários, segundo o nível de instrução (2001).....	78
Tabela 4.2.1a - Caracterização do Agrupamento Vertical de Escolas de Vimioso 2005/2006.....	92
Tabela 4.3.1a- Oferta de ensino diurno no ano lectivo de 2005/2006 .....	98
Tabela 4.3.1b – Oferta formativa no âmbito do Ensino Recorrente (2005/2006) .....	100
Tabela 4.3.2a - Evolução dos professores e educadores, por ano lectivo e nível de ensino (2001/2002 a 2005/2006) .....	102
Tabela 4.3.2b – Recenseamento Escolar 2005/2006.....	103
Tabela 4.3.2c - Evolução do pessoal não docente(2001/2001 a 2005/2006) .....	104
Tabela 4.3.3.a - Estabelecimentos de ensino no concelho de Vimioso (2005/2006) .....	106
Tabela 4.3.3b - Condições de segurança nos JI .....	121
Tabela 4.3.3c - Condições de segurança nas EB1 .....	122
Tabela 4.4.1a - Evolução do número de alunos no concelho.....	132
Tabela 4.4.2a – Número de alunos por estabelecimento de ensino e ano lectivo .....	135
Tabela 4.4.3a – Número de alunos, por estabelecimento de ensino e ano lectivo .....	138
Tabela 4.4.3b – Número de alunos, por estabelecimento de ensino e ano lectivo (2001/2002 a 2005/2006).....	140
Tabela 4.4.5a - Número de alunos com NEE, no concelho de Vimioso em 2005/2006 .....	142
Tabela 4.5.2a - Preço das refeições a usufruir mediante o escalão.....	144
Tabela 4.5.2b – Acção Social (livros e material escolar) .....	145
Tabela 4.5.3a - Alunos a transportar por circuito.....	146
Tabela 5.1a – Variação do número de indivíduos em idade de frequentar a escola, durante o período censitário (1991-2001).....	151
Tabela 5.1b – Valores de correcção das projecções, mediante a percentagem de alunos, por idades, em cada ano de escolaridade (quadro síntese GIASE 2003/2004).....	152
Tabela 5.1c– Projecção da população em idade escolar (2006/2007).....	153
Tabela 5.1d– Projecção da população em idade escolar (2007/2008) .....	153
Tabela 5.1e– Projecção da população em idade escolar (2008/2009) .....	153
Tabela 5.1f – Projecção da população em idade escolar (2009/2010) .....	154
Tabela 5.1g – Projecção da população em idade escolar (2010/2011) .....	154
Tabela 7.3a - Designação das entidades que intervêm na realização de Jardins-de-Infância.....	170
Tabela 7.3b - Designação das entidades que intervêm na realização de Escola Básicas de 1º ciclo .....	170



Tabela 7.3c - Designação das entidades que intervêm na realização de Escola Básicas de 2º e 3º ciclos .....	170
Tabela 7.3d - Designação das Entidades que intervêm na realização de Escolas Secundárias .....	171
Tabela 7.4a – Jardins-de-Infância em funcionamento (FASE I).....	173
Tabela 7.4b – Encerramento das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico (FASE I) .....	174
Tabela 8.1a – Valores de referência na execução do Plano Financeiro .....	189

## índice gráficos

Gráfico 2.2.1a – Valores extremos de temperatura do ar.....	30
Gráfico 2.2.1b – Temperatura (°C) às 9h, 15h e 21h.....	30
Gráfico 2.2.1c – Gráfico termopluviométrico.....	31
Gráfico 2.2.1d – Precipitação máxima diária .....	31
Gráfico 2.2.1e – Número de Dias com precipitação igual ou superior a 0.1, 1.0 e 10.0 mm.....	33
Gráfico 3.1.2a – Pirâmide Etária, concelho de Vimioso (1991 e 2001) .....	39
Gráfico 3.1.2b –Variação da população residente (%), por grupos de idades, (1991 e 2001) .....	40
Gráfico 3.1.2c –Variação da população residente (%), por grupos de idades, e por freguesia(1991 e 2001) .....	41
Gráfico 3.2.1a – População empregada por sector de actividade (%), enquadramento .....	53
Gráfico 3.2.1b – População empregada por sector de actividade, em percentagem do total, no concelho de Vimioso (1991 e 2001) .....	54
Gráfico 3.2.1c – População residente por sector de actividade e por sexos, em Vimioso, (2001).....	55
Gráfico 3.2.1d – Distribuição da população activa por grupos de profissões, 2001 .....	56
Gráfico 3.2.2b - População residente desempregada, por grupos de idade e por sexo, 2001.....	62
Gráfico 3.2.2c - População residente desempregada, por diligências realizadas ao centro de emprego (em %), 2001 .....	63
Gráfico 3.2.3b – Variação da população residente (%) segundo o nível de alfabetismo .....	66
Gráfico 4.1a – População residente, segundo o nível de instrução no concelho de Vimioso, em 2001 (em %) .....	79
Gráfico 4.1.1a – Taxa de Pré-Escolarização (2004/2005).....	81
Gráfico 4.1.2a – Taxa específica de escolarização .....	82
Gráfico 4.1.3b – Taxa líquida de escolarização.....	84
Gráfico 4.1.4a – Taxa de conclusão do Ensino Básico (2001).....	86
Gráfico 4.1.4b – Taxa de conclusão do 9º, 12º ano de escolaridade e Ensino Superior (2001) .....	87
Gráfico 4.1.5a – Taxa de abandono, saída antecipada e saída precoce(%), 2001.....	88
Gráfico 4.1.6a – Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico, segundo o ano lectivo (%).....	89
Gráfico 4.1.6a – Taxa de retenção no Ensino Básico no ano lectivo de 2005/2006 .....	90
Gráfico 4.3.3a – Salas em funcionamento JI.....	109
Gráfico 4.3.3b – Salas em funcionamento EB1 .....	109
Gráfico 4.3.3c – Taxa ocupação/Saturação JI.....	112
Gráfico 4.3.3d – Taxa ocupação/Saturação EB1 .....	113
Gráfico 4.3.3e – Alunos que beneficiam do prolongamento de horário nos JI .....	119
Gráfico 4.3.3f – Alunos que beneficiam do prolongamento de horário no 1º ciclo .....	120
Gráfico 4.3.3g – Equipamentos existentes nos JI's.....	125
Gráfico 4.3.3h – Equipamentos existentes nas EB1's.....	127

Gráfico 4.3.3i – Necessidade de alargamento/construção nos estabelecimentos de ensino Pré-Escolar .....	130
Gráfico 4.4.1a – Evolução do número de alunos, por nível de ensino de 2001/2002 até 2005/2006, no concelho de Vimioso.....	133
Gráfico 5.1a – Evolução do número de nados-vivos, no concelho de Vimioso (1991-2004) .....	151

## VOLUME I – CARACTERIZAÇÃO/ DIAGNÓSTICO

---

## FICHA TÉCNICA

---

### Coordenação

---

Ricardo Lopes Almendra

Maria João Gonçalves

### Equipa Técnica

---

Armanda Gonçalves

Bruno Freitas Cardoso

Maria João Gonçalves

Marta B. Matos

Marta G. C. Oliveira

Ricardo Lopes Almendra

Vânia Alexandra Marçal

### Consultor(es) Externo(s)/ Colaboradores

---

Daniel Miranda

Jorge Mendes

## CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS ORIENTADORES/ OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

## 1.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

---

A Carta Educativa nasce da urgência de substituição da Carta Escolar que, para além de se ter provado desactualizada e pouco eficaz do ponto de vista operacional, não tinha ainda uma configuração legal estabelecida. A Carta Escolar resumia-se a um documento estático que se limitava a registar os edifícios escolares existentes e aqueles a construir. Assim, surge a Carta Educativa como instrumento e prática do planeamento que, através da reconfiguração da rede educativa, tendo sempre subjacente o ordenamento e planeamento de um território abrangente mais ou menos vasto, tem como meta alcançar o desenvolvimento social desse mesmo território através da melhoria da educação, do ensino, da formação, em suma, da cultura.

Por isso mesmo, a Carta Educativa deve ser alvo de permanente actualização e avaliação.

Este documento visa a “racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo e dos normativos daí emanados, nomeadamente:

- prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da Rede Escolar colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- caminhar no sentido de um “esbatimento das disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspectiva de adequação da Rede Escolar às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional” (Martins, 2000)<sup>1</sup>.

O objectivo principal da elaboração deste documento tem por base a necessidade de desenvolver uma proposta de reordenamento da rede educativa do Município da Vimioso. Importa definir propostas estratégicas no âmbito do sistema educativo, nomeadamente:

- otimizar a expansão do sistema educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural;
- deliberar sobre hipóteses de construção, encerramento e/ou reconversão/adaptação do parque escolar, rentabilizando a funcionalidade da rede existente e sua expansão;

---

<sup>1</sup>.vide bibliografia.

- definir prioridades de actuação.

### CAPÍTULO III

#### Carta educativa

##### Artigo 10.º

##### Conceito

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

##### Artigo 11.º

##### Objectivos

1 - A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e de Ensino Básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.

2 - A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.

3 - A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

4 - A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 - A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

##### Artigo 12.º

##### Objecto

1 - A carta educativa tem por objecto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respectiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da Educação Pré-Escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extra-escolar.

2 - A carta educativa inclui uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas referidas no número anterior, bem como uma análise da integração dos mesmos a nível municipal, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar.

3 - A carta educativa incide sobre os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária.

4 - A carta educativa deve incidir, igualmente, sobre a concretização da acção social escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades.

5 - A carta educativa deve prever os termos da contratualização entre os municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades, relativamente à prossecução pelo município de competências na área das actividades complementares de acção educativa e do desenvolvimento do desporto escolar, de acordo com tipologias contratuais e custos padronizados, a fixar em protocolo a celebrar entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.



## 1.2 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

---

O enquadramento legislativo que aqui se apresenta é, em suma, a compilação da legislação de referência na área da educação e intervenção autárquica nesse sector.

### DECRETO-LEI Nº 299/84, DE 5 DE SETEMBRO

Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.

### LEI Nº 46/86, DE 14 DE OUTUBRO – LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

Estabelece o quadro geral do sistema educativo, nomeadamente a sua organização, administração, desenvolvimento e avaliação, bem como os apoios e complementos educativos.

### DESPACHO CONJUNTO Nº 28/SERE/SEAM/88

Define os princípios gerais da planificação da Rede Escolar.

### DECRETO-LEI Nº 108/88, DE 31 DE MARÇO

As escolas particulares e cooperativas passam a fazer parte integrante da rede escolar, para efeitos do ordenamento desta.

### DECRETO-LEI Nº 319/91, DE 23 DE AGOSTO

Regula a integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares. As disposições constantes neste diploma aplicam-se aos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos públicos de ensino dos níveis básico e secundário. O regime educativo especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino/ aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

### LEI 5/97, DE 10 DE FEVEREIRO

Consagra, na sequência dos princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, o ordenamento jurídico da Educação Pré-Escolar.

LEI Nº 115/97, DE 19 DE SETEMBRO

Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

DECRETO-LEI Nº 147/97

Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de Educação Pré-Escolar, pública e privada, e define o respectivo sistema de organização e financiamento.

DECRETO-LEI Nº 147/97, DE 11 DE JUNHO

Consagra o regime jurídico do desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, estabelecendo a criação de uma rede nacional de Educação Pré-Escolar que integra uma rede pública e uma rede privada, visando efectivar a universalidade da Educação Pré-Escolar.

DESPACHO CONJUNTO Nº 258/97, DE 21 DE AGOSTO

Define os critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.

DESPACHO CONJUNTO Nº 268/97, DE 25 DE AGOSTO

Define os critérios gerais de programação dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.

DECRETO-LEI 291/97, DE 4 DE SETEMBRO

Define o regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.

DECRETO-LEI Nº 89-A/98, DE 7 DE ABRIL

Visa criar, no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar, uma linha de crédito bonificado e estabelecer a bonificação de juros que constituirá encargo do Estado.

DECRETO-LEI Nº 314/97, DE 15 DE NOVEMBRO

Estabelece a denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos não superiores. Introduce alterações ao Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, o qual aprovou as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos não superiores. Passando a integrar na referida denominação a alusão à modalidade de educação ou de ensino neles ministrado, de acordo com a tipologia dos estabelecimentos, conforme a Lei de Bases do Sistema Educativo.

DESPACHO CONJUNTO 15/SEAF/SEEI/97, DE 18 DE ABRIL

Define regras para a extinção dos postos de Ensino Básico mediatizado.

DESPACHO NORMATIVO N.º 27/97, DE 2 DE JUNHO

O processo que visa dotar gradualmente os estabelecimentos dos ensinos básico e secundário de maiores graus de autonomia implica a criação de condições que lhes possibilitem assumir novas responsabilidades.

DECRETO-LEI N.º 115/98, DE 4 DE MAIO

Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário.

DESPACHO CONJUNTO N.º 128/97, DE 9 DE JUNHO

Determina que as escolas em articulação com o Ministério da Educação e as Autarquias assegurem, no âmbito do apoio socioeducativo às famílias, as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem sucedidos.

DESPACHO CONJUNTO N.º 105/97, DE 1 DE JULHO

Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo com base na articulação dos recursos e das actividades, de apoio especializado, existente nas escolas no quadro do desenvolvimento dos projectos educativos.

DECRETO-LEI N.º 4/98, DE 8 DE JANEIRO

Estabelece o regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior.

LEI N.º 42/98, DE 6 DE AGOSTO

Estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias.

LEI N.º 48/98, DE 11 DE AGOSTO

Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

LEI N.º 159/99, DE 14 DE SETEMBRO

Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios de descentralização administrativa e de autonomia do poder local.

DECRETO-LEI N.º 380/99, DE 22 DE SETEMBRO

Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 12/2000, DE 29 DE AGOSTO

O regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário, instituído pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, caracteriza-se pela definição de um quadro matricial comum para o universo das escolas daqueles níveis de educação e de ensino. Pressupõe-se uma lógica de flexibilidade, de modo a permitir não só a sua adaptação às realidades da escola e do meio, mas também a criação de mecanismos aptos a servir unidades de gestão viáveis, que sejam orgânica e pedagogicamente sustentáveis, tendo como propósito primordial a realização de um serviço público de educação de qualidade.

DECRETO-LEI N.º 7/2003 DE 15 DE JANEIRO

Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais. Cabe aos Conselhos Municipais o acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da carta educativa.

DESPACHO N.º 22251/2005, DE 25 DE OUTUBRO

Aprova o programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico e o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo ME.

DECRETO-LEI N.º 13/2006, DE 17 DE ABRIL

Define o regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de e para os estabelecimentos de educação e ensino, creches, jardins-de-infância e outras instalações ou espaços em que decorram actividades educativas ou formativas, designadamente os transportes para locais destinados à prática de actividades desportivas ou culturais, visitas de estudo e outras deslocações organizadas para ocupação de tempos livres.

## 1.3 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO MUNICÍPIO

---

Através da presente análise procurar-se-á esboçar, de forma sintética, o retrato do concelho, ponderando os fenómenos observados. Deste modo, foi realizado um quadro resumo no qual se fez uma reflexão global, cruzando-se as potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças.

A análise SWOT (em Português DAFO) é, assim, uma sigla usada para definir uma ferramenta analítica, útil para analisar as Debilidades, Ameaças, Forças e Oportunidades. O termo SWOT vem do inglês e representa as iniciais das palavras Strengths (potencialidades), Weaknesses (fragilidades), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). É intenção deste capítulo reter alguns aspectos basilares na definição das propostas de reordenamento da rede educativa do concelho.

Os pontos fortes e pontos fracos dizem respeito a factores internos ao concelho. As oportunidades e ameaças – ameaças que podem ser convertidas em novas oportunidades – dizem respeito a factores externos ao município.

## SWOT – Genérico

Potencialidades	Fragilidades	Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> <li>Existência de um pólo aglutinador no município - a sede concelhia;</li> <li>Importância da ER 291 que estabelece a ligação Vimioso-Mogadouro, e da ER 218 que liga o concelho de Bragança ao de Vimioso;</li> <li>Existência das EN 317 e EN 218 que possibilitam a ligação ao concelho de Macedo de Cavaleiros e ao de Miranda do Douro;</li> <li>Acréscimo da população residente na sede concelhia (1,8%), entre 1991 e 2001;</li> <li>Acréscimo da população entre os 25 e os 64 anos (5,3%) na freguesia de Vimioso, classe onde se enquadra grande parte da população activa;</li> <li>As freguesias centrais, tais como Argozelo, Carção e Vimioso (33,3hab/km², 22,4 hab/km², 21,4 hab/km², respectivamente) apresentam densidades populacionais superiores à média concelhia (10,6%);</li> <li>Decréscimo da população empregada no sector primário (32,5% em 1991 e 25,5% em 2001) e aumento dos residentes empregados no sector secundário (14% em 1991 e 25,3% em 2001);</li> <li>Criação de um parque industrial no concelho;</li> <li>Diminuição da população desempregada em seis freguesias: Angueira, Argozelo, Avelanoso, Carção, Santulhão e Vilar Seco;</li> <li>Diminuição da população analfabeta em todas as freguesias, mas em especial em Caçarelhos e Vale de Frades;</li> <li>Criação de infra-estruturas e equipamentos de apoio à população, nomeadamente: Centro de Saúde na freguesia de Vimioso, Pavilhão Multiusos (Vimioso), ETAR's, Complexo Multifunções (Carção) e estrada de ligação</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Treze das catorze freguesias são classificadas como Áreas Predominantemente Rurais, segundo a tipologia das áreas urbanas, definida pelo INE, sendo que apenas a sede concelhia foi classificada como Área Medianamente Urbana;</li> <li>Decréscimo da população residente, no concelho de Vimioso (-15,9%), durante o período censitário (1991 a 2001);</li> <li>Densidade populacional de apenas 10,6 hab/km², valor manifestamente inferior ao registado nas NUT I Continente, NUT II Norte e NUT III Alto Trás-os-Montes;</li> <li>Variações populacionais negativas em 13 das 14 freguesias, com valores especialmente baixos nas freguesias localizadas a Este;</li> <li>Diminuição da população mais jovem e aumento da mais envelhecida;</li> <li>Todos os grupos de idade entre os 0 e os 69 anos apresentam variações populacionais negativas, especialmente a classe dos 5 aos 9 anos (-52,1%) e dos 10 aos 14 anos (-51,7%);</li> <li>Densidade populacional especialmente baixa a Este do concelho, destacando-se a freguesia de Uva (7,3%) e Vale de Frades (7,5%);</li> <li>Em Vimioso (2001) a taxa de natalidade era de 4,5‰, enquanto que na NUT I Continente esta era de 10,3‰;</li> <li>Taxa de mortalidade superior à NUT I Continente (13,7‰ e 9,7‰, respectivamente);</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Impulsão da coordenação entre políticas sectoriais e territoriais, abarcando os níveis de decisão locais e centrais;</li> <li>Proximidade a concelhos mais dinâmicos, como Bragança e Miranda do Douro;</li> <li>Apoio às pequenas e médias empresas (actual e próximo Quadro Comunitário);</li> <li>Concentração da população nas sedes concelhias;</li> <li>Oportunidades económicas ligadas à promoção do património natural;</li> <li>Oportunidades de emprego relacionadas com a dinamização do sector turístico do município;</li> <li>Valorização das actividades tradicionais e sócio-cultural e do "saber-fazer" das populações rurais;</li> <li>Crescente procura do turismo alternativo, nomeadamente: turismo rural, turismo de natureza, turismo de aventura e turismo cultural.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Localização do concelho no Interior do País, o que se traduz em dinâmicas negativas decorrentes de um dinamismo incipiente;</li> <li>Fuga para os centros urbanos;</li> <li>Ténue potencial de conhecimentos, adaptabilidade e inovação, resultante da fraca formação e qualificação dos activos;</li> <li>Dificuldade em contornar a questão do desemprego devido aos baixos níveis de qualificação da mão-de-obra;</li> <li>Insuficiente número de acções de formação que apostem na requalificação dos activos, sendo que as que existem são questionáveis em termos de resultados;</li> <li>Importância da informação e da inovação como factores de competitividade, o que penaliza as áreas do interior;</li> <li>Fracos investimentos públicos e privados;</li> <li>Fraca autonomização nos vários segmentos produtivos e a perda do valor acrescentado resultante da transformação de produtos locais;</li> <li>Declínio dos sectores tradicionais sem retorno económico;</li> <li>Economia tradicional, essencialmente ao nível do sector primário, e resistência à inovação;</li> <li>Envelhecimento da população em todo o país;</li> <li>Não renovação das gerações;</li> <li>Concentração em centros urbanos;</li> <li>Aumento do peso da população</li> </ol>

<p>Algozo-Matela.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>10. Índice de envelhecimento superior a 100% em todas as freguesias do município, atingindo os 1133,3% em Uva (2001);</li> <li>11. Todas as freguesias sofreram um acréscimo do índice de envelhecimento entre 1991 e 2001;</li> <li>12. Taxa de desemprego superior a 10% (10,5%), enquanto que na NUT I Continente a referida taxa não chega a 5% (4,7%);</li> <li>13. O desemprego atinge, maioritariamente as mulheres;</li> <li>14. Escassez de oportunidades de emprego;</li> <li>15. De acordo com a Classificação Nacional das Profissões, predominam as profissões pouco qualificadas, enquanto que o grupo 1, ou seja, o mais qualificado, é muito pouco representado, atingindo os valores mais elevados na sede concelhia (4,7%);</li> <li>16. Mão-de-obra com fracas habilitações literárias/pouca qualificação;</li> <li>17. 75,8% da população do concelho não tem qualquer nível de ensino ou possui apenas o 1º ciclo do Ensino Básico completo, enquanto que somente 6,1% dos indivíduos detêm o Ensino Secundário, médio ou superior.</li> </ol>		<p>dependente;</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>15. Redução contínua e global da população escolar;</li> <li>16. Desajuste entre procura e oferta de emprego;</li> <li>17. Demasiada expectativa em relação ao turismo em espaço rural.</li> </ol>
-----------------------	--	--	--

## SWOT – Educação

Potencialidades	Fragilidades	Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diminuição do número de efectivos com qualificações mais baixas;</li> <li>2. Existência de professores especialmente vocacionados para o acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais;</li> <li>3. Serviço de transporte escolar gratuito para os alunos dos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico;</li> <li>4. Boa cobertura concelhia, no que se refere aos equipamentos escolares;</li> <li>5. 62,1% da população completou o Ensino Básico;</li> <li>6. Taxa de Pré-Escolarização de 110,7%;</li> <li>7. Taxa específica de escolarização, entre os 10 e os 11 anos, de 100%;</li> <li>8. Taxa específica de escolarização, entre os 12 e os 14 anos, de 97,6%, valor superior à NUT I Continente, à NUT II Norte e à NUT III Alto Trás-os-Montes;</li> <li>9. Taxa específica de escolarização, entre os 18 e os 23 anos, de 67,7%, valor superior às restantes unidades geográficas consideradas;</li> <li>10. Taxa de saída precoce (41,8%) inferior às demais unidades geográficas (NUT I Continente, NUT II Norte e NUT III Alto Trás-os-Montes);</li> <li>11. Acréscimo do número total de alunos na transição do ano lectivo de 2004/2005 (440) para o de 2005/2006 (467).</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Inexistência do Ensino Secundário no concelho;</li> <li>2. 24,2% da população concelhia não chegou a frequentar nenhum nível de ensino;</li> <li>3. Taxa líquida de escolarização, no 2º ciclo, de 54,5%, valor mais reduzido do que a NUT I Continente, NUT II Norte e NUT III Alto Trás-os-Montes;</li> <li>4. Taxa líquida de escolarização, no 3º ciclo, de 61,2%, valor mais reduzido do que as demais unidades territoriais;</li> <li>5. Taxa líquida de escolarização, no Ensino Secundário, de 41,5%, valor mais baixo do que o assinalado na NUT I Continente;</li> <li>6. Vimioso obtém as taxas de conclusão mais reduzidas, quando comparado com a NUT I Continente, a NUT II Norte e a NUT III Alto Trás-os-Montes: dos 15 aos 19 anos – 87,2%; dos 20 aos 24 anos – 87,3%; dos 25 aos 29 anos – 76,5%; no 9º ano – 45,2%; no 12º ano – 30,4%; no Ensino Superior – 12,2%;</li> <li>7. Taxa de abandono escolar de 3,5%, enquanto que na NUT I Continente, a referida taxa é de 2,7%;</li> <li>8. Taxa de saída antecipada (35%) superior às unidades geográfica consideradas;</li> <li>9. Taxa de retenção do 3º ciclo é de 22,7%.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Incremento da oferta formativa nos concelhos vizinhos;</li> <li>2. Boa cobertura da rede escolar;</li> <li>3. Proximidade do concelho ao centro universitário de Bragança (Instituto Politécnico de Bragança);</li> <li>4. Criação de programas de combate ao abandono escolar;</li> <li>5. Criação de pólos escolares, no concelho, assim, como por todo o país, o que rentabiliza os recursos educacionais;</li> <li>6. Candidaturas que visam a implementação de projectos de investimento na melhoria da qualidade do ensino;</li> <li>7. Reforço da oferta de formação profissional;</li> <li>8. As classes etárias mais jovens tendem a atingir níveis de escolarização cada vez mais elevados.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diminuição do número de efectivos, à medida que o nível de qualificação aumenta;</li> <li>2. Baixo nível de instrução e qualificação da população;</li> <li>3. Decremento considerável do número de efectivos a frequentar o 1º ciclo, consequência da redução da natalidade;</li> <li>4. Taxas de saída antecipada elevadas, o que significa que os indivíduos, abandonam a escola, antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano).</li> <li>5. Encerramento de um número significativo de escolas do primeiro ciclo;</li> <li>6. Carências de recursos físicos e humanos na área da educação, em especial no que se refere à educação especial;</li> <li>7. Ausência de colaboração entre as diversas entidades de formação, ao nível da oferta formativa, resultando na criação de percursos idênticos, conduzindo, deste modo, à saturação do mercado e a taxas de empregabilidade muito baixas.</li> </ol>



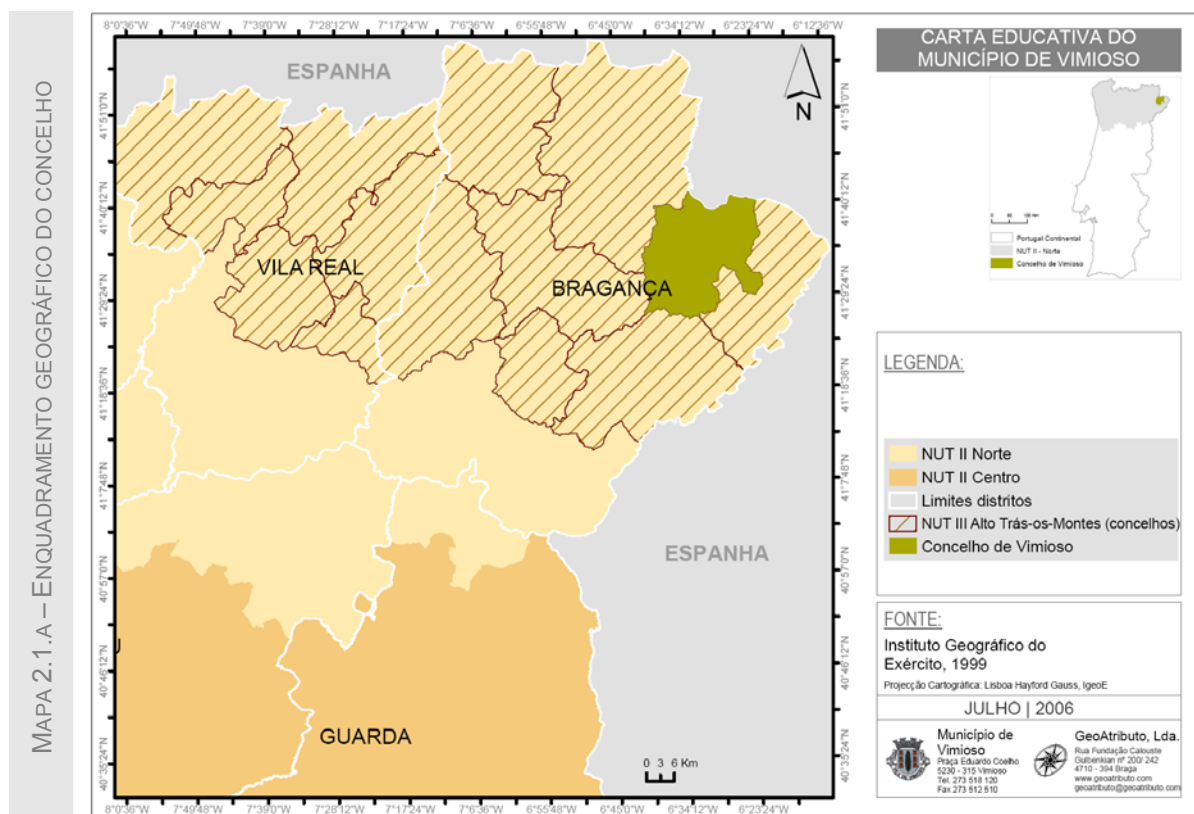
## CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E GEOGRÁFICO

### 2.1 Enquadramento Administrativo

### 2.2 Breve Caracterização Física do Concelho

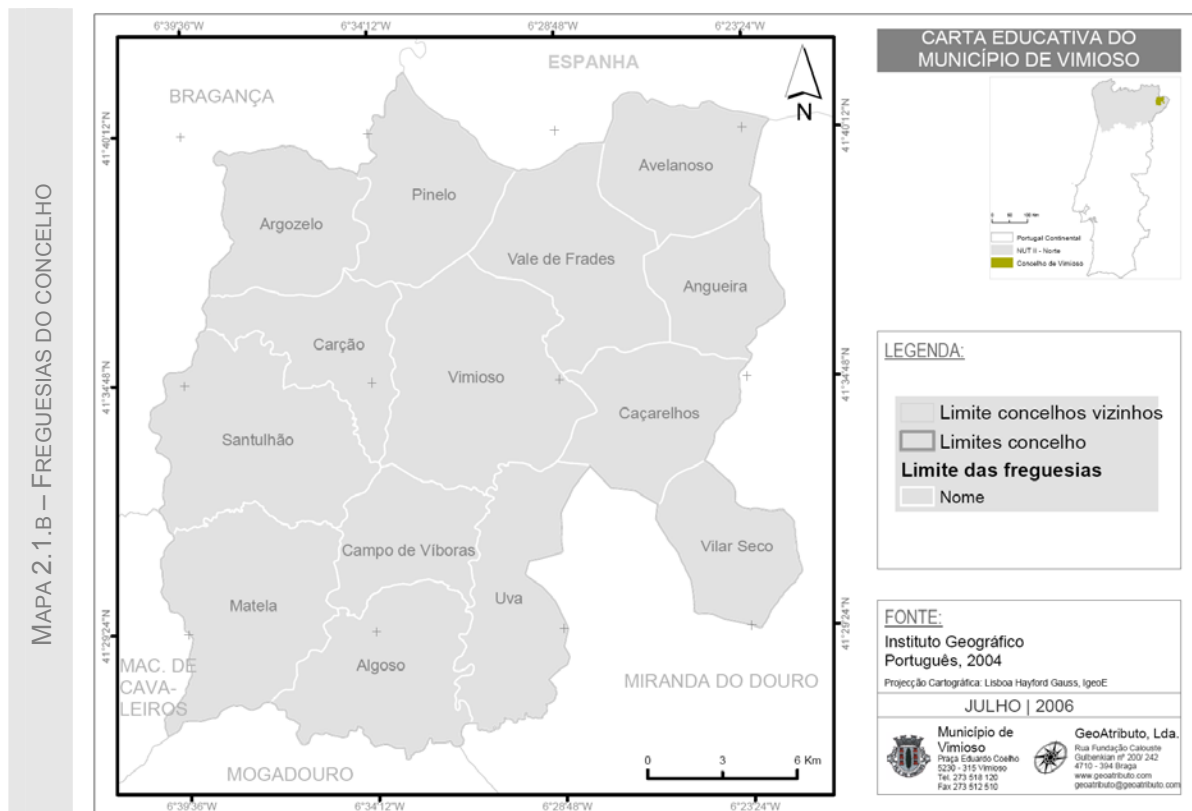
## 2.1 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

O concelho de Vimioso pertence ao distrito de Bragança e é um dos 14 concelhos que integram a NUT III Alto Trás-os-Montes<sup>2</sup>, a qual por sua vez, faz parte da NUT II Norte. Este concelho encontra-se limitado a Norte pelo país, com o qual estabelece fronteira – Espanha, a Noroeste pelo concelho de Bragança, a Sudoeste pelo concelho de Macedo de Cavaleiros, a Sul pelo concelho de Mogadouro e a Sudeste/Este pelo concelho de Miranda do Douro (ver mapa 2.1.a).



<sup>2</sup> Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS): “Divisões regionais criadas para fins estatísticos, no âmbito da União Europeia. (...) A nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos é constituída, por três níveis de agregação para unidades territoriais (nível I, II e III), (DL 46/89, de 15 de Fevereiro)”, in DGOTDU, 2000

Apresenta uma área de 481,47 km<sup>2</sup>, distribuída por 14 freguesias: Algosos, Angueira, Argozelo, Avelanoso, Caçarelhos, Campo de Vitoras, Carção, Matela, Pinelo, Santulhão, Uva, Vale de Frades, Vilar Seco e Vimioso (ver mapa 2.1b).



## 2.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO CONCELHO

---

A breve caracterização física do município de Vimioso, foi efectuada contemplando dois dos parâmetros físicos, sendo eles o clima e a morfologia.

### 2.2.1 Clima

---

No território português, os principais factores que possibilitam elaborar uma diferenciação climática são: a latitude, o relevo, a distância ao oceano e a heterogeneidade da superfície terrestre. A hierarquização da intervenção destes factores na definição do clima de um dado local leva à utilização de um sistema de escalas: escala planetária (latitude), escala regional (distância ao oceano), escala local (influência do relevo) e escala microclimática (características físicas da superfície terrestre). Deste modo, na descrição do clima de um lugar procura-se definir a natureza dos factores que intervêm em cada uma dessas escalas. (Brum Ferreira, Denise, 2005).

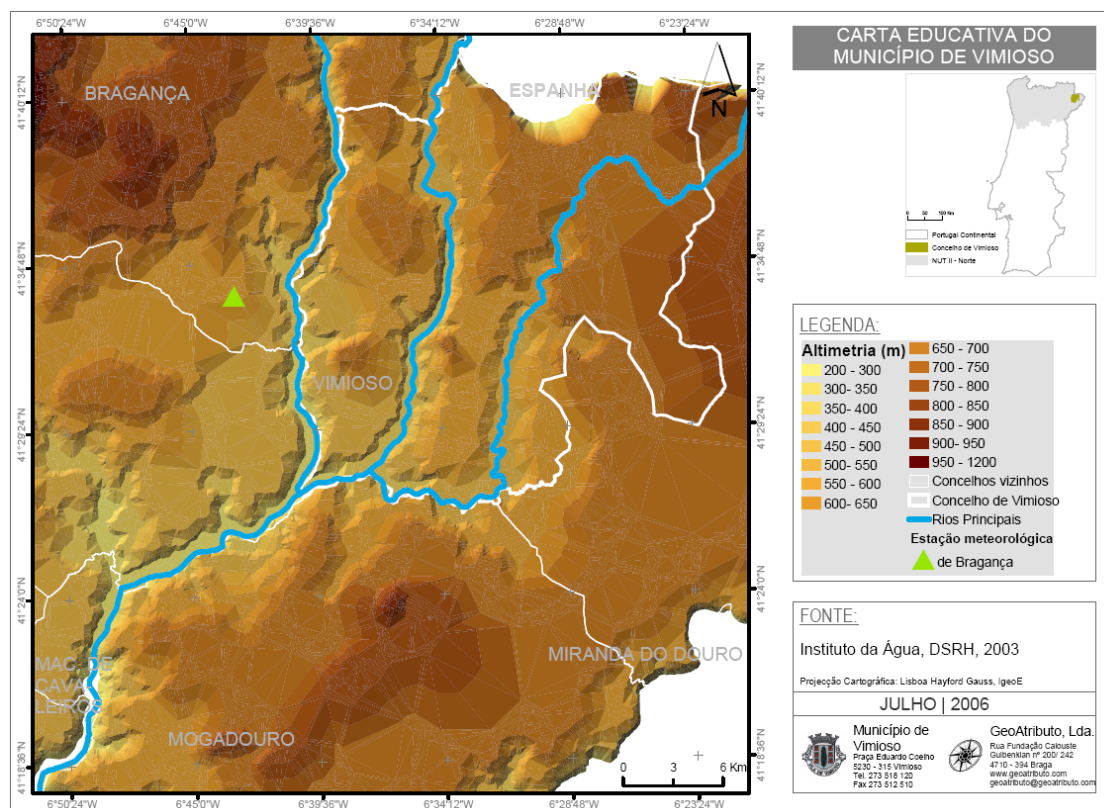
O estudo do clima e das dinâmicas atmosféricas, são de uma extrema importância, dado que têm uma influência determinante nas características da paisagem, nos modos de vida, no bem estar da população, assim como nas actividades económicas.

No presente estudo, a análise climática do município de Vimioso será breve e sucinta, sendo que de entre o complexo conjunto de fenómenos, processos e caracteres que definem o clima, foram analisados apenas os seguintes: temperatura e precipitação.

A caracterização climática do concelho de Vimioso foi realizada com base nos valores das Normais Climatológicas do Instituto de Meteorologia referentes à estação de Bragança, relativas a 1961/ 90, uma vez que é esta a estação meteorológica mais próxima e a que apresenta maiores semelhanças climáticas.

De acordo com a classificação de Köppen, grande parte do Continente português pertence ao *clima chuvoso e moderadamente quente, com chuvas preponderantes de Inverno* (Cs), já que a *"temperatura média do mês mais frio é, em toda a parte superior a -3º e (...) o mês mais chuvoso recebe muito mais do que três vezes o que recebe o mês mais seco"* (Daveau, et al, 1994). Em Vimioso o subtipo é o Csb, uma vez que, para além das características atrás referidas, a temperatura média do mês mais quente é inferior a 22°C.

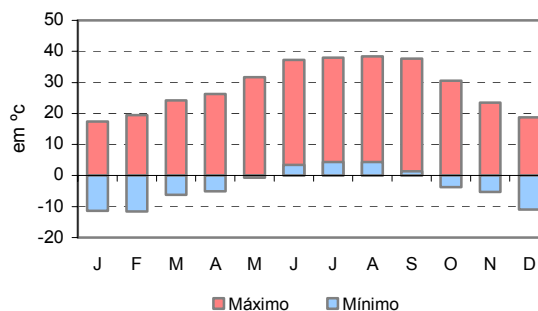
MAPA 2.2.1.A – LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA



No que se refere à temperatura do ar, é possível observar, a partir do gráfico 2.2.1a, a distribuição dos valores extremos de temperatura, ao longo do ano. Os valores extremos máximos variam entre os 17,4 °C (em Janeiro) e os 38,4 °C (em Agosto), enquanto os valores extremos mínimos variam entre os -11,6 °C e os 4,4 °C, nos meses de Fevereiro e Julho e Agosto.

No que concerne os valores da temperatura do ar às 9h, 15h e às 21h, é possível verificar (gráfico 2.2.1b) que em todos os meses do ano, a temperatura atinge valores mais reduzidos às 9h, enquanto que os valores registados às 15h são sempre mais elevados do que os observados às 9h e as 21h.

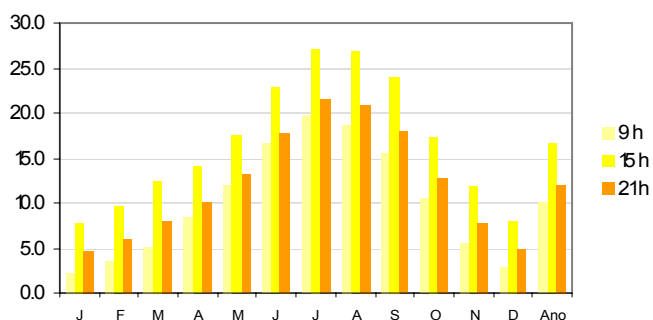
Gráfico 2.2.1a – Valores extremos de temperatura do ar



Fonte: Normais Climatológicas de Bragança (1961-1990), IM

No que se refere aos valores apontados às 9h, é no mês de Janeiro que se assinalam as temperaturas mais baixas (2,3°C), enquanto que Julho apresenta temperaturas superiores aos restantes meses (19,7°C). Às 15h, as temperaturas descem até os 7,7°C, em Janeiro, e sobem até aos 27,1°C, em Julho. Quanto às temperaturas registado às 21h, estas variam entre os 4,6°C (Janeiro) e os 21,6°C (Julho).

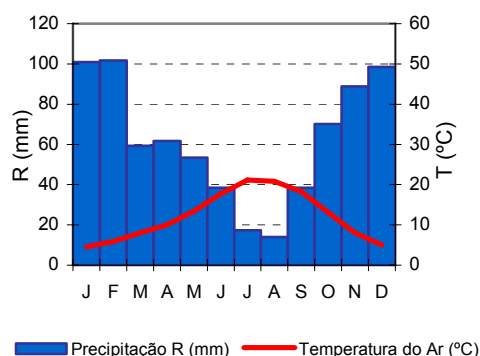
Gráfico 2.2.1b – Temperatura (°C) às 9h, 15h e 21h



Fonte: Normais Climatológicas de Bragança (1961-1990), IM

Através do gráfico termopluviométrico (2.2.1c) é possível aferir que a temperatura média desta região, varia entre os 4,5 °C e 5 °C, registados nos meses de Janeiro e Dezembro, respectivamente, e os 21,1 °C e 20,8 °C, observados em Julho e Agosto. Quanto aos valores de precipitação, estes situam-se entre os 14 mm verificados em Agosto, e os 101,8 mm, assinalados em Fevereiro. A precipitação é uma das variáveis climáticas mais importantes uma vez que, entre outros atributos, é o principal factor controlador do ciclo hidrológico.

Gráfico 2.2.1c – Gráfico termopluviométrico



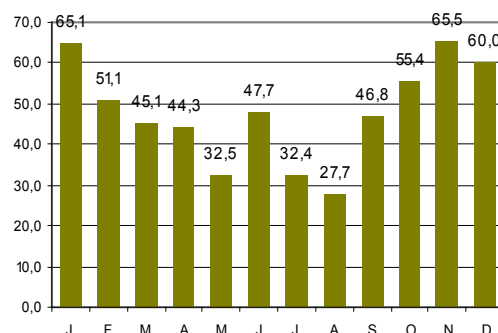
Fonte: Normais Climatológicas de Bragança (1961-1990), IM

Estes valores vêm mostrar que é nos meses de Inverno que ocorrem os máximos de precipitação (Janeiro com 100,9 mm e Fevereiro com 101,8 mm) e nos de Verão que ocorrem os valores mínimos. Estes meses são, então, considerados como o período seco do ano, dado que o quantitativo de precipitação é duas vezes inferior ao da temperatura ( $P < 2T$ ).

Uma das características marcantes do clima português está relacionada com o facto da estação do ano com temperaturas mais baixas coincidir com a de maiores quantitativos de precipitação, fazendo coincidir a estação mais quente com a de maior secura.

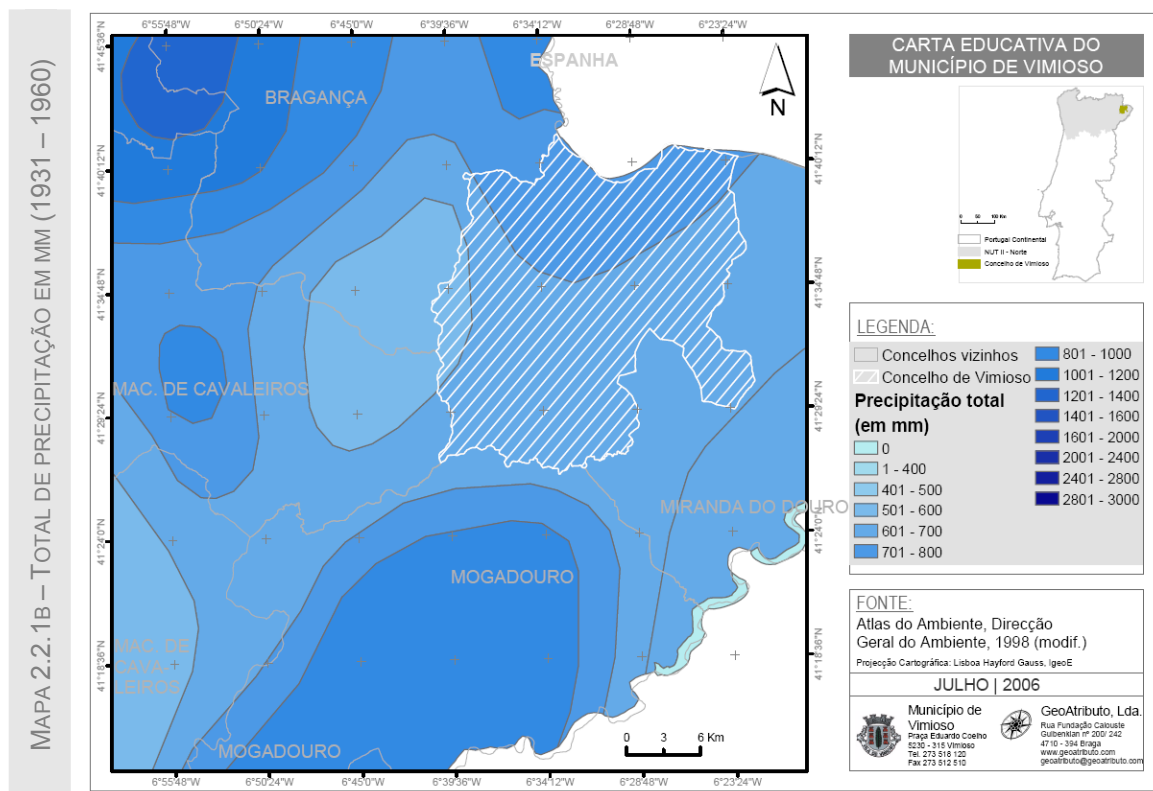
De acordo com o gráfico 2.2.1d, é possível observar que os valores referentes à precipitação máxima diária atingem valores superiores nos meses de Janeiro (65,1 mm), Novembro (65,5 mm) e Dezembro (60,0 mm), enquanto que os meses de Agosto, Julho e Maio assinalam níveis de precipitação mais reduzidos, registando, 27,7 mm, 32,4 mm e 32,5 mm, respectivamente.

Gráfico 2.2.1d – Precipitação máxima diária



Fonte: Normais Climatológicas de Bragança (1961-1990), IM

De acordo com o mapa 2.2.1b, em grande parte do território, a precipitação atinge valores entre os 600 e os 700 mm. Os níveis mais baixos de precipitação registam-se a Oeste do município de Vimioso (500 mm a 600 mm), e as mais elevadas a Norte (700 mm a 800 mm).

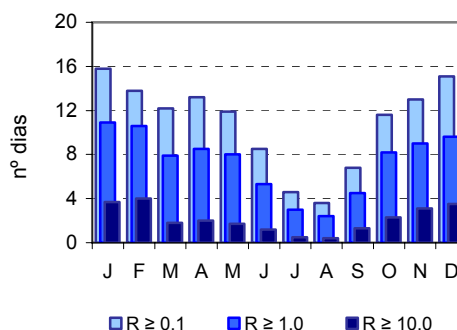


Os meses em que se verificam mais dias de precipitação igual ou inferior a 0,1mm são os de Janeiro (15,8) e Dezembro (15,1), enquanto que é em Janeiro e Fevereiro que se observam um maior número de dias com precipitação igual ou superior a 1mm (10,9 em Janeiro e 10,6 em Fevereiro).

Como era de esperar, são os meses de Julho e Agosto que apresentam o menor número de dias com precipitação igual ou superior a 0,1mm (3,6 em Agosto e 4,6 em Julho) e a 1mm (2,4 em Agosto e 3 em Julho). Precipitações superiores ou iguais a 10,0 mm são as que registam menor ocorrência, em número de dias, ao longo do ano. Estes valores são máximos nos meses de Janeiro e Fevereiro (3,7 e 4, respectivamente) – e mínimos nos de Verão (em Julho e Agosto não chega a atingir a unidade/ dia).



Gráfico 2.2.1e – Número de Dias com precipitação igual ou superior a 0.1, 1.0 e 10.0 mm



Fonte: Normais Climatológicas de Bragança (1961-1990), IM

## 2.2.2 Morfologia

O concelho de Vimioso tem uma forma rudemente rectangular. É ladeado por Espanha, a Norte, pelo Rio Sabor a Oeste, o qual marca a fronteira com os concelhos de Bragança e Macedo de Cavaleiros, pelo concelho de Miranda do Douro a Este e, finalmente, pelo Rio Angueira, a Sul, que marca a transição para o concelho de Mogadouro.

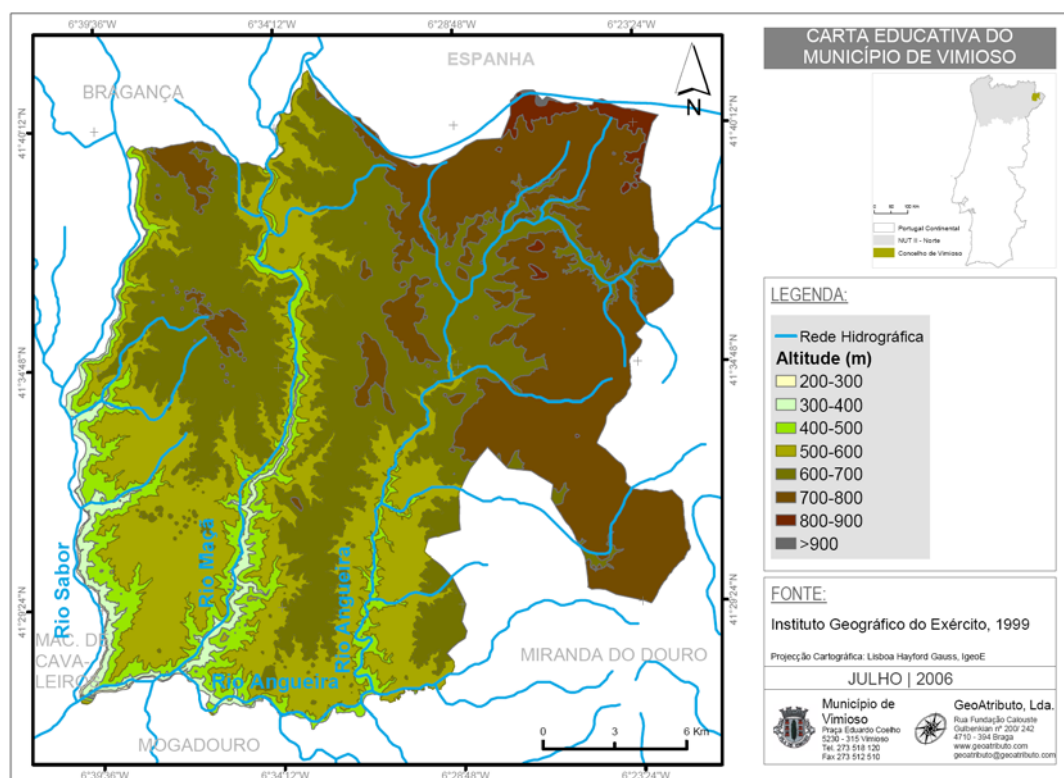
Os rios têm, no interior do concelho, um curso de Norte para Sul, sendo esta uma característica comum aos rios Maçãs, Angueira e Sabor, que apenas tem uma das margens pertencentes ao concelho.

Na fronteira Sul de Vimioso, o Angueira inflecte para Oeste, até confluir com o Maçãs, que irá manter o mesmo sentido até confluir, também ele, com o Sabor.

O entalhe fluvial parece ser o factor chave para o desenvolvimento do relevo. São os vales dos rios que proporcionam contrastes, quer nas altitudes, quer no relevo, surgindo em oposição planaltos e vales encaixados.

Um primeiro olhar sobre a carta hipsométrica revela-nos que estas crescem, em geral, de Sudoeste para Nordeste (mapa 2.2.2a).

MAPA 2.2.2a – HIPSOMETRIA E HIDROGRAFIA



Assim, se no extremo Sudoeste do concelho é possível encontrar altitudes até aos 300 m, que se prolongam pelos Vales dos rios Sabor e Maças. Quando avançamos para Este do rio Angueira as altitudes nunca são inferiores aos 600m, chegando mesmo a ultrapassar os 900m, no extremo Nordeste (Serra de Mourigo), junto à fronteira com Espanha. Em termos de área ocupada por classe de altitude, verificamos que as classes compreendidas entre os 500 m e os 800 m perfazem, no seu conjunto 88% da área do concelho. Entre elas, a classe dos 600 m a 700 m (34,7%) tem vantagem sobre as restantes (500 m a 600 m, 26%; 700 m a 800 m, 26,9%).

Tabela 2.2.2a - Área ocupada por  
classes de altitude (metros)

Altitude	Hectares	%
200 - 300	92	0,2
300 - 400	1235	2,6
400 - 500	4057	8,4
500 - 600	12508	26,0
600 - 700	16703	34,7
700 - 800	12953	26,9
800 - 900	571	1,2
>900	36	0,1

Fonte: Instituto Geográfico do Exército

## CAPITULO III – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

3.1 Análise Demográfica

3.2 Actividades Económicas

3.3 Rede Viária, Acessibilidades e Mobilidade

## 3.1 ANÁLISE DEMOGRÁFICA

---

### 3.1.1 Enquadramento Regional

---

De acordo com o Recenseamento Geral da População, em Portugal, a população residente sofreu um acréscimo de 1991 a 2001, registando uma variação de 5%. Na região Norte o aumento de efectivos foi mais significativo (6,2%), ultrapassando os valores observados para a NUT I Continente. Quando se analisa a população residente por sexos, verifica-se que, quer na NUT I Continente, quer na região Norte, os valores registados ao nível da variação foram superiores nos homens. Na NUT I Continente, assinala-se uma variação de 5,4% para os homens e 5,1% para as mulheres, e na Região Norte, os homens registaram um acréscimo de 6,3%, enquanto que nas mulheres o aumento foi de 6,1%.

Quando se alarga a escala de análise, aumentando-se assim o pormenor, verifica-se que a região do Alto Trás-os-Montes e o concelho de Vimioso apresentam valores negativos, tendo assim perdido população residente nos momentos censitários considerados. Porém, é no concelho de Vimioso que se regista uma perda de efectivos mais acentuada, atingindo valores totais de -15,9%, enquanto que o Alto Trás-os-Montes não ultrapassa os -5,1%.

Note-se que a população residente masculina sofreu um decréscimo mais acentuado no concelho em análise e na NUT III em que se insere, obtendo valores de -6,6% e -17%, respectivamente, o que se deve, por um lado, à emigração, e por outro, à mortalidade. A população feminina, apesar de também ter sofrido um declínio, não ultrapassa os -3,6% no Alto Trás-os-Montes e de -14,9% em Vimioso. O acréscimo de residentes apenas ocorre nas duas unidades territoriais acima referidas, visto que as demais aqui representadas exibem uma quebra populacional.

Atendendo aos valores apresentados na tabela 3.1.1a o concelho de Vimioso foi o que registou um maior decréscimo, enquanto que é a Norte do país que a população residente aumentou de forma mais significativa.

Tabela 3.1.1a – Variação da população residente (%), entre 1991 e 2001

Unidade Geográfica	Variação Populacional 1991-2001 (%)			Densidade Populacional (hab.km <sup>2</sup> ) (2004)
	Homens	Mulheres	Total	
NUT I Continente	5,4	5,1	5,3	112,9
NUT II Norte	6,3	6,1	6,2	175,1
NUT III Alto Trás-os-Montes	-6,6	-3,6	-5,1	27
Vimioso	-17,0	-14,9	-15,9	10,6

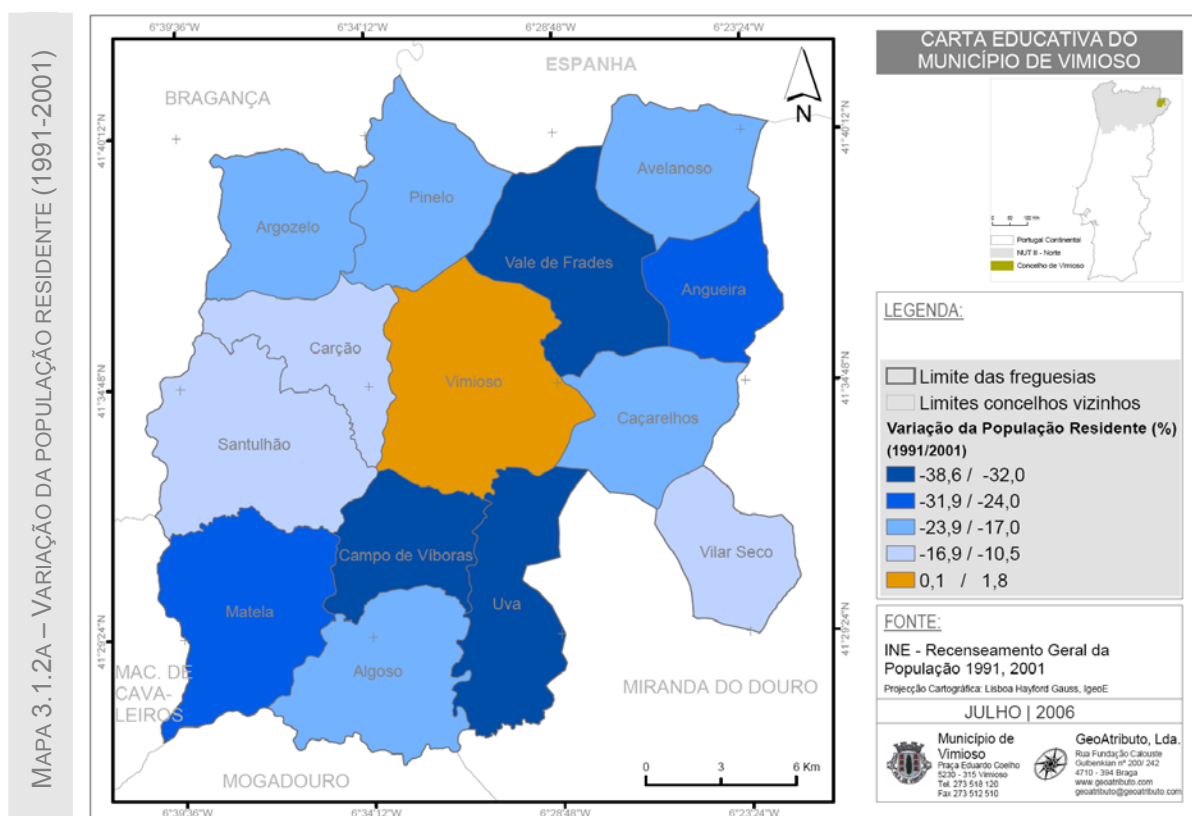
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991-2001 e Retratos Territoriais

Relativamente à densidade populacional nas diversas unidades geográficas em estudo, é na NUT II Norte que se observa um maior número de habitantes por km<sup>2</sup> (175,1 hab/ km<sup>2</sup>), seguido da NUT I Continente com 112,9 hab/km<sup>2</sup>. A realidade do concelho é mais consentânea com a verificada na NUT III, mas quando se estabelece uma comparação com as restantes unidades geográficas, observam-se valores muito distintos. É no concelho de Vimioso que a densidade populacional é mais reduzida (10,6 hab/ km<sup>2</sup>). Apesar da NUT III Alto Trás-os-Montes assinalar valores superiores ao concelho, esta não ultrapassa os 27 hab/km<sup>2</sup>, valor este, muito abaixo dos verificados, quer a nível nacional, quer a Norte.

### 3.1.2 POPULAÇÃO RESIDENTE E ESTRUTURA ETÁRIA

#### a) População residente

Em 2001 residiam no concelho de Vimioso 5315 indivíduos. Atendendo ao valor das freguesias, deparamo-nos com uma situação preocupante, visto que todas elas registaram variações negativas, à excepção da freguesia sede de concelho (Vimioso), cuja população aumentou 1,8%. Em termos absolutos, esta variação positiva, representa um aumento de 21 efectivos, visto que a população residente era de 1187, em 1991 e de 1208, em 2001.

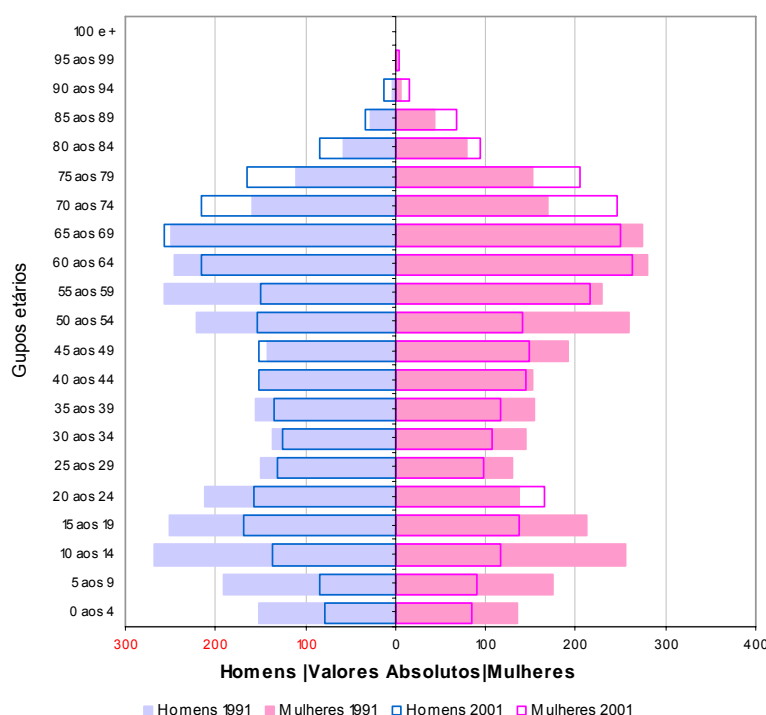


A partir do mapa 3.1.2a verifica-se que as freguesias que perderam mais população, estão localizadas a Este do concelho. São as freguesias de Campo de Vórboras, Vale de Frades, e Uva que registaram uma perda mais expressiva, apresentando variações de -38,6%, -32,6% e -32%, respectivamente. As freguesias que apresentaram uma diminuição menos significativa de população, foram as de Carção (-14,2%), Santulhão (-11%), localizadas a Oeste do concelho, e Vilar Seco (-10,6%), a Este.

## b) Estrutura etária

Neste item pretende-se analisar a estrutura etária da população no concelho de Vimioso e respectivas freguesias. Ao nível concelhio foram consideradas classes quinquenais, enquanto que para as freguesias se optou por dividir a população em quatro grupos de idades, de forma a facilitar a análise e a compreensão dos dados.

Gráfico 3.1.2a – Pirâmide Etária, concelho de Vimioso (1991 e 2001)



Fonte: INE, Portugal

Deste modo, analisando a pirâmide etária relativa ao concelho de Vimioso em dois momentos censitários (1991 e 2001), pode-se observar um estreitamento da base e um empolamento do topo da pirâmide, correspondendo a uma diminuição da população mais jovem e um aumento da população com idades mais avançadas. Sendo assim, é notório que o concelho de Vimioso segue a tendência do país, marcada pela diminuição da natalidade e da mortalidade, e pelo consequente envelhecimento da população.

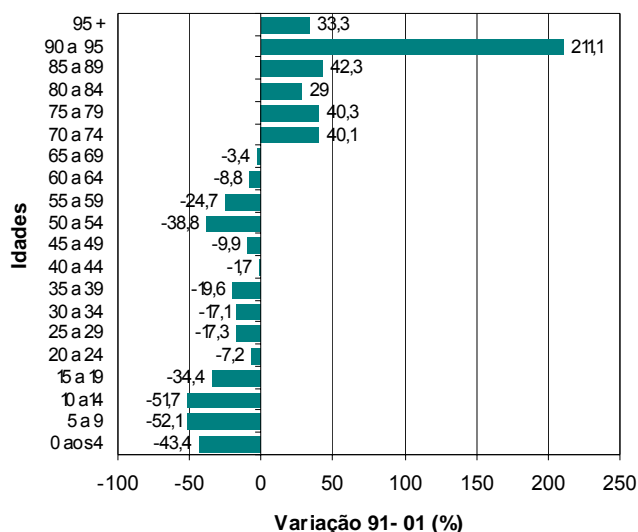
Refira-se que existe uma maior proporção de mulheres nas classes etárias mais envelhecidas, sendo que, em 1991, contavam-se 9 mulheres e 3 homens com mais de 90 anos. Em 2001 o número de efectivos nessa classe etária aumentou, visto que se registaram 21 mulheres, enquanto que os homens eram apenas 12. Tais discrepâncias são explicadas pelo facto da esperança média de vida ser superior nas mulheres.

Os dados representados no gráfico 3.1.2b ostentam a evidente diminuição da população residente, em especial da população mais jovem. Todos os grupos quinquenais compreendidos entre os 0 anos e os 69 anos de idade registaram um decréscimo, com forte incidência nas classes etárias entre os 0 e 14 anos. É, de facto, na classe dos 5 aos 9 anos que se perdeu mais população, sendo a variação de -52,1%. O decréscimo mais acentuado registou-se na classe etária dos 40 a 44 anos (-1,7%), o que em termos absolutos corresponde à perda de 5 indivíduos.

Todos os grupos de idade entre os 70 e os 95 anos e mais anos, assinalam um aumento populacional. A faixa etária que se destaca, por obter valores significativamente mais elevados, é a de 90 a 95 anos, sendo que o número de efectivos neste grupo etário triplicou, na medida em que em 1991, o número de indivíduos entre os 90 e 95 anos era de 9, passando para 28 em 2001.

Apesar deste acréscimo em todos os grupos etários, com idades mais avançadas, é na classe dos 80 aos 84 anos que se verifica um acréscimo menos expressivo, registando uma variação de 29%, o que em termos absolutos equivale ao aumento de 10 efectivos.

Gráfico 3.1.2b –Variação da população residente (%), por grupos de idades, (1991 e 2001)



Fonte: INE, Portugal

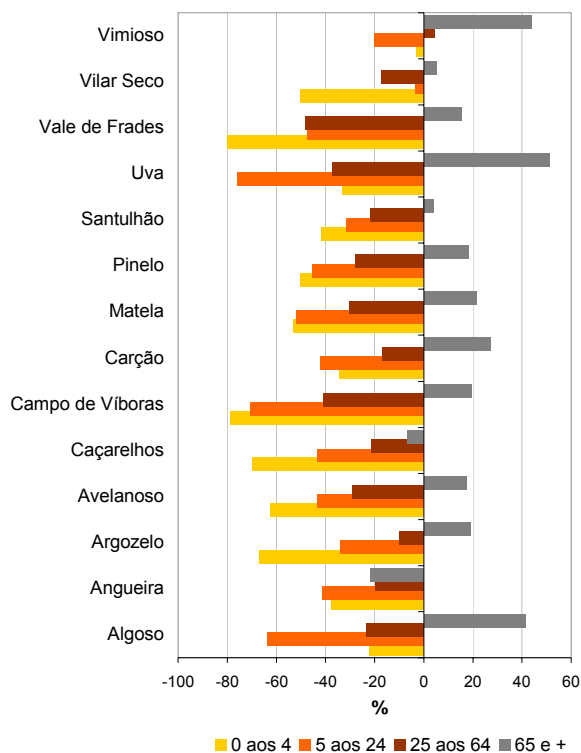
No que subjaz à variação da população por grupos de idades e por freguesias, consideraram-se quatro grupos de idades: 0 aos 4 anos; 5 aos 24 anos; 25 aos 64 anos; e mais de 65 anos, inclusive.

De acordo com o gráfico 3.1.2c, verifica-se que somente a classe etária dos 65 e mais anos de idade regista um acréscimo da população residente na maioria das freguesias, sendo que os restantes grupos etários apresentam, na generalidade, variações negativas. A freguesia de Uva, com uma variação de 51,1%, assinala o maior acréscimo de



população com 65 anos e mais anos. O número de efectivos, neste grupo de idades, apenas decresceu nas freguesias de Angueira e Caçarelhos, visto estes residentes apresentarem variações de -21,7% e -6,5%, respectivamente.

Gráfico 3.1.2c –Variação da população residente (%), por grupos de idades, e por freguesia(1991 e 2001)



Fonte: INE, Portugal

No grupo dos 25 aos 64 anos, onde se concentra grande parte da população activa, observa-se um decréscimo populacional em todas as freguesias, à excepção da sede concelhia (Vimioso), na qual se observa uma variação de 5,3%. A freguesia de Vale de Frades foi a que perdeu mais indivíduos nesta faixa de idades, apresentando uma variação de -51,1%. A perda de população entre os 25 e os 64 anos é bastante significativa, visto que as variações negativas alternam entre os -51,1% e os -10,1%, registados em Argozelo.

Dos 5 aos 24 anos não se registam variações positivas, ou seja, todas as freguesias perderam população. A freguesia de Uva é a que assinala a maior perda de efectivos nestas idades (-75,7%). Registam-se quatro freguesias com variações superiores a -50%, sendo elas Algozo (-63,6%), Campo de Vêboras (-70,8%), Matela (-51,8%) e Uva (-75,7%).

No que se refere ao grupo etário mais jovem (0 aos 4 anos), 8 das 14 freguesias, apresentam variações iguais ou superiores a -50%, e todas elas apresentam variações negativas. Note-se que quanto mais jovem é a classe, maior é a perda de população. Neste grupo etário, é na freguesia de Vale de Frades que se aponta o maior decréscimo populacional (80%). A sede de concelho, que se evidenciou aquando da análise do grupo etário de 25 aos 64 anos de

idade, por ser a única a registar um aumento dos residentes, destaca-se novamente pelo facto de apresentar o decréscimo populacional menos significativo (-3%). Os valores obtidos em Vimioso distam claramente dos registados nas restantes freguesias, onde a variação atinge valores entre os -22,2% em Algosó e os 80%.

Nestas circunstâncias pode-se verificar que o concelho de Vimioso tem vindo a perder população em todas as suas freguesias, à excepção da sede de concelho. A população mais jovem é a mais afectada por este decréscimo. Esta comporta-se numa relação inversa com a população mais envelhecida, pois, à medida que a população mais jovem diminui significativamente, a população com mais de 65 anos aumenta de forma relevante.

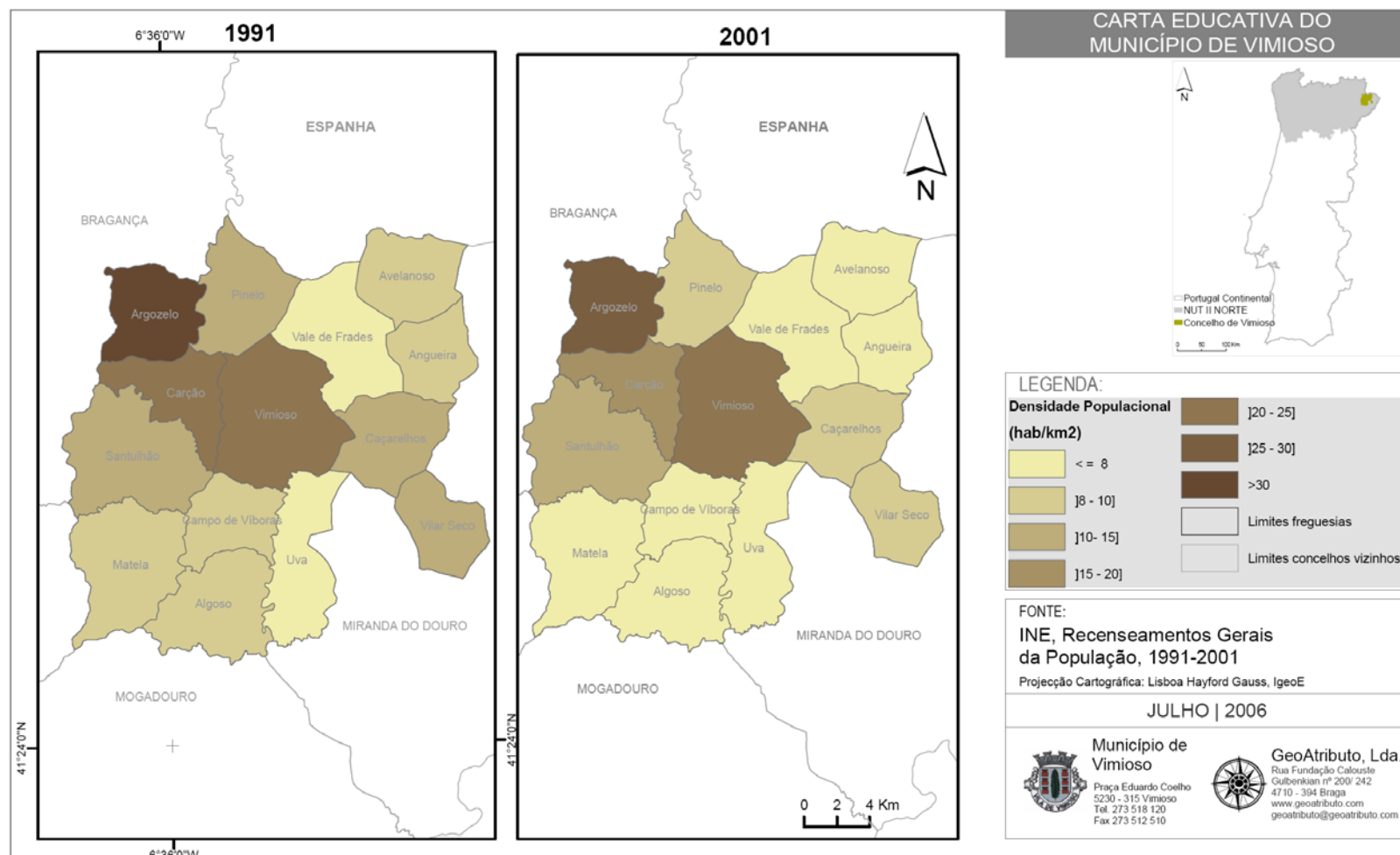
### 3.1.3 Densidade Populacional

---

A densidade populacional é definida pelo INE como “intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território”. A análise da densidade populacional revela-se importante, na medida em que o território português é caracterizado por uma dicotomia ao nível da distribuição geográfica da população residente. Os concelhos do interior nos quais se enquadra Vimioso apresentam, deste modo, densidades inferiores aos localizados no litoral.

Também se assinalam assimetrias no próprio município de Vimioso, registando disparidades nas suas diversas freguesias. Tal como se pode observar no mapa 3.1.3a, eram as freguesias centrais que registavam uma maior densidade populacional em 1991, nomeadamente: Argozelo (33,3 hab/km<sup>2</sup>), Carção (22,4 hab/km<sup>2</sup>) e Vimioso (21,4 hab/km<sup>2</sup>). Sendo superiores à média concelhia (10,6 hab/km<sup>2</sup>), são manifestamente inferiores às restantes unidades geográficas (112,9 hab/km<sup>2</sup> na NUT I Continente e 175,1 hab/km<sup>2</sup> na NUT II Norte). As freguesias periféricas, essencialmente as localizadas a Este, atingem níveis de densidade populacional mais baixo, destacando-se Uva e Vale de Frades com as densidades populacionais mais baixas do concelho (7,3 hab/km<sup>2</sup> e 7,5 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente).

MAPA 3.1.3A – DENSIDADE POPULACIONAL (1991-2001)



Quando se analisa a densidade populacional em 2001 (mapa 3.1.3a), verifica-se que a distribuição da população sofre poucas alterações. Todavia, regista-se uma diminuição da densidade em todas as freguesias, à excepção de Vimioso, cuja densidade cresceu de 21,4 para 21,8 hab/km<sup>2</sup>. Este acréscimo vem demonstrar que as freguesias sedes de concelho são as mais atractivas, em especial nos concelhos do interior. Os indivíduos tendem a deixar as suas freguesias para residir na sede, o que contribui, por um lado para o aumento da população na freguesia de acolhimento, e por outro para o progressivo despovoamento das freguesias de origem.

As freguesias mais densamente povoadas continuam a ser Argozelo (27,4 hab/km<sup>2</sup>), Carção (19,2 hab/km<sup>2</sup>) e Vimioso, do mesmo modo que Uva e Vale de Frades continuam a registar as densidades mais baixas (5 e 5,1 hab/km<sup>2</sup>). Muito próximo dos valores obtidos em Vales de Frades e Uva, está Campo de Vitoras com 5,8 hab/km<sup>2</sup>. Esta freguesia viu a sua densidade populacional decrescer 3,7 hab/km<sup>2</sup>, passando de 9,5 hab/km<sup>2</sup>, em 1991, para 5,8 hab/km<sup>2</sup>, em 2001. Porém, o decréscimo mais significativo registou-se em Argozelo, que em 1991 contava com 33,3 hab/km<sup>2</sup>, enquanto que em 2001 residiam 27,4 hab/km<sup>2</sup>, continuando, no entanto, a ser a freguesia mais densamente povoada.

Note-se que se regista uma correspondência entre a distribuição da população residente por idades e a densidade populacional, sendo que, na generalidade, as freguesias que registam uma maior proporção de jovens, também assinalam densidades mais elevadas, enquanto que as freguesias mais envelhecidas apresentam uma intensidade de povoamento mais reduzida. Note-se o exemplo da freguesia de Uva, na qual, por um lado se registou a maior perda da população entre os 5 e os 24 anos de idade, por outro é uma das freguesias com menor número de habitantes por km<sup>2</sup>. Refira-se ainda a freguesia de Vimioso, com os valores mais elevados ao nível da população entre os 0 e os 4 anos e os 25 e os 64 anos, voltando a destacar-se por ser uma das freguesias mais densamente povoadas.

Em suma, apesar de se registarem assimetrias no concelho de Vimioso, é globalmente afectado pela diminuição do número de habitantes por km<sup>2</sup>, sendo este decréscimo mais evidente nas freguesias mais envelhecidas. As freguesias situadas a Noroeste são as mais densamente povoadas. A sede do concelho é a única a assinalar um aumento da densidade populacional, apesar de registar um acréscimo pouco significativo.

### 3.1.4 Envelhecimento da população

#### a) Taxas de natalidade e mortalidade

O estudo das taxas de natalidade e de mortalidade, as quais representam a relação entre nados vivos/ óbitos e a população residente, permite obter uma perspectiva sobre a forma como a população está a evoluir.

No território nacional evidenciam-se duas realidades distintas: a faixa litoral, densamente povoada e com taxas de natalidade mais elevadas, e o interior, menos povoado e com taxas de natalidade muito reduzidas. Não obstante este cenário, é pertinente realçar que em ambos os casos, não é possível assegurar a renovação das gerações.

A partir da tabela 3.1.4a observa-se que, em 2004, o concelho de Vimioso apresentava uma taxa bruta de natalidade inferior às restantes unidades territoriais em análise, contando com 4,5 nados-vivos por mil habitantes. À medida que se aumenta a escala de análise, aumenta também a taxa de natalidade, registando-se no Continente 10,3 nados vivos por mil habitantes. A região Norte aponta valores próximos dos observados para a NUT I Continente, obtendo uma taxa de 10,2‰. No Alto Trás-os-Montes o valor da taxa de natalidade, apesar de superior ao registado em Vimioso, é mais baixo do que o assinalado no Continente (7,1‰).

No que se refere à taxa de mortalidade, é a NUT II Norte que apresenta o menor número de óbitos em cada 1000 residentes (8,3), seguida da NUT I que regista uma taxa de 9,7‰. É no concelho de Vimioso que a taxa de mortalidade atinge níveis mais elevados, com 13,7 óbitos por mil habitantes. Os valores registados na NUT III Alto Trás-os-Montes (12,3‰) distam consideravelmente dos observados no Continente, aproximando-se da taxa assinalada no concelho de Vimioso.

Tabela 3.1.4a - Enquadramento da taxa de natalidade e mortalidade (2004)

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade (2004)	Taxa de Mortalidade (2004)
	Permilagem ‰	Permilagem ‰
NUT I Continente	10,3	9,7
NUT II Norte	10,2	8,3
NUT III Alto Trás-os-Montes	7,1	12,3
Vimioso	4,5	13,7

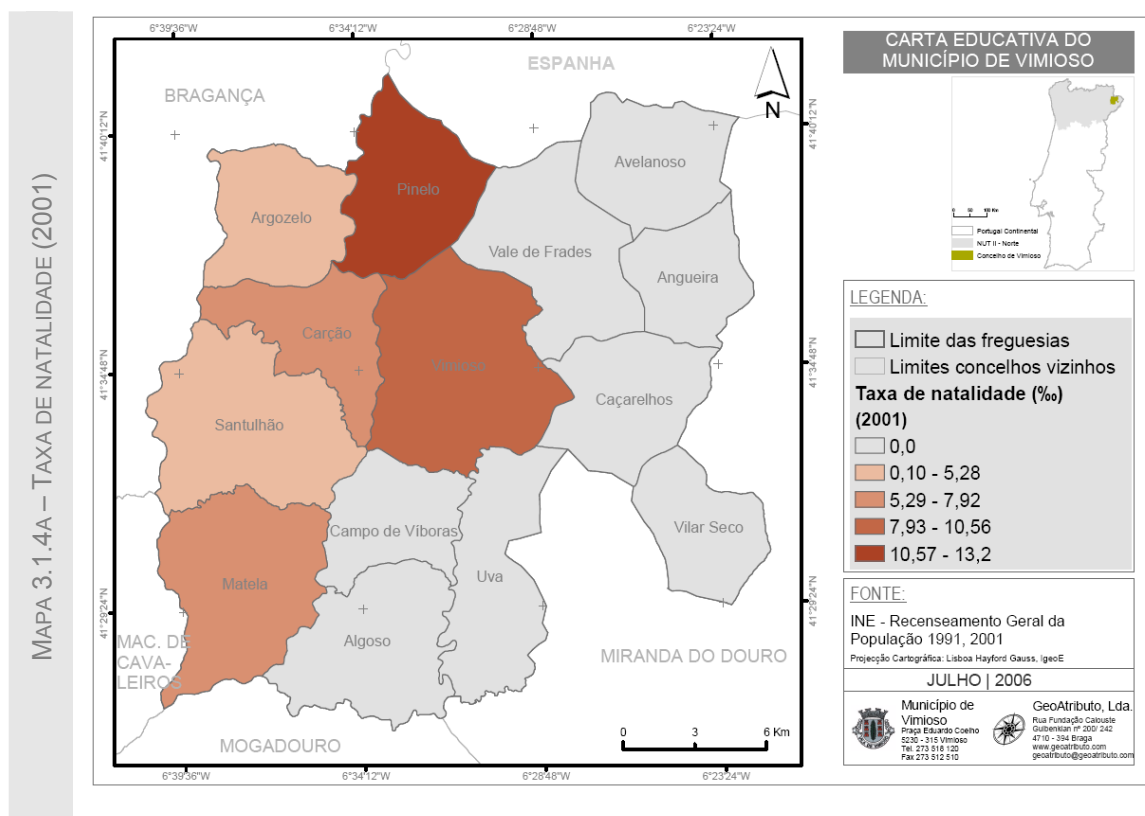
Fonte: INE, Retratos Territoriais, 2004

O cenário da natalidade e da mortalidade no município está estreitamente relacionada com a estrutura etária da população, na medida em que para além das questões relacionadas com o prolongamento da vida académica da

mulher, da sua entrada no mercado de trabalho, do generalizado acesso a contraceptivos, do aumento da idade do casamento, estamos também perante um concelho bastante envelhecido, registando-se uma preponderância das classes etárias mais idosas, o que infere directamente, quer no número de nados-vivos, quer nos níveis de mortalidade.

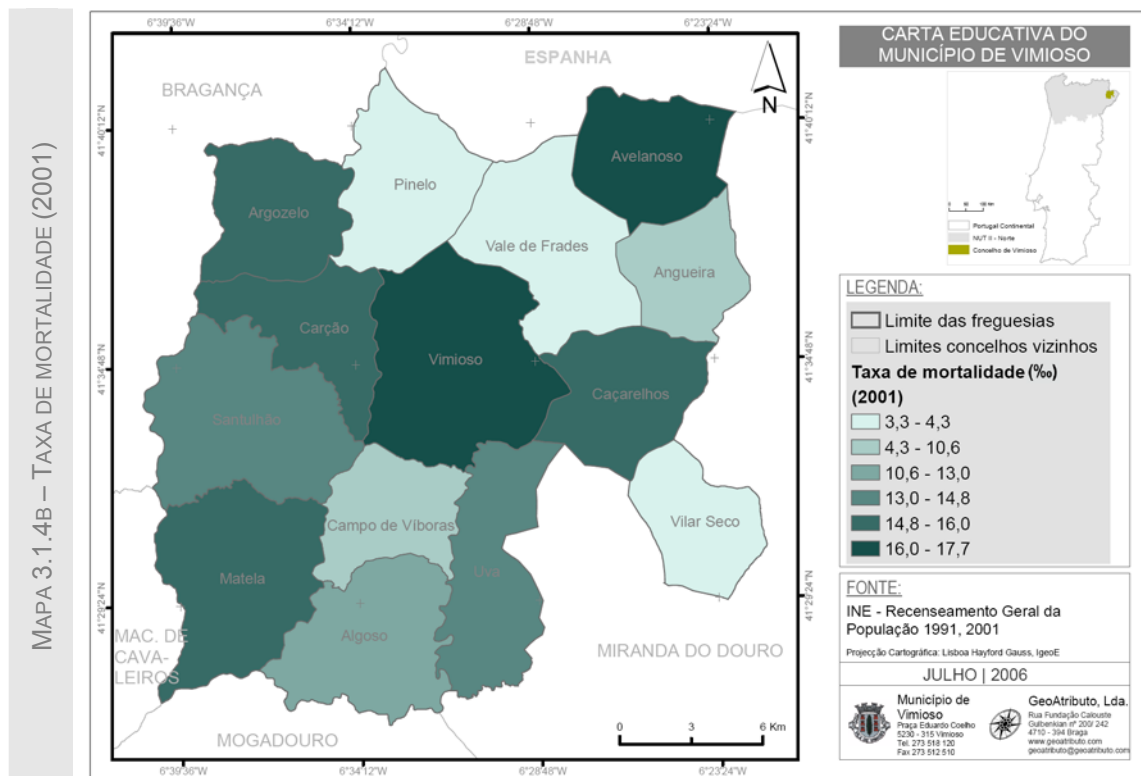
No que se refere à taxa de natalidade nas diversas freguesias do concelho, verifica-se, através do mapa 3.1.4a, que oito freguesias, localizadas a Este do município, não assinalaram qualquer nado-vivo em 2001: Avelanoso, Vale de Frades, Angueira, Caçarelhos, Vilar Seco, Uva, Campo de Vóboras e Algosó.

A taxa de natalidade mais elevada é registada na freguesia de Pinelo (13,2‰), situada no quadrante Norte do concelho de Vimioso. Os valores obtidos nas restantes freguesias situam-se todos abaixo dos 10‰, registando-se 7.1 nados vivos por 1000 habitantes em Carção, 6.7 em Vimioso, 5.2 em Matela e 4.6 em Argozelo.



Relativamente à taxa de mortalidade todas as freguesias registam ocorrência de óbitos, o que é decorrente de uma estrutura etária envelhecida, sendo a freguesia de Pinelo aquela que assinala o menor número de óbitos por cada 1000 residentes (3,3 óbitos), seguida da freguesia de Vale de Frades (4 óbitos) e de Vilar Seco (4,3 óbitos). Valores bem mais elevados registam as freguesias de Avelanoso, Vimioso, Caçarelhos, Carção, Argozelo e Matela com taxas de 17,7‰, 17,5‰, 16‰, 15,8‰, 15,6‰ e 15,3‰, respectivamente.

Tal como é possível aferir no mapa 3.1.4b, é no sector Oeste e centro, que se apontam o maior número de óbitos, enquanto que a Norte (à excepção de Avelanoso) e a Este as taxas de mortalidade atingem níveis mais reduzidos.



## b) Índices de juventude e envelhecimento

Tal como se tem vindo a observar através da análise dos diversos indicadores demográficos, o concelho de Vimioso tem sofrido um progressivo envelhecimento da população residente. A diminuição da natalidade e o aumento da mortalidade conduzem à quebra do número de efectivos mais jovens e ao gradual aumento da população mais idosa. Nestas circunstâncias, revela-se importante a análise dos índices de juventude e de envelhecimento, de forma a conhecer o peso e a proporção de jovens e idosos, respectivamente<sup>3</sup>.

Ao analisar o mapa 3.1.4c, relativo ao índice de envelhecimento em 1991 e 2001, observa-se uma forte discrepância de valores, nestes dois momentos censitários. Regista-se um agravamento significativo do índice de envelhecimento,

<sup>3</sup> Na presente análise, considerou-se população jovem com limites de idade compreendidos entre os 0 e 14 anos, inclusive, enquanto que a população idosa, corresponde à população com 65 anos e mais anos.

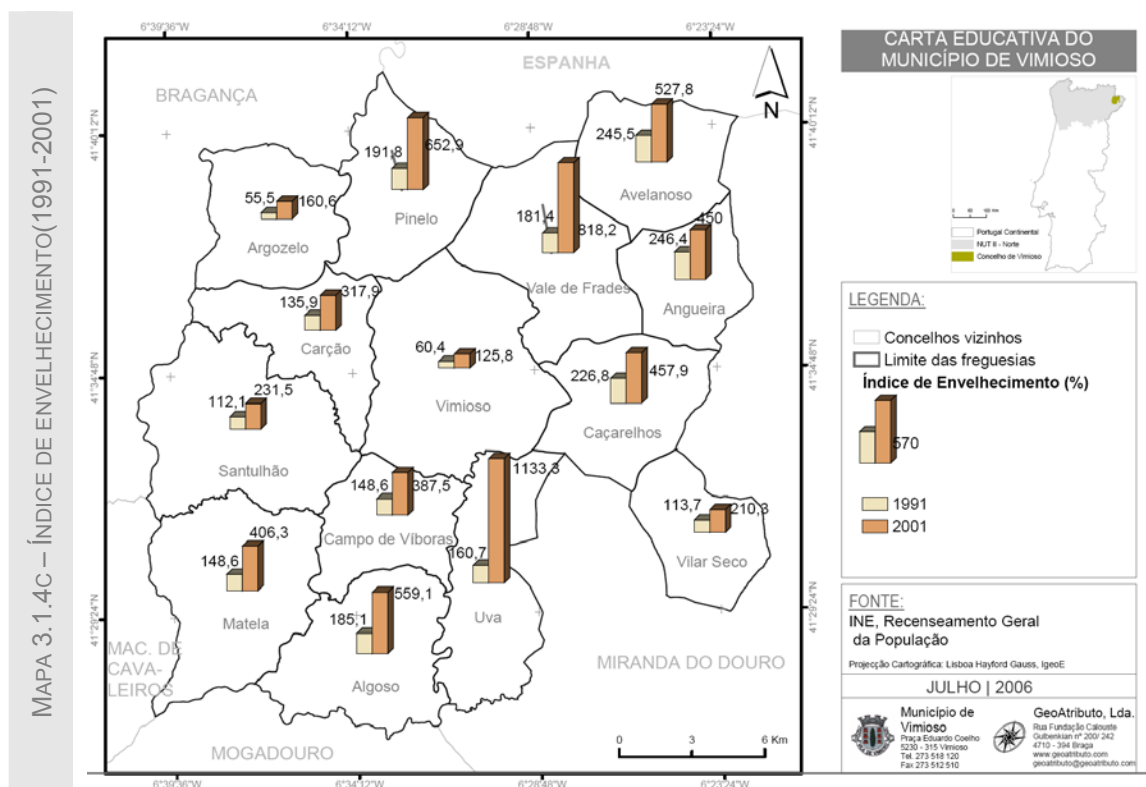


denunciando o aumento da percentagem de idosos. Todas as freguesias registaram um aumento da população idosa, sendo na freguesia de Uva que se assinala o aumento mais expressivo, na medida em que, em 1991, o índice era de 160,7%, passando para 1133,3%, em 2001.

Apesar de quase ter duplicado os seus valores, foi na freguesia de Angueira que o índice de envelhecimento menos aumentou (246,4% em 1991 e 450% em 2001). Esta freguesia apresentava em 1991, a maior percentagem de idosos. Por sua vez Avelanoso e Caçarelhos também exibiam um grande número de idosos em detrimento dos jovens (245,5 e 226,8 idosos por cada 100 jovens). No mesmo ano, Argozelo e Vimioso registavam uma menor percentagem de idosos, visto apresentarem 55,5 e 60,4 idosos por cada 100 jovens, respectivamente.

Em 2001 a situação altera-se, na medida em que as freguesias que detêm o maior número de idosos passam a ser Uva (1133,3%) e Vale de Frades (818,2%). Note-se que a freguesia de Uva se destacou por registar o maior acréscimo de população com 65 e mais anos, enquanto que Vale de Frades, assinalou a maior perda de população dos 0 aos 4 anos, o que explica, em parte, os valores dos índices em 2001. Apesar de apresentarem valores substancialmente mais elevados, a menor percentagem de idosos continua a verificar-se nas freguesias de Vimioso e Argozelo, com 125,8 e 160,6 idosos por cada 100 jovens, respectivamente.

A população mais envelhecida reside essencialmente a Este, Sudeste e Nordeste do concelho, nomeadamente nas freguesias de Uva, Pinelo, Algos, Vale de Frades e Avelanoso.



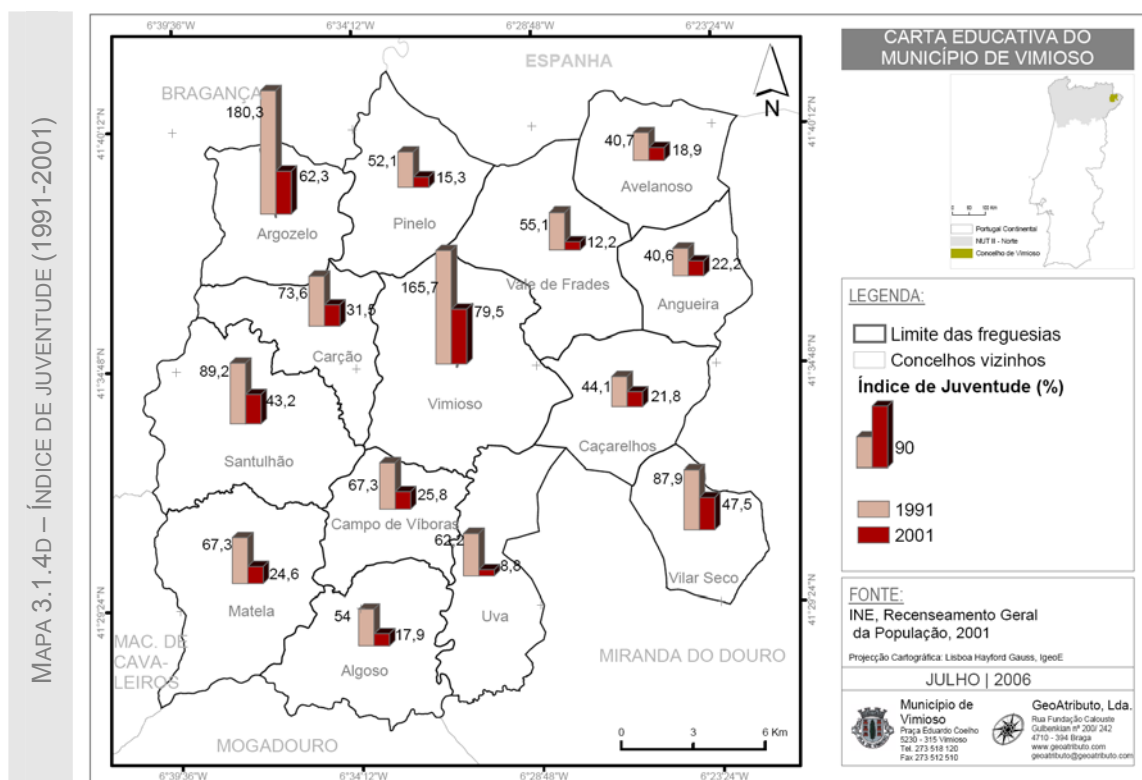
O conceito de índice de juventude representa a percentagem de jovens, em relação à população idosa.

Em 1991, voltam a destacar-se as freguesias de Vimioso e de Argozelo, desta vez por registarem o maior número de jovens, apresentando 165,7 e 180,3 jovens por cada 100 idosos. Estas são as únicas freguesias que apresentam valores superiores a 100%, visto que as demais freguesias obtêm valores entre os 87,9 e os 40,6%. O valor mais reduzido pertence à freguesia de Angueira, seguida de Avelanoso com 40,7 jovens por cada 100 idosos.

Em 2001, a população jovem sofreu um decréscimo acentuado em todas as freguesias, mas em especial nas freguesias de Uva e de Vale de Frades. Enquanto que em 1991, Uva e Vale de Frades contavam com 55,1 e 62,2 jovens por cada 100 idosos, em 2001, só se registavam 12,2 e 8,8, respectivamente. Note-se que essas freguesias foram também as que registaram um maior acréscimo de idosos, de 1991 para 2001.

As freguesias mais jovens continuam a ser Vimioso (79,5%) e Argozelo (62,3%). Por sua vez, a menor percentagem de jovens regista-se nas freguesias de Uva (8,8%), Vale de Frades (12,2%) e Pinelo (15,3%).

É no sector Oeste e no centro de concelho que se assinala a maior percentagem de jovens, destacando-se a sede concelhia, no sector centro e Argozelo a Noroeste.



## SÍNTESE

Em jeito de síntese, refira-se que o concelho de Vimioso é envelhecido. Marcado pela progressiva perda de população jovem e pelo acréscimo de população com uma idade mais envelhecida. As assimetrias entre as freguesias são evidentes, sendo que as mais atractivas, tal como a sede de concelho, acabam por atrair a população mais jovem, conduzindo a um gradual envelhecimento das freguesias de origem. No entanto, nem mesmo estas freguesias mais atractivas conseguem travar o acentuado envelhecimento populacional que se tem verificado em todo o território, o que pode vir a acarretar problemas sociais e económicos para o concelho.

Refira-se ainda que as freguesias onde a taxa de natalidade é mais reduzida e onde a taxa de mortalidade atinge valores mais elevados, registam também, na generalidade, níveis de envelhecimento mais expressivos.

### 3.1.5 Tipologia das áreas urbanas

As questões relacionadas com o “urbano” e com o “rural” têm vindo a adquirir relevante importância, na medida em que envolvem questões sociais, económicas e políticas.

Sentem-se, no entanto, dificuldades ao nível da definição do “Rural” e do “Urbano”, visto essa se basear numa pluralidade de critérios, o que problematiza o limite do que é considerado rural ou urbano. As tipologias mais comuns assentam essencialmente em critérios quantitativos, tais como a densidade populacional, dimensão dos lugares e emprego agrícola, sendo, em algumas circunstâncias, considerada a utilização dos solos e demais indicadores de natureza económica e social. Em vários casos, o rural é considerado o espaço residual não urbano.

Ao nível nacional, o Conselho Superior de Estatística aprovou a 3 de Julho de 1998 uma deliberação – Deliberação nº 488/98 – referente à tipologia de áreas urbanas. Esta Deliberação é alicerçada na “importância de que se reveste (...), a existência de uma tipologia que permita a classificação do País em áreas urbanas/rurais” e na urgência de “conciliar critérios de ordem estatística com aspectos ligados ao ordenamento e planeamento do território”.

A Tipologia de Áreas Urbanas (TAU) cuja unidade mínima de análise é a freguesia, integra então três níveis, dos quais dois são urbanos: Áreas Predominantemente Urbanas (APU); Áreas Medianamente Urbanas (AMU); Áreas Predominantemente Rurais (APR) (tabela 3.1.5a em anexo).

Das catorze freguesias que constituem o concelho de Vimioso, apenas a freguesia de Vimioso, que, por constituir a sede de concelho, foi classificada como Área Medianamente Urbana. As restantes freguesias foram consideradas Áreas Predominantemente Rurais. O cariz preponderantemente rural, do concelho de Vimioso, não lhe permite integrar nenhuma Área Predominantemente Urbana.

Tabela 3.1.5b - Classificação do concelho segundo a tipologia das áreas urbanas

Unidade territorial	Classificação
Algozo	APR
Angueira	APR
Argozelo	APR
Avelanoso	APR
Caçarelhos	APR
Campo de Víboras	APR
Carção	APR
Matela	APR
Pinelo	APR
Santulhão	APR
Uva	APR
Vale de Frades	APR
Vilar Seco	APR
Vimioso	AMU

Fonte: INE

## 3.2 ACTIVIDADES ECONÓMICAS

### 3.2.1 Sectores de actividade

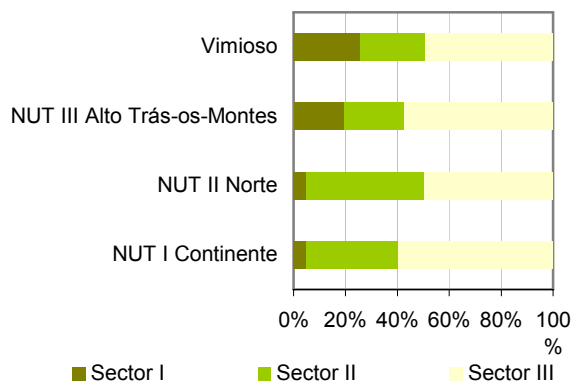
Nesta secção, proceder-se-á à análise dos sectores de actividade do concelho de Vimioso. Estes sectores dividem-se em 3 grupos: sector primário; sector secundário e sector terciário.

No que se refere ao sector primário, este empregava, em 2001, na NUT I Continente e a NUT II Norte 4,8% da população activa, já a NUT III Alto Trás os Montes e o concelho de Vimioso apresentavam, no mesmo ano, valores significativamente superiores, sendo que apenas 19,6% e 25,5% dos residentes integravam o sector primário.

Quanto ao sector secundário, é na NUT II Norte que se assinala a percentagem mais elevada, tendo 45,8% da sua população empregada neste sector. Com valores inferiores à NUT II Norte, mas superiores à NUT III Alto Trás-os-Montes e a Vimioso, está o Continente com 35,5% dos efectivos no sector secundário. No que se refere à NUT III Alto Trás os Montes e ao concelho em análise, estes atingem valores percentuais de 23,1% e 25,3%.

É no Continente que se regista a percentagem mais elevada, no que concerne ao sector terciário, sendo que neste sector estão empregados 59,7% dos residentes, seguido do Alto Trás os Montes (57,3%) e da NUT II Norte (49,5%). Apesar de assinalar valores muito próximos do Norte, é no município de Vimioso que se observa a percentagem mais reduzida, não ultrapassando os 49,2%.

Gráfico 3.2.1a – População empregada por sector de actividade (%), enquadramento

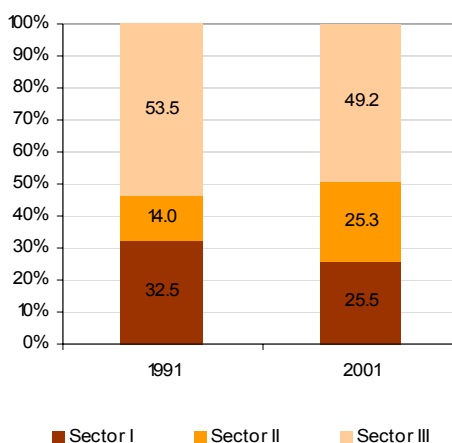


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

O concelho apresentava, em 1991, marcas rurais significativas (gráfico 3.2.1a), visto que o sector primário empregava 32,5% da população. Apesar de ter sofrido um decréscimo em 2001, a população activa que desempenhava funções ligadas ao sector primário ainda era de 25,5%. Em contrapartida, o sector secundário ganha uma maior representatividade em 2001, tendo a população activa deste sector, crescido de 14%, em 1991, para 25,3%. Também, o sector terciário sofreu um decréscimo, apesar de menos significativo, visto que em 1991 empregava 53,5% da população activa, passando a empregar apenas 49,2%, em 2001.

Tem-se assim verificado (gráfico 3.2.1b) uma lenta evolução, no que diz respeito ao abandono da actividade agrícola, que geralmente está associada a níveis de ensino mais reduzidos. Para além do enfraquecimento sentido neste campo, também se regista uma diminuição da população associada a empregos relacionados com o sector terciário. Apesar deste decréscimo, verifica-se que este continua a assumir um papel preponderante na estrutura económica do concelho. Também se assinala um aumento das actividades do foro industrial, as quais também poderão estar ligadas ao sector agrícola, no que diz respeito ao processo de transformação de matéria-prima. A criação do parque industrial neste Município, poderá ser, em parte, responsável pelo aumento da população activa relacionada com o sector secundário.

Gráfico 3.2.1b – População empregada por sector de actividade, em percentagem do total, no concelho de Vimioso (1991 e 2001)

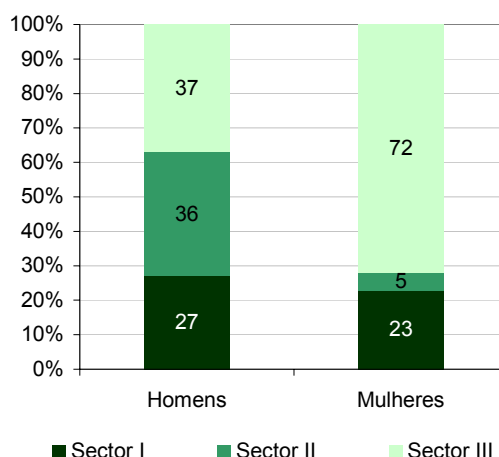


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

Podemos verificar, a partir do gráfico 3.2.1c, que os sectores de actividade têm uma diferente representatividade no sexo masculino e no feminino. No que se refere ao sector primário, os valores entre homens e mulheres são semelhantes (27% e 23%, respectivamente), sendo ligeiramente superiores nos homens. Nos restantes sectores de actividade as discrepâncias são marcantes. A maioria da população activa feminina está representada no sector terciário (72%), enquanto que apenas uma ínfima percentagem da população (5%) está ligada ao sector industrial. Já no

que diz respeito à população activa masculina distribui-se similarmente no segundo (36%) e terceiro (37%) sectores de actividade.

Gráfico 3.2.1c – População residente por sector de actividade e por sexos, em Vimioso, (2001)

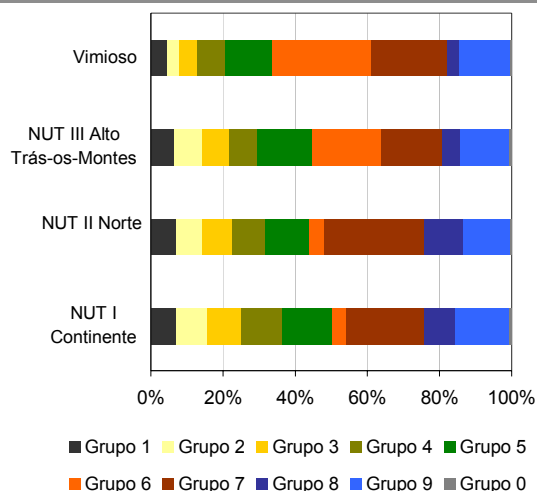


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001

Após a análise da distribuição da população residente por sectores de actividade, é ainda importante ter em conta a distribuição da população pelos vários grupos de profissões. Para tal, recorre-se à Classificação Nacional de Profissões constituída por 10 conjuntos de profissões: o grupo 0 que se refere aos membros das Forças Armadas; grupo 1 – quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa; grupo 2 – especialistas das profissões intelectuais e científicas; grupo 3 – técnicos e profissionais de nível intermédio; grupo 4 – pessoal administrativo e similares; grupo 5 – pessoal dos serviços e vendedores; grupo 6 – agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; grupo 7 – operários, artífices e trabalhadores similares; grupo 8 – operadores e instalações de máquinas e trabalhadores de montagem; grupo 9 – trabalhadores não qualificados.

Desta forma, é possível verificar (gráfico 3.2.1d) que a população activa se distribui de forma desigual pelos grupos de profissões considerados. Na NUT I Continente e na NUT II Norte, o grupo mais representado é o grupo 7 (21,5% e 27,7%), tendo porém, mais expressividade no Norte. Na NUT III Alto Trás-os-Montes e em Vimioso, predomina o grupo 6, registando valores de 19,2% na NUT III, e de 27,5% no concelho. Os grupos que prevalecem (6 e 7) correspondem, então, a profissões pouco qualificadas, relacionadas, no primeiro caso, com actividade de operários e artífices, e no segundo, com actividades agrícolas.

Gráfico 3.2.1d – Distribuição da população activa por grupos de profissões, 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

O grupo de profissões mais qualificado ou seja, o grupo 1, tem pouca expressão em todas as unidades geográficas analisadas, sendo particularmente pouco figurado no concelho de Vimioso (4,7%), obtendo valores 2,3% mais baixos do que a média para o País (7%). A região que comporta o maior número de indivíduos pertencentes ao grupo 1 é a NUT II Norte (7,1%), com valores que pouco distam dos obtidos no Continente.

Os três primeiros grupos mais qualificados (grupos 1 a 3) destacam-se de forma mais relevante na NUT I Continente abarcando, no entanto, apenas 25% da população activa. Relativamente às diversas unidades territoriais consideradas, à medida que vamos descendo na nossa escala de análise, a proporção de população empregada nos três primeiros grupos vai reduzindo, particularmente em Vimioso, que apresenta 12,9% de população activa, enquanto que o Alto Trás-os-Montes e o Norte registam 21,8% e 22,4%, respectivamente.

O grupo menos representado é o que respeita as Forças Armadas (grupo 0), variando entre os 0,7%, no Continente e no Alto Trás-os-Montes, e os 0,3% no Norte.

Os grupos de profissões que se referem a operadores de instalações de máquinas e trabalhadores de montagem (grupo 8) e profissões sem qualquer qualificação (grupo 9), figuram essencialmente na NUT II Norte (24%) e na NUT I Continente (23,6%), apresentando Vimioso uma situação mais favorável, visto registar a menor percentagem de população activa empregada neste grupos pouco ou não qualificados (17,6%).



### 3.2.2 Estrutura de emprego no concelho

---

De acordo com o Recenseamento Geral da População, em 2001, Vimioso contava com 1748 indivíduos activos e 3567 indivíduos não activos, ou seja 67,1% da população está incluída numa destas classificações (INE): reformado, estudante, população com menos de 15 anos, incapacitado, doméstico, entre outros casos.

É a freguesia de Vimioso que apresenta um maior volume de activos, registando valores claramente superiores às restantes freguesias (46,1%). Valores também elevados registam Pinelo (40,6%) e Vilar Seco (37,7%). Inversamente, evidenciam-se as freguesias, onde o peso da população activa é menos significativo: Vale de Frades (21,2%), Avelanoso (21,6%) e Matela (21,9%).

No que se refere à população inactiva, os valores registados são significativamente superiores, em relação à população activa. Como expectável, em consequência da análise feita à população activa, as freguesias que mais indivíduos inactivos apresentam são Matela (78,1%) e Avelanoso (78,4%), e Vale de Frades (78,8%) contando, para tal, o peso da população reformada, ou seja, mais envelhecida, que é de 50% em Avelanoso, 51,2% em Matela, e 50,2% em Vale de Frades. A freguesia de Vimioso conta com 651 efectivos inactivos (53,9%), sendo que este total continua a ser influenciado pelo peso dos indivíduos reformados (22,1%). As demais freguesias apresentam todas mais de 60% de população sem actividade, sendo a freguesia de Vilar Seco que menos dista de Vimioso (62,3%).

Note-se que em todas as freguesias, o elevado número de inactivos, se deve essencialmente à população reformada. Embora em muito menor valor percentual, a população com menos de 15 anos e a população doméstica também ocupa uma percentagem, significativamente relevante, no total de inactivos (16,6% e 12,2%).

Na tabela 3.2.2a estão representadas as taxa de actividade e de desemprego, na NUT I Continente, na NUT II Norte, na NUT III Alto Trás-os-Montes e em Vimioso, em 1991 e 2001.

A taxa de actividade permite-nos avaliar o peso da população activa numa determinada região. Deste modo, ao analisarmos a tabela, verificamos que a taxa de actividade sofreu um acréscimo em todas as unidades geográficas em análise. O aumento mais expressivo registou-se no concelho de Vimioso, passando de uma taxa de actividade de 40,3%, em 1991, para 46,1%, em 2001. Enquanto que em 1991 a taxa de actividade mais elevada se registava na NUT II Norte (45,5%), em 2001, o valor mais elevado é assinalado no Continente, com uma taxa de 48,4%. O Norte mantém, no entanto, valores muito próximos dos registados a nível nacional (48,1%). Valores bem mais baixos obtêm as demais unidades territoriais, em que a taxa de actividade não ultrapassa os 37,4% na NUT III e 46,1% em Vimioso, em 2001. A NUT III Alto Trás-os-Montes, para além de assinalar a taxa de actividade inferior, também foi nesta região que se observou o menor aumento, sendo que em 1991 era de 35,7, passando a ser de 37,4% em 2001.

Quanto à taxa de desemprego, Vimioso apresentava, em 1991, valores muito superiores às restantes regiões em análise (10,5%). Com valores consideravelmente mais reduzidos, mas aproximados, enunciam-se as unidades territoriais relativas à NUT III Alto Trás-os-Montes (6,2%) e à NUT I Continente (6,1%). A taxa de desemprego mais baixa

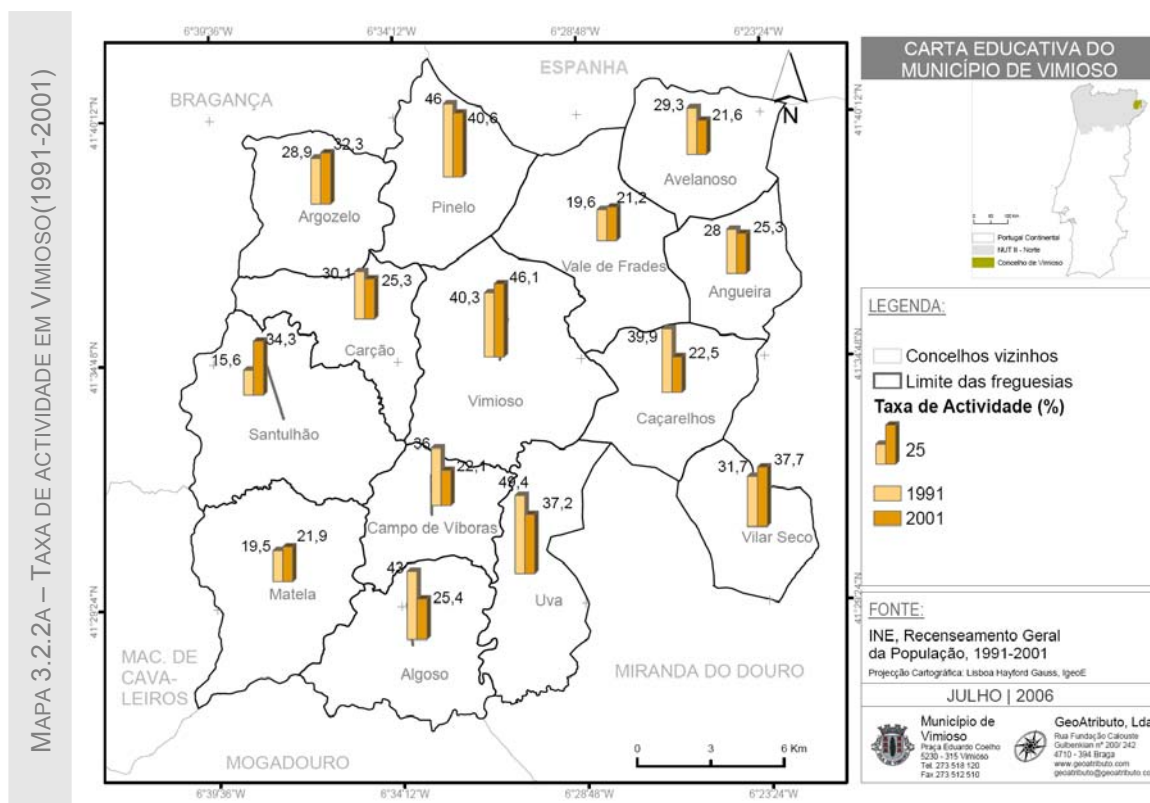
pertencia à NUT II Norte, com valores de 5%. Em 2001 todas as taxas sofreram um acréscimo, à excepção de Vimioso (6,9%), que deixa de ser o território com a taxa de desemprego mais elevada, dando lugar à NUT III (8,6%), que registou o acréscimo mais expressivo. Tal como acontecia com a taxa de actividade, a região Norte e o Continente obtêm valores muito próximos, com 6,7% e 6,9%, respectivamente.

Tabela 3.2.2a -Taxa de actividade e de desemprego (1991 e 2001)

Unidade Territorial	Taxa de actividade (%)		Taxa de desemprego (%)	
	1991	2001	1991	2001
NUT I Continente	44,9	48,4	6,1	6,9
NUT II Norte	45,5	48,1	5,0	6,7
NUT III Alto Trás-os-Montes	35,7	37,4	6,2	8,6
Vimioso	40,3	46,1	10,5	6,9

Fonte: INE

Relativamente à taxa de actividade no município, podemos verificar, através da análise do mapa 3.2.2a, que oito freguesias do concelho assinalaram um decréscimo da população activa. A redução mais acentuada registou-se na freguesia de Algoso, na qual a taxa de actividade era de 43% em 1991, passando para 24,4% em 2001, e na freguesia de Caçarelhos que decresceu de 39,9%, em 1991, para 22,5%, em 2001. As freguesias que registaram maior volume de população activa em 1991 foram: Uva (49,4%), Pinelo (46%) e Algoso (43%). Em 2001, destaca-se a freguesia de Vimioso que obtém a taxa de actividade mais elevada (46,1%). Pinelo continua a ser a segunda freguesia com maior taxa de actividade (40,6%), seguida de Vilar Seco, com uma taxa de 37,7%. As freguesias que, em 2001, integravam um menor volume de população activa eram Vale de Frades (21,2%), Avelanoso (21,6%), Matela (21,9%), e Campo de Vóboras (22,1%).



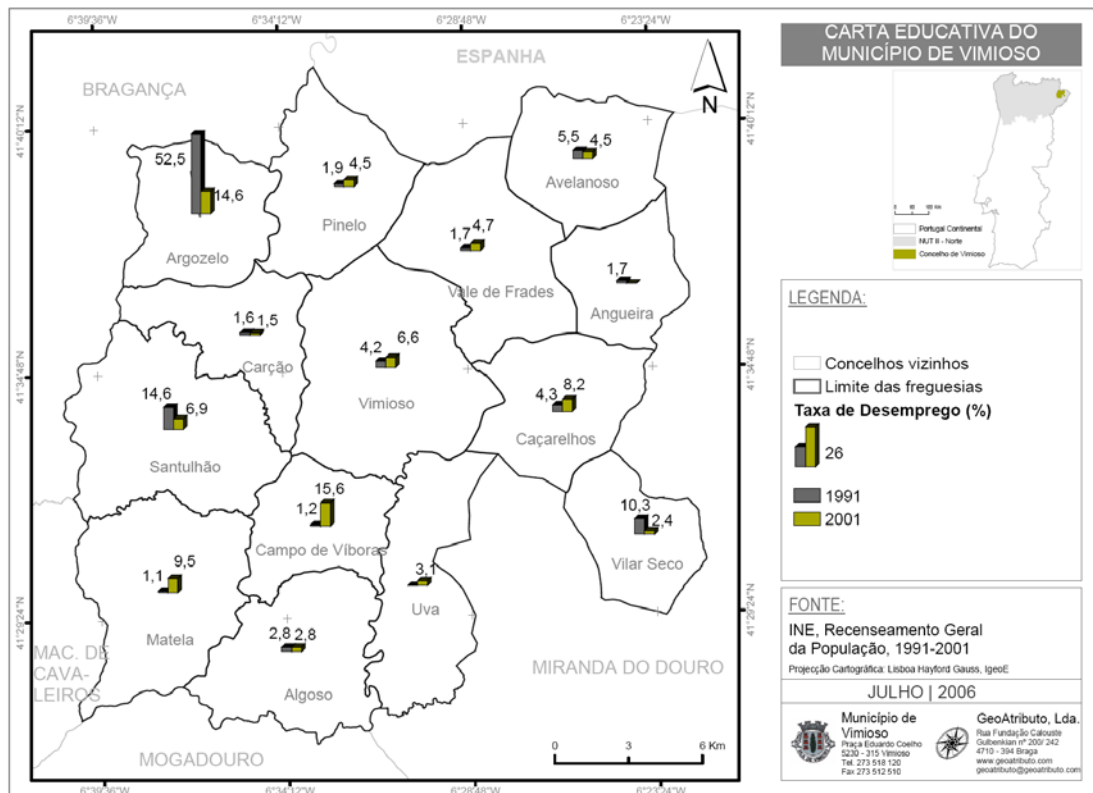
No que se refere à taxa de desemprego, o mapa 3.2.2b evidencia a desigual distribuição da mesma, nas diversas freguesias do concelho.

Verifica-se um decréscimo da população desempregada em seis freguesias: Angueira, Argozelo, Avelanoso, Carção, Santulhão e Vilar Seco. Porém, foi a freguesia de Argozelo que, no dois momentos censitários considerados, registou um abatimento mais significativo, passando de 52,5% para 14,6%. Ao invés, Campo de Vóboras regista o maior aumento de população desempregada, apresentando, em 1991, uma taxa de 1,2%, e de 15,6%, em 2001.

Refira-se a existência de valores nulos de população desempregada em Uva (1991) e em Angueira (2001). Exceptuando estes valores, em 1991, as freguesias que apresentavam as taxas de desemprego mais reduzidas eram Matela (1,1%) e Caçarelhos (1,2%), sendo substituídas, em 2001, embora com valores mais elevados, por Carção (1,5%) e Vilar Seco (2,4%).

Em 1991, a taxa de desemprego registada em Argozelo, era, de longe, a mais elevada, contudo, em 2001, é a freguesia de Campo de Vóboras que supera as restantes, com uma taxa de 15,6%.

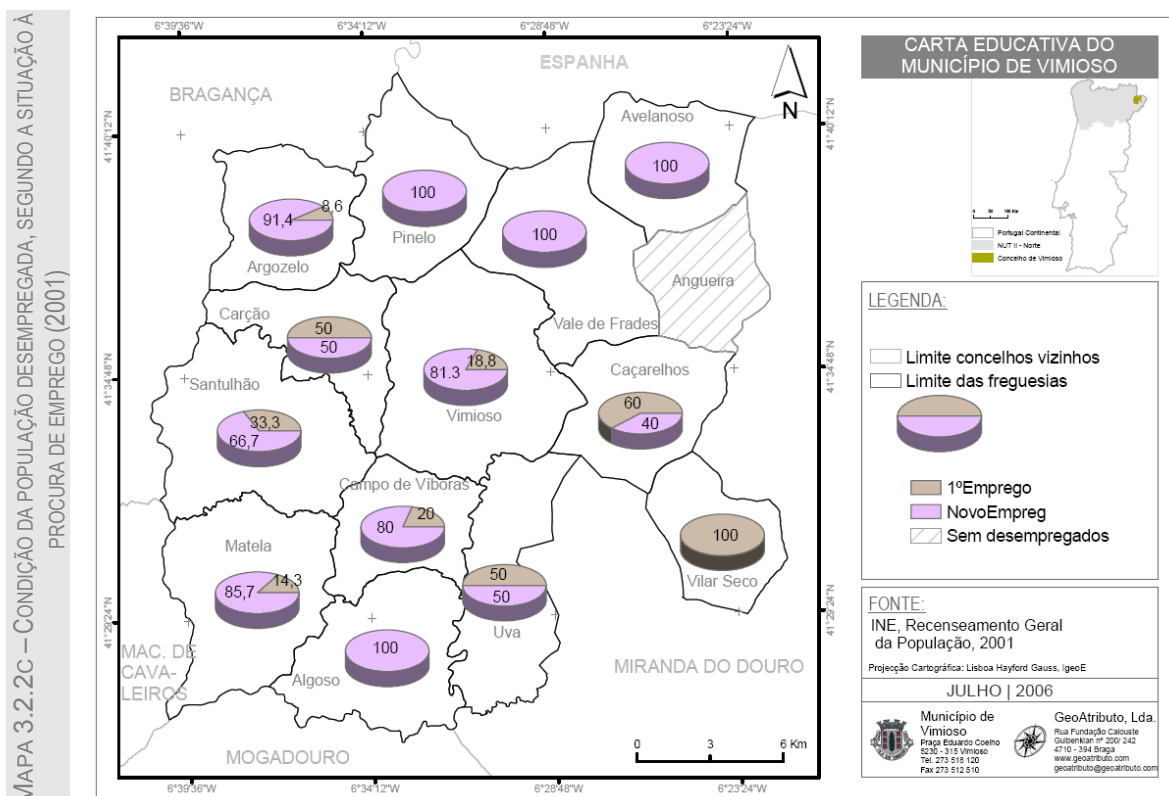
MAPA 3.2.2B – TAXA DE DESEMPREGO EM VIMIOSO(1991-2001)



Relativamente à população desempregada, é possível distinguir dois tipos: população desempregada à procura do primeiro emprego e população desempregada à procura de um novo emprego.

Segundo os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1991-2001), 80,5% da população desempregada, em Vimioso, encontra-se à procura de um novo emprego, contrariamente, 19,5% está à procura do primeiro emprego. Esta situação poderá dever-se à elevada percentagem de população com idades mais avançadas, para a qual se torna difícil encontrar um novo emprego, e à baixa escolaridade da população, inclusive da população mais jovem, a qual iniciou a carreira profissional precocemente. O reduzido número de jovens, também poderá explicar a fraca expressão do grupo de indivíduos à procura do primeiro emprego, visto este ser, na generalidade, constituído por população mais jovem.

Nas freguesias de Algozo, Avelanoso e Vale de Frades não se registaram, em 2001, qualquer indivíduo à procura do primeiro emprego, enquanto que na freguesia de Vilar Seco se verifica o contrário, ou seja, ninguém se encontrava à procura de um novo emprego. Note-se que, exceptuando estes casos, apenas a freguesia Caçarelhos apresenta menos de 50% da sua população à procura de um novo emprego registando, portanto, esta freguesia 60% de indivíduos à procura de um emprego. Na freguesia de Uva e Carção a população está equitativamente distribuída, registando-se 50% de indivíduos à procura do primeiro emprego e à procura de um novo emprego.



Note-se que a freguesia de Angueira não regista qualquer desempregado, segundo os dados do Recenseamento Geral da População de 2001. Para compreender a evolução do desemprego, é ainda importante analisar a percentagem de desempregados, por idades e por sexo (gráfico 3.2.2b).

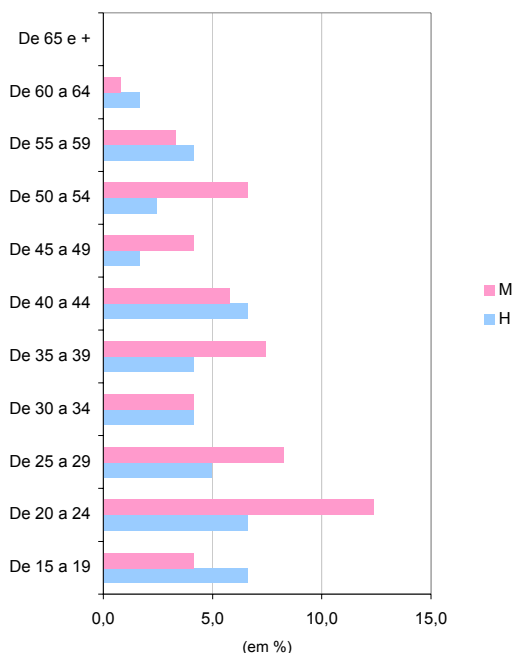
Desta forma, é possível verificar que os desempregados são, na sua maioria do sexo feminino (57%), e que é na faixa etária dos 20 aos 24 anos e dos 40 aos 44 anos, que se assinala a maior percentagem de desempregados, (19% e 12,4%, respectivamente). Dado corresponder à idade da reforma, a classe dos 65 e mais anos, não regista qualquer desempregado.

Note-se a elevada proporção de desempregados entre os 15 e 19 anos, denunciando o precoce abandono escolar e consequente antecipação da entrada no mercado de trabalho. Saliente-se que a maioria dos indivíduos nesta situação e faixa etária são homens (6,6%). De facto, a maioria dos desempregados do sexo masculino encontram-se nos grupos etários dos 15 aos 19 anos, dos 20 aos 24 anos (6,6%), e dos 40 aos 44 anos (6,6%). Quanto às desempregadas, assumem maior preponderância na faixa dos 20 aos 24 anos (12,4%) e dos 25 aos 29 anos (8,3%).

Refira-se ainda a existência de uma percentagem significativa de desempregados entre os 55 e os 59 anos (7,4%), dos quais 4,1% são homens.

Apesar, de manifestarem idades avançadas, o grupo de idades dos 60 aos 64 anos ainda apresenta população desempregada (2,5%), sendo que 1,7% destes indivíduos são do sexo masculino.

Gráfico 3.2.2b - População residente desempregada, por grupos de idade e por sexo, 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

Relativamente à qualificação da mão-de-obra desempregada (gráfico 3.2.2c), podemos constatar que, de uma forma geral, à medida que aumenta o nível de escolaridade, diminui o número de desempregados, ou seja, são os indivíduos menos qualificados que têm mais dificuldade em encontrar trabalho. Porém, note-se que apenas 4% dos desempregados não possuem qualquer nível de ensino, sendo estes, na totalidade, homens. A população desempregada é essencialmente representada no 1º e 2º ciclos de escolaridade, constituindo 33,6 % e 28,9% dos efectivos.

Saliente-se a pouca representatividade dos desempregados com licenciatura (6,6%) e bacharelato (2,5%), e a inexistência dos mesmos com curso médio mestrado e doutoramento. Estes valores reflectem o reduzido número de efectivos a frequentar níveis de Ensino Superiores.

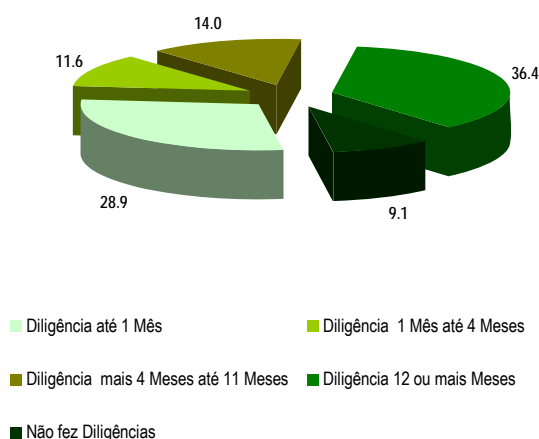
As mulheres são as que, em qualquer nível de ensino, sentem mais dificuldade em entrar ou reentrar no mercado de trabalho, registando uma maior percentagem, em todos os graus de ensino, à excepção do 3º ciclo, em que a população

desempregada se distribui equitativamente em ambos os sexos (8,3%). Ainda no que diz respeito à população desempregada, convém analisar a iniciativa destes em procurar emprego.

Desta forma, o sectorgrama abaixo representado, mostra as diligências realizadas ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), ou seja, indica a iniciativa dos desempregados em recorrer ao centro de desemprego para averiguar a oferta disponível, não só no que se refere à oportunidade de emprego, mas também à formação profissional.

Nestas circunstâncias, verificamos que por um lado, 9,1% da população desempregada não fez qualquer diligência no sentido de procurar emprego, e por outro, a maioria dos efectivos fez diligência há 1 ano ou mais. Apesar disso, refira-se ainda, que uma percentagem significativamente elevada dos desempregados têm se empenhado na tentativa de procurar emprego, na medida em que 40,5% dos efectivos, realizaram diligências ao IEFP até 4 meses.

Gráfico 3.2.2c - População residente desempregada, por diligências realizadas ao centro de emprego (em %), 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

Após a análise da população activa e da população desempregada, importa igualmente conhecer qual o principal meio de vida da população residente, a partir dos 15 anos.

Deste modo, no concelho de Vimioso, apenas 29,8% da população auferе rendimentos à custa do trabalho, sendo que a maioria (39,8%) obtém o seu sustento a partir das reformas (ver tabela 3.3.3e em anexo). Esta situação não é particular deste concelho, sendo este um problema das sociedades modernas, que, devido ao progressivo envelhecimento da população, vêm, por um lado, diminuir a população activa, e por outro, vêm os encargos com os idosos a aumentar.

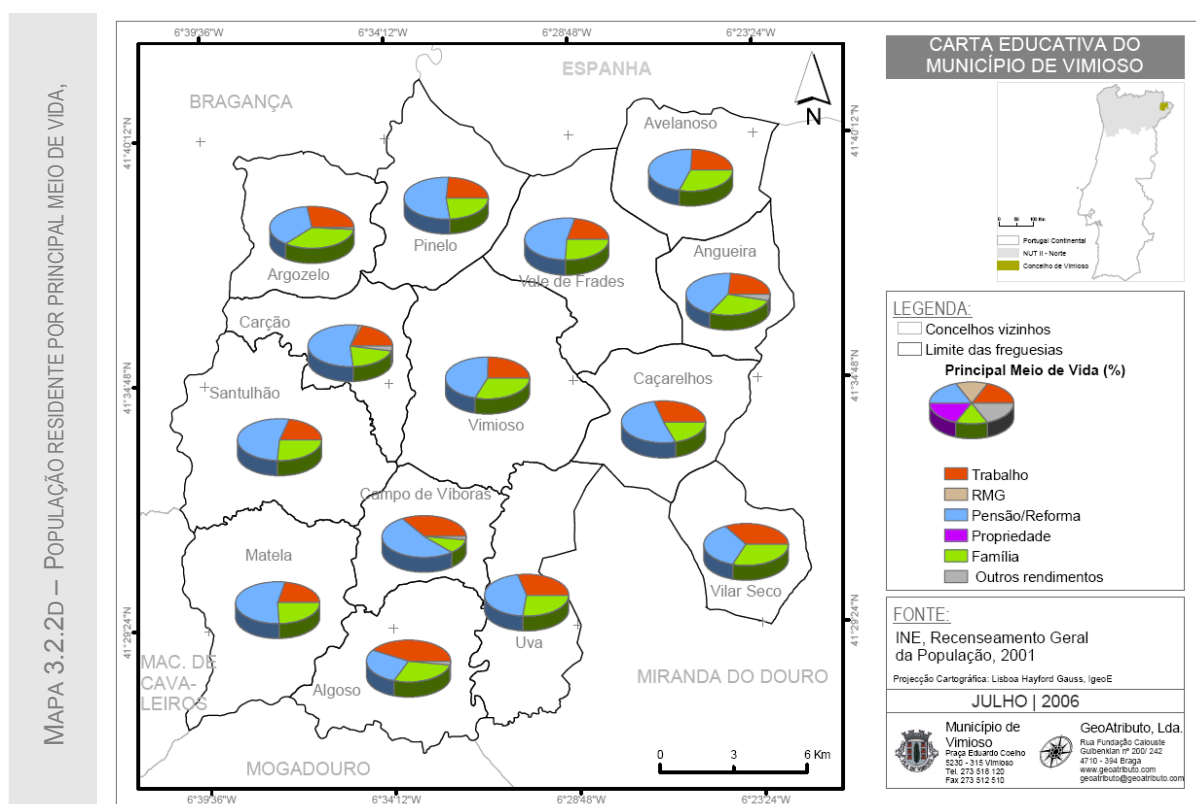
A freguesia que detém a maior proporção de população residente, cujo principal meio de vida é o trabalho, é a sede concelhia (43%), visto que apresenta uma maior e diversa oferta de trabalho e, por isso, é mais atractiva, como tal apresenta uma maior percentagem de indivíduos em idade activa. As freguesias de Campo de Vóboras e de Matela são

as que mais se afastam dos valores obtidos em Vimioso, sendo que 18,8% e 19,9% da população, respectivamente, se encontram em situação de trabalho.

O número de indivíduos que vive do rendimento mínimo garantido é pouco representativo, sendo que a percentagem mais elevada não ultrapassa os 1,4% em Campo de Vóboras. As freguesias de Algosó, Caçarelhos, Avelanoso e Vale de Frades não apresentam qualquer indivíduo nesta situação.

Quanto à população reformada atinge valores superiores a 50% em 7 freguesias, sendo elas Algosó, Avelanoso, Campo de Vóboras, Matela, Pinelo, Uva e Vale de Frades. É na freguesia de Campo de Vóboras que se regista uma maior percentagem de efectivos nesta condição (56,3%), ao invés, é em Vimioso, que a população reformada é menos representada.

À semelhança do que se verifica ao nível da população com rendimento mínimo garantido, também o número de efectivos, cujo principal meio de vida são os rendimentos oriundos de propriedades ou empresas, é pouco expressivo. Apenas 4 freguesias comportam indivíduos nesta situação (Algosó, Argozelo, Vale de Frades e Vimioso), não ultrapassando, no entanto, 1% registado em Vale de Frades.





### 3.2.3 Qualificação dos recursos humanos

---

Sendo o nível de alfabetização, um indicador essencial, para compreender o patamar de desenvolvimento de um país ou região, proceder-se-á à análise deste indicador, no Continente, na NUT II Norte, na NUT III AltoTrás-os-Montes e no concelho de Vimioso, assim como nas diversas freguesias que compõem este último. Também será analisado, neste item, o nível de instrução da população residente de Vimioso.

Analisando os dados do INE, relativos ao alfabetismo da população (gráfico 3.2.3a), verificamos que em todas as unidades territoriais em análise, se tem registado um decréscimo do número de indivíduos que não sabem ler nem escrever. A diminuição mais acentuada foi assinalada no concelho de Vimioso, cuja variação atinge os -25,3%. Esta situação explica-se, em parte, pela grande percentagem de analfabetos em 1991, que constituíam 29,6% da população. Com valores próximos dos registados em Vimioso, encontra-se a NUT III com uma variação negativa de -22,5%. A NUT II Norte e a NUT I Continente apresentam valores mais baixos (-12,8% e -12,7%, respectivamente), tendo perdido uma menor percentagem de indivíduos analfabetos.

No que diz respeito à população que sabe ler e escrever, todas as unidades territoriais registaram um acréscimo destes efectivos, à excepção de Vimioso. Este concelho, apesar de ter assinalado um decréscimo de analfabetos superior às restantes regiões analisadas, regista, no entanto, uma diminuição de 12% ao nível dos indivíduos alfabetizados.

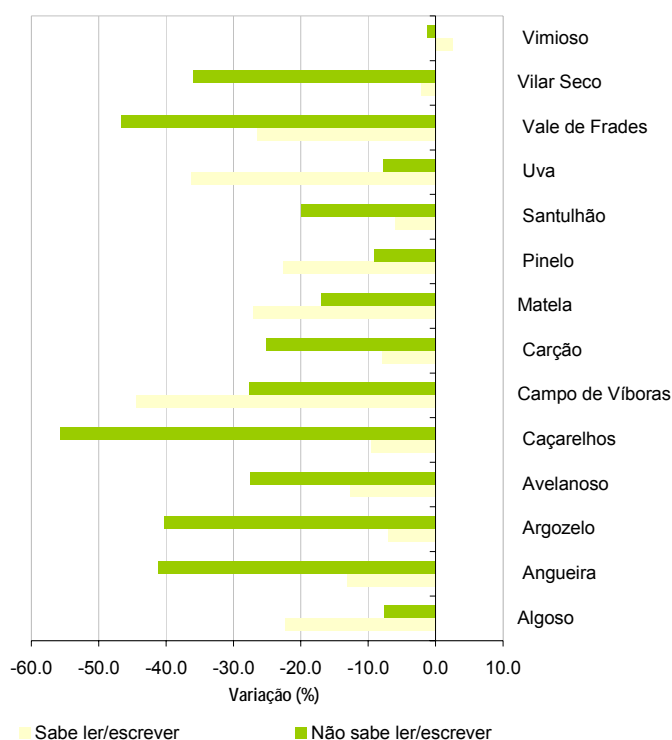
Na NUT III Alto Trás-os-Montes o acréscimo foi muito reduzido, não superando os 0,5%. Numa situação mais favorável, estão as unidades hierarquicamente superiores, visto apresentarem variações de 10, 3% (Norte) e 9,2% (Continente).

No concelho de Vimioso, o número de analfabetos diminuiu em todas as freguesias. O decréscimo mais expressivo registou-se em Caçarelhos (55,8%), em Vale de Frades (-46,7%) e em Argozelo (-40,2%).

A freguesia de Vimioso poucas alterações registou, visto em 1991 contar com 242 efectivos que não sabiam ler nem escrever, passando para 239 em 2001, o que corresponde a uma variação de -1,2%. Também as freguesias de Algosó e Uva assinalam um decréscimo pouco significativo, apresentando uma variação de -7,6% e -7,9%, respectivamente.

Somente Vimioso regista um aumento no número de efectivos que sabem ler e escrever (2,5%), sendo que as restantes freguesias apresentam variações negativas. Campo de Vímoras foi a freguesia que mais população alfabetizada perdeu (-44,4%), seguida de Uva que perdeu 36,3% dos seus efectivos. Valores significativamente elevados, apresentam também as freguesias de Matela, Vale de Frades, Pinelo e Algosó, com variações de -27,1%, -26,5%, -22,7% e -22,4%, respectivamente.

Gráfico 3.2.3b – Variação da população residente (%) segundo o nível de alfabetismo

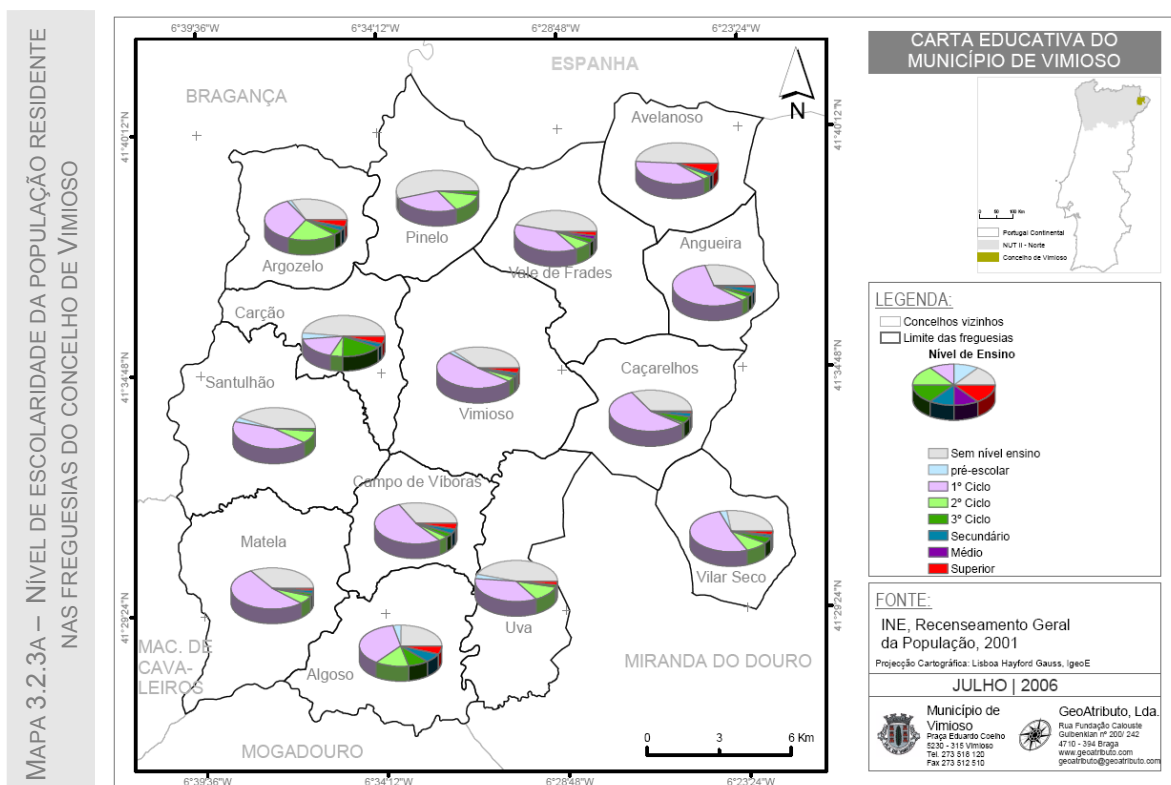


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

No que respeita ao nível de ensino nas diversas freguesias do concelho de Vimioso, é possível observar, a partir do mapa 3.2.3a, o predomínio de indivíduos sem nenhum nível de ensino, ou com o 1º ciclo. Esta preponderância está directamente relacionada com a estrutura etária do concelho. O concelho é caracterizado por uma população envelhecida, e como tal pouco qualificada e com elevados níveis de analfabetismo. Quanto à população sem qualquer nível de ensino, esta tem uma forte presença em todas as freguesias, alcançando valores entre os 54,2% em Algozo e os 24,4% em Vimioso (ver tabela 3.2.3a em anexo). São ainda de evidenciar as freguesias de Campo de Vóboras e Angueira que apresentam metade da população sem nenhum nível de ensino. Acima dos 40% estão ainda as freguesias de Avelanoso (46,6%), Santulhão (46,2%), e Matela (42,2%).

Em 2001, a população que frequentava a Educação Pré-Escolar era pouco significativa, visto que o número de crianças em idade Pré-Escolar é também diminuto. Cinco freguesias não apresentam qualquer criança a frequentar este nível de ensino, sendo elas as freguesias de Algozo, Angueira, Avelanoso, Caçarelhos, e Vale de Frades. Apesar de pouco expressivos, os valores mais elevados registaram-se em Vimioso (4,3%) e Vilar Seco (3,7%).

No que toca à população com o 1º ciclo do Ensino Básico verifica-se que seis freguesias mais de metade da população têm este nível de ensino: Caçarelhos (59,1%), Pinelo (54,6%), Uva (53,7%), Carção (52,3%), Vale de Frades (51,9%) e Vilar Seco (50,4%). É na freguesia de Campo de Vóboras que se regista uma menor percentagem de indivíduos com este nível de ensino (16,7%).



Quanto ao 2º ciclo, a freguesia que regista a maior percentagem é Argozelo, não ultrapassando, porém, os 24,7%. Para além de Argozelo, apenas as freguesias de Algosó, Santulhão e Vimioso atingem valores superiores a 10% (12,4%, 10,9% e 16,9%, respectivamente).

À medida que aumenta o nível de ensino diminui o número de efectivos. Deste modo, podemos verificar que a proporção de indivíduos com o 3º ciclo completo varia entre 19,3% (Campo de Vóboras) e 1% (Angueira). Apenas 2 freguesias registam valores superiores a 5%, sendo elas Campo de Vóboras (19,3%) e Vimioso (9,4%).

No que concerne ao Ensino Secundário, as freguesias mais representadas são Vimioso (6,3%) e Caçarelhos (3%). Inversamente, Algosó, Avelanoso, Santulhão e Matela constituem as freguesias com o menor número de efectivos com este nível de ensino completo, apresentando valores inferiores a 1% (0,5%, 0,7%, 0,6% e 0,9, respectivamente).

É no ensino médio que se atingem valores mais reduzidos, dado que este tipologia de ensino já não é praticado actualmente. Das 14 freguesias do concelho, 8 não apresentam qualquer indivíduo com o ensino médio completo. Avelanoso surge, então, com a percentagem mais elevada, não ultrapassando, contudo, os 2%, ou seja, três indivíduos. As demais freguesias registam valores inferiores a 1%: Vilar Seco (0,7%), Vimioso (0,5%), Carção (0,5%), Argozelo (0,4%) e Santulhão (0,3%).

No que se refere ao Ensino Superior, que engloba a licenciatura, o mestrado e o doutoramento, é na sede de concelho que este é mais representado, com 6% de efectivos, o que, em termos absolutos, equivale a um total de 49 indivíduos. Em contrapartida, Algosó não regista qualquer indivíduo com este nível de ensino. Para além desta freguesia, as localidades que mais se afastam dos valores obtidos em Vimioso são Campo de Vímora (0,9%), Carção (1%), Santulhão (1,2%) e Avelanoso (1,4%).

Em suma, através da análise dos dados relativos aos níveis de escolaridade, é possível verificar que a população do concelho de Vimioso apresenta um elevado número de indivíduos não alfabetizados ou com um baixo nível de escolaridade. Note-se que 75,8% da população do concelho não tem qualquer nível de ensino ou possui apenas o 1º ciclo completo, enquanto que somente 6,1% dos indivíduos apresentam o Ensino Secundário, médio ou superior.

Estes baixos níveis de ensino são facilmente relacionados com os grupos de profissões representados no concelho, pois, como já fora referido no ponto 3.2.1, predominam os grupos que exigem uma menor qualificação por parte da população activa.

### Síntese

Em 2001, no concelho de Vimioso, prevaleciam as actividades ligadas ao sector terciário. Porém, o sector primário, apesar de ter perdido representatividade, ainda obtém algum destaque no concelho, devido às suas feições rurais. O grupo de profissões mais representado é o grupo 6, no qual estão integradas profissões relacionadas com as actividades agrícolas.

Apenas 32,9% dos residentes de Vimioso são activos, estando esta essencialmente concentrada na sede concelhia. De facto, a taxa de actividade registada em Vimioso é inferior à verificada no Continente, enquanto que a taxa de desemprego é mais expressiva no concelho, comparativamente com as restantes unidades geográficas. Os desempregados repartem-se de desigual forma no concelho, sendo que em 2001 a freguesia de Angueira apresentava uma taxa de desemprego nula, enquanto que Campo de Vímora obtinha a taxa mais elevada. Refira-se ainda que os níveis de desemprego mais elevados se registavam na classe etária dos 20-24 anos e na população com um nível de escolaridade mais reduzido.

Quanto à alfabetização da população residente verificou-se um decréscimo da população analfabeta, em todas as freguesias do concelho, mas, em especial, em Caçarelhos e Vale de Frades. Contudo, os níveis de qualificação do concelho continuam a ser muito restritos, predominando os indivíduos com o 1º ciclo completo ou mesmo sem qualquer nível de ensino, o que condiciona o crescimento económico e, consequentemente, o desenvolvimento sustentado do município.

## 3.3 REDE VIÁRIA E ACESSIBILIDADES

---

### 3.3.1 Rede Viária

---

O presente capítulo pretende descrever sucintamente a temática – Rede Viária e Acessibilidades –, enunciando a informação relevante, no que respeita à elaboração da Carta Educativa do município.

A rede viária concelhia é composta por três níveis hierárquicos: a nacional (através da rede nacional e rede regional) designada por Estradas Nacionais (EN) e Regionais (ER), as anteriores estradas nacionais (desclassificadas no âmbito do PRN2000 que passam a integrar a rede municipal) e, finalmente, a rede municipal, constituída por Estradas Municipais (EM) e Caminhos Municipais (CM).

Não obstante, para a realização deste capítulo e dado que não existem dados vectoriais, dotados da respectiva classificação da rede viária do concelho de Vimioso, recorreu-se à observação das cartas militares e respectiva estrutura em vigor para a cartografia digital da série M888 (escala 1:25 000), realizada pelo Instituto Geográfico do Exército. Pelo que não foi respeitada na elaboração da cartografia, a hierarquia descrita no Plano Rodoviário 2000, mas sim a que a seguir se apresenta. Ainda assim, em termos descritivos é colmatada esta lacuna, com a necessária referência às estradas nacionais e regionais, que atravessam o concelho.

Ao nível das acessibilidades viárias, o concelho de Vimioso é servido, em termos gerais, por:

- estradas com espessura inferior a 5,5 metros, cujo piso é designado como mole, mas com possibilidade de acesso automóvel (equivalente a caminhos municipais);
- estradas com espessura inferior a 5,5 metros, cujo piso é designado como duro (equivalente a estradas municipais);
- estradas com espessura superior a 5,5 metros, cujo piso é designado como duro (equivalente a estradas regionais e nacionais).

No que diz respeito ao conjunto de estradas definidas, com espessura inferior a 5,5 m, cujo piso é designado como mole, mas com possibilidade de acesso automóvel, é perceptível que estas proporcionam a ligação das estradas municipais (EM), às respectivas freguesias do concelho de Vimioso e no interior destas. São o equivalente aos caminhos municipais, e estão presentes em todas as freguesias do município.

As estradas com espessura inferior a 5,5 metros, mas providas de um piso duro permitem o acesso entre freguesias, nomeadamente:

- uma estrada que liga a freguesia de Carção à freguesia de Santulhão, a qual por sua vez prossegue em direcção à freguesia da Matela;
- uma estrada que liga a freguesia de Argozelo à freguesia de Pinelo, sendo que antes de atingir esta freguesia, a estrada extrapola os limites do concelho de Vimioso, em direcção ao concelho de Bragança, ligando uma das freguesias deste concelho - Outeiro, localizada a Sudeste do concelho de Vimioso. Na freguesia de Pinelo esta estrada ramifica-se, sendo que um dos troços liga à sede concelhia - Vimioso e outro à freguesia de Vale de Frades, prosseguindo em direcção à freguesia de Avelanoso. Atravessa esta freguesia pelo extremo Nordeste, para entrar nas povoações vizinhas do território espanhol. Como tal, esta é uma estrada transfronteiriça:
- uma estrada que liga a freguesia de Avelanoso à freguesia de Angueira, prosseguindo em direcção à freguesia de Caçarelhos;
- uma estrada que liga a freguesia de Vimioso, sede de concelho, às freguesias de Uva e de Caçarelhos, se bem que parte do percurso em direcção a esta freguesia é entroncado com uma estrada, cujas características, em termos de espessura de piso são superiores a 5,5 metros, a qual serve apenas esta freguesia;
- uma estrada que liga a freguesia de Uva à freguesia de Vilar Seco e desta em direcção ao território espanhol, verificando-se uma vez mais a presença de uma estrada transfronteiriça.

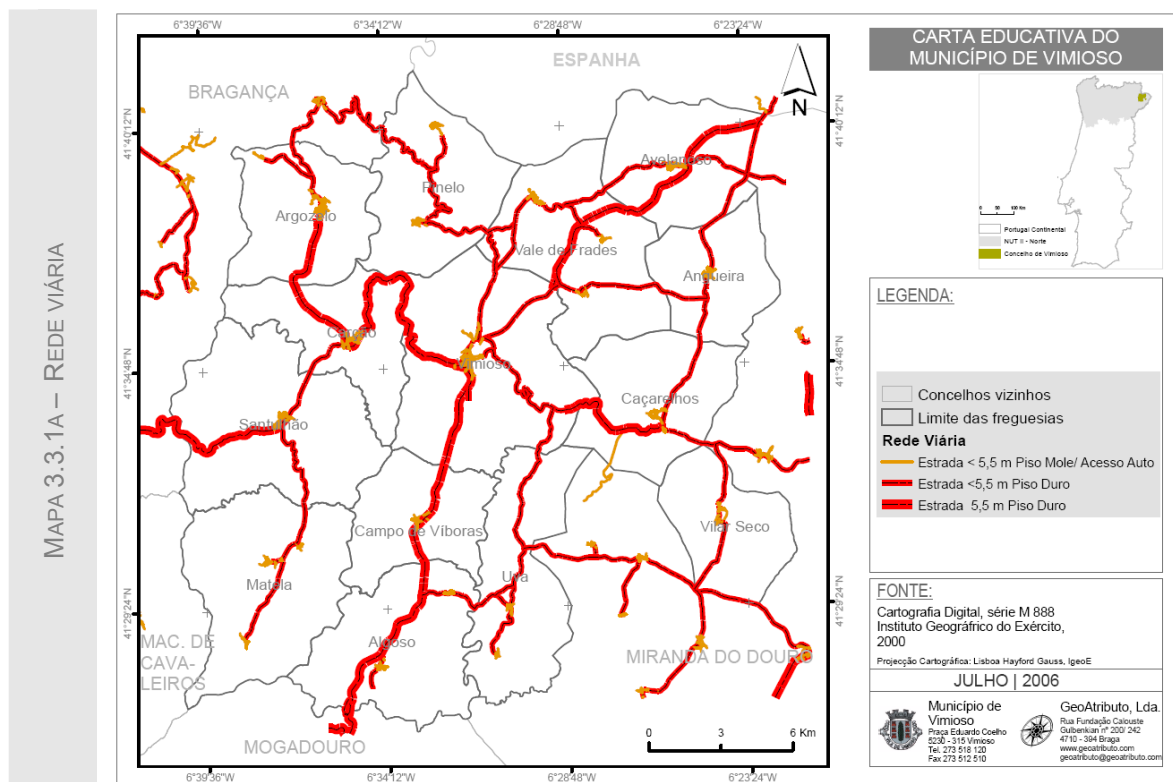
As estradas com espessura superior a 5,5 metros são de nível hierárquico igualmente superior às restantes.

Neste contexto observam-se as seguintes estradas:

- estrada regional 219 (ER 219) que permite a ligação do município de Vimioso, ao concelho localizado imediatamente a Sul – concelho de Mogadouro. O traçado desta estrada, orientada de Nordeste para Sudoeste, é iniciado na sede de concelho (Vimioso), prosseguindo em direcção à freguesia a Sul – Algosó, para posteriormente ligar o município de Mogadouro;
- estrada regional 218, a qual liga a Oeste, o concelho de Bragança ao de Vimioso, pela sede de freguesia - Quintanilha (concelho de Bragança) – terminus do IP4, à freguesia de Outeiro (concelho de Bragança), localizada a Sudeste do concelho de Vimioso. Neste concelho atravessa a freguesia de Argozelo e por último a freguesia contígua a Sul – Carção;

- estrada nacional 317 (EN 317) permite a ligação ao concelho localizado a Sudoeste – Macedo de Cavaleiros, cujo traçado é iniciado na freguesia de Podence (IP4), saída Este do concelho de Macedo de Cavaleiros, seguindo pela freguesia de Vinhas (Bragança), passando pela freguesia de Izeda (Bragança), entrando no concelho de Vimioso a Oeste, na sede de freguesia de Santulhão, prosseguindo até à sede de freguesia de Carção. Nesta freguesia entronca com a estrada nacional (EN 218);

- estrada nacional 218 proporciona a ligação do concelho de Vimioso ao concelho localizado a Este – Miranda do Douro. O percurso desta via, orientada de Noroeste para Sudeste, é iniciado na sede de freguesia de Carção, prosseguindo para a sede concelhia – Vimioso, e desta em direcção ao concelho de Miranda do Douro.



### 3.3.2 Mobilidade

---

#### a) oferta de transportes públicos de passageiros

No que respeita à oferta de transportes públicos de passageiros, e segundo a informação disponibilizada pelo município a oferta é escassa, uma vez que, actualmente apenas existem duas empresas que providenciam este transporte. A empresa RODONORTE é a única que assegura ligações inter-concelhias (Bragança e Miranda do Douro). A empresa NORDESTINA, efectua percursos intra-concelhios, no município em causa, apenas no período escolar.

#### b) movimentos intra – concelhios

De forma a analisar o comportamento da mobilidade, no concelho de Vimioso, recorreu-se aos indicadores estatísticos disponíveis no INE (Recenseamento Geral da População, 2001). Os dados utilizados nesta análise foram, então, os seguintes:

- população residente empregada ou estudante, segundo o local de trabalho ou estudo (informação disponível à escala de freguesia);
- população residente empregada ou estudante, segundo o principal meio de transporte utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo (informação desagregada à escala de freguesia);
- população residente, empregada ou estudante, segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo (informação desagregada à escala de freguesia).

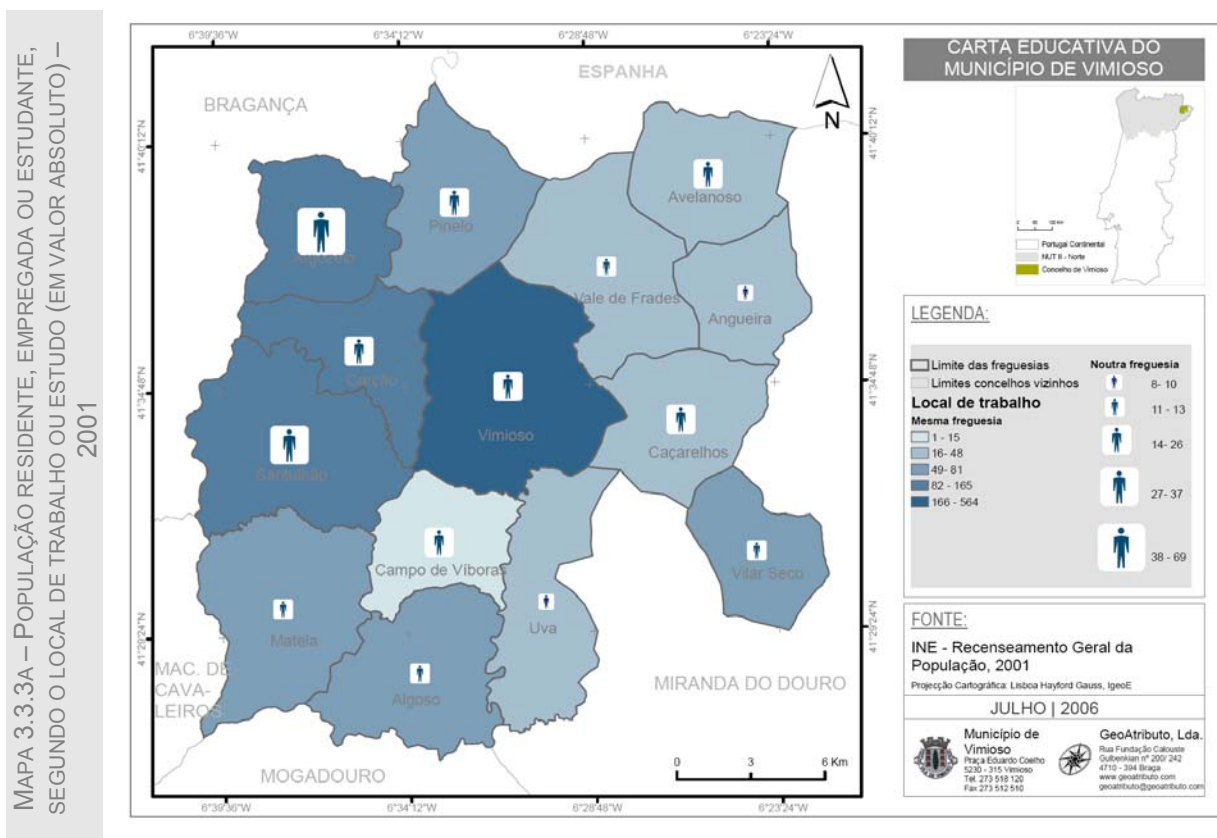
Através do primeiro indicador é possível aferir quais as freguesias mais atractivas ou repulsivas, sendo assim medido o número de residentes que residem e trabalham ou estudam, simultaneamente, na mesma freguesia.

Assim, refira-se que, ao nível concelhio, 83,3% dos residentes trabalham na freguesia onde residem, o que corresponde a um total de 1495 residentes.

Ao nível das freguesias, é possível verificar, a partir do mapa 3.3.3a, que a freguesia que apresenta um maior número de indivíduos que trabalham na freguesia onde residem são: Vimioso (564 residentes), Argozelo (165), Santulhão (153) e Carção (133). Já a freguesia que assinala valores mais reduzidos é Campo de Vóboras, na qual se contabilizam apenas 15 residentes que trabalham na mesma freguesia onde residem.



No que se refere aos efectivos que trabalham noutra freguesia que não a da sua residência, destaca-se: Argozelo (69), Santulhão (37) e Carção (26). Pelo contrário, é nas freguesias de Uva (8), Angueira (10), Matela (12), Algosó (12), Vale de Frades (13) e Vilar Seco (13) que se contabilizam menos indivíduos a deslocarem-se para outra freguesia por motivos laborais ou de estudo.



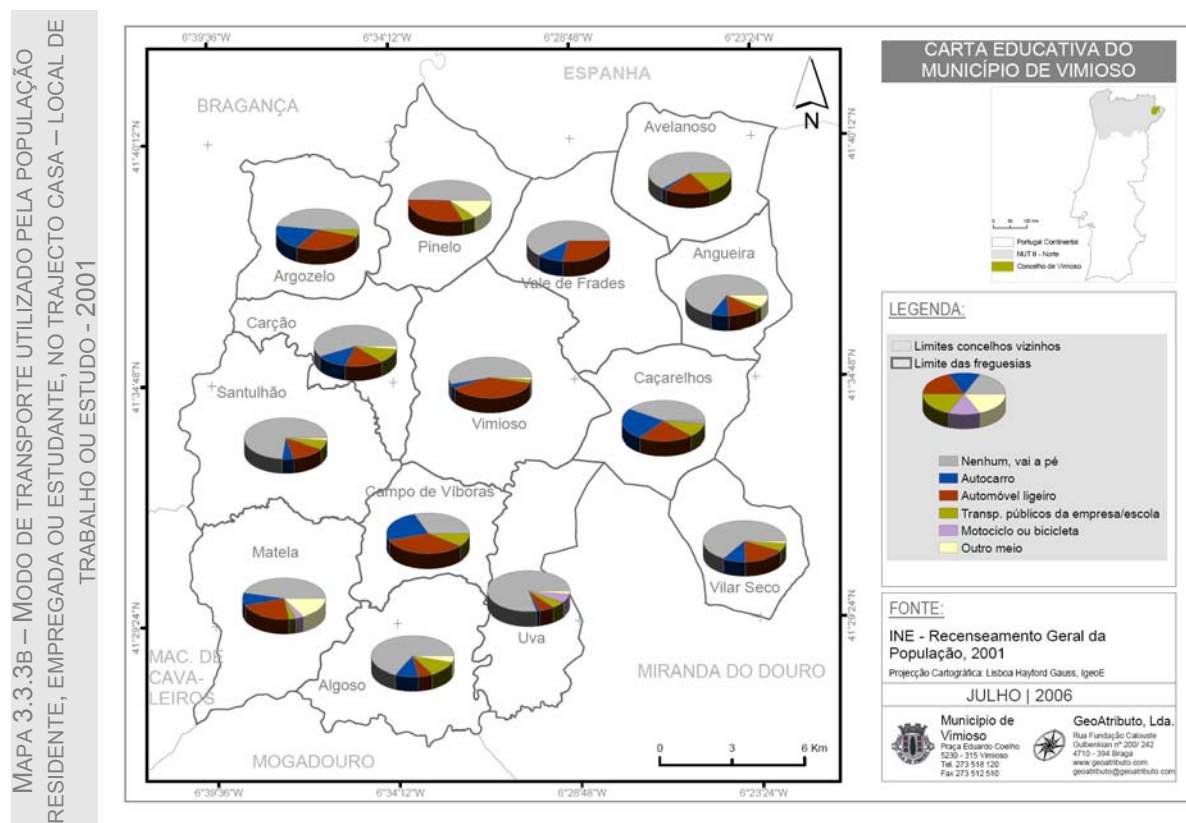
No que concerne aos meios de transporte mais utilizados para realizar as deslocações casa/trabalho – trabalho/casa, verifica-se que a maioria da população (55,9%) se desloca a pé, facto que poderá ser explicado pela proximidade do local de trabalho/estudo à residência, visto que, como se aferiu anteriormente, predominavam os indivíduos que trabalhavam na sua freguesia de residência. O segundo meio de transporte mais utilizado é o automóvel ligeiro de passageiros, como condutor, ou como passageiro, dado que é utilizado por 28,3% da população. Já o motociclo e a bicicleta são os modos de transporte que apresentam valores mais reduzidos (0,6%).

É nas freguesias de Uva e de Santulhão que se regista a maior percentagem de residentes que se desloca a pé para o seu local de trabalho ou estudo (79,3% e 73,2% dos residentes, respectivamente). Os valores percentuais mais baixos são assinalados na freguesia de Campo de Vóboras (32,4%) e na de Caçarelhos (42,7%).

No que se refere ao automóvel, este é o modo de transporte de eleição de 40,2%, 37,8% e 31,6% dos residentes de Vimioso, Campo de Vórbas e Argoselo, respectivamente. Já nas freguesias de Uva e Algoselo os valores não chegam a atingir os 10% (6,9% e 7,3%, respectivamente).

Relativamente à utilização do autocarro regista-se que 21,6% e 20 % dos habitantes de Campo de Vórbas e de Caçarelhos optam por se deslocar, para o trabalho ou para a escola neste modo de transporte. Valores bem mais reduzidos apresentam as freguesias de Uva e Avelanoso, nas quais apenas 1,7% e 1,8% dos residentes optam por se deslocar de autocarro. Note-se que na freguesia de Pinelo ninguém utiliza este modo de transporte.

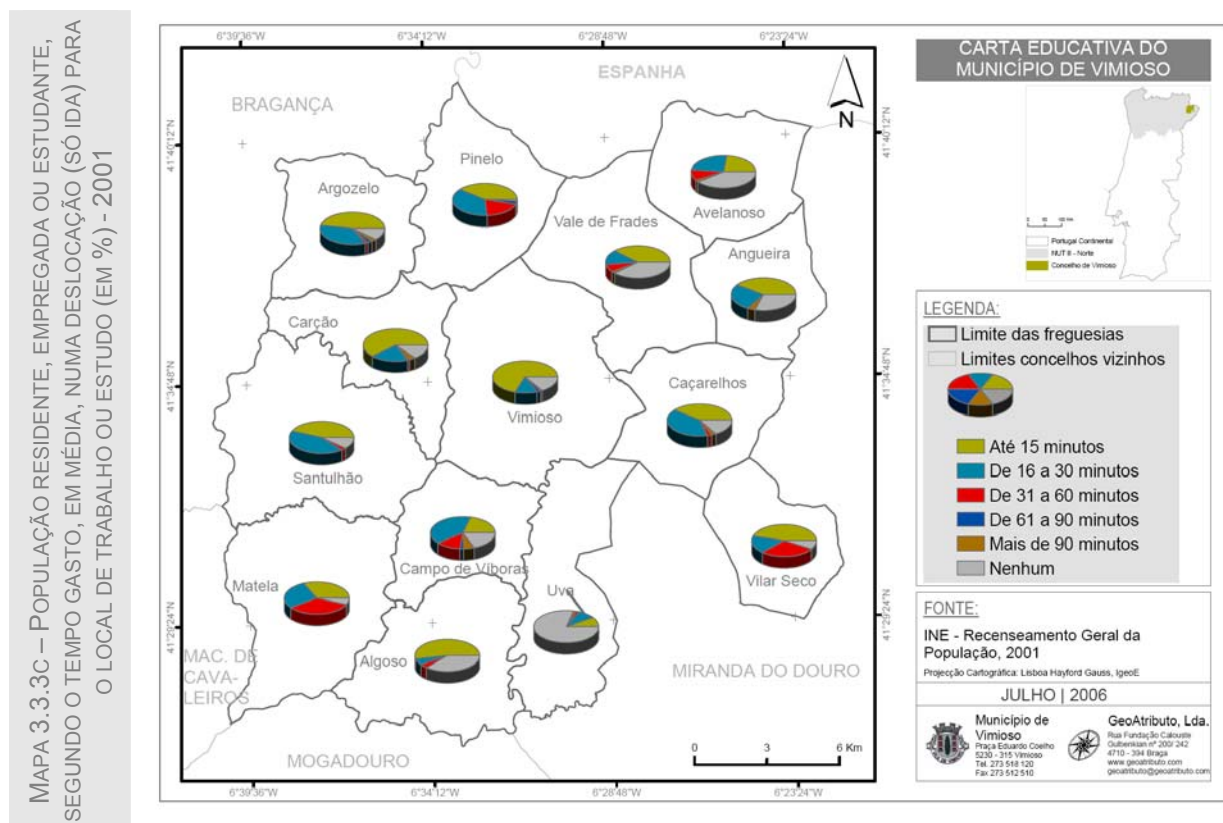
Quanto aos restantes modos de transportes considerados nesta análise (transporte público da empresa ou escola, motociclo ou bicicleta, ou outro modo), apresentam valores bem mais reduzidos. Assim, apenas as freguesias de Uva (5,2%), Matela (3,7%), Caçarelhos (1,3%) e Vimioso (0,6%) registam indivíduos que utilizam o motociclo ou a bicicleta nas suas deslocações. Quanto aos transportes públicos, os valores mais elevados são assinalados em Avelanoso (14,3%) e em Algoselo (11%). Já 14,8% e 12% dos residentes de Matela e Pinelo, respectivamente, optam por outro tipo de transporte (não especificado).



Relativamente ao tempo gasto, em média, numa deslocação para o local de trabalho ou estudo, refira-se que 50,6% dos residentes do concelho de Vimioso demoram até 15 minutos nestas deslocações, o que é compreensível dado que, tal como já fora referido anteriormente, a maioria da população trabalha na freguesia onde reside e vai a pé para o

trabalho. A população que demora mais de uma hora nas suas deslocações tem pouca expressão, visto que apenas totaliza 2,9% dos residentes.

Em relação às freguesias, 80% dos habitantes de Uva não demoram tempo algum na ida para o trabalho ou escola. Salientam-se igualmente as freguesias de Avelanoso (41,9%), Vale de Frades (40,4%), Algosó (39%) e Angueira (31%), por registarem os valores mais elevados.



O tempo de deslocação balizado até aos 15 minutos tem maior expressão nas freguesias de Vimioso (68%), Carção (59,5%) e Algosó (52,4%). Já Santulhão, Campo de Vóboras, Caçarelhos, Argozelo e Pinelo destacam-se por assinalarem os valores mais elevados no que se refere ao tempo de deslocação entre os 16 e os 30 minutos.

Quanto maior for tempo de deslocação menor são os valores assinalados. Assim, as freguesias que apresentam a maior percentagem de residentes que demoram entre 31 a 60 minutos na ida para o trabalho são: Matela (36,8%), Vilar Seco (32,5%), Pinelo (20,2%) e Campo de Vóboras (14,6%).

Apenas sete freguesias registam indivíduos cujo tempo de deslocação para o trabalho é de 61 a 90 minutos, sendo elas: Argozelo (2,5%), Campo de Vóboras (2,4%), Pinelo (2,2%), Vimioso (2,2%), Matela (0,8%), Vilar Seco (0,8%) e Santulhão (0,6%).

As freguesias de Campo de Vóboras e de Angueira apresentam uma maior percentagem de residentes a despendir mais de 90 minutos numa ida para o trabalho ou escola (7,3% e 4,8%, respectivamente).

## CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

## 4.1 ENQUADRAMENTO/DISPARIDADES CONCELHIAS

A tabela 4.1a mostra a população residente segundo o nível de instrução, por grupos etários, no concelho de Vimioso, no momento censitário de 2001.

Tabela 4.1a - População residente por grupos etários, segundo o nível de instrução (2001)

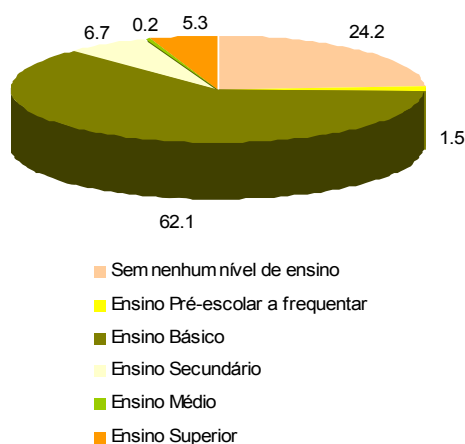
Nível de Instrução	Sem nenhum nível de ensino	Ensino Pré-Escolar a frequentar	Ensino Básico				Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
			TOTAL	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo			
Grupo etário									
Menos de 10 anos	134	79	125	123	2	-	-	-	-
Com 10 anos	-	-	39	29	10	-	-	-	-
Com 11 anos	-	-	49	11	38	-	-	-	-
Com 12 anos	-	-	47	3	26	18	-	-	-
Com 13 anos	-	-	46	2	11	33	-	-	-
Com 14 anos	-	-	66	-	14	52	6	-	-
Com 15 anos	-	-	41	3	9	29	16	-	-
Com 16 anos	-	-	37	3	12	22	27	-	-
Com 17 anos	1	-	20	3	4	13	34	-	-
Com 18 anos	-	-	22	6	7	9	41	-	3
Com 19 anos	1	-	32	2	14	16	18	-	12
Com 20 anos	-	-	21	5	9	7	26	-	15
Com 21 anos	-	-	25	7	15	3	21	-	20
Com 22 anos	1	-	22	4	7	11	20	-	28
Com 23 anos	1	-	19	3	9	7	18	-	30
Com 24 anos	1	-	28	3	18	7	6	-	21
De 25 a 29 anos	8	-	139	33	69	37	28	-	55
De 30 a 34 anos	6	-	175	59	84	32	25	-	26
De 35 a 39 anos	12	-	205	118	59	28	21	-	12
De 40 a 44 anos	13	-	239	140	67	32	18	1	26
De 45 a 49 anos	11	-	264	210	44	10	12	1	12
De 50 a 54 anos	27	-	251	202	34	15	5	1	11
De 55 a 59 anos	65	-	290	255	23	12	3	3	5
De 60 a 64 anos	159	-	311	288	12	11	5	1	3
De 65 a 69 anos	191	-	307	282	14	11	2	5	-
De 70 a 74 anos	230	-	227	216	6	5	2	1	1
De 75 ou mais anos	426	-	253	240	8	5	-	-	2
Total	1287	79	3300	2250	625	425	354	13	282

- Resultado nulo

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (Resultados Definitivos)

Numa primeira análise constata-se que o maior número de residentes sem nenhum nível de ensino pertence aos grupos etários mais avançados, nomeadamente com mais de 60 anos. O grau de ensino preponderante, nesta distribuição diz respeito ao Ensino Básico, destacando-se dentro deste, o 1º ciclo do Ensino Básico.

Gráfico 4.1a – População residente, segundo o nível de instrução no concelho de Vimioso, em 2001 (em %)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 2001

Verifica-se que 62,1% da população residente neste município completou o Ensino Básico, o que significa que o nível de ensino com maior expressão no concelho é efectivamente o Ensino Básico (realça-se que 68,2% alcançaram o 1º ciclo, 18,9% o 2º ciclo e 12,9% o 3º ciclo). Por sua vez 24,2% da população não chegou a frequentar nenhum nível de ensino. Esta situação, em termos de instrução ocorre de forma mais relevante nas classes etárias mais envelhecidas. Em simultâneo os níveis de instrução (sem nenhum nível de ensino e 1º ciclo do Ensino Básico) citados, representam aproximadamente 86% da população. Os restantes distribuem-se da seguinte forma: 1,5% encontra-se a frequentar o Pré-Escolar; 6,7% o secundário; 0,2% o ensino médio e 5,3% o Ensino Superior.

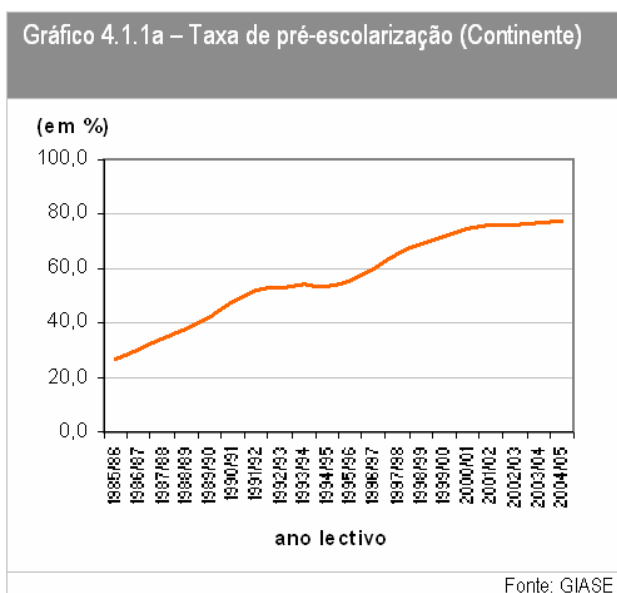
Os indivíduos mais jovens são responsáveis pelo progressivo aumento da escolarização, bem como a tendência será para frequentarem níveis de ensino cada vez mais elevados. Este aspecto é fundamentado em parte pela imposição na Lei de Bases do Sistema Educativo, que conduziu à obrigatoriedade em frequentar 9 anos de escolaridade.

Apesar da Educação Pré-Escolar não ser um nível de ensino obrigatório, tem-se assistido a um alargamento da cobertura do mesmo. O que significa que há um maior número de crianças a frequentar a Educação Pré-Escolar, contrariamente, há um menor número de residentes. Aliás, no concelho de Vimioso, entre 1991 e 2001, a variação percentual de crianças em idade de frequentar o Pré-Escolar (dos 3 aos 5 anos de idade) estimou-se num decréscimo de 56%, o que em termos absolutos traduz uma redução de 115 crianças.

### 4.1.1 Taxas de Pré-Escolarização

A taxa de Pré-Escolarização expressa a relação percentual entre o número total de alunos matriculados no Pré-Escolar e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (entre 3 a 5 anos). Para o cálculo e apresentação destes dados recorreu-se à informação disponibilizada pelo GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo).

Esta taxa quase triplicou nas últimas décadas, o que é perceptível na representação gráfica subsequente, que apresenta a evolução da taxa de Pré-Escolarização na NUT I Continente, desde o ano lectivo de 1985/1986 até 2004/2005. Apesar do progressivo aumento verifica-se que no último ano em análise, a referida taxa ainda não ultrapassa os 80%, apresentando como valor máximo aproximadamente 77,2%.



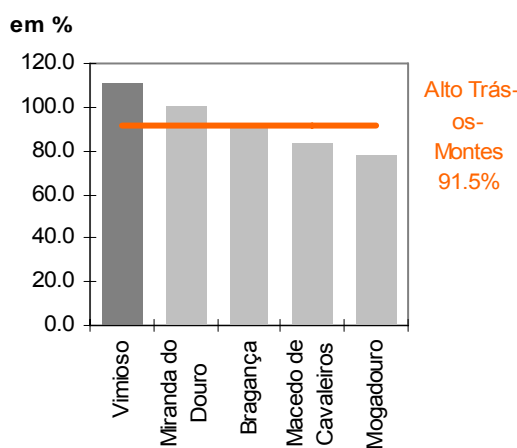
Ao nível da NUT III Alto Trás-os-Montes, verifica-se que esta apresenta valores mais elevados que a NUT II em que se insere, apresentando uma taxa aproximadamente 17% mais elevada que esta. O gráfico seguinte (gráfico 4.1.1a) representa a taxa de Pré-Escolarização no concelho de Vimioso e nos concelhos vizinhos.

O concelho de Vimioso é nitidamente o que apresenta a maior taxa de Pré-Escolarização, note-se que ultrapassa os 100% (especificamente 110,7%) o que significa que o número de residentes em idade de frequentar a Educação Pré-Escolar é menor do que o número de crianças que realmente frequenta este nível de ensino. A taxa aferida por este concelho supera a obtida pela NUT III Alto Trás-os-Montes, em que se insere. O que também acontece no concelho a Sudeste – Miranda do Douro, com uma taxa de 101,2%. Pelo contrário, o concelho de Mogadouro apresenta a taxa de Pré-Escolarização mais diminuta, pois somente 78 crianças em cada 100 frequentam este nível de ensino. Bragança, sede de distrito supera a taxa obtida pela NUT III Alto Trás-os-Montes, de forma muito ténue, uma vez que a diferença



entre as duas unidades geográficas, no contexto desta taxa se estima em cerca de 0,3%. O concelho de Macedo de Cavaleiros mostra que do total de crianças que aí residem, somente 83% frequenta a Educação Pré-Escolar.

Gráfico 4.1.1a – Taxa de Pré-Escolarização  
(2004/2005)



Fonte: GIASE

Importa realçar que, em relação ao conceito de Pré-Escolarização, estão subjacentes diversas situações que podem condicionar a frequência deste nível de ensino a algumas crianças, sendo necessário ponderar e avaliar a oferta disponível e verificar se esta é acessível às famílias, o que depende dos horários, transportes, acessibilidades, entre outros aspectos.

## 4.1.2 Taxa específica de escolarização

As taxas específicas de escolarização expressam a relação, em percentagem, entre o número de indivíduos de um determinado grupo etário, que frequenta qualquer nível de escolaridade, e o número total de indivíduos residentes, desse mesmo grupo etário. Esta taxa mede a permanência ou o abandono escolar, independentemente do nível de ensino frequentado no momento censitário.

De modo a perceber as diferentes particularidades, em cada nível de ensino e respectivos grupos etários, procedeu-se ao cálculo das referidas taxas, detalhadamente, nos seguintes grupos de idades:

- dos 10 aos 11 anos;

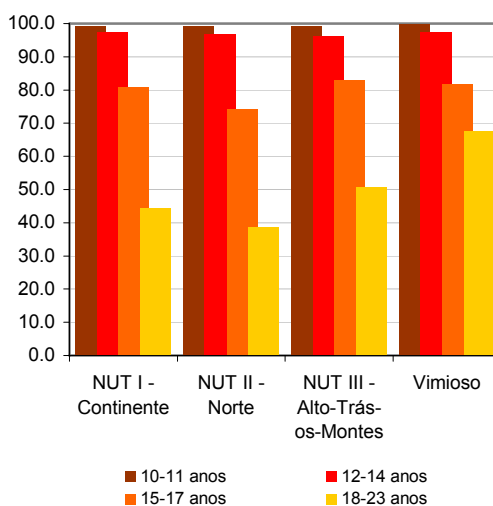
- dos 12 aos 14 anos;
- dos 15 aos 17 anos;
- dos 18 aos 23 anos.

Os grupos referidos correspondem ao número de indivíduos em idade normal de frequentar desde o 2º ciclo do Ensino Básico até ao final do percurso educativo. Note-se que estes cálculos não avaliam se os alunos frequentam o nível de ensino correspondente ao seu grupo etário, mas permitem depreender se ainda estão integrados no sistema educativo.

#### a) por grupos etários

A universalização da escolarização, fomentada durante a década de 90 (AZEVEDO, 2003), relativamente ao grupo etário dos 10 aos 11 anos foi efectivamente alcançada, pois actualmente todas as unidades geográficas em análise apresentam valores muito próximos dos 100% (gráfico 4.1.2a). A NUT I Continente, a NUT II Norte e a NUT III Alto Trás-os-Montes, mostram que, em termos percentuais, do total de residentes com idades compreendidas entre os 10 e os 11 anos, aproximadamente 99 estão integrados no sistema educativo, independentemente do nível de ensino que frequentam (99,3%, 99,2% e 99,1%, respectivamente). Destaca-se o concelho de Vimioso, por atingir os 100% nesta taxa específica de escolarização, o que significa que a totalidade dos residentes na classe de idades referida, frequenta o sistema educativo.

Gráfico 4.1.2a – Taxa específica de escolarização



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

No que respeita à taxa de escolarização dos 12 aos 14 anos, os valores aferidos decrescem ligeiramente, contudo ainda permanecem elevadas, pois é possível balizá-los numa classe acima dos 95%. O concelho de Vimioso consolida a

tendência de escolarização neste grupo etário, uma vez que apresenta uma taxa superior às restantes unidades geográficas em análise – 97,6%. A NUT III Alto Trás-os-Montes apresenta a “menor” taxa neste grupo etário – 96,3%.

Relativamente à taxa específica de escolarização no grupo etário dos 15 aos 17 anos, esta continua a decrescer, comparativamente aos valores aferidos no anterior grupo etário. A população neste grupo de idades, supostamente, estaria a frequentar o secundário, cujo nível de ensino se torna opcional, uma vez que a escolaridade obrigatória corresponde a 9 anos de frequência (conclusão do 3º ciclo do Ensino Básico). A possível intenção do Governo em alargar a mesma para os 12 anos de escolaridade, influenciará positivamente as taxas a aferir, futuramente neste grupo etário. Ainda assim, o concelho de Vimioso apresenta uma das taxas mais elevadas neste grupo etário, destacando-se a taxa obtida pela NUT III Alto Trás-os-Montes como mais elevada, em termos percentuais, 83 % (em termos absolutos corresponde a 135 alunos) com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos continuam integrados no sistema educativo.

O grupo etário dos 18 aos 23 anos, como naturalmente se compreende, regista o menor número de frequências. Não obstante, o concelho de Vimioso evidencia-se por apresentar o maior número de alunos neste grupo de idades no sistema educativo, 67,7%. Pelo contrário a NUT II Norte apresenta o menor número de alunos, nesta classe de idades, a frequentar o sistema educativo – 38,6%.

Reitera-se o facto de não ser avaliado, nesta taxa, se os grupos etários em causa estão a frequentar o nível de ensino que lhe estaria associado, mas apenas se ainda estão integrados no sistema educativo. A taxa líquida, que a seguir se desenvolve irá medir este aspecto.

### 4.1.3 Taxa líquida de escolarização

---

#### a) por nível de ensino

As taxas líquidas de escolarização traduzem a relação, em percentagem, entre o número de indivíduos de um determinado grupo etário, que frequenta o nível de escolaridade correspondente, e o número total de indivíduos residentes no grupo etário em causa. As relações entre os níveis de ensino e os consequentes grupos etários são os que a seguir se apresentam:

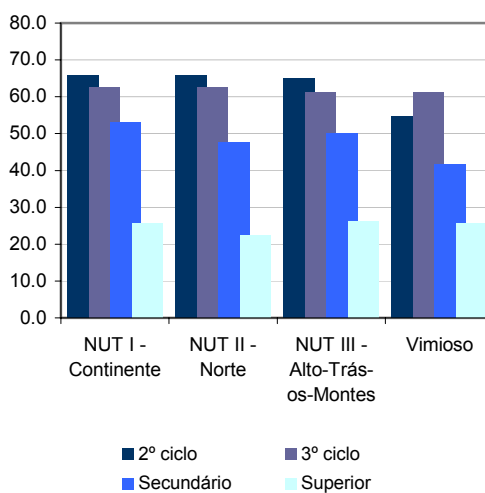
- 2º ciclo do Ensino Básico (10 aos 11 anos);
- 3º ciclo do Ensino Básico (12 aos 14 anos);
- Ensino Secundário (15 aos 17 anos);

- Ensino Superior (18 aos 23 anos).

As taxas líquidas de escolarização são complementares às taxas específicas de escolarização, pois as primeiras medem a permanência ou abandono do sistema educativo e as seguintes acrescentam os efeitos de progressão ou retardamento, uma vez que se reportam apenas às frequências num determinado nível de ensino, especificamente em idade normal de o frequentar. Acrescenta-se, no entanto, que esta taxa não avalia os vários anos que compõem cada ciclo, mas sim a globalidade dos alunos que frequentam o mesmo, ou seja, um aluno que tenha ficado retido num determinado ano de escolaridade, mas que ainda frequente o mesmo ciclo de ensino é igualmente contabilizado.

No 2º ciclo do Ensino Básico a taxa líquida de escolarização auferia valores mais elevados na NUT II Norte e NUT I Continente, 65,9% e 65,8%, respectivamente. A NUT III Alto Trás-os-Montes observa valores muito próximos, apresentando, em termos percentuais 65,1 alunos com idades compreendidas entre os 10 e os 11 anos a frequentar, efectivamente o 2º ciclo do Ensino Básico (gráfico 4.1.3b). A taxa aferida no concelho de Vimioso é a que mais se distancia das restantes unidades geográficas, com 54,5% dos alunos com 10 a 11 anos a frequentar o referido nível de ensino.

Gráfico 4.1.3b – Taxa líquida de escolarização



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

No 3º ciclo do Ensino Básico, apesar de um breve decréscimo, verificam-se valores muito próximos, quer no que concerne ao registado no anterior grupo etário, quer entre as diferentes unidades geográficas em análise, uma vez que auferiram taxas superiores a 61% e inferior a 63%. A NUT I Continente e a NUT II Norte, mostram que em termos percentuais 62,6 dos alunos entre 15 e 17 anos frequentam o 3º ciclo do Ensino Básico. A NUT III AltoTrás-os-Montes e o concelho de Vimioso apresentam 61,2% alunos a frequentar o 3º ciclo.

No que concerne ao Ensino Secundário continua a verificar-se uma contínua diminuição. A NUT I Continente e a NUT III AltoTrás-os-Montes registam o maior número de alunos a frequentar o Ensino Secundário, em idade normal para o fazer

– 53% e 50,1%, respectivamente. Pelo contrário, o concelho de Vimioso e a NUT II a que pertence, apresentam valores inferiores – 41,5% e 47,5%.

O Ensino Superior é indubitavelmente o nível de ensino que regista o menor número de frequências, com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos. Destaca-se a NUT III Alto Trás-os-Montes por apresentar a taxa mais elevada, com 26,4%, e no pólo oposto a NUT II Norte, que em termos percentuais apresenta 22,5% alunos a frequentar o Ensino Superior, com idades entre os 18 e os 23 anos.

Como perceptível, os valores obtidos nestas taxas são necessariamente inferiores aos observados na taxa específica de escolarização, o que é facilmente perceptível, pelo facto de nas primeiras serem contabilizados os alunos que frequentem qualquer nível de ensino, nos grupos etários em causa, enquanto que nas segundas são considerados somente os alunos que estejam a frequentar o nível de ensino, em idade normal para o fazer.

#### 4.1.4 Taxas de conclusão

---

A taxa de conclusão reflecte o total de indivíduos de um determinado grupo etário que concluiu o Ensino Básico, sobre o total de indivíduos residentes nesse grupo etário, cuja relação é expressa em percentagem. O cálculo desta taxa permite medir a evolução do cumprimento da escolaridade de 6 anos, nos grupos etários em que essa escolaridade era obrigatória. Esta taxa foi calculada para o concelho, com base nos dados do INE e para as restantes unidades geográficas foi citada a fonte dos dados apresentados.

##### a) taxa de conclusão do Ensino Básico nos grupos etários de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos

Como perceptível no gráfico 4.1.4a, quanto mais jovem é a classe etária, mais elevado é o valor da taxa de conclusão. Isto porque a tendência é para que cada vez mais crianças concluam o Ensino Básico, inversamente ao que acontecia anteriormente, o que também se irá reflectir nas classes etárias mais elevadas e níveis de Ensino Superiores a este.

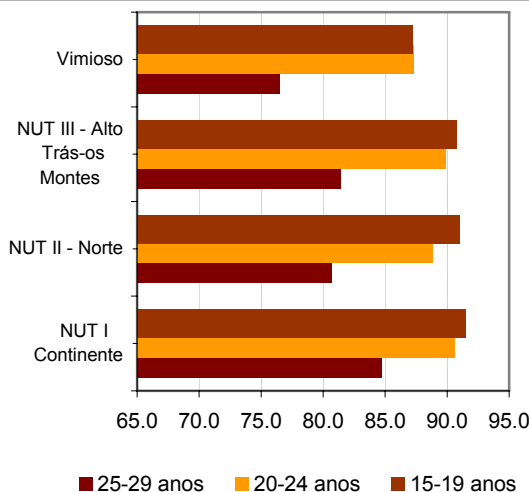
Assim, a NUT I Continente e a NUT II Norte apresentam a maior taxa de conclusão do Ensino Básico, no grupo etário dos 15 aos 19 anos, 91,5% e 91%, respectivamente. A NUT III Alto Trás-os-Montes mostra um valor muito semelhante, na qual aproximadamente 91% jovens (precisamente 90,8%) concluíram a então escolaridade obrigatória.

O concelho de Vimioso apresenta a taxa mais reduzida, em termos percentuais, em cada 100 jovens, cerca de 87 (87,2%) concluem o Ensino Básico. O grupo etário compreendido entre os 20 e os 24 anos apresenta valores inferiores, como supra-citado. A NUT I Continente ostenta a taxa mais elevada – 90,6%, e as restantes unidades geográficas mostram valores que não ultrapassam os 90%. Note-se que Vimioso apresenta uma taxa inferior, comparativamente às outras unidades geográficas em análise – 87,3%. Se entre as taxas obtidas nos grupos etários dos 15 aos 19 anos e dos 20 aos 24 anos, as diferenças não são muito acentuadas, o mesmo não se pode afirmar quando se analisa o grupo etário dos 25 aos 29 anos, sobretudo no que diz respeito à realidade concelhia. Na NUT I Continente verificam-se, percentualmente, aproximadamente 85 alunos (84,7%) que tenham concluído o Ensino Básico, valor que se torna decrescente à medida que aumentamos o pormenor de análise.

Assim sendo, na NUT II Norte cerca de 81 alunos (80,7%) entre os 25 e os 29 anos concluíram o referido nível de ensino e na NUT III Alto Trás-os-Montes este valor decresce para 81,4%. No que concerne ao concelho de Vimioso é notória a discrepância, relativamente aos valores calculados para os anteriores grupos etários, pois em termos percentuais, em cada 100 alunos, 77 concluíram o Ensino Básico (76,5%).

Perante o descrito compreende-se que a conclusão do Ensino Básico não foi uma realidade efectiva, em todos os grupos etários em análise, no concelho de Vimioso, visto apresentar valores inferiores à NUT III em que se insere. Todavia a inversão desta tendência é evidente, dado que a taxa mais elevada corresponde ao grupo etário dos 15 aos 19 anos.

Gráfico 4.1.4a – Taxa de conclusão do Ensino Básico (2001)



Fonte: INE e CCDRN ( "Disparidades Territoriais e em Educação na Região Norte" )

### b) taxa de conclusão do 9º ano, 12º ano e Ensino Superior no grupo etário dos 25 aos 29 ano

Este grupo etário é o que verifica as taxas de conclusão da escolaridade obrigatória (6 anos para grupo etário) mais reduzidas, em todas as unidades geográficas. Na mesma ordem de raciocínio calculou-se a taxa de conclusão do 9º ano de escolaridade (actual escolaridade obrigatória, a qual ainda não abrangia este grupo de idades), do 12º ano e Ensino Superior, dado que se pressupõe que os referidos níveis de ensino tenham sido concluídos nesta classe de idades.

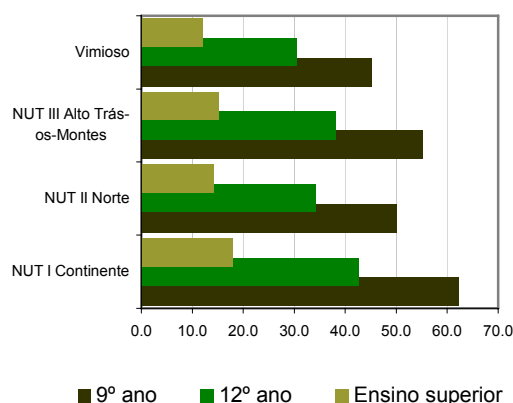
À semelhança do verificado na alínea anterior, em que à medida que aumentava o grupo etário em análise diminuía a taxa de conclusão, também nesta alínea se constata uma situação paralela. Pois à medida que aumenta o nível de escolaridade, reduz-se o número de alunos que o tenham concluído, no grupo etário em causa.

A taxa de conclusão do 9º ano de escolaridade é a taxa mais elevada, comparativamente com os restantes anos em análise. A NUT I Continente regista taxas superiores à NUT II, NUT III e ao concelho de Vimioso, 62,2%, 50,1%, 55,2% e 45,2%. Note-se que a NUT III Alto Trás-os-Montes regista valores mais elevados que a NUT II em que se insere.

Por sua vez, a conclusão do 12º ano de escolaridade apresenta valores não superiores a 40%, na quase totalidade das unidades geográficas em análise, com excepção da NUT I Continente a qual mostra que, aproximadamente 43 alunos, com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos, concluíram o 9º ano de escolaridade. Uma vez mais se verifica que a NUT III Alto Trás-os-Montes regista uma taxa mais elevada que a NUT II, em que está integrada - 38,1%, contra 34,3%. O concelho de Vimioso apresenta também a menor taxa de conclusão no grupo etário considerado - 30,4%.

No que concerne à conclusão do Ensino Superior, menos de um quinto da população concluiu o Ensino Superior. A NUT I Continente destaca-se por apresentar a taxa mais elevada - 17,9%, e novamente a NUT II Norte apresenta valores inferiores aos da NUT III que integra. A NUT II Norte apresenta valores na ordem dos 14% e a NUT III Alto Trás-os-Montes em cada 100 alunos entre os 25 e os 29 anos, cerca de 15 concluíram o Ensino Superior. À escala concelhia esta taxa decresce, visto que em termos percentuais, aproximadamente 12% concluíram o Ensino Superior.

Gráfico 4.1.4b – Taxa de conclusão do 9º, 12º ano de escolaridade e Ensino Superior (2001)



Fonte: INE e CCDRN ( "Disparidades Territoriais e em Educação na Região Norte")

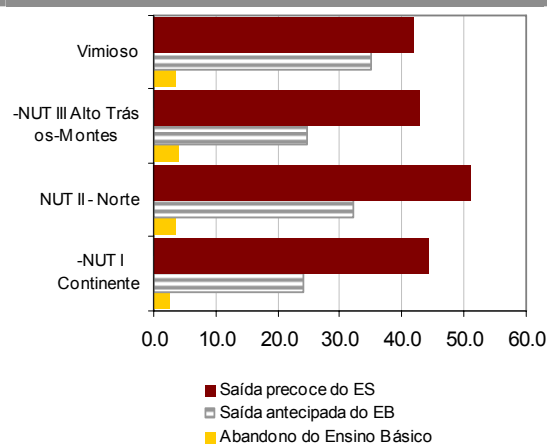
Em jeito de resumo, percebe-se que o concelho de Vimioso não atinge valores superiores aos aferidos pela NUT III em que se insere. Sendo que os valores superiores se registam no 9º ano de escolaridade, decrescendo significativamente quando observados relativamente à conclusão do 12º ano de escolaridade e Ensino Superior.

#### 4.1.5 Abandono, saída antecipada e precoce

A análise das taxas de abandono, saída antecipada e precoce revestem-se de fundamental importância, de modo a compreender os elevados níveis de abandono registados ao nível nacional, comparativamente aos parceiros comunitários. Neste contexto surgiu em Março de 2004 o Plano de Prevenção do Abandono Escolar (PNPAE), iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, com o objectivo de combater este fenómeno que compromete o futuro desenvolvimento da sociedade e economia portuguesa.

A taxa de abandono escolar representa o total de indivíduos, no momento censitário, entre os 6 e os 15 anos de idade (escolaridade obrigatória) que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário. O gráfico 4.1.5a representa esta taxa, mostrando valores mais elevados na NUT III Alto Trás-os-Montes (4%), NUT II Norte e no concelho de Vimioso, cujas unidades geográficas apresentam valores análogos – 3,5%. Como perceptível, o número de alunos, em situação de abandono na NUT II, NUT III e no concelho, é superior ao auferido pela média nacional – 2,7% alunos.

Gráfico 4.1.5a – Taxa de abandono, saída antecipada e saída precoce(%), 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

O segundo indicador, taxa de saída antecipada traduz o total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário. Neste âmbito, destaca-se o concelho de Vimioso, com o maior número de alunos, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, que não concluíram a escolaridade obrigatória (35%), valor nitidamente superior ao aferido pela NUT III em que está integrado – 24,8%.



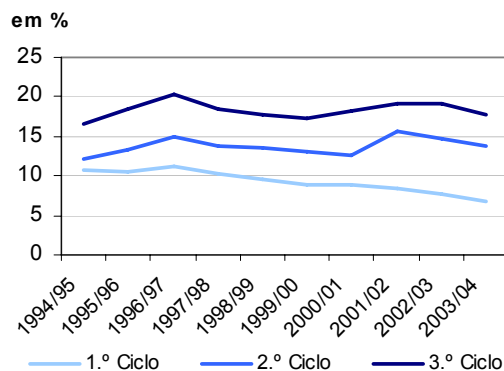
A taxa de saída precoce reflecte o total de indivíduos, com 18 a 24 anos de idades, que não concluíram, no momento censitário, o Ensino Secundário, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário. Evidencia-se o concelho de Vímioso por apresentar a menor taxa de saída precoce 41,8% (em termos absolutos verifica-se que em 150 alunos integrados no Ensino Secundário, 31 não completaram).

#### 4.1.6 Retenção no Ensino Básico/Aproveitamento do Ensino Secundário

A retenção no Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) é a percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou tentativa voluntária de melhoria de classificações, no Ensino Básico em relação à totalidade de alunos que iniciaram este mesmo nível de ensino.

No gráfico 4.1.6a está representada a taxa de retenção e desistência no EB em Portugal desde o ano lectivo de 1994/95 até 2003/2004. Efectivamente, neste espaço de tempo, tem-se assistido a uma diminuição desta taxa, ainda que pouco acentuada. Os valores dizem que entre 1994/95 e 1997/98 o valor se manteve próximo dos 13% com excepção do ano lectivo de 1996/97 que registou um aumento considerável (15,2%).

Gráfico 4.1.6a – Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico, segundo o ano lectivo (%)



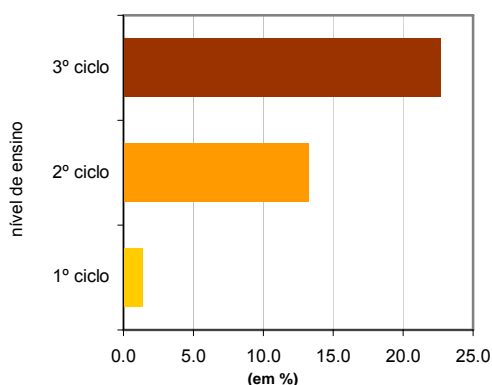
Fonte: GIASE

A partir de 1999/00 e daí até 2003/04 a taxa desceu para os cerca de 12% com excepções em dois anos lectivos consecutivos: 2001/02 e 2002/03 (com novo aumento para os 13%). A taxa de retenção e desistência no EB aumenta, em todos os anos representados, à medida que vai aumentando também o nível de ensino.

No que concerne ao concelho de Vimioso verifica-se que a taxa de retenção mais elevada se situa no 3º ciclo do Ensino Básico, pelo contrário o 1º ciclo do Ensino Básico auferiu o valor mais reduzido. Realça-se que as únicas retenções (dois alunos retidos), ao nível deste ciclo de ensino, ocorreram no 2º ano. Relativamente ao 2º ciclo, e apesar de registar uma taxa inferior à obtida pelo 3º ciclo, realça-se o 5º ano de escolaridade, o qual apresenta o maior número de retenções (8 retenções, num total de 11). No que se refere ao 3º ciclo, destaca-se o 7º ano, cujo número elevado de retenções influencia negativamente a consequente taxa de retenção (11 num total de 25).

Perante o disposto, constata-se que o 5º ano de escolaridade no 2º ciclo e o 7º ano no 3º ciclo do Ensino Básico registam o maior número de retenções, cujos anos correspondem às transições dos dois ciclos de ensino, o que poderá justificar estes valores, na medida em que tanto o 4º ano, que assinala o fim do 1º ciclo não regista qualquer reprovação, e o 6º ano regista, apenas 3 alunos retidos, no concelho em análise.

Gráfico 4.1.6a – Taxa de retenção no Ensino Básico no ano lectivo de 2005/2006



Fonte: Agrupamento de Escolas de Vimioso

## 4.2 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

---

A organização das escolas em agrupamentos permite uma mobilização das pessoas que constituem a comunidade educativa e dos recursos disponíveis, com vista a uma maior rentabilização dos mesmos, bem como a possibilidade de usufruir de várias potencialidades criadas pela relação em grupo, que se concretizam pela realização de actividades conjuntas, e por princípios identitários próprios.

A definição de agrupamentos está presente no Decreto-Lei nº 155-A/98 (artigo 5º, capítulo I), que sugere que os mesmos, como unidades organizacionais, sejam dotados de órgãos próprios de gestão e administração, constituídos por estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar e de um ou mais níveis de ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico em comum. A organização em agrupamentos prevê a seguinte prossecução de finalidades, tal como disposto no referido Decreto-Lei:

- favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
- superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;
- reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;
- garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;
- valorizar e enquadrar as experiências em curso.

### 4.2.1 Agrupamento de escolas constituído

---

As escolas do concelho de Vimioso estão agregadas num único agrupamento, designado como “Agrupamento Vertical de Escolas de Vimioso”, o qual é composto pelos 5 estabelecimentos de ensino que ministram a Educação Pré-Escolar,

13 escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e por último um estabelecimento de ensino que proporciona a frequência do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico.

Este agrupamento apresenta um total de 456 alunos, dos quais 81 crianças frequentam a Educação Pré-Escolar, 142 alunos o 1º ciclo do Ensino Básico e 233 alunos o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. O maior número de docentes está presente no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico (33 docentes), o que é justificável, pelo facto de também apresentar um valor superior de alunos. O menor número de docentes surge na Educação Pré-Escolar, visto que o número de alunos é igualmente inferior, comparativamente aos restantes níveis de ensino. Se analisarmos o rácio alunos/docente constatamos que o valor mais elevado se regista na Educação Pré-Escolar, na medida em que também é neste nível de ensino, tal como citado, que se verifica o menor número de docentes. Por sua vez o rácio registado no 2º e 3º ciclos revela o menor número de alunos por docente, o que significa que o elevado número de docentes compensa igualmente um elevado número de alunos.

Tabela 4.2.1a - Caracterização do Agrupamento Vertical de Escolas de Vimioso 2005/2006

Tipologia	Estabelecimentos	Nº de Alunos	Docentes (1)	Alunos/Docente
JI	5	81	10	8.1
EB1	13	142	21	6.8
EB 2,3	1	233	33	7.1
TOTAL	19	456	64	7.1

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vimioso e GIASE

## 4.3 OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

---

A tendência demográfica actual traduz o aumento acentuado da população idosa, aliás o envelhecimento demográfico verifica-se no topo e na base da pirâmide etária, isto é, a diminuição da população jovem (base da pirâmide) contribui igualmente para o incremento do comportamento demográfico em declínio. Este decréscimo afecta directamente a população em idade escolar, ou seja, provoca uma redução notória dos potenciais efectivos a escolarizar.

O concelho de Vimioso está localizado no nordeste transmontano, cujo território é como sabido, parte integrante do interior português. Neste município a dinâmica das variáveis demográficas, tais como a diminuição drástica da fecundidade, o decréscimo das taxas de natalidade, a redução dos fluxos migratórios, frisam o consequente envelhecimento a que o concelho está votado.

Neste ponto faremos uma descrição sumária do parque escolar formativo no concelho de Vimioso, realçando a sua localização e respectiva tipologia, tendo como base os dados resultantes do trabalho de campo, efectuado no município. Este capítulo é fundamental, pois permite inferir sobre potencialidades e fragilidades de cada estabelecimento de ensino, o que se torna crucial, na elaboração de propostas de reordenamento.

### 4.3.1 Caracterização do parque escolar/formativo

---

No concelho de Vimioso existem 19 estabelecimentos de ensino, cinco dos quais ministram a Educação Pré-Escolar (ver mapa 4.3.1a), treze o 1º ciclo do Ensino Básico e um ministra o 2º e 3º ciclos.

Os cinco estabelecimentos de ensino público, que ministram a Educação Pré-Escolar, estão localizados nas freguesias de Argozelo, Vimioso, Matela, Santulhão e Carção. De realçar que os jardins-de-infância de Matela e Carção partilham as instalações com o 1º ciclo do Ensino Básico.

Relativamente ao 1º ciclo, existem 13 estabelecimentos de ensino, cuja distribuição é a seguinte:

- uma escola em todas as freguesias do concelho, à excepção de Vale de Frades e Uva.

Das 13 escolas existentes, apenas funcionarão quatro estabelecimentos de ensino que ministram o 1.º ciclo do Ensino Básico, em 2006/2007: EB1 de Vimioso, EB1 de Carção, EB1 de Santulhão e EB1 de Argozelo.

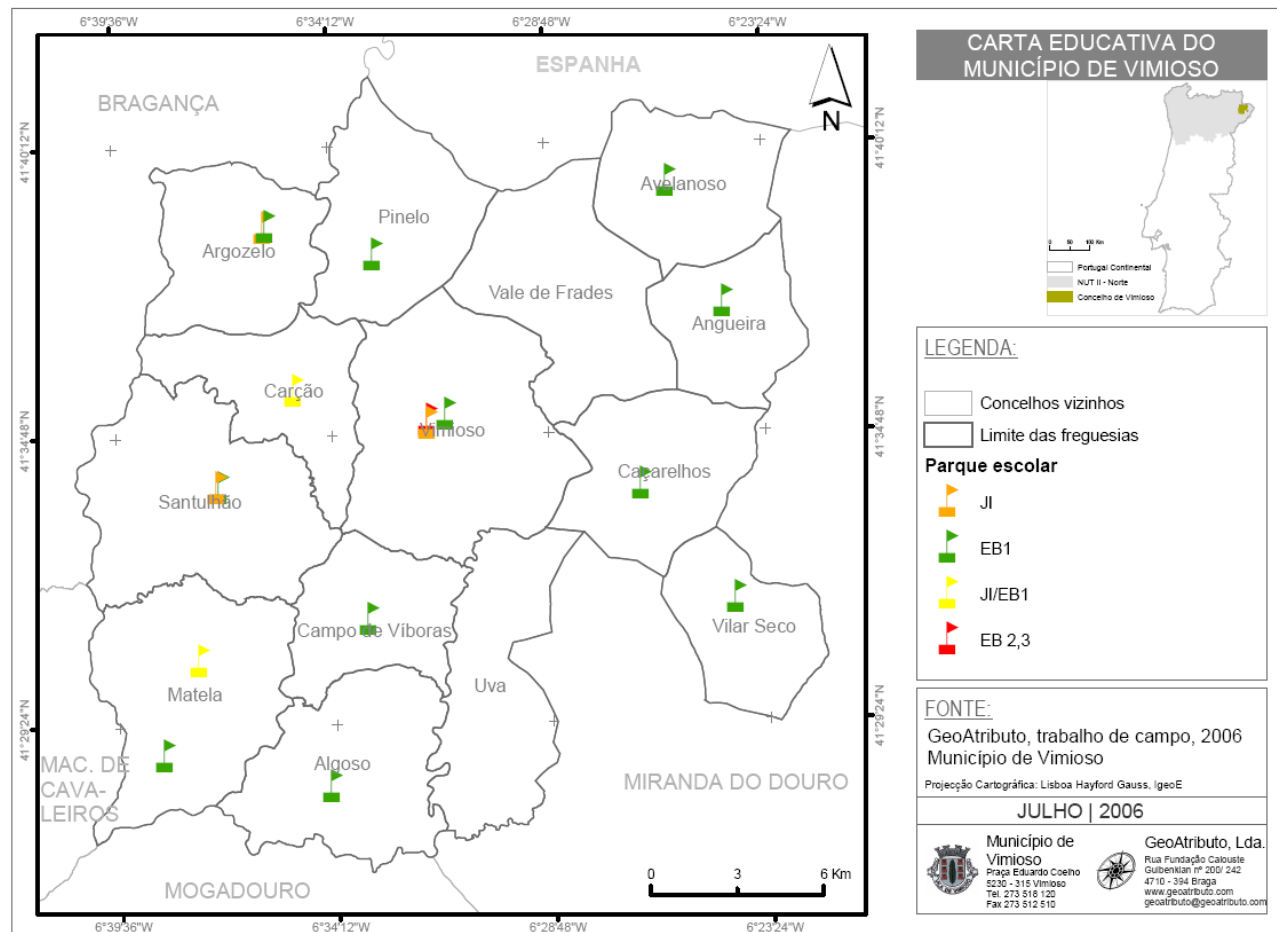
No que diz respeito ao 2.º e 3.º ciclos, a oferta resume-se a um estabelecimento de ensino, localizado na freguesia de Vimioso.

Mediante estas considerações, verifica-se que a distribuição dos equipamentos escolares se processa do seguinte modo:

- apenas cinco freguesias possibilitam a frequência em simultâneo da Educação Pré-Escolar e do 1.º ciclo do Ensino Básico (Argozelo, Carção, Matela, Santulhão e Vimioso), as quais correspondem às escolas que ficarão em funcionamento;
- sete freguesias proporcionam a frequência, somente do 1.º ciclo do Ensino Básico (Algozo, Angueira, Avelanoso, Caçarelhos, Campo de Vóboras, Pinelo e Vilar Seco);
- Vimioso, sede concelhia, é a única freguesia que contém equipamentos desde a Educação Pré-Escolar, culminado no 2.º e 3.º ciclos;
- há duas freguesias que não apresentam nenhum estabelecimento de ensino (Uva e Vale de Frades).

Perante este padrão de distribuição dos estabelecimentos de ensino são perceptíveis as assimetrias patentes no território, ou seja, o maior número de equipamentos está concentrado na sede concelhia, bem como na faixa ocidental do concelho, constituída pelas freguesias de Argozelo, Carção, Santulhão e Matela, a Noroeste pela freguesia de Pinelo, bem como a Sul – nas freguesias de Campo de Vóboras e Algozo. Contrariamente, as freguesias interiores do concelho, correspondentes essencialmente a toda a faixa oriental (Vale de Frades, Avelanoso, Angueira, Caçarelhos, Vilar Seco) e a freguesia de Uva, localizada a Sul do concelho, são as que apresentam o menor número de equipamentos, aliás onde a oferta formativa é pouco diversificada. Este facto é perfeitamente justificável se atendermos às debilidades e constrangimentos presentes na rede viária que servem estas freguesias, que acentuam as elevadas distâncias a percorrer até à sede concelhia o que condiciona a existência dos referidos estabelecimentos de ensino. Para além deste aspecto é igualmente determinante o reduzido número de efectivos em idade escolar presentes nesta área.

MAPA 4.3.1A – PARQUE ESCOLAR



### a) Educação Pré-Escolar

No concelho de Vimioso existem cinco estabelecimentos de ensino que ministram a Educação Pré-Escolar.

Num total de 14 freguesias, apenas cinco contemplam jardins-de-infância, cujas freguesias correspondem à faixa Oeste do concelho, exclusive a sede concelhia, a qual sita, no centro do município, sensivelmente. Este facto denota o reduzido número de crianças residentes em Vimioso, em idade de frequentar a Educação Pré-Escolar.

### b) Ensino Básico

O 1º ciclo do Ensino Básico é ministrado em 13 freguesias, no actual ano lectivo, verificando-se a total exclusividade da oferta formativa dos estabelecimentos de ensino públicos. A quase totalidade das freguesias do concelho contempla um estabelecimento de ensino do 1º ciclo do Ensino Básico, com excepção das freguesias de Uva e Vale de Frades. Realça-se a freguesia de Matela, a qual contempla duas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, uma situada na sede de freguesia e outra no lugar de Junqueira (encerrada em 2005/2006).

O 2º e 3º ciclo do Ensino Básico é ministrado na EB 2,3 de Vimioso. Pelo que as opções dos alunos relativamente a estes níveis de ensino ficam circunscritas a este estabelecimento de ensino. Esta escola permite a frequência do ensino regular, referente ao 2º e 3º ciclos.

### c) Ensino Secundário e Tecnológico

Os alunos que pretendam prosseguir estudos, após a conclusão do 3º ciclo, terão de ingressar nas escolas secundárias de outros concelhos. Pelo que analisamos a oferta relativa ao Ensino Secundário, nos concelhos vizinhos: Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Miranda do Douro. Nestes concelhos o Ensino Secundário é ministrado em estabelecimentos de ensino com a seguinte tipologia: ES/3, ou seja, escola secundária e 3º ciclo.

#### Oferta formativa

No concelho de Bragança existem três estabelecimentos de ensino que ministram o Ensino Secundário (escola secundária e 3º ciclo), proporcionando no conjunto das três escolas, a oferta integral dos cursos científico – humanísticos, previstos: Ciências e Tecnologia, Ciências Socio-económicas, Ciências Sociais e Humanas, Línguas e Literaturas e Artes Visuais.



No concelho de Macedo de Cavaleiros existe uma escola secundária, a qual possibilita a frequência de quatro cursos científico e humanísticos à excepção Artes Visuais. O concelho de Miranda do Douro apresenta a oferta mais limitada, visto apenas admitir alunos que optem por frequentar um dos dois cursos existentes nesta escola: Ciências e Tecnologia ou Ciências Sociais e Humanas. Por último o concelho de Mogadouro permite o acesso a três cursos: Ciências e Tecnologia, Ciências Sociais e Humanas e Línguas e Literaturas.

Como alternativa ao ensino regular secundário, surgem os cursos tecnológicos, os quais facultam a equivalência ao Ensino Secundário, isto é permitem obter uma qualificação profissional de nível III. Estes cursos destinam-se fundamentalmente a alunos que pretendam ingressar no mercado de trabalho a curto prazo, não obstante, podem também candidatar-se ao Ensino Superior.

Uma vez mais o concelho de Bragança destaca-se pelo facto de apresentar a oferta mais alargada. Aliás, no conjunto das três escolas são ministrados todos os cursos tecnológicos previstos: construção civil e edificações; electrotecnia/electrónica; informática; design e equipamento; multimédia; administração; marketing; ordenamento do território; acção social e desporto. A ES/3 de Macedo de Cavaleiros assegura a frequência do curso de informática e o de administração. A ES/3 de Miranda do Douro proporciona o ingresso nos cursos de ordenamento do território e acção social. Por último, a ES/3 de Mogadouro faculta o acesso aos cursos de informática e acção social.

Tabela 4.3.1a- Oferta de ensino diurno no ano lectivo de 2005/2006

ESCOLAS	Ensino Básico														Ensino Secundário																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
	1º º C	2º C	3º ciclo												10º	11º	12º	Cursos Científico - Humanísticos							Cursos Tecnológicos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
			7º	8º	9º	Opção												Ciências e Tecnologia	Ciências Socioeconómicas	Ciências Sociais e Humanas	Línguas e Literaturas	Artes Visuais	Construção Civil e Edificações	Eletrotecnia/ Electrónica	Informática	Design e Equipamento	Multimédia	Administração	Marketing	Ordenamento do Território	Acção Social	Desporto																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
						Ling. Est. 1			Ling. Est. 2			ED. Artística																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
						Francês	Inglês	Alemão	Francês	Inglês	Alemão	Espanhol	Música	Oficina de Teatro																			Dança	Outra disciplina (oferta)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
BRAGANÇA																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		

Fonte: DREN

### c) Ensino Profissional

O ensino profissional surge como uma alternativa ao prosseguimento de estudos, dos alunos que concluem o 3º ciclo, e que não pretendem ingressar no Ensino Secundário, de regime normal. A via profissionalizante permite preparar a inserção dos cidadãos na vida activa de forma dinâmica, através do desenvolvimento de competências e conhecimentos que lhes permitam dar respostas eficientes e eficazes, perante os desafios do mercado de trabalho. Podem aceder ao ensino profissional: os alunos que tenham concluído a escolaridade obrigatória, os que não concluíram a escolaridade obrigatória, até à data limite, e os trabalhadores que desejem uma especialização ou reconversão profissional (adaptado Lei nº 46/86).

Neste contexto, o município de Vimioso proporciona a frequência de dois cursos de nível III: Contabilidade e Informática de Gestão. E no próximo ano lectivo 2006/2007 prevê-se o funcionamento do curso Técnicas Administrativas. Estes cursos funcionam sobre a responsabilidade do Centro de Formação de Bragança.

### d) Ensino Recorrente

O Ensino Recorrente é vocacionado para o ensino de adultos, ou seja, diz respeito aos alunos que já não se encontram em idade escolar normal, para frequentar um determinado nível de ensino. Esta forma de ensino proporciona uma oportunidade aos indivíduos que não reuniram as condições necessárias para frequentar em idade normal, um determinado nível de ensino, ou inclusive não o completaram. O Ensino Recorrente organiza-se de forma autónoma, no que subjaz às condições de acesso, programas, currículos próprios (adaptado Lei nº 46/86).

O concelho de Vimioso não oferece a possibilidade de frequentar o Ensino Recorrente, todavia, os concelhos limítrofes asseguram este tipo de oferta. Prevê-se que no próximo ano lectivo ofereça cursos de educação e formação de adultos (EFA).

### Oferta formativa

Relativamente ao concelho de Bragança, é proporcionada a frequência do 2º ciclo do Ensino Básico em duas EB2, 3, bem como numa ES/3. Com uma particularidade, o 2º ciclo ministrado nas EB2,3, não ocorrem nestes espaços, mas sim nos Estabelecimentos Prisionais de Izeda e Bragança. O 3º ciclo do Ensino Básico é ministrado através da oferta de cursos de nível II que permitem a conclusão deste nível de ensino: Electrotecnia/Electrónica; Metal-mecânica; Administração, Serviços e Comércio e Comunicação e Animação Social. Para além deste aspecto, é também proporcionado na ES/3 Abade Baçal a frequência dos cursos científico - humanísticos: Ciências e Tecnologia, Ciências

Sócio-Económicas e Ciências Sociais e Humanas. Bem como os cursos tecnológicos, aos quais é atribuída a qualificação de nível III: Electrotecnia e Electrónica e o curso de Administração.

Tabela 4.3.1b – Oferta formativa no âmbito do Ensino Recorrente (2005/2006)

ESCOLAS	Ensino Recorrente									
	Ensino Básico					Ensino Secundário				
	2º ciclo a)	3º ciclo				Cursos Científicos - Humanísticos			Cursos Tecnológicos	
		Electrotecnia/Electrónica	Metal - Mecânica	Adm. Serv. e Comércio	Com. e Anim. Social	Ciências e Tecnologia	Ciências SócioEconómicas	Ciências Sociais e Humanas	Electrotecnia/Electrónica	Administração
BRAGANÇA										
EB2,3 Augusto Moreno - Bragança	X C)									
EB2,3 Izeda	X B)				X					
ES/3 Abade de Baçal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
MACEDO DE CAVALEIROS										
ES/3 Macedo de Cavaleiros				X	X	X		X		
MIRANDA DO DOURO										
ES/3 Miranda do Douro				X		X		X		
MOGADOURO										
ES/3 Mogadouro				X	X	X		X		
a) Os 2º ciclos a funcionar nas Escolas Secundárias, são da responsabilidade das Escolas Básicas de 2º ciclo										
b) A funcionar no Estabelecimento Prisional de Izeda										
c) A funcionar no Estabelecimento Prisional de Bragança										
										Fonte: DREN

O concelho de Macedo de Cavaleiros não ministra o 2º ciclo enquadrado no Ensino Recorrente. Aliás, a oferta formativa, no que diz respeito ao Ensino Recorrente neste concelho, circunscreve-se ao 3º ciclo e ao Ensino Secundário. Em relação ao 3º ciclo é facultada a frequência dos cursos de: Administração, Serviços e Comércio e também Comunicação e Animação Social. Relativamente ao Ensino Secundário é possibilitado o acesso aos cursos de: Ciências e Tecnologia e Ciências Sociais e Humanas. Não são contemplados cursos tecnológicos, em alternativa aos cursos de índole geral do Ensino Secundário

O concelho de Miranda do Douro possibilita a frequência de um curso, contextualizado no 3º ciclo do Ensino Básico – Administração, Serviços e Comércio. Faculta igualmente o acesso a dois cursos de carácter geral integrados no Ensino Secundário, à semelhança da oferta formativa diurna: Ciências e Tecnologia e Ciências Sociais e Humanas.

Por último o concelho de Mogadouro proporciona a frequência de alguns cursos concernentes ao 3º ciclo do Ensino Básico: Administração, Serviços e Comércio, bem como, Comunicação e Animação Social. Similarmente ao concelho de Miranda do Douro disponibiliza os seguintes cursos relativos ao Ensino Secundário: Ciências e Tecnologia e Ciências Sociais e Humanas.

### 4.3.2 População Docente

#### a) Evolução do número de docentes, por nível de instrução que lecciona, por tipo de estabelecimento

Neste sub capítulo será analisada a evolução da população docente, nos anos lectivos, compreendidos entre 2001/2002 e 2005/2006, segundo os diferentes níveis de ensino.

No primeiro ano em análise – 2001/2002 – o município de Vimioso apresentava um total de 63 docentes (professores e educadores), registando um ligeiro acréscimo no ano seguinte (mais quatro docentes), para em 2003/2004 se verificar o mesmo valor assinalado no primeiro ano (63 docentes). Em 2004/2005 observou-se o total mais elevado – 73 docentes. O ano que se segue é também marcado pela diminuição do pessoal docente, apresentando 64 docentes.

Tabela 4.3.2a - Evolução dos professores e educadores, por ano lectivo e nível de ensino (2001/2002 a 2005/2006)

Estabelecimento de ensino	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
JI	10	10	9	10	10
EB 1	24	25	18	28	21
EB 2	10	20	16	20	18
EB 3	19	12	20	15	15
TOTAL	63	67	63	73	64

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vimioso

No que diz respeito ao ensino Pré-Escolar verificou-se uma grande similitude na evolução do número total de educadores, pois durante o período em análise registaram-se 10 educadores, à excepção do ano lectivo de 2003/2004, que assinalou um ligeiro decréscimo (menos um educador).

No que concerne ao 1º ciclo do Ensino Básico registou-se uma certa irregularidade durante o ciclo em análise. A transição do ano lectivo de 2001/2002 para o subsequente foi marcada pelo aumento de um efectivo, passando a integrar nesse ano 25 docentes. Em 2003/2004 registou-se um decréscimo acentuado, contabilizando-se 18 professores. Pelo contrário, o ano seguinte assinalou o valor mais elevado – 28 docentes. Este acréscimo foi temporário, pois em 2005/2006 esse total decresceu para 21 professores. Note-se que estas oscilações estão

associadas com o número de escolas em funcionamento, com o número de alunos que frequentou este nível de ensino nos diferentes anos lectivos e também com as novas exigências pedagógicas.

Relativamente ao 2º ciclo, 10 docentes leccionavam este nível de ensino, em 2001/2002. O ano lectivo seguinte traduziu um acréscimo significativo, registando-se 20 professores em 2002/2003, ao qual se sucedeu um ano de decréscimo (menos 4 professores) totalizando 16 professores (2003/2004). Em 2004/2005 observou-se um aumento de quatro professores (20 professores no total), para novamente decrescer em 2005/2006 (menos dois professores).

Em relação ao número de docentes no 3º ciclo, é possível aferir que em 2001/2002 se registou um dos valores mais elevados - EB 2,3 – 19 professores. Pelo contrário, no ano lectivo seguinte verificou-se o menor número de docentes neste nível de ensino – 12 professores. O ano lectivo de 2003/2004 ficou marcado por um acréscimo acentuado (mais oito professores) e os dois últimos anos lectivos apresentaram simultaneamente 15 professores.

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo GIASE, referentes ao recenseamento escolar de 2005/2006, no município de Vimioso, averiguamos que o rácio número de alunos/escola varia entre os 11,1, assinalados nas EB1's e os 193 observados na EB 2,3. Por outro lado, os JI's apresentam uma relação de 26 alunos por cada escola.

No que diz respeito ao número de alunos por docente, chegamos à conclusão que cada docente do Pré-Escolar é responsável por 16,3 alunos, o 1º ciclo por 8 alunos, e a EB 2,3 por 6,2.

Por sua vez o rácio número de docentes /escola alcança valores semelhantes nos JI's e nas EB1's, na medida em que o ensino Pré-Escolar assinala 1,6 professores por escola, enquanto que as EB1's contam com 1,4 docentes por estabelecimento de ensino. Já no que concerne a EB 2,3, os valores são muito distintos, visto se registarem 31 professores por escola.

Tabela 4.3.2b – Recenseamento Escolar  
2005/2006

Tipologia	Alunos/ Escola	Alunos/ Docentes	Docentes /Escola
JI	26.0	16.3	1.6
EB1	11.1	8.0	1.4
EB 2,3	193.0	6.2	31.0
TOTAL	24.6	8.2	3.0

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vimioso

### b) Evolução do número de profissionais não docentes

No que se refere aos profissionais não docentes nos quais se incluem os auxiliares da acção educativa e os funcionários administrativos, observamos que os mesmos se distribuem de forma proporcional pelos diferentes níveis de ensino, de acordo com o número de alunos que frequentam cada escola (tabela 4.3.2c).

Deste modo, o maior número de não docentes surge no 2º e 3º ciclos, o que é decorrente de um maior número de alunos, seguido do ensino Pré-Escolar e do 1º ciclo do Ensino Básico.

Tabela 4.3.2c - Evolução do pessoal não docente(2001/2001 a 2005/2006)

Estabelecimentos de ensino	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
JI	8	9	9	8	8
EB1	2	2	2	3	3
EB 2,3	23	23	25	25	26

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vimioso

Todos os níveis de ensino registam variações, no que concerne ao número de auxiliares, à excepção do 1º ciclo que manteve um total de 2 profissionais não docentes, ao longo dos quatro primeiros anos lectivos e nos dois últimos anos em análise contabilizavam 3 funcionários.

Realce-se a relação desajustada entre o número de alunos e o número de profissionais não docentes, na medida em que, no ano de 2005/2006, se contavam 3 auxiliares para 144 alunos, o que perfaz uma média de 48 alunos por profissional. Saliente-se que a maioria dos estabelecimentos do 1º ciclo (13 escolas) não apresentam qualquer profissional não docente, sendo que apenas a EB1 de Vimioso e a EB1 de Argozelo beneficiam do apoio dos auxiliares, visto que também comportam um maior número de alunos (63 e 22, respectivamente).

Os JI's assinalaram em 2002/2003, um acréscimo de 1 auxiliar, comparativamente ao ano lectivo antecedente (8 em 2001/2002 e 9 em 2002/2003). Em 2003/2004 mantiveram-se 9 profissionais, e os dois últimos anos lectivos apresentaram simultaneamente 8 profissionais.

Relativamente ao 2º e 3º ciclos, o maior número de profissionais é atingido no último ano lectivo (2), seguido dos anos de 2003/2004 (25) e de 2004/2005 (25). Quanto aos anos lectivos de 2001/2002 e de 2002/2003 contabilizou-se o mesmo valor – 23 profissionais.

Em jeito de conclusão, refira-se que no ano lectivo de 2005/2006 se verificou um ligeiro decréscimo no número de docentes no 1º e 2º ciclos do Ensino Básico. Ao invés, a Educação Pré-Escolar e o 3º ciclo do Ensino Básico mantiveram o mesmo número de docentes, comparativamente ao ano que o antecedeu.



O número de auxiliares da acção educativa, não serve, na totalidade, as carências dos diversos estabelecimentos de ensino, salientamos, porém, o facto de não se justificar a permanência de um profissional, em algumas escolas, do 1º ciclo e do Pré-Escolar, com um reduzido número de alunos.

### 4.3.3 Caracterização das infra-estruturas

Neste capítulo serão descritas as principais infra-estruturas escolares do concelho de Vimioso, analisando as condições que as escolas deste concelho oferecem aos discentes e docentes. A existência de infra-estruturas apropriadas em cada estabelecimento escolar contribui para um melhor funcionamento dos mesmos e de forma indirecta propicia a criação de condições adequadas à obtenção de melhores resultados escolares.

#### a) infraestruturas existentes

No que diz respeito às infra-estruturas escolares existentes no concelho de Vimioso, serão consideradas o número de escolas existentes e o número de salas em funcionamento.

O concelho é constituído por 5 estabelecimentos que ministram a Educação Pré-Escolares, situados nas freguesias de Argozelo, Carção, Matela, Santulhão e Vimioso, 13 escolas do primeiro ciclo do Ensino Básico, localizadas em 12 freguesias, e uma escola do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico na freguesia de Vimioso.

Tabela 4.3.3.a - Estabelecimentos de ensino no concelho de Vimioso (2005/2006)

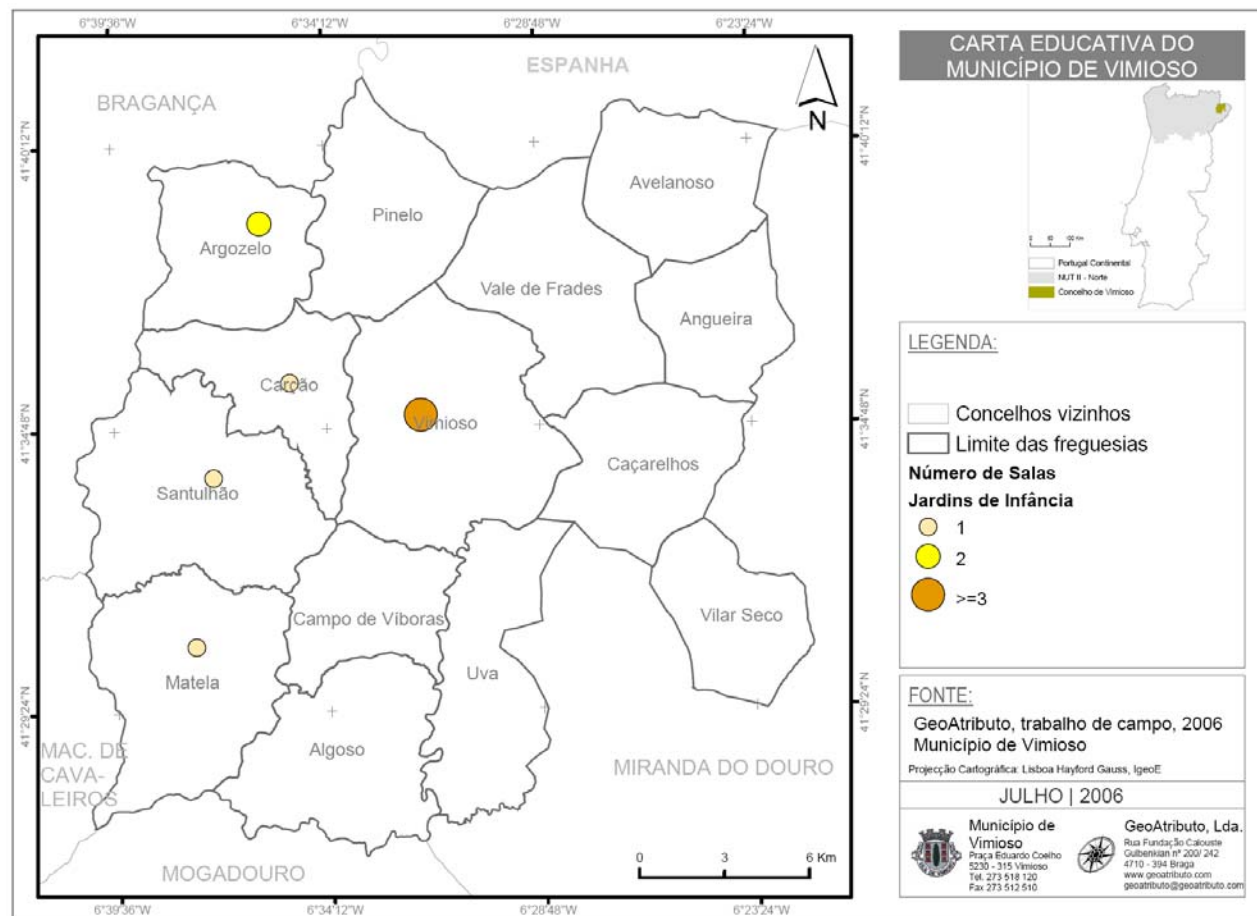
Freguesias	Estabelecimentos de Ensino		
	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º e 3º Ciclos
Algozo	-	EB 1 de Algozo	-
Angueira	-	EB 1 de Angueira	-
Argozelo	Jl de Argozelo nº 2	EB 1 de Argozelo	-
Avelanoso	-	EB 1 de Avelanoso	-
Caçarelhos	-	EB 1 de Caçarelhos	-
Campo de Víboras	-	EB 1 de Campo de Víboras	-
Carção	Jl/EB 1 Carção	EB 1 Carção	-
Matela	Jl/EB 1 de Matela	EB 1 Matela e EB1 Junqueira	-
Santulhão	Jl de Santulhão	EB 1 de Santulhão	-
Pinelo	-	EB 1 de Pinelo	-
Vimioso	Jl de Vimioso	EB 1 de Vimioso	EB 2,3 de Vimioso
Vilar Seco	-	EB 1 de Vilar Seco	-

Fonte: GeoAtributo, inquéritos

Relativamente à Educação Pré-Escolar, e se analisarmos o número de salas existentes, verificamos que as cinco escolas reúnem um total de catorze salas, sendo que nenhuma escola possui mais de três salas.

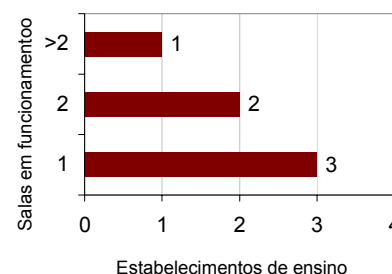
Analisando o mapa 4.3.3.a é perceptível que apenas uma escola tem mais de duas salas de actividades (JI de Vimioso), ao passo que três das cinco escolas possui uma única sala no seu estabelecimento (JI de Santulhão, JI de Matela e JI de Carção), assim como apenas uma possui 2 salas (JI de Argozelo). Refira-se que a EB1/JI de Carção tem um total de 5 salas, porém apenas é utilizada uma sala para o JI e outra para o 1º ciclo. A EB1/JI da Matela é dotada de três salas, sendo que apenas duas estão em funcionamento: uma para o JI e outra para o 1º ciclo. Assim, nestes dois estabelecimentos, visto comportarem o ensino Pré-Escolar e o 1º ciclo, apenas se consideraram as salas em funcionamento, dado que a análise do total de salas implicaria uma duplicação de valores, no JI e na EB1.

MAPA 4.3.3A – NÚMERO DE SALAS DO PRÉ-ESCOLAR



Quando observamos o gráfico referente às salas em funcionamento, deparamo-nos com valores diferentes dos analisados no mapa anterior. Apesar de grande parte das escolas possuírem mais de duas salas, a maioria apenas utiliza uma das salas. Desta forma, três escolas mantêm apenas uma sala em funcionamento (JI de Matela, Santulhão e Carção), enquanto que o Jardim-de-infância de Argozelo utiliza duas salas e apenas o Jardim-de-infância de Vimioso utiliza três, o que se explica pelo maior número de alunos a frequentar este estabelecimento de ensino.

Gráfico 4.3.3a – Salas em funcionamento JI



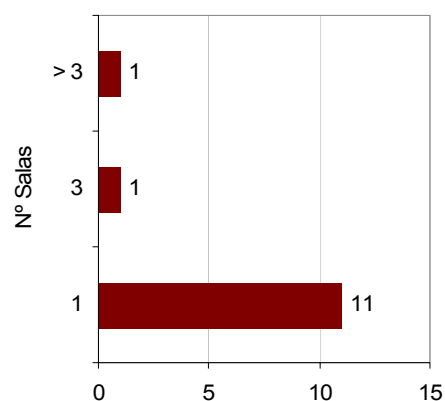
Fonte: Inquéritos, GeoAtributo

No que se refere ao número de salas existentes nas escolas do 1º ciclo, verificamos, a partir da análise do mapa 4.3.3.b, que predominam as escolas que detêm duas salas de aulas. Enquanto que oito escolas possuem duas salas, apenas a EB1 de Vimioso detêm mais de três salas. As EB1's de Matela e Carção apenas apresentam uma sala (em funcionamento).

Nem sempre se regista uma correspondência entre o número de alunos e as infra-estruturas existentes nas escolas para os receber, o que é possível constatar comparando o número de salas existentes e o número de salas em funcionamento.

Tal como se tinha observado no mapa 4.3.3b, dez das treze escolas do 1º ciclo possuem mais de uma sala, no entanto, observando o gráfico 4.3.3.b, relativo ao número de salas em funcionamento, verificamos que a maioria das escolas (onze) utiliza apenas uma das salas que têm disponíveis.

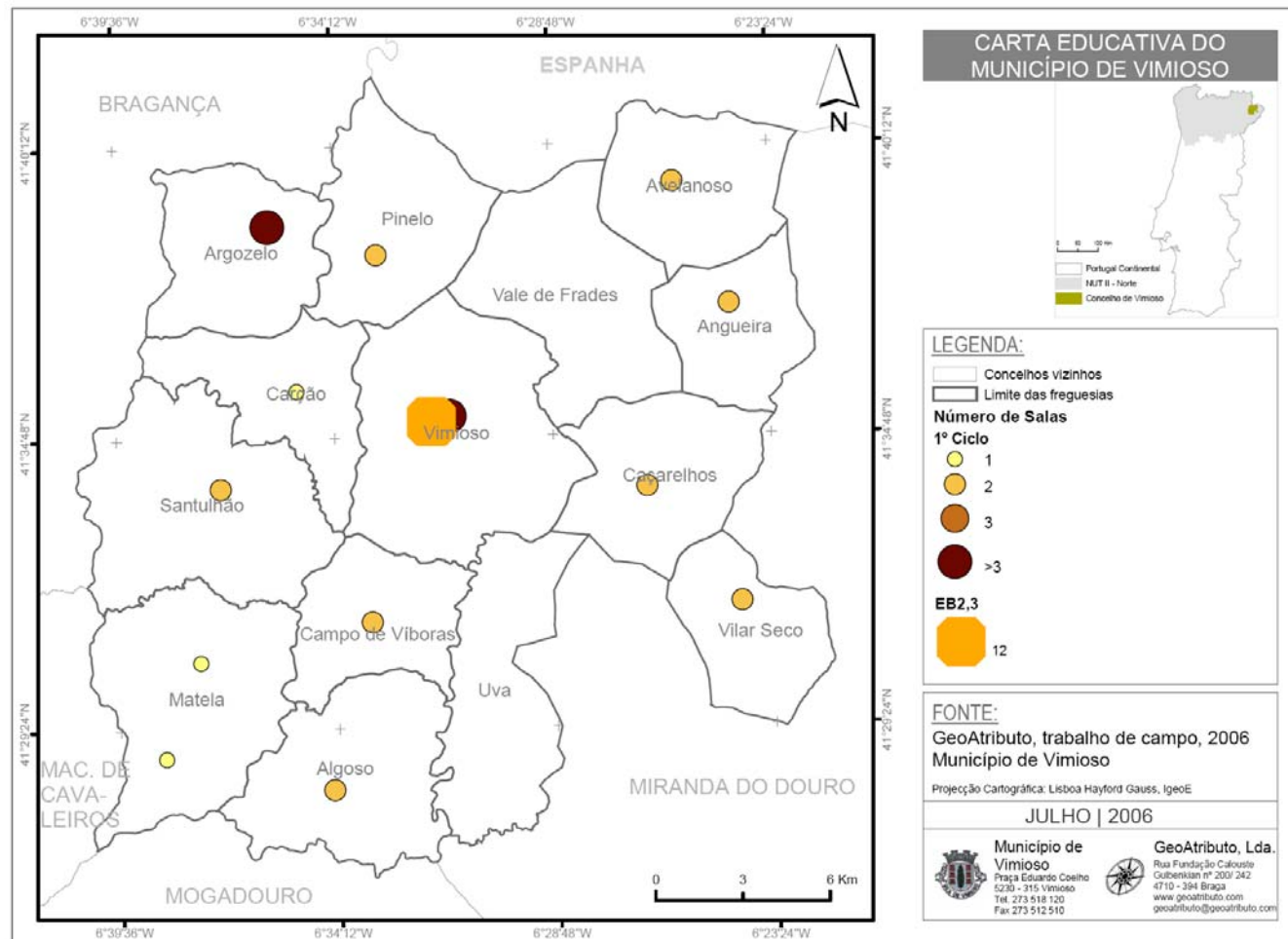
Gráfico 4.3.3b – Salas em funcionamento EB1



Fonte: Inquéritos, GeoAtributo

É a EB1 de Vimioso que, utilizando todas as suas salas, mantém em funcionamento o maior número de salas (quatro), seguida da EB1 de Argozelo que utiliza três das suas quatro salas.

MAPA 4.3.3B – NÚMERO DE SALAS DE ENSINO BÁSICO



Refira-se que a existência de quatro salas é essencial para que não funcionem em regime duplo e para que cada ano tenha uma sala própria.

Quanto ao 2º e ao 3º ciclo, a única escola existente é a EB 2,3 de Vimioso, localizada na sede concelhia. Esta detém 12 salas de aulas e todas elas são necessárias para responder ao número de alunos presentes na escola, encontrando-se todas elas em funcionamento.

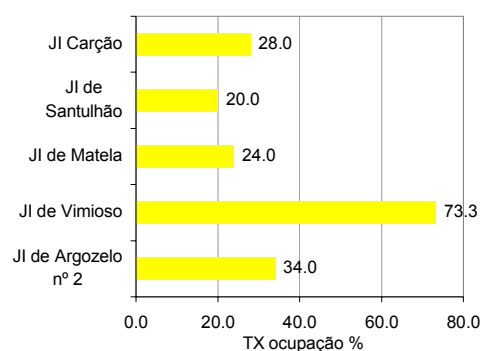
### b) taxa de ocupação/ saturação dos espaços

Por taxa de ocupação/saturação de espaços escolares entende-se a relação entre a capacidade do edifício escolar, em regime normal de funcionamento, e o número de alunos que o frequentam em período diurno. Sendo o resultado apresentado em percentagem, entende-se que a partir dos 100% se está numa situação de lotação do espaço em estudo.

Concordantemente com o Decreto-Lei 147/97, de 11/06, definiu-se 25 alunos por sala. Segundo o Despacho nº 13 765/2004 (II Série) de 13 de Julho, convencionou-se que a capacidade máxima seria de 24 alunos por sala nas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e 25 nos estabelecimentos de ensino de 2º e 3º ciclos, assim como nas escolas de ensino Pré-Escolar. Para tal, e como forma de calcular esta taxa, recorreu-se à relação entre o número total de alunos, bem como o total de salas, para obter a capacidade máxima estimada e posteriormente efectuar esta relação. Neste sentido caracterizamos, de forma breve, o total de alunos que frequentam os estabelecimentos escolares, mediante a sua distribuição pelos vários ciclos de ensino, para posteriormente procedermos ao cálculo da taxa de ocupação/saturação.

Analisando a taxa de ocupação nos jardins-de-infância (gráfico 4.3.3.c), constatamos que apenas uma escola apresenta uma taxa de ocupação superior a 50%, sendo ela o JI de Vimioso (73,3%). Os valores obtidos nos restantes estabelecimentos denunciam o subaproveitamento das instalações, na medida em que só é utilizado 20%, 24% e 28% do espaço nos JI's de Santulhão, da Matela e de Carção, respectivamente. O estabelecimento de ensino Pré-Escolar com a maior capacidade máxima estimada é o JI de Vimioso, tendo capacidade para 96 alunos, albergando, no entanto, apenas 61.

Gráfico 4.3.3c – Taxa ocupação/Saturação JI



Fonte: Inquéritos, GeoAtributo

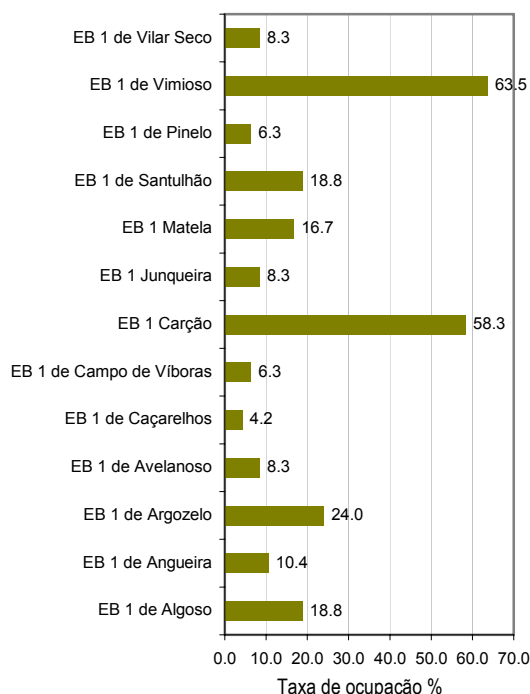
Relativamente ao 1º ciclo do Ensino Básico, verificamos que o subaproveitamento do espaço é também evidente neste nível de ensino, pelo que 6 escolas registam taxas de ocupação/saturação inferiores a 10% –



EB1 de Vilar Seco (8,3%); EB1 de Pinelo (6,3%); EB1 de Junqueira (8,3%); EB1 de Campo de Víboras (6,3%); EB1 de Caçarelhos (4,2%) e EB1 de Avelanoso (8,3%). Aliás, as escolas com maior taxa de ocupação/saturação são a EB1 localizada na sede de concelho (63,5%), e a EB1 de Carção (58,3%).

Valores significativamente inferiores aos registados em Vimioso e Carção, mas ligeiramente superiores a 10% detêm a EB1 de Angueira (10,4%) e a EB1 de Santulhão (18,8%). Note-se que a EB1 de Vimioso é o estabelecimento que regista a maior capacidade de acolhimento - 75 alunos, sendo no entanto frequentada apenas por 55.

Gráfico 4.3.3d – Taxa ocupação/Saturação EB1



Fonte: Inquéritos, GeoAtributo

Finalmente, a EB 2,3 de Vimioso apresenta uma capacidade máxima estimada de 300 alunos, acolhendo, porém, apenas 119, ou seja, nesta escola a taxa de ocupação/saturação é de 59,7%.

Em suma, a maioria dos estabelecimentos de ensino do município de Vimioso não usufruem da plenitude da capacidade das estruturas de que dispõem, dado o reduzido número de alunos.

### c) estado de conservação/adequação

Hoje em dia os alunos passam grande parte do seu tempo nas escolas, por diversas razões, nomeadamente, devido à carga horária e à falta de disponibilidade dos pais, dado que o ritmo actual impõe o cumprimento de horários rígidos, acabando por delegar grande parte da responsabilidade da educação dos filhos na escola. É, desta forma, necessário que, na escola, os alunos encontrem as condições necessárias ao desenvolvimento intelectual e pessoal.

Desta forma, neste item, iremos analisar as condições oferecidas pelos estabelecimentos de ensino, ao nível do estado de conservação do estabelecimento escolar e das características do recinto, assim como analisar a resposta das escolas face ao prolongamento quotidiano das aulas.

Em relação ao estado de conservação das escolas, e de acordo com o trabalho de campo realizado às escolas, foi atribuída a classificação de “boa”, “razoável” e “má”. Tendo em conta que esta temática dispunha de 4 questões, a metodologia foi a seguinte:

- menos de duas respostas “boa” é conferida a classificação “fraca”.
- duas respostas “boa” é atribuída a classificação “razoável”;
- mais de duas respostas “boa” é concedida a classificação “boa”;

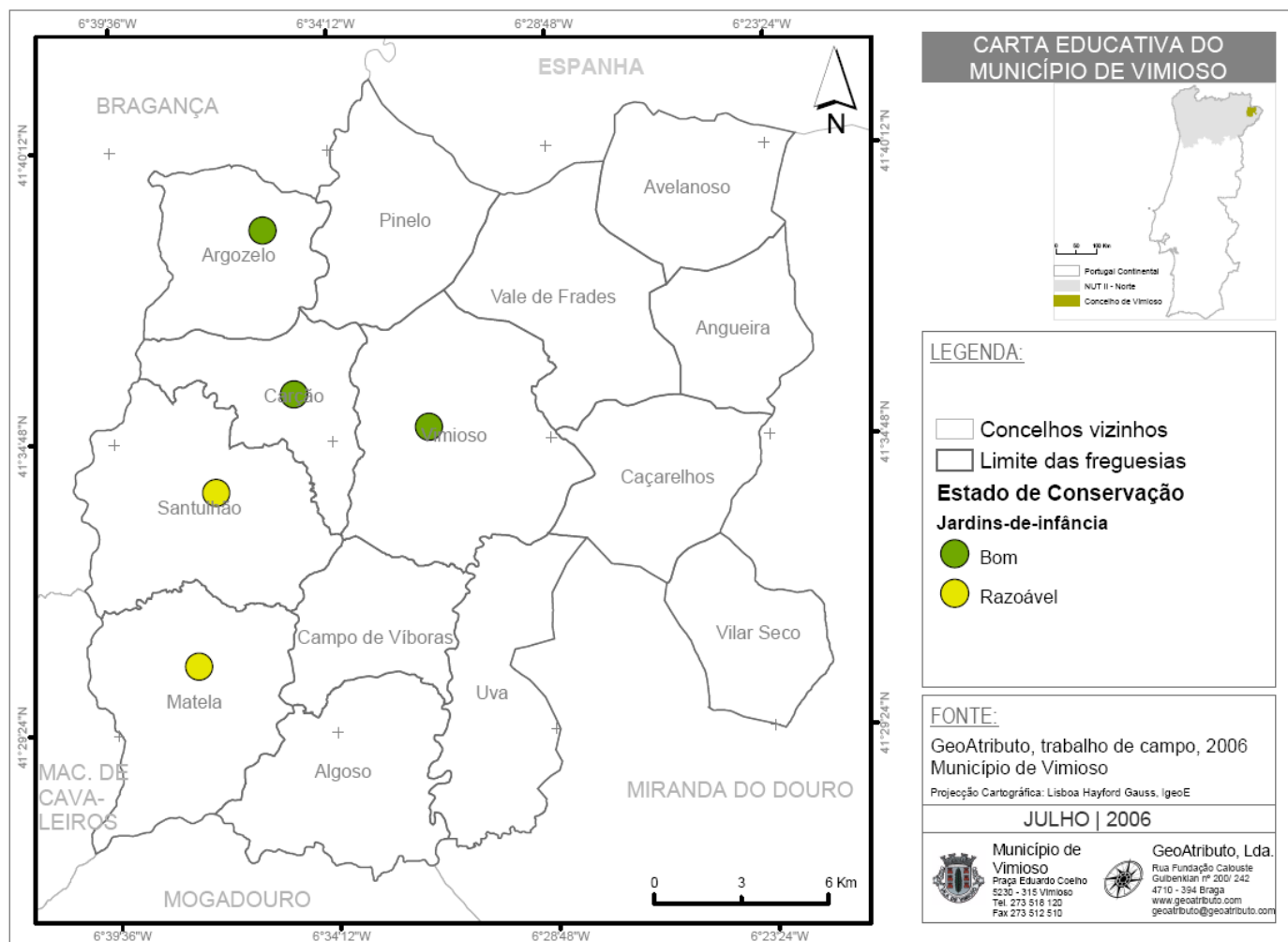
As questões analisadas tinham o intuito de avaliar as condições da escola, nomeadamente ao nível das: condições higiénicas no bar/ cantina/ refeitório, condições higiénicas nas instalações sanitárias, iluminação das salas e estado de manutenção do equipamento escolar (mobiliário, entre outros aspectos). Se se registar uma aproximação de resultados, a característica que estabelece uma possível demarcação é a que diz respeito às condições higiénicas nas instalações sanitárias.

Sendo assim, ao nível do ensino Pré-Escolar, de acordo com o mapa 4.3.3c, nenhum estabelecimento apresenta más condições, sendo que os JI's de Argozelo, Vimioso e Cação foram classificados como tendo boas condições, enquanto que os JI's de Matela e Santulhão apenas apresentam um estado de conservação razoável.

Em relação ao recinto escolar, saliente-se que apenas os JI's de Argozelo e de Vimioso possuem iluminação. Note-se ainda que o JI de Vimioso não se encontra vedado, o que já não se verifica nos restantes jardins-de-

infância cujas instalações se encontram vedadas com uma rede ou com um muro. As condições higiénicas e sanitárias dos recintos são, no geral, boas, à excepção do JI de Vimioso que apresenta condições razoáveis.

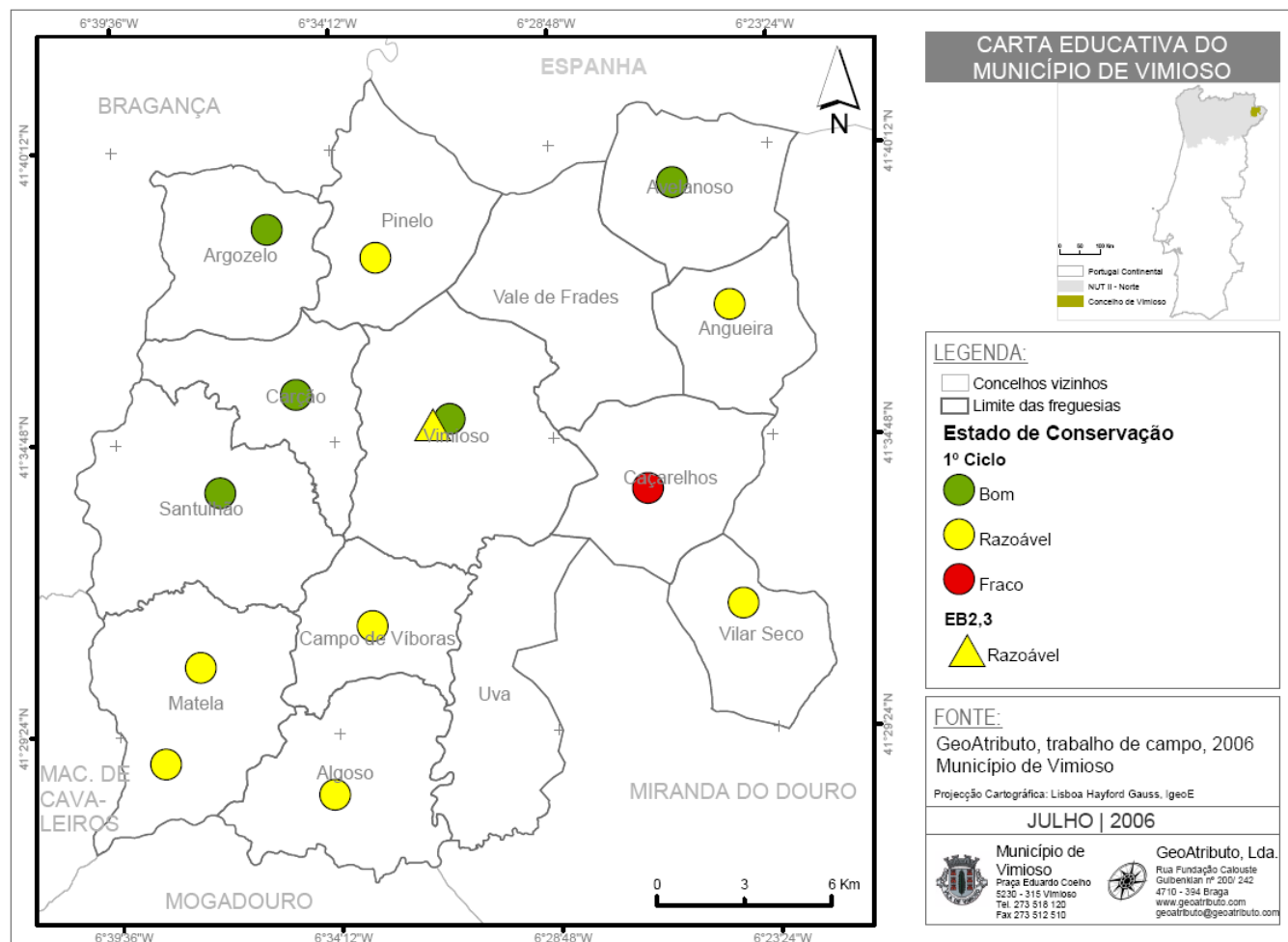
MAPA 4.3.3C – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR



No que concerne ao 1º ciclo, ao contrário do que se verificava no ensino Pré-Escolar, é possível observar, através do mapa 4.3.3d, que a EB1 de Caçarelhos foi classificada como tendo fracas condições de conservação. À maioria das escolas foi atribuída a classificação de “razoável”, num total de sete escolas. As EB1’s de Argozelo, Avelanoso, Carção, Santulhão e Vimioso apresentam um bom estado de conservação dos equipamentos escolares.

No que se refere às condições do recinto, registam-se cinco EB1’s sem áreas cobertas no recreio e apenas a escola de Argozelo possui iluminação. É ainda de assinalar a inexistência de vedação no recinto escolar das EB1’s de Avelanoso e de Pinelo. Relativamente às condições de higiene, as EB1’s de Angueira, Argozelo, Carção e Matela apresentam boas condições, enquanto que a EB1 de Caçarelhos e Junqueira manifestam fracas condições de higiene e de instalações sanitárias.

MAPA 4.3.3D – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ENSINO BÁSICO



No que subjaz à EB 2,3 de Vimioso, cujas instalações datam de 1980/82, esta apresenta um estado de conservação razoável.

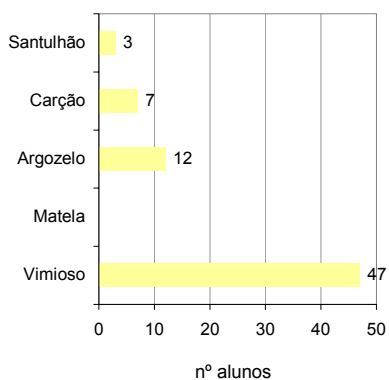
Quanto ao recreio, as condições são, na generalidade, boas. Este estabelecimento é dotado de iluminação, área de recinto coberto, vedação em rede, e de boas condições de higiene ao nível das instalações sanitárias e do refeitório.

#### d) prolongamento de horário

O prolongamento de horário é um conjunto de actividades desenvolvidas no final da componente lectiva recomendado pelo Ministério da Educação através do Ofício Circular nº 02/06, de 09 de Janeiro de 2006. Este conceito acaba por estar associado de forma mais directa à Educação Pré-Escolar e as actividades de enriquecimento curricular ao 1º ciclo do Ensino Básico.

Das treze EB1, apenas cinco não usufruem do prolongamento de horário: EB1 de Angueira, Caçarelhos, Campo de Víboras, e ainda as EB1 da Junqueira e Matela.

Gráfico 4.3.3e – Alunos que beneficiam do prolongamento de horário nos JI



Fonte: Inquéritos, GeoAtributo

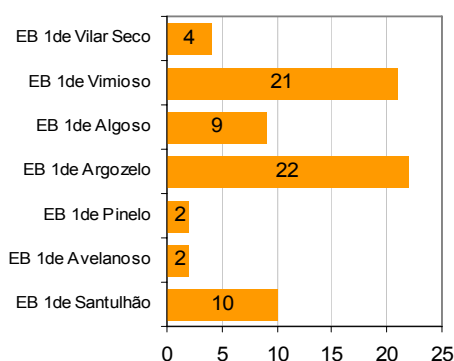
No que concerne o prolongamento de horário, é importante salientar que apenas o jardim-de-infância da Matela não usufrui do prolongamento de horário.

No JI de Vimioso 47 alunos beneficiam do prolongamento, enquanto que os JI de Argozelo, Carção e Santulhão contam com doze, sete e três alunos, respectivamente. Deste modo, verifica-se que apenas no Pré-Escolar de Carção é contemplado a totalidade dos alunos.

Observando o gráfico 4.3.3f verifica-se que são as escolas de Argozelo e Vimioso que apresentam o maior número de alunos a usufruir desta mais valia, com 22 e 21 alunos respectivamente, o que se explica pelo maior número de alunos a frequentar estes estabelecimentos. Na EB1 de Santulhão, dez alunos usufruem deste serviço, na EB1 de Algoz são nove alunos, quatro alunos na EB1 de Vilar Seco, e dois na EB1 de Avelanoso e Pinelo.

A EB1 de Carção também beneficia do prolongamento de horário, todavia não é apontado o número de alunos abrangidos.

Gráfico 4.3.3f – Alunos que beneficiam do prolongamento de horário no 1º ciclo



Fonte: Inquéritos, GeoAtributo

### e) segurança dos espaços

De forma a proceder à análise das condições de segurança da escola, relativamente ao meio envolvente, num raio de cerca de 200 metros, foram ponderados oito itens essenciais:

- ruas com passeios;
- iluminação;
- passadeiras simples;



- passadeiras com semáforos;
- lombas/bandas sonoras de redução de velocidade;
- saída de escola com resguardo/grade de protecção;
- sinalização vertical;
- sinalização horizontal.

Estes aspectos foram avaliados com a resposta “sim” no caso de existirem e “não”, caso não se verificassem. Deste modo, o pressuposto metodológico ao qual recorremos foi:

- mais de 4 itens “sim” (existentes) aplicamos uma classificação “boa”;
- 4 variáveis “sim” (existente) aplicamos uma classificação “razoável”;
- mais de 4 elementos “não” (ausentes) adequamos uma classificação “deficitária”.

Desta forma, tal como podemos observar na tabela 4.3.3b a maioria dos estabelecimentos de ensino Pré-Escolares apresenta condições de segurança deficitárias, sendo que apenas dois dos cinco estabelecimentos apresentam condições razoáveis, e nenhum foi classificado como tendo boas condições.

Os estabelecimentos classificados com “razoáveis” foram os JI’s de Vimioso e de Santulhão, já o JI de Argozelo e os JI/EB1 de Matela e Carção obtiveram a classificação de “deficitárias”.

Tabela 4.3.3b - Condições de segurança nos JI

JI	Condições de segurança
JI Argozelo nº 2	Deficitárias
JI de Vimioso	Razoáveis
EB 1/JI de Matela	Deficitárias
JI de Santulhão	Razoáveis
EB 1/JI de Carção	Deficitárias
Fonte: Inquéritos, GeoAtributo	

A existência de sinalização horizontal, de resguardos, bem como de passadeiras com semáforos não se verificam em nenhum dos jardins-de-infância, no entanto, todos eles possuem iluminação adequada nas redondezas. No que se refere à sinalização vertical, apenas se verifica no JI de Vimioso, já as lombas e bandas sonoras de redução da

velocidade, registam-se unicamente no JI de Santulhão. No JI de Argozelo e no EB1/JI de Carção não se registam ruas com passeios, nem passeadeiras simples, estas últimas também estão ausentes no EB1/JI de Matela.

Ao nível da segurança no 1º ciclo, todos os estabelecimentos de ensino apresentam condições de segurança deficitária.

Tabela 4.3.3c - Condições de segurança nas EB1

EB 1	Condições de segurança
EB 1 de Santulhão	Deficitárias
EB 1 de Avelanoso	Deficitárias
EB 1 de Pinelo	Deficitárias
EB 1 de Argozelo	Deficitárias
EB 1 Junqueira	Deficitárias
EB 1 de Algosó	Deficitárias
EB 1 Campo de Víboras	Deficitárias
EB 1 de Vimioso	Deficitárias
EB 1 de Vilar Seco	Deficitárias
EB 1 de Caçarelhos	Deficitárias
EB 1 de Angueira	Deficitárias

Fonte: Inquéritos, GeoAtributo

A maioria dos parâmetros considerados para a análise da segurança, não se verifica nestas escolas, sendo que apenas a questão da iluminação é assegurada em todos os estabelecimentos. Nenhuma EB1 detém sinalização horizontal, resguardos, lombas ou bandas sonoras, nem mesmo passeadeiras com semáforos, estando as passeadeiras simples presentes apenas na EB1 de Argozelo. Somente a EB1 de Avelanoso e de Angueira possuem sinalização vertical. Relativamente às ruas com passeios, observam-se apenas na EB1 de Vimioso e Pinelo.

Relativamente ao 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, a EB 2,3 de Vimioso contempla a maioria dos parâmetros em análise, tendo por isso boas condições de segurança. Nos espaços envolventes ao estabelecimento, só não se registam resguardos, passeadeiras com semáforo e lombas ou bandas sonoras, sendo os restantes aspectos todos contemplados nesta escola.

No que respeita às condições de segurança, é ainda relevante contemplar as questões relacionadas com o próprio edifício escolar, nomeadamente no que se refere à:

- existência de sistema de alarme;
- existência de extintores;
- saídas de emergência;

- plano de evacuação;

- guarda-nocturno.

Deste modo, verifica-se que, relativamente aos JI's e às EB1's, nenhum estabelecimento possui qualquer um destes requisitos, enquanto que na EB 2,3 todos eles são contemplados.

Refira-se ainda que todas as escolas do ensino Pré-Escolar, assim como as do 1º, 2º e 3º ciclo são abrangidas pelo programa "Escola Segura", resultado da iniciativa conjunta do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Educação.

Segundo os docentes inquiridos, na maioria das escolas este projecto está apenas orientado para a vigilância das escolas e das áreas envolventes, contudo, no JI de Vimioso é ainda assegurado o policiamento dos percursos habituais de acesso às escolas, e na EB1 da mesma freguesia são também realizadas acções de sensibilização junto dos alunos para as questões da segurança.

No que respeita a adequação das condições básicas, foram tidas em conta os seguintes aspectos:

- existência de rede eléctrica;

- abastecimento de água (rede pública);

- drenagem de esgotos;

- recolha de lixo selectiva e não selectiva;

- aquecimento nas salas de aulas.

Todas as escolas de todos os níveis de ensino possuem rede eléctrica, abastecimento de água, drenagem de esgotos e aquecimento, porém, apenas a EB 2,3 precede à recolha de lixo selectiva.

No que respeita ao aquecimento, a maioria das escolas detêm aquecedor eléctrico, pelo que apenas a EB 2,3 de Vimioso, a EB1 de Vimioso, a EB1 de Argozelo e o JI de Vimioso usufruam de aquecimento central.

#### f) regime de funcionamento

O regime de funcionamento das escolas básicas de 1º ciclo pode ser de dois tipos: regime normal ou regime duplo. No primeiro, os alunos que frequentam estas escolas permanecem lá todo o dia, funcionando, o estabelecimento, simultaneamente de manhã e de tarde. No regime duplo, a escola funciona exclusivamente de manhã ou de tarde, fazendo com que as turmas adotem um carácter rotativo, ou seja, as que funcionam de manhã cedem as salas às turmas que têm aulas de tarde.

No concelho de Vimioso, a maioria das escolas do 1º ciclo funcionam em regime normal, porém, registam-se duas escolas a funcionar em regime duplo, sendo elas a EB1 de Pinelo e a EB1 de Angueira.

#### g) equipamentos existentes

Para proceder à análise dos equipamentos existentes nos estabelecimentos de ensino, serão consideradas a possibilidade, ou não, de servir refeições, assim como a presença de outros tipos de equipamentos presentes nas escolas.

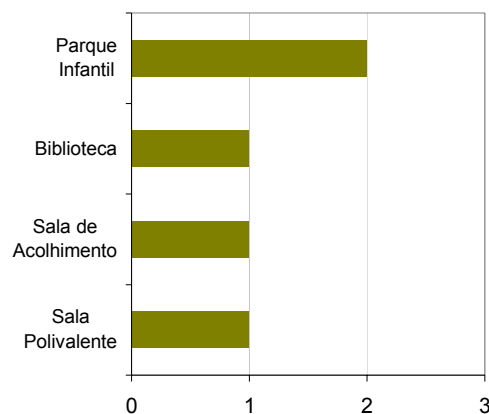
A possibilidade de usufruir do serviço de refeições na escola revela-se importante, na medida em que vai permitir a permanência dos alunos nas escolas durante o dia todo, evitando que as crianças/adolescentes se desloquem às suas áreas de residência.

De acordo com o mapa 4.3.3e, nenhum JI possui capacidade para servir refeições, note-se, porém, que os jardins-de-infância de Carção e Argozelo, apesar de possuírem cozinhas, estas não são usadas para servir refeições, mas apenas para aquecer, o que acontece em Argozelo, enquanto que em Carção a cozinha serve de despensa.

Apenas duas escolas do ensino Pré-Escolar estão dotadas de Parque infantil, sendo elas o JI de Argozelo e de Santulhão. É no JI de Argozelo que se regista um maior número de equipamentos, visto que, para além dos já referidos, ainda possui uma sala polivalente.

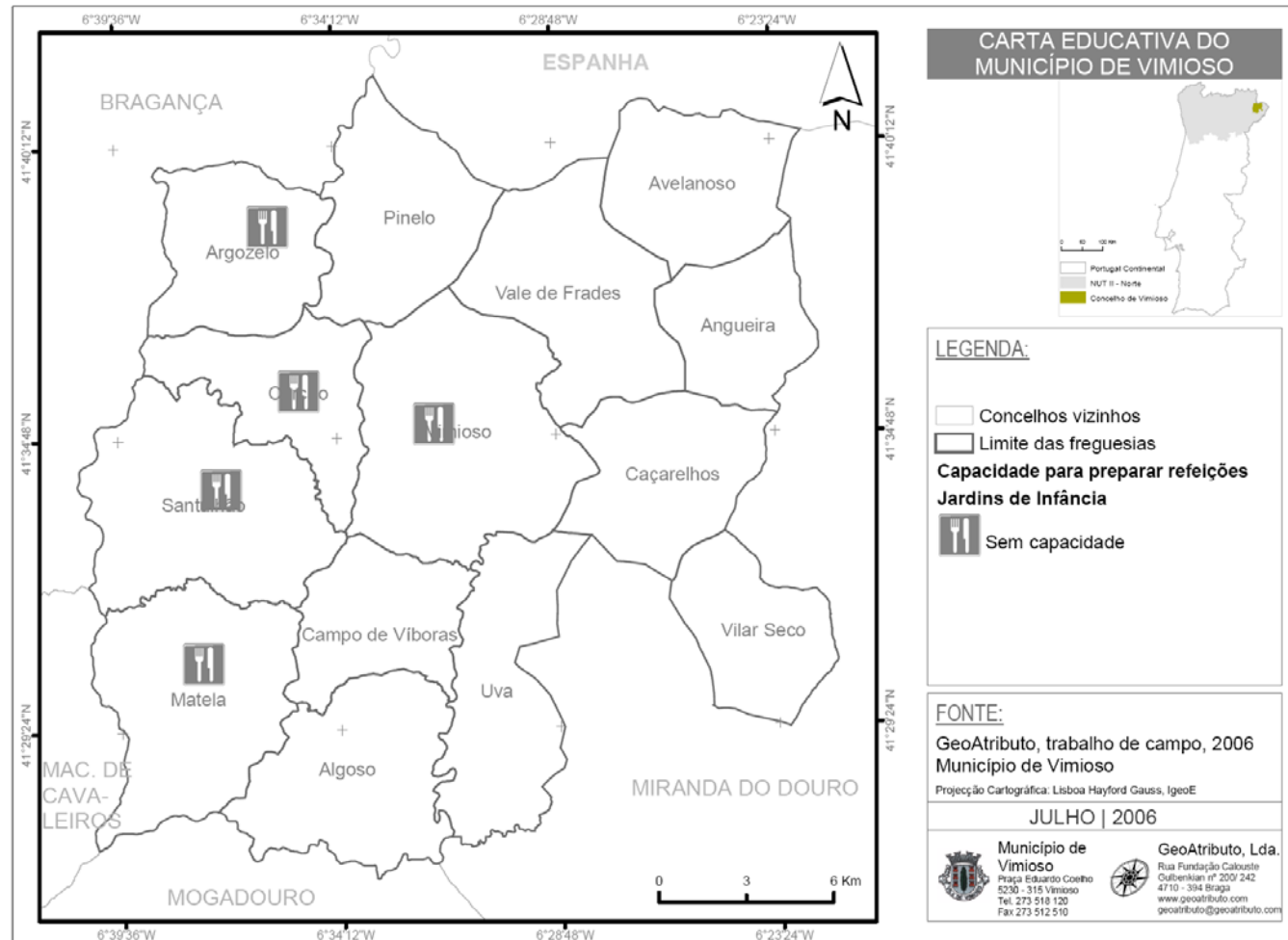
Para além destes equipamentos, a EB1/JI de Carção também desfruta de uma biblioteca. Quanto ao JI de Vimioso, está dotado de uma sala de acolhimento. Os JI de Matela, para além de não ter condições para servir refeições, também não se regista outro tipo de equipamentos.

Gráfico 4.3.3g – Equipamentos existentes nos JI's



Fonte: Inquéritos, GeoAtributo

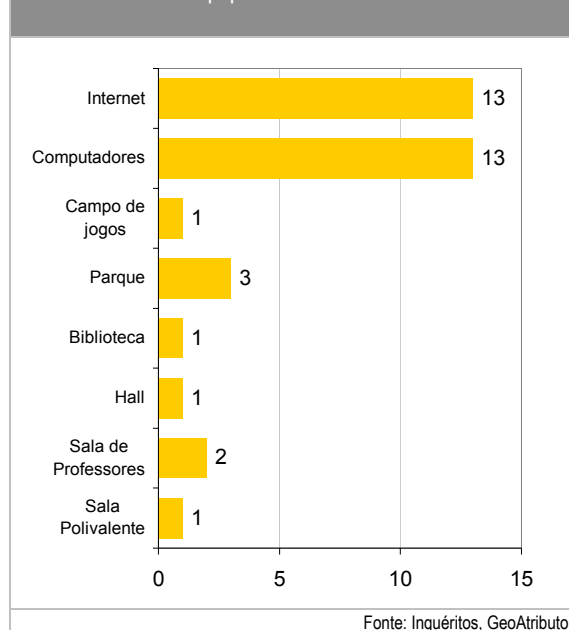
MAPA 4.3.3E – CAPACIDADE DE PREPARAR REFEIÇÕES NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR



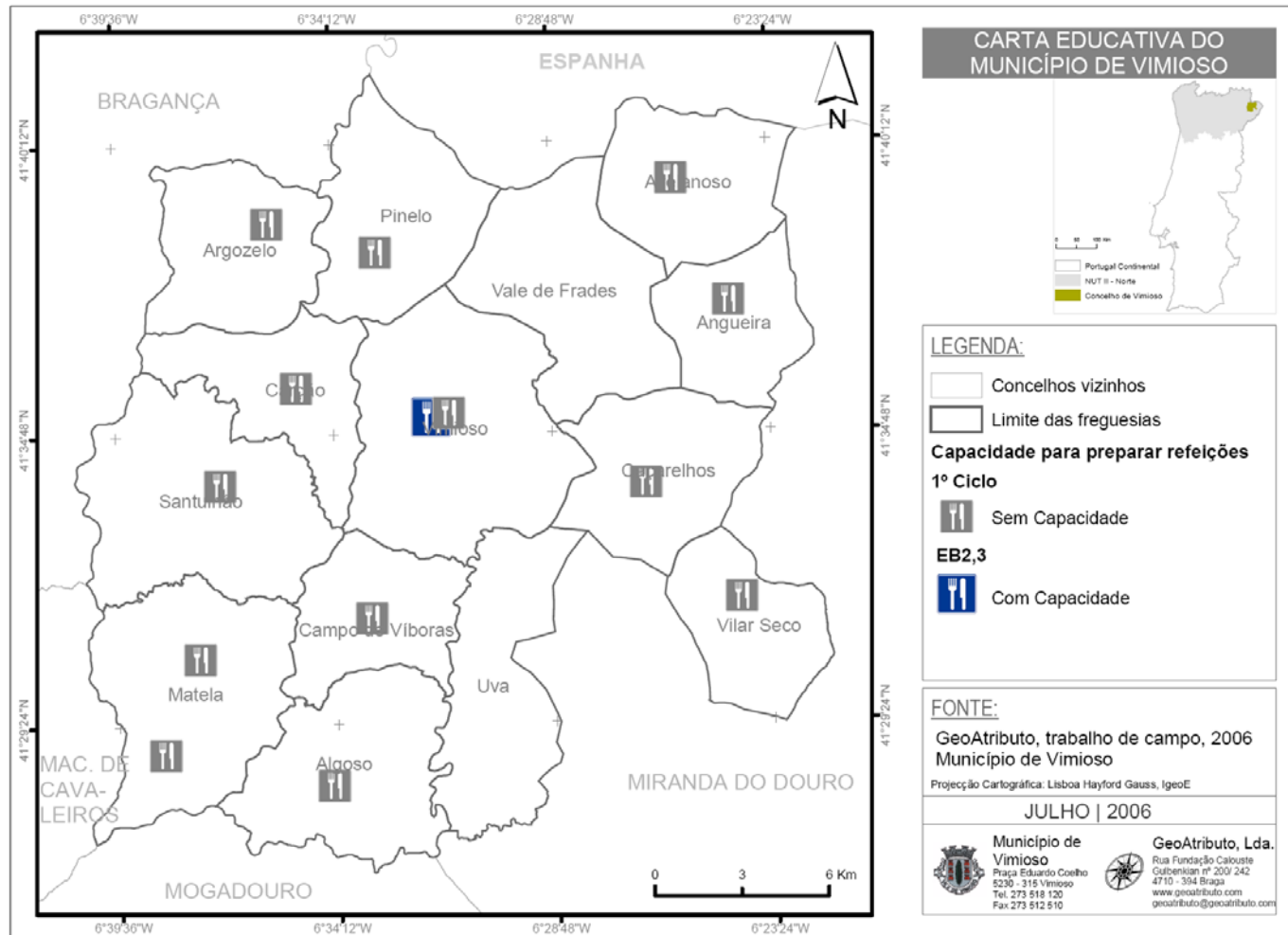
No que concerne ao 1º ciclo, tal como se registou nos JI, nenhuma EB1 possui condições para preparar refeições (mapa 4.3.3f)

Somente duas escolas possuem salas de professores (EB1 de Argozelo e Vimioso) e apenas a EB1 de Carção beneficia de uma biblioteca. A sala polivalente registada no gráfico pertence à EB1 de Angueira, enquanto que o hall à EB1 de Caçarelhos. Na EB1 de Santulhão, os alunos podem desfrutar de um pequeno campo de jogos. Ainda em relação ao equipamento lúdico, três escolas do 1º ciclo dispõem de parques, sendo elas a EB1 de Algosó, Caçarelhos e a EB1 de Campo de Vóboras. Todas as escolas possuem computadores e acesso à Internet. A EB1 de Vimioso tem quatro computadores, sendo que dois deles têm ligação à Internet.

Gráfico 4.3.3h – Equipamentos existentes nas EB1's



MAPA 4.3.3F – CAPACIDADE DE PREPARAR REFEIÇÕES NO ENSINO BÁSICO





No que se refere à EB 2,3 de Vimioso, para além de ter capacidade para servir refeições, também é a escola que, comparativamente com os restantes níveis de ensino, está dotada de um maior número de equipamento.

Neste estabelecimento de ensino, os alunos e docentes beneficiam de equipamentos relevante para o desenvolvimento de actividades educativas, assim como lúdicas.

Nestas circunstâncias, os equipamentos disponíveis na escola do 2º e 3º ciclo de Vimioso são:

- salas de trabalho manuais;
- sala de oficinas/ trabalhos oficinais;
- dois laboratórios/ salas de ciências;
- bar;
- biblioteca;
- sala de audiovisuais;
- sala de Informática;
- sala de convívio de alunos;
- sala de professores;
- secretaria;
- ludoteca;
- sala de educação visual;
- papelaria;
- computadores, estando 30 deles ligados à Internet.

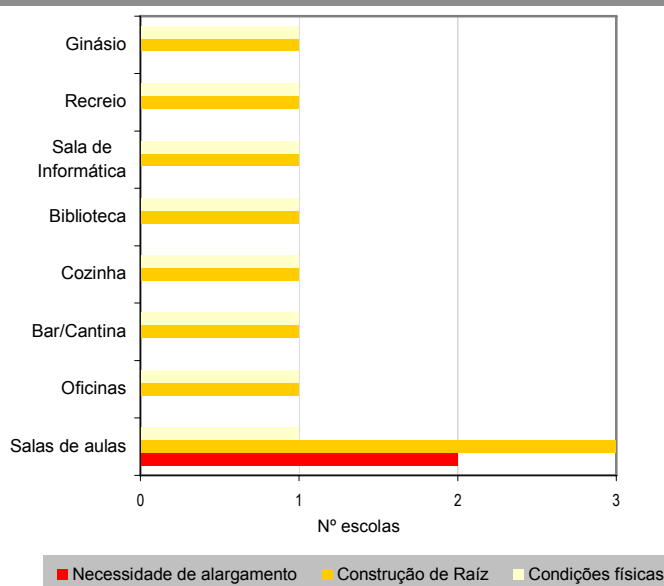
Esta maior oferta, por parte deste estabelecimento, está associada não só ao maior número de alunos que frequentam esta escola, mas também às maiores exigências e necessidades requeridas por este nível de ensino.

#### h) possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios

A pertinência da ampliação é decorrente da taxa de ocupação/saturação dos espaços. Assim, dado que a taxa de ocupação regista valores reduzidos, sendo estes inferiores a 100% em todos os estabelecimentos, não é pertinente proceder a obras de ampliação.

É, no entanto, relevante analisar a possibilidade de ampliação dos edifícios escolares, que se fundamentou nos inquéritos aplicados às escolas do ensino Pré-Escolar e do 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, tendo sido considerados diversos parâmetros, tais como: salas de aulas; salas de trabalhos manuais; oficinas; laboratórios/salas de ciências; bar/cantina; refeitório; biblioteca; sala de informática; sala de convívio de alunos; sala de professores; recreio; ginásio; campo de jogos; piscinas e balneários.

Gráfico 4.3.3i – Necessidade de alargamento/construção nos estabelecimentos de ensino Pré-Escolar



Fonte: Inquéritos, GeoAtributo

Relativamente ao ensino Pré-Escolar, apenas em duas escolas foi apontada a necessidade de alargar o espaço, pelo que somente o JI de Argozelo e de Santulhão referiram a urgência no que se refere ao alargamento de salas de aulas. Três das cinco escolas (JI de Vimioso, JI de Matela JI de Argozelo) apontaram a premência na construção de novas salas de aulas, porém apenas o JI de Vimioso apresenta as condições físicas necessárias à construção das mesmas.

No JI de Vimioso, por estar localizado na sede de concelho, e por albergar um maior número de alunos foi também referida a necessidade de construir as seguintes infra-estruturas: uma sala para trabalhos oficinais, uma bar e cantina, uma cozinha uma biblioteca, uma sala de informática um recreio e um ginásio.

No que respeita ao 1º ciclo, o alargamento da instalações ou a construção de raiz não se revela pertinente, na medida em que seria de maior urgência criar condições de trabalho aos alunos que frequentam este nível de ensino. Mencione-se ainda que, tal como foi referido na alínea b) do presente capítulo, o número de alunos que frequentam as escolas do 1º ciclo é bastante inferior à capacidade máxima dos estabelecimentos, denunciando assim o desaproveitamento do espaço existente, pelo que não é, deste modo, viável, o seu alargamento.

No 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e no que se refere ao bar/cantina, à sala de convívio de alunos, ao campo de jogos, e aos balneários, foi apontada a premência na construção destes equipamentos e no alargamento dos já existentes, na medida em que o estabelecimento apresenta condições que permitam a execução destas obras.

Também foi mencionada a necessidade de alargar o laboratório/sala de ciências, a biblioteca, a sala de informática e a sala dos professores, de modo a responder às necessidade dos discentes e docentes, contudo, não foram assinaladas possibilidades físicas para proceder ao alargamento destes equipamentos.

## 4.4 PROCURA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

Neste capítulo pretendemos traçar um quadro evolutivo do número de alunos a frequentar os diferentes níveis de ensino no concelho de Vimioso. Para tal, e no intuito de apresentarmos uma retrospectiva desde o ano lectivo de 2001/2002, recorreremos a dados estatísticos disponibilizados pelo GIASE e também a dados resultantes do trabalho de campo efectuado pela equipa, relativos ao ano lectivo de 2005/ 2006. Deste modo, foi possível apresentar uma evolução dos alunos no concelho, analisando as realidades específicas da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico 1º, 2º e 3º ciclos. Damos especial realce à Educação Pré-Escolar, uma vez que tem sido alvo, por parte do Ministério da Educação, de um enfoque mais alargado, visto que, segundo as suas directivas, pretende-se um acesso generalizado e efectivo de todas as crianças a este nível de ensino.

### 4.4.1 Evolução do número de alunos no concelho

A análise da evolução do número de alunos no concelho de Vimioso, permite delinear uma tendência de progressão desta população, o que será determinante ao nível das propostas de reordenamento da rede escolar.

Tabela 4.4.1a - Evolução do número de alunos no concelho

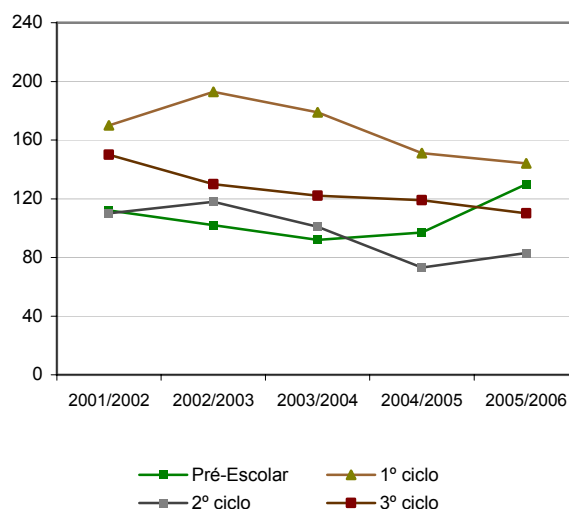
Ano lectivo	Número de alunos
2001/2002	542
2002/2003	543
2003/2004	494
2004/2005	440
2005/2006	467

Perante a observação da tabela 4.4.1a verifica-se que o número total de alunos<sup>4</sup> no concelho de Vimioso tem vindo a decrescer, registando um ligeiro acréscimo no ano lectivo de 2004/2005, para 2005/2006. No primeiro ano em análise observam-se 542 alunos no município, valor que registou um acréscimo de um aluno no ano lectivo subsequente, decrescendo na transição do ano lectivo de 2002/2003 para 2003/2004 (494 alunos). Na passagem deste ano lectivo, para o seguinte continua a acentuar-se esta diminuição (440 alunos). Em 2005/2006 registou-se um acréscimo significativo, comparativamente ao ano lectivo anterior (467 alunos).

<sup>4</sup> Note-se que este total se refere aos alunos que frequentavam a Educação Pré-Escolar, o 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico (desde 2001/2002 a 2005/2006), e os alunos que frequentavam o 1º ciclo e o 3º ciclo do Ensino Recorrente durante os anos lectivos de 2001/2002 a 2003/2004 (dados disponibilizados pelo GIASE).

Em termos específicos, conclui-se que a Educação Pré-Escolar aumentou, nos anos lectivos mais recentes, realçando-se o ano lectivo de 2005/2006, o qual assinala o maior número de crianças a frequentar este nível de ensino (130 crianças). De forma sucinta a Educação Pré-Escolar apresentava 112 crianças no ano lectivo de 2001/2002, cujo total decresce até 2003/2004, ano em atinge o menor número de frequências, durante o período em análise (2001/2002 até 2005/2006). A partir desse momento aumenta progressivamente, até ao ano lectivo de 2005/2006.

Gráfico 4.4.1a – Evolução do número de alunos, por nível de ensino de 2001/2002 até 2005/2006, no concelho de Vimioso



Fonte: GIASE

O 1º ciclo do Ensino Básico regista o maior número de frequências em qualquer ano lectivo em análise, relativamente aos restantes níveis de ensino, pautando-se por uma sucessão de acréscimos e decréscimos. Em 2001/2002 registava 170 alunos a frequentar este nível de ensino, valor que é incrementado no ano lectivo subsequente (193 alunos), para decrescer em 2003/2004 (179 alunos) até ao último ano em análise, 2005/2006 (144 alunos).

No que concerne ao 2º e 3º ciclos do Ensino Básico a tónica dominante é de decréscimo significativo, em especial no 2º ciclo do Ensino Básico. Este ciclo apresentava 110 alunos em 2001/2002, valor que decresceu até 2005/2006 (83 alunos), apresentando o menor número de frequências em 2004/2005 (73 alunos). Relativamente ao 3º ciclo do Ensino Básico, este registava 150 alunos no primeiro ano em análise, decrescendo de forma significativa até 2005/2006, ano em que registava 110 alunos.

#### 4.4.2 Educação Pré-Escolar

---

A Educação Pré-Escolar constitui a primeira fase na integração das crianças no âmbito do sistema educativo. Está imbuída de um carácter facultativo, pelo que a frequência de um maior número de crianças no Pré-Escolar está directamente dependente da decisão dos pais, em matricular os seus filhos nestes estabelecimentos de ensino. O facto de ser um nível de ensino opcional, acarreta algumas despesas, pois não é um ensino gratuito, ao contrário do 1º ciclo do Ensino Básico, o que por si só pode dificultar e limitar o número de inscrições, o que não acontece no concelho de Vimioso, pois a taxa de Pré-Escolarização atinge cerca de 110%.

Segundo o previsto na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei 5/97 de 10 de Fevereiro), compete ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta, visto ser a etapa inicial na educação básica, sendo complementar da acção educativa das famílias. Aliás, em termos estratégicos, o Estado deve assumir a responsabilidade de criar uma rede pública de Educação Pré-Escolar, apoiar outras entidades da sociedade civil a criar jardins-de-infância e definir normas organizacionais e pedagógicas neste contexto. No que diz respeito ao aspecto financeiro, deve assegurar os meios necessários à participação das autarquias locais na execução das finalidades conjecturadas.

O concelho de Vimioso não regista qualquer estabelecimento de ensino Pré-Escolar privado, sendo o mesmo assegurado por estabelecimentos de ensino públicos. É inegável a preferência pela jardim-de-infância da vila, visto que em todos os anos em análise regista o maior número de frequências.

O JI de Argozelo também apresenta um significativo número de frequências, ainda que menor do que o verificado no JI da vila. No primeiro ano em análise - 2001/2002, seis crianças frequentavam este estabelecimento de ensino, valor que foi incrementado até ao ano lectivo de 2004/2005, apresentando um total de vinte crianças, decrescendo o número de frequências para 17, no ano lectivo de 2005/2006.

Pelo contrário, o JI de Santulhão, JI de Matela, e o JI de Carção apresentam frequências inferiores a dez alunos, aliás o JI de Santulhão apresenta cinco crianças a frequentar este nível de ensino, no ano lectivo de 2005/2006. Esta realidade denota que em algumas freguesias, a procura deste nível de ensino será ainda mais reduzida, motivada pelo acentuado decréscimo das taxas de fecundidade e natalidade. Note-se por exemplo o JI de Vilar Seco que desde o primeiro ano em análise apresentou sempre cinco alunos e que chegou a encerrar no ano lectivo de 2004/2005.

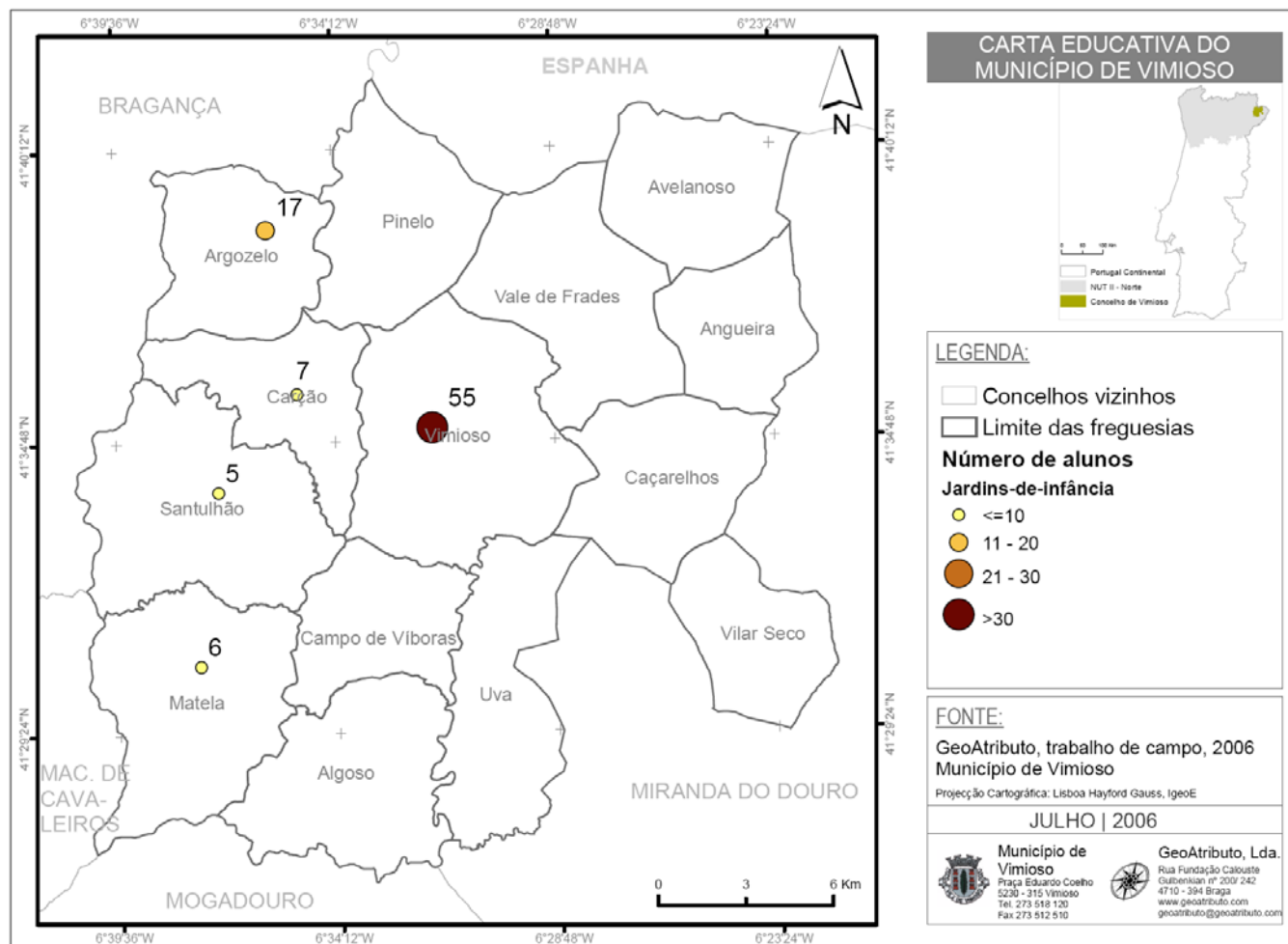
Apesar deste aspecto o concelho de Vimioso apresenta uma taxa de Pré-Escolarização que ultrapassa os 100%, o que significa que o número de crianças a frequentar este nível de ensino é superior ao número de crianças residentes, e que, supostamente, todas as crianças residentes no concelho efectivamente frequentam este nível de ensino.

Tabela 4.4.2a – Número de alunos por estabelecimento de ensino e ano lectivo

Jardim - de - Infância	Idade	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
JI de Santulhão	3 anos	1	1	0	3	1
	4 anos	2	5	2	3	2
	5 anos	3	0	5	2	2
	Total	6	6	7	8	5
JI de Argozelo	3 anos	0	5	5	5	15
	4 anos	0	8	9	6	21
	5 anos	6	4	5	9	18
	6 e mais anos	0	0	0	0	2
	Total	6	17	19	20	56
JI da Matela	3 anos	2	4	2	2	1
	4 anos	2	4	2	3	4
	5 anos	7	2	0	1	1
	Total	11	10	4	6	6
JI de Carção	3 anos	3	3	3	2	2
	4 anos	2	7	5	2	3
	5 anos	1	4	5	5	2
	Total	6	14	13	9	7
JI de Vilar Seco	3 anos	1	1	1	2	-
	4 anos	2	3	3	2	-
	5 anos	2	1	1	1	-
	Total	5	5	5	5	-
JI de Vimioso	3 anos	13	20	17	12	15
	4 anos	18	16	14	20	21
	5 anos	38	14	13	13	18
	6 e + anos	0	0	0	4	2
	Total	69	50	44	49	56

Fonte: GIASE

MAPA 4.4.2.A – NÚMERO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR





#### 4.4.3 Ensino Básico: 1º, 2º e 3º ciclos

---

O Ensino Básico é constituído por três ciclos sequenciais, os quais se concretizam no 1º ciclo (abarca quatro anos de estudo), 2º ciclo (dois anos de estudo) e por último no 3º ciclo, o qual engloba três anos de estudo.

O 1º ciclo do Ensino Básico é designado como um dos níveis de ensino gratuito, universal e de obrigatoria frequência. A actual rede de 1º ciclo é constituída por inúmeras escolas de pequena dimensão, situadas em freguesias despovoadas, cujas dinâmicas demográficas traduzem esta recessão populacional. A tendência evolutiva das escolas em análise é, de forma geral, de decréscimo ou estabilização. Perante este cenário é necessário uma intervenção urgente, no intuito de proporcionar aos alunos o acesso a um ensino de qualidade.

Das treze escolas que ministram o 1º ciclo do Ensino Básico, dez apresentam menos de dez alunos (EB1 de Avelanoso, EB1 de Caçarelhos, EB1 de Matela, EB1 de Junqueira, EB1 de Algosó, EB1 de Vilar Seco, EB1 de Santulhão, EB1 de Angueira, EB1 de Campo de Víboras e EB1 de Pinelo) aliás cinco destas registam menos de cinco alunos. A EB1 de Avelanoso, registava no primeiro ano em análise quatro alunos, cujas frequências aumentaram para cerca de nove nos dois anos lectivos seguintes, decrescendo até 2005/2006, momento em que regista novamente quatro alunos. A EB1 de Caçarelhos apresentava, no ano lectivo de 2001/2002, cinco alunos a frequentar este nível de ensino, valor que se manteve inalterável no ano lectivo seguinte, para posteriormente diminuir o número de frequências até ao último ano em análise – 2005/2006, no qual registava dois alunos. A EB1 de Vilar Seco era frequentada, em 2001/2002, por quatro alunos, valor que é fomentado no ano lectivo posterior, mantendo-se inalterável em 2003/2004 (seis alunos), decrescendo para quatro alunos no ano lectivo posterior, cujo valor se mantém inalterável em 2004/2005 e em 2005/2006. A EB1 de Campo de Víboras nunca registou mais de cinco alunos durante o período em estudo e apresentava, no último ano lectivo, três alunos a frequentar este estabelecimento de ensino. A EB1 de Pinelo registou um breve aumento das suas frequências desde 2001/2002, até 2005/2006, apresentando no primeiro ano duas frequências e no último quatro. A EB1 localizada na freguesia da Matela registava cinco alunos no ano lectivo de 2001/2002, decrescendo ligeiramente este total de frequências até ao último ano em análise, no qual apresentava quatro alunos. A EB1 da Junqueira, igualmente localizada na freguesia da Matela apresentou no ano lectivo de 2005/2006 alunos, e durante o período em análise verificaram-se ligeiras oscilações no número de frequências, limitando-se sempre a duas ou três frequências.

Perante este cenário é perceptível, tal como enunciado relativamente aos estabelecimentos de ensino que ministram a Educação Pré-Escolar, que em relação a algumas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, a curto prazo a procura deste nível de ensino em determinadas freguesias será inferior ao registado actualmente.

Tabela 4.4.3a – Número de alunos, por estabelecimento de ensino e ano lectivo

Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico	Ano de escolaridade	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
EB1 de Argozelo	1º ano	8	4	3	5	
	2º ano	4	10	6	4	
	3º ano	11	2	8	4	
	4º ano	6	11	5	8	
	Total	29	27	22	21	17
EB1 de Avelanoso	1º ano	0	4	0	1	0
	2º ano	4	0	4	1	1
	3º ano	0	4	0	3	1
	4º ano	0	1	5	1	2
	Total	4	9	9	6	4
EB1 de Carção	1º ano	5	6	2	5	6
	2º ano	2	5	1	3	4
	3º ano	7	2	6	2	1
	4º ano	2	7	3	3	2
	Total	16	20	12	13	13
EB1 de Caçarelhos	1º ano	0	1	0	0	0
	2º ano	2	1	1	0	0
	3º ano	2	1	1	1	0
	4º ano	1	2	1	1	2
	Total	5	5	3	2	2
EB1 de Algosó	1º ano	1	6	1	0	0
	2º ano	0	2	6	1	2
	3º ano	0	0	2	6	2
	4º ano	1	0	0	2	5
	Total	2	8	9	9	9
EB1 de Vimioso	1º ano	14	25	17	12	9
	2º ano	16	14	19	18	15
	3º ano	14	15	19	20	16
	4º ano	18	13	17	20	23
	Total	62	67	72	70	63
EB1 de Vilar Seco	1º ano	1	4	2	1	1
	2º ano	1	1	2	0	1
	3º ano	0	1	1	2	0
	4º ano	2	0	1	1	2
	Total	4	6	6	4	4
EB1 de Santulhão	1º ano	3	3	0	0	5

	2º ano	1	3	3	0	0
	3º ano	7	2	3	4	0
	4º ano	5	6	1	2	4
	Total	16	14	7	6	9
EB1 de Angueira	1º ano	0	3	2	0	0
	2º ano	0	0	3	3	0
	3º ano	1	0	0	2	3
	4º ano	0	1	0	0	2
	Total	1	4	5	5	5
EB1 de Campo de Vitoras	1º ano	1	2	0	0	0
	2º ano	1	2	2	0	1
	3º ano	1	0	2	2	0
	4º ano	1	1	0	2	2
	Total	4	5	4	4	3
EB1 de Pinelo	1º ano	0	0	0	1	1
	2º ano	1	1	1	1	1
	3º ano	1	0	0	1	1
	4º ano	0	2	2	0	1
	Total	2	3	3	3	4
EB1 de Matela	1º ano	1	2	1	0	1
	2º ano	1	1	2	1	0
	3º ano	0	1	1	2	1
	4º ano	3	0	1	2	2
	Total	5	4	5	5	4
EB1 da Junqueira (Matela)	1º ano	1	0	0	1	1
	2º ano	1	1	1	0	0
	3º ano	1	1	0	1	0
	4º ano	0	0	1	1	1
	Total	3	2	2	3	2

Fonte: GIASE

No que se refere ao 2º e 3º ciclos do Ensino Básico verifica-se que o comportamento evolutivo do número de alunos é pautado por uma sucessão de acréscimos e decréscimos, sendo a tónica dominante de decréscimo.

O 2º ciclo registava 79 alunos no ano lectivo de 2001/2002, para aumentar no ano lectivo seguinte, apresentando um total de 90 alunos (valor mais elevado durante o período em análise). O número de frequências decaiu nos dois anos lectivos posteriores, apresentando 73 alunos em 2004/2005, valor incrementado no ano lectivo de 2005/2006, no qual registava 83 alunos. O ano de escolaridade que mais contribui para estes totais foi o 5º ano, o qual auferiu um número de frequências superior ao registado no 6º ano, à excepção do ano lectivo de 2004/2005.

O 3º ciclo apresentou durante o período em análise, uma curva nítida de decréscimo, pois no ano lectivo de 2001/2002 apresentava 134 alunos, total que decresceu significativamente até ao último ano lectivo em análise. O ano de escolaridade que contribuiu negativamente para este total foram o 8º e o 9º anos, com especial incidência do último ano citado, o qual no ano lectivo de 2005/2006 apresentava 28 alunos. Pelo contrário, o 7º ano de escolaridade contribuiu positivamente, pois regista o maior número de alunos, à excepção dos dois primeiros anos em análise.

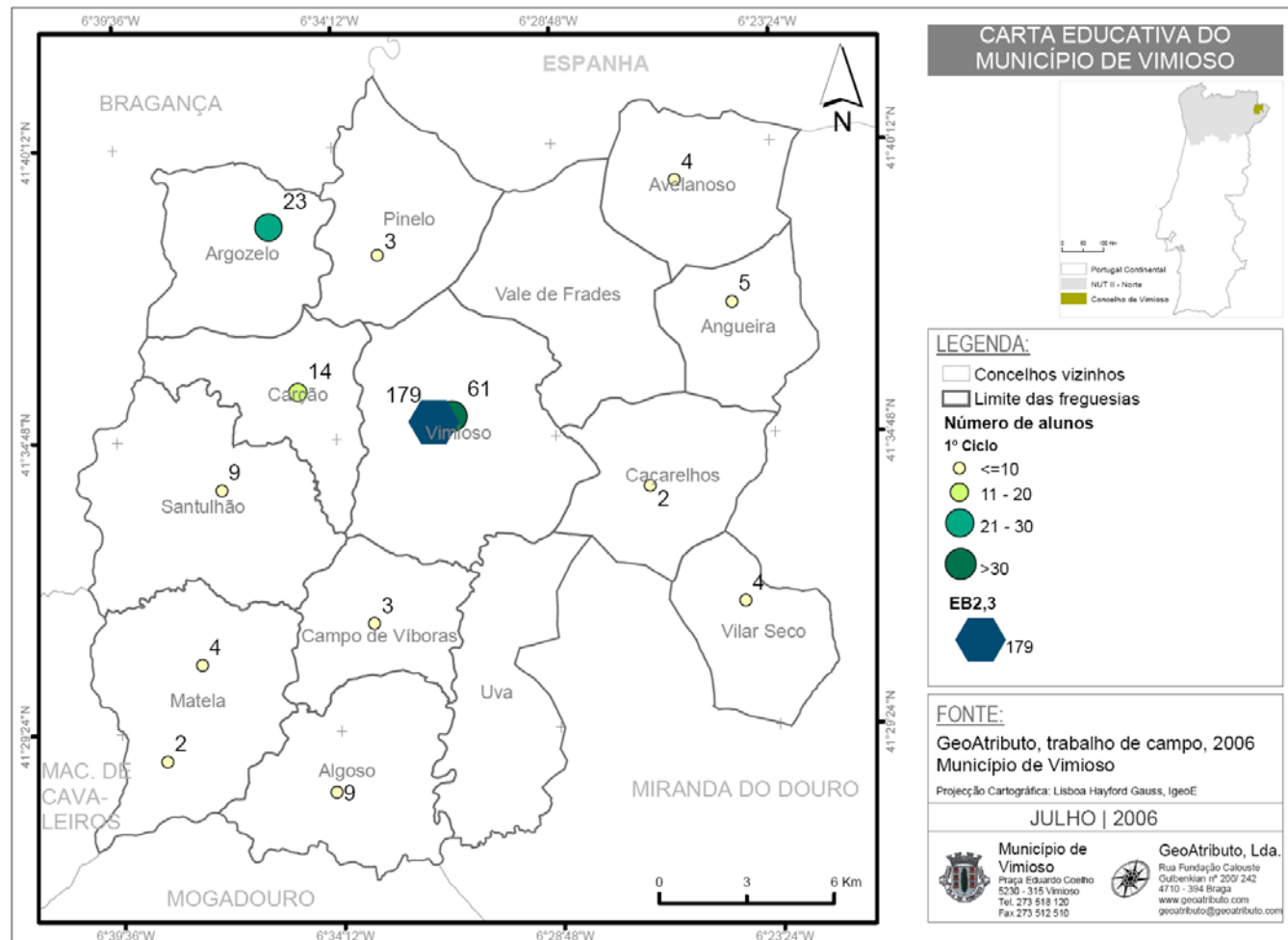
Estas oscilações verificadas aos nível do 2º e 3º ciclos e em particular nos anos de escolaridade que integram estes ciclos são justificadas sobretudo pelas elevadas taxas de abandono escolar e saída antecipada do Ensino Básico, desenvolvidos no ponto 4.1.5 deste documento.

Tabela 4.4.3b – Número de alunos, por estabelecimento de ensino e ano lectivo (2001/2002 a 2005/2006)

Ano de escolaridade	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
2º CICLO	79	90	78	73	83
5º ano	50	41	39	34	49
6º ano	29	49	39	39	34
3º CICLO	134	130	122	119	110
7º ano	47	44	59	53	40
8º ano	53	35	33	41	42
9º ano	34	51	30	25	28

Fonte: GIASE

MAPA 4.4.2B – NÚMERO DE ALUNOS NO ENSINO BÁSICO



#### 4.4.4 Ensino Secundário

No que se refere ao Ensino Secundário verifica-se que este concelho não contempla nenhum estabelecimento de Ensino Secundário, pelo que os alunos que pretendam frequentar este nível de ensino terão de optar pela oferta disponibilizada pelas escolas presentes nos concelhos vizinhos. A saída dos alunos em idade de frequentar o Ensino Secundário, para outros concelhos não nos permite avaliar e traçar um quadro evolutivo da procura destes alunos.

Ainda assim o cálculo da taxa de saída precoce permite-nos perceber que em 2001, 41,8% dos alunos com 18 a 24 anos não completaram o Ensino Secundário, pelo que é necessária intervenção para motivar e incrementar o total de frequências.

#### 4.4.5 Ensino Especial

O conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE), adoptado em 1994 a partir da “Declaração de Salamanca”, refere-se a todas as crianças ou jovens com deficiências ou dificuldades escolares, nomeadamente, crianças deficientes ou sobredotadas, crianças de minorias étnicas ou culturais, crianças de áreas ou grupos desfavorecidos, entre outras.

Nestas circunstância, é objectivo da educação especial a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas, integrando actividades dirigidas aos educandos e acções dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades, (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro - Lei de bases do Sistema Educativo).

A educação especial deve, por isso, possibilitar às crianças e jovens desenvolver as suas competências e a adquirir conhecimentos e habilidades, necessários para conquistar o maior nível possível de autonomia pessoal, através de actividades adequadas às suas possibilidades.

Tabela 4.4.5a - Número de alunos com NEE, no concelho de Vimioso em 2005/2006

Nível de ensino	Nº de alunos
Pré-Escolar	2
1º ciclo	13
2º e 3º ciclos	13
Total	28

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vimioso

O concelho de Vimioso apresentava em 2005/2006, 28 alunos com necessidades educativas especiais, sendo que deste total, dois alunos frequentavam a Educação Pré-Escolar, treze alunos o 1º ciclo o Ensino Básico e 13 alunos o 2º e 3º ciclos. Como perceptível o 1º ciclo do Ensino Básico apresenta o maior número de alunos com NEE.

## 4.5 ACÇÃO SOCIAL

---

A Lei de Bases do Sistema Educativo prevê o direito de acesso à educação e à cultura, generalizado a todos os portugueses, sendo da responsabilidade especial do Estado garantir o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades em termos de acesso e sucesso escolares (adaptado de Lei de Bases nº 46/86, de 14 de Outubro).

É neste contexto que o conceito de acção social escolar se insere, o qual se relaciona com o intuito de suprir as necessidades básicas dos indivíduos em idade escolar, através de um determinado montante monetário, a variar mediante o nível socioeconómico da família. Este apoio concretiza-se em “subsídios destinados a compartilhar nas despesas escolares do aluno, inerentes à frequência das aulas” (DL nº 399-A/84). Estes auxílios materializam-se em subsídio para alojamento, alimentação, livros e material escolar e outros.

### 4.5.1 Refeições

---

No que se refere às refeições, apenas a EB 2, 3 de Vimioso tem capacidade para confecciona-las nas suas instalações, sendo as restantes asseguradas pelo Agrupamento Vertical de Escolas do concelho de Vimioso, pela Santa Casa da Misericórdia de Algosó e pela Santa Casa da Misericórdia de Vimioso. Estas instituições providenciam diariamente as refeições para os alunos do ensino Pré-Escolar e Ensino Básico (1º ciclo).

A gestão a criação, manutenção dos refeitórios escolares, bem como a determinação do preço da refeição anualmente (DL nº 399-A/84 de 28 de Dezembro), está ao encargo da câmara. Esta assegura as despesas referentes à alimentação, através do pagamento a cada instituição, porém, o auxílio dado pelo Município cobre apenas uma parte do seu valor (fixado anualmente por Despacho publicado em Diário da República). O subsídio facultado é distribuído equitativamente pelas instituições, independentemente da entidade acolhedora.

No que subjaz à existência de refeitórios, está previsto que os mesmos sirvam prioritariamente os alunos que os integram, sendo-lhes, contudo, permitido prestarem o mesmo serviço a alunos externos, que não possuam refeitórios nas suas instalações.

Desde o início do ano lectivo 2005-2006 até ao mês de Maio do referente ano, as despesas associadas à distribuição de refeições pelos alunos do ensino pré-escola e do 1º ciclo do Ensino Básico, rondaram os 2 183, 88 euros. A associação

que mais contribuiu para este montante foi a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso cujos os gastos andam na ordem dos 990 euros. A Santa Casa da Misericórdia de Algosó atingiu valores próximos dos registados na instituição atrás referida, contabilizando um total de 846 euros. Quanto às despesas assumidas pelo agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Vimioso, estas cingem-se à quantia de 375 euros e 88 cêntimos.

Refira-se que, do total de alunos que frequentam o 1º ciclo e os Jardins-de-infância do concelho, apenas onze beneficiam deste apoio, sendo que cinco são alunos do ensino Pré-Escolar e seis do 1º ciclo do Ensino Básico.

As despesas relativas à atribuição de subsídios na aquisição de livros escolares rondaram os 2 963 euros e 50 cêntimos, sendo que a quase totalidade da importância foi atribuída ao 1º ciclo (2 812,50 euros), visto que os gastos relativos ao Ensino Secundário atingiram apenas os 151 euros e forma dirigidos a duas irmãs carenciadas. Às mesmas irmãs também foi atribuído o montante de 381 euros e 44 cêntimos no apoio à residência, na medida em que o Ensino Secundário não consta no concelho de Vimioso, sendo por isso necessária a permanência semanal em concelho vizinho.

No que respeita à frequência universitária, as despesas totalizam o montante de 1 507 euros, sendo 1 000 euros respeitantes à Bolsa Universitária e 507 euros às Propinas. Refira-se que a Bolsa é concedida até ser atribuída a do Instituto Politécnico de Bragança.

Segundo a DREN (Direcção Regional de Educação do Norte), o preço recomendado a cobrar aos alunos, por refeição, é de € 1,34 podendo os refeitórios, que forneçam refeições cujo custo médio seja superior a este preço, receber uma comparticipação da direcção regional de educação até € 0,22. Assim, o custo médio das refeições fixado para este ano lectivo é de € 1,56.

Ainda no que se refere aos preços e visto que o funcionamento dos refeitórios se faz sem ter como fim a aquisição de lucros é de relevante interesse o cálculo exacto do custo médio da refeição diária. Para o cálculo do custo das refeições entram somente as despesas com os géneros alimentícios usados, não sendo tidas em conta as despesas com pessoal, combustível, artigos de limpeza, guardanapos de papel, água, luz. Deste modo, o custo médio da refeição é o resultado da divisão do custo total dos géneros utilizados no seu fabrico pelo total de refeições servidas.

Tabela 4.5.2a - Preço das refeições a usufruir  
mediante o escalão

Escalão A	Escalão B	Restantes alunos
0	0,67€	1,34€
Fonte: DREN		



## 4.5.2 Material escolar

A promoção da igualdade de oportunidades, o combate ao abandono escolar e ao baixo aproveitamento, resultantes de desigualdades sócio-económicas, deve passar pela consagração de auxílios sócio-educativos às famílias, de acordo com das suas necessidades.

Nesse âmbito, para além da assistência prestada ao nível das refeições, é ainda importante considerar os apoios referentes à aquisição de livros escolares e de material de uso correntes.

Tabela 4.5.2b – Acção Social (livros e material escolar)

Grau de Ensino	Escala A		Escala B	
	Livros	Material	Livros	Material
2º Ciclo	87,90 €	9,75 €	44,20 €	4,90 €
3º Ciclo	99,90 €	11,10 €	49,95 €	5,55 €
Secundário	87,90 €	9,75 €	44,20 €	4,90 €

Fonte: DREN

Os subsídios concedidos para os livros e material escolar, tal como sucede com as refeições, são actualizados, anualmente, por despacho ministerial. No ano lectivo de 2005/06 esteve em vigor o Despacho n.º 18 797/2005 (2ª série), de 30 de Agosto de 2005, conforme a tabela 4.5.2b.

Deste modo podemos observar que a ajuda monetária, para os alunos do 2º ciclo e do Secundário, que beneficiaram do escala A, foi de 87,90 euros, no que concerne os livros e de 9,75 euros, quanto ao material, já no 3º ciclo esta ajuda traduziu-se no valor de 99,90 e 11,10 euros, respectivamente.

Aos alunos do 2º ciclo e do Ensino Secundário, abrangidos pelo escala B, foi atribuído o montante de 44,20 (livros) e 4,90 euros (Material escolar). No 3º ciclo, a ajuda monetária atingiu valores superiores, sendo de 49,95 euros e de 5,55 para os livros e Material de uso corrente, respectivamente.

### 4.5.3 Transportes escolares

A oferta de serviço de transporte destina-se a todos os alunos do Ensino Básico e secundário, entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentam, oficial ou particular e cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico, que residam a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino.

Ao município é concedida a gestão dos circuitos de transporte escolar e garante da sua realização pois à mesma são transferidas as competências no âmbito da organização, financiamento e funcionamento do controle dos transportes escolares (Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro).

No início de cada ano lectivo, o Plano de Transportes Escolares é discutido em reunião de câmara, com a participação de representantes das escolas, das transportadoras, das Câmaras Municipais e da Direcção Regional de Educação.

O transporte escolar é gratuito para os alunos sujeitos à escolaridade obrigatória, e relativamente aos alunos do Ensino Secundário é comparticipado, nos termos a definir em simultâneo pelos Ministérios da Administração Interna e Educação (Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro).

No que subjaz o transporte escolar no concelho de Vimioso, segundo dados fornecidos pela Câmara Municipal de Vimioso, no ano lectivo de 2006/2007 serão assegurados seis circuitos para os 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico (tabela 4.5.3a).

Tabela 4.5.3a - Alunos a transportar por circuito

Designação do circuito	Tipo de circuito	Percurso a efectuar	Extensão	N.º de alunos previsto	Observações
Circuito N.º 1	Especial	Junqueira-Matela-Avinhó-Santulhão-Carção-Vimioso	27 Km	29	A assegurar por concurso.
Circuito N.º 2	Especial	Argoselo-Carção-Vimioso	19 Km	40	A assegurar por concurso.
Circuito N.º 3	Especial	Pinelo-Vale de Frades-Vimioso	18 Km	5	A assegurar por concurso.
Circuito N.º 4	Especial	Angueira-Avelanos-Serapicos-S.Joanico-Vimioso	26 Km	16	A assegurar pela Câmara Municipal de Vimioso

Circuito N.º 5	Normal (concessionado)	Mora-Uva - Vale de Algos - Campo de Vóboras - Vimioso	23 Km	37	A assegurar por empresa concessionária.
Circuito N.º 6	Especial	Vimioso- Caçarelhos- Cruzamento V.Seco-Vilar Seco- Cruzamento Vilar Seco- Caçarelhos- Vimioso	32 Km	8	A assegurar pela Câmara Municipal de Vimioso

Fonte: Município de Vimioso

O circuito 1, 2 e 3, serão realizados por uma empresa a contratar por concurso, no que se refere ao circuito 5, este será assegurado por uma empresa concessionada, enquanto que os circuitos 6 e 4 serão da responsabilidade da Câmara Municipal.

Tal como é visível na tabela, os percursos especiais, ou seja, os que, na generalidade, atravessam locais de difícil acesso, são promovidos por uma empresa a seleccionar por concurso e pelo próprio município.

Deste modo, no que concerne o primeiro circuito, este tem uma extensão de 27 km e beneficiará, de acordo com o previsto, 29 alunos que se distribuem pelas seguintes freguesias/lugares: Junqueira (dois alunos); Maleta (cinco alunos), Avinho (dois alunos), Santulhão (vinte alunos).

É o circuito 2, com uma extensão de 19 km, que irá contemplar um maior número de alunos: 24 alunos da freguesia de Argozelo e 16 de Carção.

Quanto ao circuito 3, tendo uma extensão de 18 km, envolverá apenas cinco alunos, sendo que dois são oriundos de Vale de Pena e três da freguesia de Pinelo.

Relativamente ao circuito 4, este terá uma extensão de 26km e beneficiará um total de 16 alunos, sendo quatro de Angueira, nove de Avelanoso e três de São Joanico.

No que concerne o circuito 5, 37 alunos usufruirão do mesmo, sendo três alunos provenientes de Uva e Mora, 16 da freguesia de Algos e dez de Campo de Vóboras. Este circuito percorre um total de 23 km.

Sendo o circuito que percorre o maior número de quilómetros (32 km), o circuito 6, beneficia apenas oito alunos que se distribuem da seguinte forma: dois alunos da freguesia de Caçarelhos e cinco de Vilar Seco.

## CAPÍTULO V – PROJECCÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

## 5.1 PROECÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

---

A projecção da população em idade escolar é um capítulo de extrema importância, pois permite fundamentar a capacidade projectada para cada equipamento que irá integrar a rede educativa do concelho.

A previsão da evolução do número de alunos é um dos propósitos contemplados na elaboração da Carta Educativa. A tarefa de prospecção populacional assume um carácter hipotético, pelo que é fundamental contextualizá-la no âmbito do cenário demográfico corrente, pressupondo a efectiva concretização de alguns pressupostos. Sendo assim, e como o próprio conceito sugere, projectar significa delinear uma tendência, que se julgue provável de acontecer futuramente.

Note-se que é tarefa arriscada projectar a população em escalas territoriais tão restritas. O INE disponibiliza a projecção da população até 2050, segundo diferentes cenários de crescimento, cujos dados foram desagregados à escala da NUT II.

Todavia, projectar a população de um concelho significa trabalhar com uma população reduzida, sobretudo se pensarmos no contexto do concelho de Vimioso, que em 2005/2006 apresentava 413 alunos no conjunto dos seus estabelecimentos de ensino. Perante o exposto considera-se razoável expor os dados projectados à escala concelhia, não pormenorizando até ao nível da freguesia.

Em termos metodológico realizou-se uma descrição sumária das fontes consultadas e sobre os instrumentos e métodos de análise que foram aplicados. Para que a projecção dos alunos em idade de frequentar a escola se baseasse em dados rigorosos, recorreu-se aos seguintes elementos estatísticos:

- evolução dos nados-vivos desde 1991 até 2004, por freguesia;
- evolução dos nascimentos, por idade da mãe, por concelho, em 2001;
- população residente, segundo o ano de nascimento, nos dois momentos censitários (1991-2001), por freguesia;
- população residente, segundo as migrações, mediante os dados disponibilizados no último Recenseamento (1995 e 1999);
- evolução do número de frequências, em cada estabelecimento de ensino, desde o ano lectivo de 2001/2002 até ao último ano lectivo 2005/2006;

- número de alunos a frequentar os vários estabelecimentos de ensino, desagregados por ano de escolaridade, segundo a área geográfica de proveniência e o ano de nascimento.

Relativamente às fontes nas quais foram recolhidos os elementos, consultaram-se os Recenseamentos Gerais da População (1991-2001), as Estatísticas Demográficas (1991-2004), disponibilizados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), bem como o ficheiro cedido pelo GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo) para elaboração das Cartas Educativas. Em relação ao último indicador, foi solicitada a informação ao Agrupamento de Escolas.

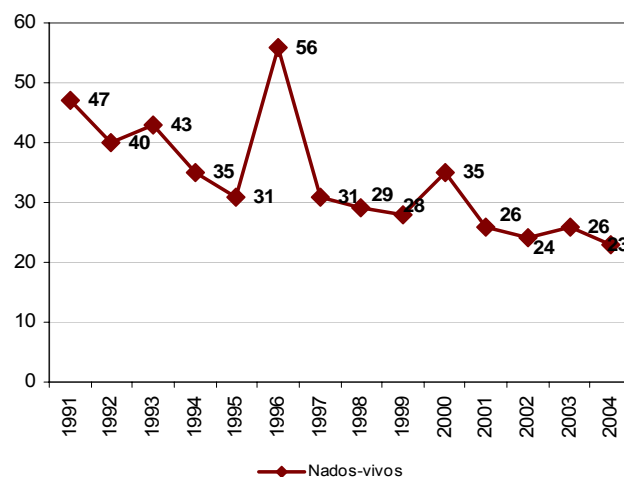
Considerámos que em termos temporais não é razoável recuar a datas anteriores a 1991, visto que a realidade demográfica de então, é completamente díspar da actual. Isto porque, a partir de 1991 verifica-se uma certa estabilidade ao nível dos índices de fecundidade e natalidade, apontando tendencialmente para o seu decréscimo e constância dos níveis de mortalidade, proporcionada pela melhoria das condições de vida, de forma generalizada.

Inicialmente, foi trabalhada a informação relativa à população residente, por ano de nascimento, restringindo essa análise somente ao segmento populacional em idade de frequentar a escola. Uma vez que os dados disponibilizados se reportam a 2001, e visto o recenseamento ter sido publicado em Março e como tal não contemplar a população até ao final desse ano, utilizou-se como elemento primordial neste exercício o número de nados-vivos ocorridos no período 2001 a 2004.

Através da análise da evolução do número de nados-vivos no concelho de Vimioso verifica-se que, embora esta tenha sido marcada por ligeiras oscilações (à excepção do ano de 1996) a tónica dominante aponta para um decréscimo generalizado da natalidade, sobretudo nos últimos 7 anos. Em 1991 ocorreram 47 nascimentos no concelho de Vimioso, valor que veio decrescendo até ao ano de 1995 onde se registaram 31 nados-vivos. O ano de 1996 constitui um momento atípico, pois regista o maior número de nascimentos durante o período em análise, porém o ano imediatamente anterior assinalou 31 nascimentos e em 1997 ocorreram novamente 31 nascimentos.

Desde 1997 que o número de nascimentos sofreu um ligeiro decréscimo, tendo-se registado o valor mais restrito em 2000 (35 nascimentos). Todavia, e até ao último ano em estudo não voltaram a registar-se valores semelhantes e em 2004 ocorreram somente 23 nascimentos. Este total antecipa qualquer projecção, pois se o concelho de Vimioso não conseguir atrair população e continuar a registar contínuas saídas da população jovem, naturalmente que verá a sua população em idade escolar a reduzir substancialmente.

Gráfico 5.1a – Evolução do número de nados-vivos, no concelho de Vimioso (1991-2004)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (1991-2004)

Após esta análise cruza-se a informação do número de nados-vivos com a população residente, atendendo ao ano de nascimento. Este exercício permitirá verificar qual as discrepâncias que ocorrem entre o número de nascimentos num determinado ano, e o total de residentes nascidos nesse ano. Através deste método obtém-se a taxa de acréscimo ou decréscimo da população em cada freguesia e ao nível global no concelho.

A tabela seguinte (tabela 5.1a) é possível verificar qual a variação de indivíduos em idade de frequentar a escola, durante o período censitário.

Tabela 5.1a – Variação do número de indivíduos em idade de frequentar a escola, durante o período censitário (1991-2001)

Ano de nascimento	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	Variação (em %) 1991-2000	Variação anual (em %)
Idade (em 2006/2007)	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos		
Vimioso (concelho)	-10.0	8.9	-17.2	6.5	-15.6	13.7	-7.9	-29.7	-13.8	-5.9	-8.6	-0.86
Total	-10.0	8.9	-17.2	6.5	-15.6	13.7	-7.9	-29.7	-13.8	-5.9	-8.6	-0.86

É perceptível como o concelho de Vimioso perdeu população no período censitário, pois a maioria das idades em análise apresentou decréscimo de efectivos, à excepção dos 7 (8.9%), 9 (6.5%) e 11 anos (13.7%) de idade, nos quais se verificou acréscimo de indivíduos. Os residentes nascidos em 1993 (-29.7%) e 1998 (-17.2%) registaram as diminuições mais acentuadas.

Em termos de variação da população residente durante o período censitário verificou-se um decréscimo de 8.6%, sendo que anualmente significa uma diminuição de 0.86 residentes.

Realizado este exercício acrescem-se variáveis de progressão/retenção dos alunos. Mediante os dados recolhidos no GIASE foi possível aferir a percentagem de alunos inscritos em cada ano de escolaridade, por idade. Este factor é essencial na projecção dos alunos para o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, onde se verificam taxas de retenção elevadas, aumentando a idade normal de frequentar um determinado nível de ensino para idades mais avançadas. E acresce-se a este fenómeno elevadas taxas de abandono e saída antecipada.

Relativamente ao 1º ciclo, conjectura-se que todos os alunos estão integrados no sistema educativo, projectando-se 100% de frequências, na idade normal de o frequentar, o que não se verifica nos ciclos de ensino seguintes, pois o fenómeno de abandono e insucesso escolar influenciam o total de frequências em cada ano lectivo, e neste em cada ano de escolaridade. Ainda assim, até aos 14 anos de idade os alunos deveriam estar integrados no sistema educativo, pois corresponde à idade de concluir o 3º ciclo do Ensino Básico e como tal a escolaridade obrigatória.

Tabela 5.1b – Valores de correcção das projecções, mediante a percentagem de alunos, por idades, em cada ano de escolaridade (quadro síntese GIASE 2003/2004)

PERCENTAGEM DE MATRÍCULAS POR IDADE E ANO DE ESCOLARIDADE													
Idade	1º ciclo				2º ciclo		3º ciclo			Secundário			Total
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano	
6 anos	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
7 anos	0	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
8 anos	0	0	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
9 anos	-	0	0	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100
10 anos	-	-	0	0	70	-	-	-	-	-	-	-	100
11 anos	-	-	-	0	20	70	-	-	-	-	-	-	100
12 anos	-	-	-	-	10	20	50	-	-	-	-	-	100
13 anos	-	-	-	-	-	10	30	40	-	-	-	-	100
14 anos	-	-	-	-	-	-	20	40	50	-	-	-	100
15 anos	-	-	-	-	-	-	-	20	30	60	-	-	85
16 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	20	30	70	-	70
17 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	20	60	60
18 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	30	20
19 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10

As tabelas que em seguida se apresentam resultam do ponderar de todos os indicadores e critérios descritos e representam a projecção da população até 2010/2011. Note-se que estas projecções apenas têm em consideração a população residente no concelho de Vimioso, apesar de se verificar alguma procura nos concelhos envolventes, sobretudo no que se refere à Educação Pré-Escolar. Todavia, com o reordenamento da rede educativa de todos os concelhos e a consequente criação de novos equipamentos, as opções ao nível das matriculas poderão sofrer algumas alterações.



Tabela 5.1c– Projecção da população em idade escolar (2006/2007)

2006-2007	PRÉ-ESCOLAR				1º CICLO					2º CICLO			3º CICLO				SECUNDÁRIO				*sem Pré-Escolar
Concelho	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	* TOTAL
Vimioso	24	22	24	69	32	31	24	33	119	59	39	98	41	35	31	106	31	27	31	89	413

Tabela 5.1d– Projecção da população em idade escolar (2007/2008)

2007-2008	PRÉ-ESCOLAR				1º CICLO					2º CICLO			3º CICLO				SECUNDÁRIO				*sem Pré-Escolar
Concelho	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	* TOTAL
Vimioso	21	24	22	67	24	32	31	24	110	48	50	98	43	33	27	102	27	26	29	82	392

Tabela 5.1e– Projecção da população em idade escolar (2008/2009)

2008-2009	PRÉ-ESCOLAR				1º CICLO					2º CICLO			3º CICLO				SECUNDÁRIO				*sem Pré-Escolar
Concelho	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	* TOTAL
Vimioso	20	21	24	65	22	24	32	31	108	37	42	79	53	34	26	113	23	22	29	74	374

Tabela 5.1f – Projecção da população em idade escolar (2009/2010)

2009-2010	PRÉ-ESCOLAR				1º CICLO					2º CICLO			3º CICLO				SECUNDÁRIO				*sem Pré-Escolar
Concelho	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	* TOTAL
Vimioso	19	20	21	60	24	22	24	32	101	40	33	73	48	42	27	116	22	19	25	67	356

Tabela 5.1g – Projecção da população em idade escolar (2010/2011)

2010-2011	PRÉ-ESCOLAR				1º CICLO					2º CICLO			3º CICLO				SECUNDÁRIO				*sem Pré-Escolar
Concelho	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	* TOTAL
Vimioso	18	19	20	58	21	24	22	24	90	41	34	75	38	39	33	111	24	19	22	65	341

## **CAPÍTULO VI – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO**

---

## 6.1 REDE EDUCATIVA

---

Neste capítulo serão enfatizadas as ideias mais importantes decorrentes do diagnóstico do município de Vimioso.

Traduzir-se-ão algumas questões, nomeadamente no que diz respeito à evolução do sistema educativo, em termos de enquadramento e disparidades ao nível do concelho, oferta e procura de educação, condições das infra-estruturas escolares, entre outras temáticas.

### 6.1.1 Análise quantitativa

---

#### a) oferta pública e privada

No que se concerne a oferta educativa do município de Vimioso, apresenta as seguintes características:

##### I. Pré-Escolar

O concelho integra cinco estabelecimentos de ensino Pré-Escolares, distribuídos por cinco freguesias: Argozelo, Carção, Matela, Santulhão e Vimioso.

As cinco escolas reúnem no total 14 salas, sendo que nenhuma escola possui mais de três salas. A maioria das escolas comportam mais de duas salas de aulas (JI de Vimioso, Matela e Carção). Somente uma das cinco escolas possui uma única sala no seu estabelecimento de ensino (JI de Santulhão), assim como apenas uma dispõe de duas salas (JI de Argozelo).

##### II. 1º ciclo do Ensino Básico

O concelho tem 13 escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, localizadas em doze freguesias, estando dois estabelecimentos de ensino localizados na freguesia de Matela (2005/2006).

Quanto ao número de salas existentes, a maioria das escolas possui duas salas de aulas, estando nesta situação oito escolas. Já as EB1's de Carção, Argozelo e Vimioso têm mais de três salas, sendo na EB1 de Carção que se assinala o maior número de salas (cinco). Por último, a EB1 da Matela apresenta apenas uma sala.

### III. 2º e 3º ciclos do Ensino Básico

No município existe um estabelecimento de ensino que ministra o 2º e o 3º ciclos do Ensino Básico, localizado na freguesia de Vimioso.

A EB 2,3 de Vimioso usufrui de doze salas de aulas, sendo que todas se encontram em funcionamento.

## b) procura (existente e potencial)

### I. Pré-Escolar

O ensino Pré-Escolar é um nível de ensino facultativo, e como tal, cabe aos pais/encarregados de educação decidir se as crianças frequentam ou não este nível de ensino.

O número de frequências na Educação Pré-Escolar sofreu um acréscimo, nos últimos anos lectivos. Saliente-se o ano de 2005/2006, no qual se regista 130 crianças a frequentar este nível de ensino. Em 2001/2002 a Educação Pré-Escolar apresentava 112 crianças, valor que decresce até 2003/2004, ano em que atinge o menor número de frequências. A partir desse momento o número de crianças aumenta gradualmente, até ao ano lectivo de 2005/2006.

É de referir que o JI de Vimioso possui a taxa de ocupação mais elevada (73,3%). Os demais estabelecimentos apresentam um subaproveitamento das instalações, na medida em que só é utilizado 5,6%, 8% e 20% da capacidade nos JI's de Carção, Matela e Santulhão, respectivamente. Apesar de ter uma capacidade máxima estimada de 25 alunos, o JI de Carção, é frequentado por apenas sete crianças.

O concelho apresenta uma taxa de Pré-Escolarização superior 100% (especificamente 110,7%), ou seja, o número de residentes em idade de frequentar a Educação Pré-Escolar é menor do que o número de crianças que realmente frequenta este nível de ensino.

### II. 1º ciclo do Ensino Básico

Em 2001/2002 o 1º ciclo assinalava 170 alunos a frequentar este nível de ensino, valor que é incrementado no ano lectivo seguinte (193 alunos), para decrescer em 2003/2004 (179 alunos) até ao último ano em análise, 2005/2006 (144 alunos).

O subaproveitamento do espaço é também evidente neste nível de ensino, na medida em que sete escolas registam taxas de ocupação/saturação inferiores a 10% – EB1 de Vilar Seco (8,3%); EB1 de Pinelo (6,3%); EB1 de Matela (5,6%); EB1 de Junqueira (8,3%); EB1 de Campo de Víboras (6,3%); EB1 de Caçarelhos (4,2%) e EB1 de Avelanoso

(8,3%). Aliás, as escolas com maior taxa de ocupação/saturação são as EB1's localizadas na sede de concelho (63,5%), e em Argozelo (24%).

### III. 2º e 3º ciclos do Ensino Básico

O 2º e o 3º ciclos do Ensino Básico são marcados, em essencial, pelo decréscimo do número de alunos, particularmente no 2º ciclo do Ensino Básico. O 5º e o 6º anos de escolaridade contabilizavam 110 alunos em 2001/2002, valor que decresceu até 2005/2006 (83 alunos), sendo que os valores mais reduzidos são registados em 2004/2005 (73 alunos). Quanto ao 3º ciclo do Ensino Básico, assinalava 150 alunos no primeiro ano em análise, decrescendo significativamente até 2005/2006, no qual se contavam 110 alunos.

A EB 2,3 de Vimioso apresenta uma capacidade máxima estimada de 300 alunos, acolhendo, porém, apenas 119, ou seja, a taxa de ocupação/saturação é de 59,7%, o que significa que este espaço é desaproveitado.

No que respeita à taxa específica de escolarização dos 10 aos 11 anos, o concelho de Vimioso atinge os 100%, o que significa que a totalidade dos residentes na classe de idades referida, frequenta o sistema educativo. No que concerne o grupo de idade dos 12 aos 14 anos, os valores aferidos decrescem ligeiramente, sendo, no entanto possível balizá-los acima dos 95%.

Quando analisada a taxa líquida de escolarização, que expressa relação, em percentagem, entre o número de indivíduos de um determinado grupo etário que frequenta o nível de escolaridade correspondente e o número total de indivíduos residentes desse grupo etário, verificam-se valores distintos dos registados na taxa específica. O 2º ciclo do Ensino Básico apresenta, então, apenas 54,5% dos alunos com 10 a 11 anos a frequentar o referido nível de ensino. No 3º ciclo do Ensino Básico, o município assinala 61,2% dos alunos a frequentar este nível de ensino.

## 6.1.2 Análise qualitativa

### a) qualidade dos edifícios escolares

#### I. Pré-Escolar

No que se refere ao estado geral de conservação, nenhum estabelecimento do ensino Pré-Escolar apresenta más condições: os JI de Argozelo, Vimioso e Cação foram classificadas como tendo boas condições, e os JI de Matela e Santulhão apresentam um estado de conservação razoável.

Note-se que somente os JI's de Argozelo e de Vimioso possuem iluminação. Refira-se ainda que o JI de Vimioso não se encontra vedado, situação que já não se confere nos demais JI's cujas instalações se encontram vedadas com uma rede ou com um muro. As condições de higiene e sanitárias do refeitório e das instalações sanitárias são, geralmente, boas, exceptuando do JI de Vimioso que apresenta condições razoáveis.

## II. 1º ciclo do Ensino Básico

No que subjaz ao 1º ciclo, verifica-se que a EB1 de Caçarelhos foi classificada como tendo fracas condições de conservação. À maioria das escolas foi atribuída a classificação de “razoável”, constituindo o total de sete escolas. As EB1 de Argozelo, Avelanoso, Carção, Santulhão e Vimioso apresentam um bom estado de conservação dos equipamentos escolares.

Assim sendo, cinco escolas não têm áreas cobertas no recreio e apenas a escola de Argozelo possui iluminação. Note-se ainda a ausência de vedação no recinto escolar nas EB1's de Avelanoso e de Pinelo. No que respeita as condições de higiene, as EB1's de Angueira, Argozelo, Carção e Matela apresentam boas condições, já as EB1's de Caçarelhos e Junqueira revelam fracas condições de higiene e sanitárias.

## III. 2º e 3º ciclos do Ensino Básico

A EB 2,3 de Vimioso apresenta um estado de conservação razoável. Este estabelecimento apresenta iluminação adequada, área de recinto coberta, vedação em rede, e boas condições de higiene nas instalações sanitárias e no cantina.

### b) segurança dos edifícios escolares

#### I. Pré-Escolar

No ensino Pré-Escolar, a maioria dos estabelecimentos de ensino apresenta condições de segurança deficitárias, sendo que apenas dois dos cinco estabelecimentos apresentam condições razoáveis, e nenhum foi classificado como tendo boas condições. Os JI's com condições “razoáveis” são os de Vimioso e de Santulhão, enquanto que o JI de Argozelo e os EB1/JI da Matela e Carção têm classificação “deficitária”.

Nenhum estabelecimento regista sinalização horizontal, resguardos, bem como passadeiras com semáforos, porém, todos eles possuem iluminação nas redondezas.

## II. 1º ciclo do Ensino Básico

Todos os estabelecimentos de ensino do 1º ciclo apresentam condições de segurança deficitárias. A maioria dos parâmetros considerados para a análise da segurança, não se verifica nestas escolas, na medida em que somente a questão da iluminação é assegurada na totalidade dos estabelecimentos de ensino, ainda que igualmente deficitária. Saliente-se que a sinalização horizontal, os resguardos, as lombas ou bandas sonoras e as passadeiras com semáforos não constam em nenhum dos estabelecimentos.

### III. 2º e 3º ciclos do Ensino Básico

A EB 2,3 de Vimioso contempla grande parte dos parâmetros em análise, tendo por isso boas condições de segurança. No espaço envolvente ao estabelecimento, apenas não se registam resguardos, passadeiras com semáforo e lombas ou bandas sonoras, sendo os restantes aspectos contemplados nesta escola.



## **VOLUME II – PROPOSTAS DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA**

---

## CAPÍTULO VII – PROPOSTAS DE RECONFIGURAÇÃO/REORDENAMENTO

É finalidade do presente capítulo expor algumas propostas de reordenamento da rede escolar, no município de Vimioso, indo ao encontro dos princípios normativos estabelecidos nos “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa”.

Ao nível nacional, o país tem sido marcado, nas últimas décadas, por profundas alterações demográficas, que se repercutem sobre os mais variados domínios da vida da população, nomeadamente em termos de emprego, da saúde, da educação, da economia e da protecção social. Entre os aspectos mais evidentes da trajectória demográfica dos últimos anos (tais como diminuição da fecundidade e da natalidade), está o envelhecimento demográfico da população, que afecta todo o território nacional, mas em especial as regiões do interior, onde se integra o concelho de Vimioso.

Este contexto demográfico condiciona as futuras propostas a elaborar no âmbito do reordenamento da rede escolar, sobretudo no que concerne a população escolar e às estruturas físicas existentes ou a implementar.

Deste modo, neste capítulo, numa primeira fase, serão definidos os objectivos estratégicos a desenvolver no concelho de Vimioso; formulados os critérios de ordenamento da rede escolar do município; indicadas as entidades responsáveis pelas diferentes fases apresentadas nas medidas de intervenção/propostas, assim como o respectivo cronograma; e por fim serão expostos os novos territórios educativos.

## 7.1 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

---

### I. Fomentar o desenvolvimento do concelho

O desenvolvimento estratégico do concelho de Vimioso pressupõe que este se venha a processar de forma equilibrada e homogénea.

Atendendo à tipologia das áreas urbanas (classificação do INE, desenvolvida no ponto 3.1.5 deste documento), são distinguidas três classificações: Áreas Predominantemente Urbanas, Áreas Medianamente Urbanas e Áreas Predominantemente Rurais. Refira-se que esta nomenclatura se baseia em critérios quantitativos, tais como a densidade populacional, dimensão dos lugares e emprego agrícola, sendo, em determinadas condições, considerada a utilização dos solos e demais indicadores de natureza económica e social.

Quando analisada a tipologia das áreas urbanas no município de Vimioso verificámos que este não apresenta nenhuma freguesia classificada como predominantemente urbana. Somente a sede concelhia foi classificada como área medianamente urbana, sendo as restantes treze freguesias áreas predominantemente rurais.

Assim, apesar das feições preponderantemente rurais do concelho, a freguesia de Vimioso funciona como pólo dinamizador, onde se concentra a maioria das actividades económicas, fazendo com que esta constitua a freguesia mais atractiva do município. Quer em 1991, quer em 2001, Vimioso era a freguesia que registava um maior número de residentes, concentrando 18,8% e 22,8% dos indivíduos, respectivamente. É também nesta freguesia que se localiza o Centro de Saúde de Vimioso e que se contabiliza um maior número de estabelecimentos escolares, nomeadamente um jardim-de-infância, uma EB1 e uma EB 2,3.

Todo este conjunto de aspectos contribui para que a sede concelhia se torne mais atractiva, o que se reflecte no número de residentes que aí se fixam e naqueles que diariamente se deslocam de outras freguesias do concelho para trabalharem em Vimioso. Daí que os estabelecimentos escolares localizados nesta freguesia registem taxas de ocupação mais elevadas.

Porém, não é de descurar que é essencial contrariar a tendência de esvaziamento de algumas freguesias, em prol da sede concelhia. Note-se, ainda, a existência de assimetrias entre as freguesias localizadas no quadrante Este, especialmente as que fazem fronteira com o município de Miranda do Douro, que apresentam uma população mais envelhecida, e as freguesias localizadas a Oeste do município, com níveis de envelhecimento mais ténues. Refira-se a título de exemplo, a freguesia de Uva localizada a Sudeste, com o índice de envelhecimento mais elevado do concelho, na medida em que regista cerca de 1133 idosos por cada 100 jovens (dados de 2001). Ao invés a sede concelhia e Argozelo obtêm os índices mais reduzidos, apesar de ainda elevados (125,8 e 160,6 idosos por cada 100 jovens, respectivamente). É ainda de referir que são as freguesias mais envelhecidas que apresentam um menor número de habitantes por Km<sup>2</sup>, dado que a tendência é para migração da população jovem para as freguesias mais atractivas, como a sede concelhia, conduzindo ao despovoamento e ao envelhecimento das localidades de origem.

É assim imperativa a adopção de medidas que incentivem a população a fixar-se em freguesias progressivamente mais repulsivas. Para tal, deverão dotar-se as mesmas de novas funções (rentabilizando os recursos endógenos) adequadas ao carácter rural destas freguesias e beneficiando do mesmo, melhorando o nível de vida dos seus residentes e criando oportunidades de emprego locais.

## II. Estimular o desenvolvimento económico local

No que respeita o tecido económico local, verifica-se que a maioria da população activa está empregada no sector terciário. Esta é uma característica de alguns concelhos localizados no interior do país, em que o sector terciário tem uma importância significativa, sendo que, em muitos casos, é a própria Câmara Municipal a responsável de grande parte dos empregos no concelho. Em 1991 este sector empregava 53,5% da população activa, passando a dar emprego a 49,2%, em 2001.

O concelho continua a apresentar marcas rurais significativas, visto que, em 2001, 25,5% da população activa desempenhava funções ligadas ao sector primário. O sector secundário era o menos representado no concelho, em 1991 empregando 14% da população, tendo, no entanto, sofrido um acréscimo, em 2001, para 25,3%. Assim, tem-se assistido a uma lenta evolução, no que diz respeito ao abandono da actividade agrícola e à diminuição da importância do sector terciário, em prol do sector secundário.

No sentido de promover o desenvolvimento económico local, seria relevante apostar no sector secundário, diversificando o tipo de actividades a ele associado. O desenvolvimento do tecido industrial constitui um factor importante de desenvolvimento local, dado que, para além das indústrias serem potenciais produtoras de riqueza, são também geradores de emprego, conseguindo, assim, atrair e fixar a população. No sentido de tornar estas indústrias mais competitivas será, ainda, necessário apostar na inovação, na formação e na qualificação da mão-de-obra. A formação/educação deverá visar, não só os mais jovens, em idade escolar, mas também os adultos, de modo a adquirirem novas competências e a adequarem-se às novas tecnologias.

### III. Optimizar a rede de equipamentos escolares

A rede escolar do município de Vimioso era constituída, no ano lectivo de 2005/2006, por cinco estabelecimentos da Educação Pré-Escolar, treze escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e um estabelecimento de ensino que ministra o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico.

Não se verifica, no concelho, um ajuste entre a oferta e a procura educativa, na medida em que a maioria dos estabelecimentos de ensino estão longe de atingir a sua capacidade média estimada. Apesar da taxa de pré-escolarização ultrapassar os 100% no concelho de Vimioso (110,7%), a taxa de ocupação é inferior a 100% em todas as escolas, atingindo o valor mais elevado no JI de Vimioso (73,3%). No que respeita ao 1º ciclo do Ensino Básico, a taxa de ocupação mais elevada é também assinalada no estabelecimento localizado na sede concelhia, atingido, porém, apenas os 63,5%.

Assim, é necessário adequar o parque escolar às necessidades de cada nível de ensino, de modo a racionalizar os equipamentos existentes e a contribuir para o aumento da qualidade do ensino. As escolas deverão, assim, proporcionar aos alunos/crianças, condições adequadas ao nível de ensino que frequentam. Deverão ser, ainda, asseguradas salas destinadas ao prolongamento de horário, às actividades de enriquecimento curricular, assim como ao serviço de refeições.

Refira-se que as propostas de reordenamento da rede educativa irão incidir, essencialmente, sobre a Educação Pré-Escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico. As propostas para EB 2,3 irão basear-se numa aposta de melhoria de condições. Isto porque as alterações dos espaços, tendo em vista a sua melhoria contribuem de forma incisiva, no sucesso escolar e na redução das taxas de abandono.

#### IV. Combater o abandono e o insucesso escolar

O problema do abandono e do insucesso escolar é consequência da conjugação de diversas variáveis, designadamente a escassez de recursos, escolas mal apetrechadas e dificuldades em alimentar expectativas mais elevadas. Estes fenómenos acarretam problemas sociais e económicos para a região em causa e para o país.

O município de Vimioso apresentava, em 2001, uma taxa de abandono do Ensino Básico, superior à assinalada na NUT I Continente (3,5% e 2,7%, respectivamente). Quanto à taxa de saída antecipada, Vimioso registava 35% dos alunos com 18 a 24 anos que não concluíram o 3º ciclo de Ensino Básico, valor também superior à NUT I Continente (24%). No que concerne à taxa de retenção, quanto maior é o nível de ensino, maior é a percentagem de alunos retidos. Assim, os 1º, 2º e 3º ciclos obtiveram uma taxa de retenção de 1,4%, 13,3% e 22,7%, respectivamente.

Uma medida a implementar poderia passar pela criação de percursos escolares alternativos, de modo a enquadrar os alunos que não se sintam plenamente enquadrados no sistema tradicional de ensino. Neste contexto, também se insere a iniciativa promovida pelo Governo, no âmbito do Programa “Novas Oportunidades”, pois prevê a inclusão da vertente profissional nas escolas secundárias, o que permitirá ampliar o leque de opções formativas. Estes percursos deverão plasmar outra preocupação que é a de articulação das competências promovidas na escola e das requeridas pelo sistema económico e social.

Este conjunto de alternativas ao sistema tradicional de ensino permitirão minorar as situações de risco de abandono, saída antecipada e precoce, ou dificuldades de adaptação ao currículo do ensino regular.

## 7.2 CRITÉRIOS PARA O REORDENAMENTO DA REDE

---

Neste sub-ponto foi realizada uma breve enumeração e respectiva descrição de alguns aspectos considerados pertinentes no reordenamento da rede educativa.

- **Condições de acesso dos alunos à escola**

Conforme os diferentes graus de ensino e os diferentes grupos etários envolvidos, foram definidos os tempos de deslocação máximos a que alunos deveriam ficar sujeitos:

Nível de ensino	Tempo médio de deslocação (em viatura)
Pré-Escolar	15 minutos
1º ciclo do Ensino Básico	20 minutos
2º e 3º ciclo do Ensino Básico	30 minutos
Ensino Secundário	Não definido

Em particular, e atendendo a áreas onde a acessibilidade é menor, deverá ser mantido um conjunto de equipamentos, em particular os jardins-de-infância, de forma a evitar tempos de deslocação demasiados longos. Assim, será fundamental garantir a acessibilidade dentro de um limite de tempo aceitável e seguindo o princípio da grande proximidade, que a tipologia de equipamento mencionada necessita estar dotada, mediante a população que vai servir.

- **Rede de transportes (adequação dos circuitos e horários)**

Às áreas de influência de cada estabelecimento de ensino terão de corresponder um conjunto de circuitos (a propor), tendo em conta que a localização do equipamento face à rede viária local pode influenciar a maior ou menor acessibilidade do mesmo.

- **Análise da proximidade de outros equipamentos colectivos (gimno-desportivos, piscinas, jardins, bibliotecas, etc.)**

Terá de ser considerada a localização de equipamentos complementares em relação às potenciais localizações dos novos equipamentos educativos, de forma a criar o maior número de sinergias possível, permitindo uma utilização mais racional dos recursos.

- **Integração da escola na comunidade e intercâmbio no uso dos equipamentos colectivos**

Observação das melhores localizações face ao tecido urbano consolidado e às áreas de potencial expansão, permitindo a opção por zonas onde a construção de um equipamento escolar possa beneficiar a comunidade, quer em termos da sua melhor acessibilidade, quer pela consolidação das áreas urbanas existentes ou das novas áreas de expansão.

- **Integração urbanística e arquitectónica das escolas**

Para além das exigências pedagógicas, funcionais e construtivas, decorrentes da função educativa, as intervenções a realizar no parque escolar devem privilegiar a integração urbanística e arquitectónica das escolas no tecido dos aglomerados urbanos, atendendo às exigências construtivas próprias dos locais onde são edificados.

- **Ausência de aspectos ambientais negativos**

Localização onde seja considerado um conjunto de aspectos que garanta que os equipamentos escolares ocupem áreas com as condições de envolvente ambiental necessárias, para melhor prossecução do fim para o qual o equipamento se destina.

- **Integração dos estabelecimentos de ensino em Territórios Educativos**

Define-se Território Educativo (TE) como um espaço geográfico em que seja assegurada o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado. Permitirá a redução das assimetrias verificadas nas freguesias mais isoladas.



## 7.3 ENTIDADES RESPONSÁVEIS

---

O ponto 7.3 descreve sucintamente quais as diferentes etapas inerentes à realização dos estabelecimentos de ensino, desde a Educação Pré-Escolar, culminando no Ensino Secundário. Em cada uma dessas etapas é representada a entidade responsável. São duas as entidades responsáveis pelo processo aqui em destaque: ao nível nacional o Ministério da Educação, através das Direcções Regionais da Educação - neste caso a DREN - e ao nível local as autarquias. Estas entidades são responsáveis por:

- levantamento de necessidades;
- planeamento;
- localização;
- programa;
- projecto;
- financiamento;
- funcionamento;
- conservação.

No que respeita a Educação Pré-Escolar são três as entidades responsáveis pela intervenção neste nível de ensino: autarquia, DREN e Ministério do Trabalho e Segurança Social (ver tabela). O planeamento, localização e programa de execução para um novo jardim-de-infância fica à responsabilidade do município de Vimioso e da DREN. O projecto e conservação do edifício são responsabilidade da autarquia local. O financiamento é assegurado pelas verbas oriundas da Direcção Regional da Educação, Ministério do Trabalho e Segurança Social e autarquia. Finalmente, o funcionamento do JI é da responsabilidade da DRE e autarquia.

Tabela 7.3a - Designação das entidades que intervêm na realização de Jardins-de-Infância

Levantamento de necessidades	Planeamento	Localização	Programa	Projecto	Financiamento	Funcionamento	Conservação
Autarquia local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia local	Autarquia local	Autarquia local
ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)		ME (DRE)	ME (DRE)	
MTS					MTS		

No que respeita à construção de novos equipamentos para o 1º ciclo do Ensino Básico, apenas figuram duas instituições a autarquia local e a DRE. Nas etapas iniciais relativas ao levantamento de necessidades, planeamento, localização e programa fazem-se representar as duas entidades. Pelo contrário o projecto do novo equipamento é da responsabilidade exclusiva do município, à semelhança do descrito no Pré-Escolar. As etapas finais, no que se refere ao financiamento e funcionamento dos estabelecimentos são partilhadas pela Câmara Municipal e pela Direcção Regional de Educação. A última etapa – conservação é da responsabilidade da autarquia.

Tabela 7.3b - Designação das entidades que intervêm na realização de Escola Básicas de 1º ciclo

Levantamento de necessidades	Planeamento	Localização	Programa	Projecto	Financiamento	Funcionamento	Conservação
Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local
ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)		ME (DRE)	ME (DRE)	
Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local

No que diz respeito a todo o processo subjacente à construção de um novo equipamento que ministre os 2º e 3º ciclos, verifica-se que a Direcção Regional da Educação está presente em todas as etapas do processo. Contrariamente, a autarquia está presente nas fases iniciais, que se restringem ao levantamento de necessidades, planeamento e localização, só voltando a representar-se na etapa referente ao financiamento.

Tabela 7.3c - Designação das entidades que intervêm na realização de Escola Básicas de 2º e 3º ciclos

Levantamento de necessidades	Planeamento	Localização	Programa	Projecto	Financiamento	Funcionamento	Conservação
Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)
ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)			Com a colaboração da autarquia local		
Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)

No que concerne ao Ensino Secundário, e à semelhança dos 2º e 3º ciclos conclui-se que a autarquia se representa com menor regularidade, comparativamente à Educação Pré-Escolar e ao 1º ciclo do Ensino Básico. Assim as fases iniciais são partilhadas pelo município e pela Direcção Regional da Educação e todo o desenvolvimento e finalização do processo é orientado pela Direcção Regional da Educação, intervindo a autarquia, apenas, no momento do financiamento.

Tabela 7.3d - Designação das Entidades que intervêm na realização de Escolas Secundárias

Levantamento de necessidades	Planeamento	Localização	Programa	Projecto	Financiamento	Funcionamento	Conservação
Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)
ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)			Com a colaboração da autarquia local		
Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)	ME (DRE)

ME (Ministério da Educação)

DRE (Direcção Regional de Educação)

MTS (Ministério do Trabalho e da Segurança Social)

## 7.4 MEDIDAS DE INTERVENÇÃO/ PROPOSTAS

---

As medidas de intervenção/propostas para a reconfiguração da rede educativa do concelho de Vimioso serão executadas em duas fases. Assim, o primeiro momento corresponderá ao encerramento de alguns estabelecimentos de ensino que ministravam o 1º ciclo do Ensino Básico, nos quais se registava uma procura reduzida (apresentando menos de dez alunos). Esta é uma primeira fase de seriação dos equipamentos que não apresentavam as estruturas mais adequadas para continuarem em funcionamento, tendo sido já aprovada a lista dos estabelecimentos a encerrar e as respectivas escolas de acolhimento.

O segundo momento irá patentear a configuração definitiva, isto é, apresentará os novos territórios educativos do município, resultado, por um lado do alargamento e melhoria de alguns equipamentos e por outro da construção de novos estabelecimentos de ensino.

### FASE I – Implementação da configuração transitória

---

A primeira fase é designada como transitória, pois constitui uma solução provisória, no âmbito do reordenamento da rede escolar, pelo que a principal intervenção incide sobre os equipamentos que ministram o 1º ciclo do Ensino Básico, segundo as directivas do Ministério da Educação. No entanto, são apresentadas algumas questões que merecem reflexão, em relação aos restantes níveis de ensino.

#### Educação Pré-Escolar

A Educação Pré-Escolar é primeira etapa do percurso educativo de qualquer criança, pelo que devem ser criadas as condições necessárias para que a generalização do acesso a este nível de ensino seja efectivo.

Legalmente, a Educação Pré-Escolar está enquadrada pela Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, lei 5/97 de 10 de Fevereiro, a qual consagra princípios gerais, organizativos e pedagógicos, dos quais serão apresentados somente aqueles que no âmbito da organização e do planeamento da rede de equipamentos Pré-Escolares, são fundamentais:

- a Educação Pré-Escolar é a primeira etapa da educação básica, sendo complementar da acção educativa das famílias e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico;
- a frequência da Educação Pré-Escolar é facultativa, porém, compete ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta, independentemente dos rendimentos das famílias, nomeadamente através da gratuidade da componente educativa;
- o número de crianças por sala deverá ter em conta as diferentes condições demográficas de cada localidade, pois embora seja aconselhável uma frequência mínima de 20 crianças, em áreas de reduzida densidade populacional poderá ser autorizada frequências inferiores ao limite mínimo estabelecido;
- compete ao Estado criar uma “rede pública de Educação Pré-Escolar”, sendo que é igualmente referido que este deve apoiar a criação de estabelecimentos e Educação Pré-Escolar por outras entidades da sociedade civil.

No ano lectivo de 2005/2006, no concelho de Vimioso frequentavam a Educação Pré-Escolar 90 crianças<sup>5</sup>. Neste concelho verifica-se que a taxa de cobertura deste nível de ensino é total, pois a taxa de Pré-Escolarização registada em 2004/2005 era superior a 100%. Este valor traduz a adequação da oferta e da procura da Educação Pré-Escolar.

Sendo dever do Estado “prestar apoio especial às zonas carenciadas”, onde se prevê que “em zonas de baixa densidade populacional poderá ser autorizada uma frequência inferior a 20 crianças”. Ao abrigo desta premissa, propõe-se, nesta primeira fase, a manutenção dos equipamentos do Pré-Escolar no concelho, enquanto se verificar um número mínimo de crianças para garantir o seu funcionamento. Não obstante, há jardins-de-infância que em 2005/2006 já funcionavam com um número de alunos inferior ao patamar mínimo postulado.

Tabela 7.4a – Jardins-de-Infância em funcionamento (FASE I)			
Jardim-de-Infância	Nº de Crianças <sup>6</sup>	Nº de Salas	Capacidade
Jl de Argozelo	17	2	50
Jl de Vimioso	55	3	75
Jl da Matela	6	1	25
Jl de Santulhão	5	1	25
Jl de Carção	7	1	25

<sup>5</sup> Neste capítulo utilizaram-se os dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas e não pelo GIASE, pois os cedidos por esta instituição reportam-se ao início do ano lectivo.

<sup>6</sup> Estes elementos referem-se ao ano lectivo de 2005/2006.

## 1º ciclo do Ensino Básico

No que concerne a reconfiguração da rede de estabelecimentos do 1º ciclo do Ensino Básico deverão ser criadas as condições necessárias para garantir os seguintes pressupostos:

- proporcionar a toda a população escolar a utilização global dos recursos físicos, em condições de igualdade no acesso a uma educação de qualidade;
- combater o abandono precoce e esbater as disparidades e desigualdades, evidenciadas sobretudo nas áreas de maior isolamento;

No ano lectivo de 2005/2006 o concelho de Vimioso apresentava uma rede escolar de 1º ciclo do Ensino Básico composta por 13 estabelecimentos de ensino. Todavia, mediante as directivas emanadas pelo Ministério da Educação, sobre o reordenamento da rede de 1º ciclo a implementar em 2006/2007, foi definida a listagem das escolas que permaneceriam em funcionamento e as que seriam encerradas. No que diz respeito à segunda fase (configuração definitiva) compete ao município e à equipa técnica perspectivar e propor uma solução que promova a racionalização e optimização da rede escolar.

Assim, os estabelecimentos escolares do 1º ciclo do Ensino Básico a encerrar e as respectivas escolas de acolhimento são os que a seguir se apresentam:

Tabela 7.4b – Encerramento das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico (FASE I)

Escola a suspender <sup>7</sup>		Escola de acolhimento	
Nome da escola	Nº de alunos	Nome da escola	Capacidade
EB1 de Junqueira (Matela)	2	EB1 de Santulhão	48
EB1 da Matela	4		
EB1 de Avelanoso	4	EB1 de Vimioso	96
EB1 de Pinelo	3		
EB1 de Angueira	5		
EB1 de Caçarelhos	2		
EB1 de Vilar Seco	4		
EB1 de Campo de Vóboras	3		

No contexto do reordenamento escolar é impreterível a existência no mínimo de 4 salas nos equipamentos de ensino que ministrem o 1º ciclo do Ensino Básico, de modo a atribuir uma sala a cada ano de escolaridade. É igualmente

---

<sup>7</sup> Os elementos relativos às escolas a suspender foram recolhidos no Agrupamento de Escolas e reportam-se ao ano lectivo de 2005/2006, pelo que em 2006/2007 este total poderá sofrer algum decréscimo

fundamental a criação de espaços vocacionados para desenvolver actividades de enriquecimento curricular, numa lógica da “escola a tempo inteiro”.

## 2º e 3º ciclos do Ensino Básico

Nesta primeira fase de reordenamento da rede educativa não são apresentadas propostas sobre o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, pois as possíveis medidas a implementar reportam-se a médio/longo prazo, o qual será aprofundado na segunda fase.

## FASE II – Proposta de configuração definitiva da rede

---

A segunda fase que agora se desenvolve, corresponde à configuração final da rede educativa do concelho de Vimioso, onde serão apresentadas as propostas relativas a cada ciclo de ensino. Será então criado um novo território educativo, no qual se destaca a centralidade da EB 2,3 de Vimioso, a qual funcionará como escola nuclear desta área geográfica.

Apesar de se considerar que actualmente a dinâmica das variáveis demográficas não apontam para um acréscimo populacional, prevê-se um ligeiro aumento da população que potencialmente frequentará o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, através da adopção de medidas que mitiguem os fenómenos de abandono e retenção e que permitam a reintegração de alguns alunos.

## Educação Pré-Escolar

O pressuposto subjacente ao planeamento de equipamentos que ministram a Educação Pré-Escolar rege-se pelo critério de proximidade, sendo que a transferência dos alunos para outros equipamentos constituirá sempre a última opção. Assim propõe-se que estes estabelecimentos de ensino permaneçam em funcionamento desde que a procura o justifique. Uma vez que é autorizada uma frequência inferior a 20 crianças em áreas de reduzida densidade populacional, como equipa técnica consideramos adequado definir como limiar mínimo no contexto do concelho de Vimioso, a frequência de 10 crianças.

### Proposta 1

A primeira proposta diz respeito ao jardim-de-infância da Matela. Apesar de apresentar um número de crianças inferior (6 crianças) ao assumido como limite mínimo, propõe-se que este equipamento se mantenha em funcionamento. Isto porque a sua possível concentração no JI da Vila é a curto prazo impossibilitada pelas insuficiências que este equipamento apresenta.

Esta proposta decorre da elevada distância a que as crianças ficariam sujeitas se fossem concentradas no jardim-de-infância de Vimioso. Mediante dados do Guia Michelin, foi possível calcular o tempo que se despenderia em média numa deslocação da freguesia da Matela à sede concelhia e verificou-se que seriam percorridos 10 km, na Estrada Municipal 567 e 13 km em Estrada Nacional (N 218 e N 317), demorando em média 28 minutos (trajecto – só ida).

Diariamente o tempo médio de deslocação estimar-se-ia numa hora (ida para escola e regresso a casa).

2ª Fase – Jardim-de-Infância em funcionamento		
JI	Nº de salas	Capacidade de acolhimento
JI da Matela	1	25 crianças

Ficando em funcionamento teriam de ser melhoradas as condições deste equipamento, criando e ou adaptando os espaços necessários para proporcionar o prolongamento de horário e o serviço de refeições.

### Proposta 2

A segunda proposta refere-se ao jardim-de-infância de Santulhão. Assim, embora registe um número de frequências inferior ao postulado como limite mínimo, sugere-se que seja dada continuidade ao seu funcionamento até que a procura o justifique.

Foi realizado um exercício simples, de modo a verificar qual seria o tempo a dispendir para proceder ao transporte de crianças. Tendo como base a informação disponível no Guia Michelin, seria necessário percorrer 16 km, em Estradas Nacionais (N 317 e N 218), o que gastaria cerca de 40 minutos diários (trajecto de ida e volta).



2ª Fase – Jardim-de-Infância em funcionamento		
Jl	Nº de salas	Capacidade de acolhimento
Jl de Santulhão	1	25 crianças

Permanecendo em funcionamento teriam de ser incrementadas as condições deste equipamento, criando e ou adaptando os espaços imprescindíveis para proporcionar o prolongamento de horário e o serviço de refeições.

### Proposta 3

À semelhança do exposto nas propostas anteriores, conjectura-se que o Jl de Carção permaneça em funcionamento. Não obstante, este jardim-de-infância funcionou em 2005/2006 com um total de frequências inferior ao estipulado como limiar mínimo para garantir o seu funcionamento.

Apesar desta consideração, sugere-se que o Jl de Carção continue em funcionamento, desde que a procura o justifique, ao invés de transferir as crianças para o estabelecimento da sede concelhia. Recorrendo ao cálculo da distância a percorrer, caso seja necessária esta deslocação, seriam percorridos 14 km na Estrada Nacional 218 e demorar-se-ia, em média 30 minutos (trajecto de ida e volta). Comparativamente, aos restantes estabelecimentos de ensino, em que foi analisada a distância a percorrer este seria o trajecto mais curto, dada a proximidade da freguesia de Carção à de Vimioso.

2ª Fase – Jardim-de-Infância em funcionamento		
Jl	Número de salas	Capacidade de acolhimento
Jl de Carção	1	25

Também neste equipamento terá de se garantir o serviço de refeições e assegurar o prolongamento de horário. O espaço que actualmente serve como local para aquecer os alimentos terá de ser profundamente intervencionado, pois não reúne as condições básicas para servir refeições e consequentemente terá ser criado um espaço apropriado que funcione como refeitório.

#### Proposta 4

A quarta proposta sugere a permanência do JI de Argozelo, dado que apresenta um número de alunos que legitima o seu funcionamento (17 alunos no ano lectivo de 2005/2006). Este jardim-de-infância tem capacidade para acolher 50 crianças.

2ª Fase – Jardim-de-Infância em funcionamento		
JI	Número de salas	Capacidade de acolhimento
JI de Argozelo	2	50

Conforme o descrito nas propostas anteriores deverá garantir-se o prolongamento de horário e o serviço de refeições.

#### Proposta 5

A última proposta refere-se ao jardim-de-infância de Vimioso. Este equipamento localizado na Vila é o que regista os maiores níveis de procura (55 crianças no ano lectivo de 2005/2006). Tem capacidade para acolher 75 crianças o que se revela suficiente, tendo em conta que como a taxa de cobertura deste nível de ensino é total (100%), o número de crianças a escolarizar tenderá a acompanhar o decréscimo da natalidade em anos vindouros.

Fica em aberto a hipotética transferência das crianças em idade de frequentar a Educação Pré-Escolar das freguesias de Matela, Carção e Santulhão a médio prazo. Se esta situação for efectiva, a capacidade instalada no JI de Vimioso estará próxima do limiar de saturação. Neste contexto seria mais razoável criar um novo equipamento com capacidade para acolher 100 crianças (4 salas de actividade), perspectivando que a procura dos restantes estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar do concelho será cada vez menor e que provavelmente num período de 4 a 5 anos, todas as crianças do concelho estariam integradas neste jardim-de-infância. A sua possível localização poderia ocorrer no mesmo espaço onde será construído o centro escolar do 1º ciclo, e assim a futura rede educativa passaria a contemplar uma Escola Básica Integrada com jardim-de-infância.

2ª Fase – Jardim-de-Infância em funcionamento		
JI	Número de salas	Capacidade de acolhimento
JI de Vimioso	3	75

Conforme o descrito nas propostas anteriores deverá garantir-se o prolongamento de horário e o serviço de refeições.

## 1º ciclo do Ensino Básico

A rede escolar do 1º ciclo do Ensino Básico do concelho de Vimioso é constituída por um conjunto de escolas de pequena dimensão, cujas condições estruturais não permitem o funcionamento em simultâneo de quatro turmas, correspondentes aos quatro anos de escolaridade. Em termos pedagógicos é aconselhável atribuir uma sala a cada ano de escolaridade, pelo que qualquer centro escolar do 1º ciclo do Ensino Básico deverá ter no mínimo quatro salas e no máximo 12, salvos raras excepções devidamente fundamentadas em que poderá ser proposto um número de salas superior ao referido.

Note-se que com as renovadas exigências pedagógicas com particular incidência no 1º ciclo do Ensino Básico terão de ser consideradas nas propostas não somente os espaços destinados à prática da componente lectiva, mas também terão de ser indicadas as áreas que permitam ministrar actividades de enriquecimento curricular. Deverão igualmente ser criadas as condições indispensáveis para efectivamente generalizar o serviço de refeições ao 1º ciclo do Ensino Básico.

As propostas ao nível do 1º ciclo do Ensino Básico, são as que subseqüentemente se apresentam.

## Proposta 1

A primeira proposta diz respeito à construção de uma nova EB1 na sede concelhia, que agregaria a maioria dos alunos residentes em idade de frequentar o 1º ciclo no concelho de Vimioso, à excepção da freguesia de Argozelo.

A capacidade de acolhimento proposta é portanto superior à procura potencial, todavia o número máximo de alunos permitido em cada sala são 24 alunos. Para além deste aspecto a integração de alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado numa turma, não permitirá que a mesma contabilize mais de 20 alunos.

Este equipamento localizar-se-á numa área anexa à EB 2,3 de Vimioso pelo que poderão partilhar-se os equipamentos colectivos existentes.

2ª Fase – Novo equipamento (1º ciclo)		
EB1	Número de salas	Capacidade de acolhimento
EB1 de Vimioso	6	144 alunos

Terão de ser contempladas as condições necessárias para que o equipamento funcione em regime normal e seja dotado das valências educativas complementares, fundamentais para o Plano de Enriquecimento Curricular fomentado pelo Ministério da Educação (refeitório, salas de informática, salas de música, biblioteca, espaços desportivos).

## Proposta 2

A última proposta referente ao 1º ciclo do Ensino Básico alude ao equipamento situado na freguesia de Argozelo. Sugere-se a sua permanência em funcionamento, desde que submetido a contínuas intervenções de melhoria. Esta situação é justificável, pelo facto de Argozelo ser uma freguesia onde a procura deste nível de ensino corrobora a continuidade em exercício de uma EB1 (23 alunos em 2005/2006). Para além deste facto, é um dos poucos equipamento que apresenta 4 salas. Note-se que em 2005/2006 três salas estavam efectivamente em funcionamento para acolher os alunos, todavia a sala restante era utilizada como sala de professores. Numa óptica de reordenamento da rede educativa, e da obrigatoriedade em atribuir uma sala a cada ano de escolaridade, deverá esta sala ficar vaga para ministrar aulas.

2ª Fase – Equipamento existente (1º ciclo)		
EB1	Número de salas	Capacidade de acolhimento
EB1 de Argozelo	4	96 alunos

Terão de ser contempladas as condições necessárias para que o equipamento funcione em regime normal e seja dotado das valências educativas complementares, fundamentais para o Plano de Enriquecimento Curricular fomentado pelo Ministério da Educação (refeitório, salas de informática, salas de música, biblioteca, espaços desportivos).

## 2º e 3º ciclos do Ensino Básico

No que concerne ao equipamento que ministra o 2º e 3º ciclos no concelho de Vimioso considera-se que este reúne as condições essenciais para que sejam efectivamente cumpridas as novas exigências pedagógicas, em ambos os ciclos de ensino, ao nível do programa educativo e no que respeita às actividades extra-curriculares. Este é um espaço subaproveitado, pois apesar de ter capacidade para acolher 300 alunos, em 2005/2006 era frequentada por 179 alunos.

Neste contexto, uma vez que não se propõe nenhuma alteração em termos de infra-estruturas, apenas se reitera a necessidade de realizar regularmente obras de manutenção do edifício. Visto que as instalações da EB 2,3 se fixam num nível de ocupação dos 50%, sugere-se que seja ampliada a oferta formativa actualmente disponível, de modo a integrar percursos escolares alternativos, no intuito de mitigar os fenómenos de abandono, precedidos na maioria dos casos de retenções recorrentes.

No intuito de melhorar os resultados escolares é essencial contrariar as elevadas taxas de retenção/insucesso, abandono, saída antecipada. Resumidamente, a taxa de retenção no Ensino Básico (percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou tentativa voluntária de melhoria de classificações, no Ensino Básico em relação à totalidade de alunos que iniciaram este mesmo nível de ensino), especificamente no 2º e 3º ciclos fixou-se nos 13.3% e nos 22.7%, respectivamente. O que significa que, no ano lectivo de 2005/2006, em termos percentuais, aproximadamente 11 dos alunos que frequentavam o 2º ciclo e 25 dos que frequentavam o 3º ciclo ficaram retidos. No que diz respeito ao abandono, saída antecipada e ou precoce do sistema de ensino verifica-se que as percentagens observadas no concelho de Vimioso são significativamente superiores às aferidas ao nível nacional. Relativamente à taxa de abandono (total de indivíduos, que no momento censitário, com 10-15 anos não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário) o município apresenta uma taxa superior à aferida ao nível nacional 3.5%, comparativamente a 2,7%, respectivamente.

No que subjaz à taxa de saída antecipada, o concelho atinge os 35 %, no momento censitário, com 18 a 24 anos, não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

A aposta deverá incidir pela oferta de cursos de educação e formação que propiciem alternativas aos alunos que não se sentem plenamente integrados e realizados com as disciplinas que o currículo regular tradicionalmente oferece. Neste contexto, sugere-se que sejam realizadas reuniões com os estabelecimentos de ensino vizinhos, de forma a não recair sobre a mesma área de formação, conduzindo à saturação do mercado.

## Ensino Secundário

Apesar de não existir no concelho de Vimioso, um estabelecimento que ministre o Ensino Secundário, é uma das preocupações e também uma das estratégias em que o município se debruça – criar oferta formativa, após a escolaridade obrigatória, no próprio concelho. Assim, sobre a responsabilidade do Centro de Formação de Bragança são ministrados no concelho dois cursos profissionais de nível III:

- contabilidade;
- informática de gestão.

No próximo ano lectivo prevê-se o funcionamento do curso de Técnicas Administrativas.

Note-se que é intenção do município criar condições na antiga residência de estudantes (actualmente inactiva), para que continue em exercício, acolhendo alunos dos concelhos vizinhos que se interessem por estas áreas de formação. Daí que seja crucial a “quase exclusividade” destes cursos num único concelho de modo a que se torne um pólo atractivo para os alunos dos concelhos envolventes que pretendam frequentá-los.

## QUADROS SÍNTESE

### DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: JARDIM-DE-INFÂNCIA (JI)

	IRRADIAÇÃO	CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO		
		Refª	Turmas	Alunos
<b>EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR</b>  <b>Faixa Etária:</b> 3 aos 5 anos	<p>A distância mínima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Percursos escola - habitação:</p> <p>Em transporte público: Máximo aceitável: 15 minutos (equipa) Máximo aceitável: 20 minutos (Ministério da Educação)</p> <p>Os percursos entre a escola e os locais de residência devem dos alunos, bem como os modos e meios de deslocação, devem ser analisados segundo critérios rigorosos de segurança e conforto.</p> <p>Atendendo ao grupo etário em estudo, a distância entre o Jardim-de-Infância e os locais de residência ou de trabalho dos pais das crianças, deverá subordinar-se ao princípio geral de grande proximidade.</p>	<p>- Nº de crianças por educador: máximo: 25</p> <p>- 1 sala de actividades por educador</p>		
		Jl	1	25
		Jl	2	50
		Jl	3	75
		Jl	4	100

### DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO (EB 1)

	IRRADIAÇÃO	CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO		
		Refª	Turmas	Alunos
<b>ENSINO BÁSICO 1º CICLO</b>  <b>Faixa Etária:</b> 6 aos 9 anos	<p>A distância mínima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Percursos escola -habitação:</p> <p>Em transporte público: - até 20 minutos (valor definido pela equipa técnica)</p> <p>- até 40 minutos (valor definido pelo Ministério da Educação)</p>	<p>Regime de funcionamento: turno único</p> <p>Nº de alunos por sala: 20 a 25 alunos</p> <p>1 sala de aula/cada ano do 1º ciclo</p>		
		EB 1	4	100
		EB 1	6	150
		EB 1	8	200
		EB 1	10	300
		<p>A capacidade das escolas do 1º ciclo não deve ser inferior a 4 turmas nem superior a 12 turmas.</p>		



DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: ESCOLA BÁSICA DO 2º E 3º CICLOS

	IRRADIAÇÃO	CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO		
	A distância mínima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos.	Regime de funcionamento: turno único		
		Nº de alunos por sala: preferencial:24 máximo:30		
		Refª	Turmas	Alunos
		EB 2,3 EB 2,3 EB 2,3 EB 2,3	10 15 20 25	240-300 360-450 480-600 600-750
ENSINO BÁSICO 2º e 3º CICLOS	Percursos escola -habitação: A pé: Preferencial: até 1 Km ou 15 minutos			
	Em transporte público: - até 25 minutos (valor definido pela equipa técnica, em deslocações directas)  - até 60 minutos (valor definido pelo Ministério da Educação)			

ENSINO BÁSICO  
2º e 3º CICLOS

Faixa Etária:  
10 aos 14 anos

## 7.5 NOVOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

---

Estas propostas resultam da realização de uma primeira fase de diagnóstico que permitiu aferir as insuficiências e debilidades presentes em cada estabelecimento de ensino. Mediante a situação actual da educação no município, a distribuição da população residente em idade escolar, a racionalização e rentabilização dos meios e recursos, a requalificação do parque escolar, a melhoria da oferta educativa e consequentemente a diminuição do isolamento de professores e alunos, foram apresentadas as medidas de intervenção propostas.

Estão, deste modo, patentes novas configurações territoriais, as quais são designadas como os novos territórios educativos. Define-se “Território Educativo como um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento a escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal alargado.”

No que concerne à Educação Pré-Escolar foi privilegiada a manutenção em funcionamento de um estabelecimento de ensino em cada freguesia, ficando em aberto a eventual deslocalização dos alunos do JI da Matela, Santulhão e Carção para o JI da Vila. Neste caso serão acauteladas as medidas necessárias, no intuito de deslocar as crianças, em segurança.

Em relação ao 1º ciclo propõe-se uma redução total dos vários estabelecimentos, de ensino, na medida em que os equipamentos integrados no actual parque escolar se revelam inadequados, relativamente às exigências pedagógicas inerentes a este nível de ensino. Deste modo propõe-se a construção de 1 novo centro escolar e a manutenção de uma EB1 existente, cuja área de influência é a que a seguir se apresenta:

- a EB1 de Argozelo limita a sua área de irradiação a esta freguesia;
- a EB1 de Vimioso apresenta uma área de influência ampla, que se alarga a quase todo o concelho, com excepção da freguesia de Argozelo.

## 7.6 CRONOGRAMA

Em termos de cronograma, a segunda fase deverá ser implementada no início do ano lectivo de 2008/09, sendo que a 1ª Fase (configuração transitória) terá o início da sua implementação no lectivo de 2006/07.

No sentido de minorar algumas resistências por parte da população local, o cronograma de execução da Carta Educativa, no que diz respeito ao encerramento das escolas, deverá privilegiar encerramentos simultâneos para escolas do 1º ciclo (previsto na 1ª fase).

Ano lectivo 2005/06	Ano lectivo 2006/07	Ano lectivo 2007/08	Ano lectivo 2008/09
Elaboração da Carta Educativa			
	1ª Fase – Implementação da configuração transitória		
			2ª Fase - Configuração final da rede educativa

## CAPÍTULO VIII – PLANO FINANCEIRO E PRIORIZAÇÃO

## 8.1 PLANO FINANCEIRO

O capítulo sobre o plano financeiro decorre das propostas apresentadas, nas quais estão explícitas as intervenções a realizar nos equipamentos que ministram a Educação Pré-Escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico no concelho de Vimioso.

A tabela que se segue apresenta os valores de referência a executar e posteriormente é exposta uma descrição sumária relativa a cada estabelecimento de ensino.

Tabela 8.1a – Valores de referência na execução do Plano Financeiro

Componentes	Valor (em euros)	Fórmula de cálculo
Custo por metro <sup>2</sup> em intervenções existentes	250	Multiplicar por n.º de metros <sup>2</sup>
Custo por metro <sup>2</sup> de construção	600	Multiplicar por n.º de metros <sup>2</sup>
Custo por metro <sup>2</sup> de arranjos exteriores	50	Multiplicar por n.º de metros <sup>2</sup>
Material didáctico / salas de aula (EB1)	3.250	Multiplicar por n.º de salas
Mobiliário / sala	2.467	Multiplicar por n.º de salas
Material didáctico / salas de actividade (JI)	10.000	
Biblioteca	15.000	
Cantina / refeitório	17.000	
Equipamento de apoio no interior e exterior	5.000	Valor base + 0.2 por cada sala
Material para sala de TIC	8.000	
Um computador + impressora por sala	1.000	

## Educação Pré-Escolar

### Proposta 1

As intervenções a considerar neste equipamento restringem-se a pequenos reparos de manutenção, visto que o número de frequências é actualmente diminuto. Tal como foi indicado no capítulo referente às propostas, a médio prazo as crianças residentes nesta freguesia serão concentradas no JI da Vila, quando o mesmo apresente condições para as acolher.

JI de Matela	Valor
Total	20,000 €

### Proposta 2

Na segunda proposta, à semelhança da primeira, apenas são sugeridas pequenas obras de manutenção no edifício, orçamentadas num total de 20.000 euros.

JI de Santulhão	Valor
Total	20,000 €

### Proposta 3

Nesta terceira proposta é indicado o valor a executar no jardim-de-infância de Carção – 20.000 euros, o que está em consonância com o verificado nos anteriores estabelecimentos de ensino.

JI de Carção	Valor
Total	20,000 €

### Proposta 4

Relativamente ao jardim-de-infância de Argozelo prevê-se uma despesa de 30.000 euros, numa óptica de melhoria das condições existentes.

Jl de Argozelo	Valor
Total	30,000 €

#### Proposta 5

No que diz respeito ao jardim-de-infância de Vimioso estima-se um total de 40.000 euros para obras de conservação das instalações.

Jl de Vimioso	Valor
Total	40,000 €

### 1º ciclo do Ensino Básico

#### Proposta 1

O novo centro escolar para o 1º ciclo do Ensino Básico, com capacidade para acolher 144 alunos, está orçamentado em 355.434 euros, sendo que deste total 315.134 euros estão afectos à construção das instalações e 40.300 euros à aquisição de mobiliário, material didáctico e material informático.

EB1de Vimioso	Valor
Total	355.434 €

#### Proposta 2

A EB1 de Argozelo permanecerá em funcionamento, tendo capacidade para acolher 100 alunos. Para este equipamento pressupõe-se uma despesa de 186.867 euros.

EB1de Argozelo	Valor
Total	186.867 €

Em termos do investimento total indicado para enquadrar as propostas apresentadas, sobre a nova rede educativa do concelho estima-se que sejam dispendidos 672.301 euros com a seguinte distribuição:

Estabelecimento de ensino	Valor (euros)
JI de Matela	20.000 €
JI de Santulhão	20.000 €
JI de Carção	20.000 €
JI de Argozelo	30.000 €
JI de Vimioso	40.000 €
EB1 de Vimioso	355.434 €
EB1 de Argozelo	186.867 €
TOTAL	672.301 €

## 8.2 PRIORIZAÇÃO

---

Ao nível da priorização entende-se premente a construção do novo centro escolar do 1º ciclo do Ensino Básico, visto que a maioria dos estabelecimentos de ensino que ministram este nível de ensino não contemplam as condições mais adequadas. Realça-se o facto de não apresentarem quatro salas, que é um critério fundamental no âmbito do reordenamento da rede educativa.



## CAPÍTULO IX – PLANO DE MONITORIZAÇÃO

## 9.1 MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO

---

A Carta Educativa de Vimioso é um documento estratégico realizado para um período de vigência de sensivelmente 10 anos no qual se pretende que sejam atingidos os objectivos delineados nas propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa e consequentemente nas medidas de intervenção. Todavia, enquanto instrumento de um processo de planeamento municipal, ao nível do reordenamento da rede escolar, este documento não se apresenta como algo estanque e definitivo, afigura-se contrariamente ao disposto, como um processo inacabado e em constante actualização.

O conceito de monitorização é um procedimento que consiste no acompanhamento e controlo do processo de intervenção e consequentemente do reconhecimento de possíveis desvios, relativamente ao previsto, o que subentende a existência e manuseamento de um sistema de informação apropriado e em continuada revisão.

### 9.1.1 Processo de monitorização

---

Após esta breve clarificação do conceito de monitorização passamos a desenvolver alguns aspectos, que têm de ser definidos neste processo: recursos, dispositivos, componentes, instrumentos, responsabilidades, calendário operacional e dispositivos de alerta.

#### a) Recursos

Um processo de monitorização terá necessariamente de contemplar recursos humanos e técnicos. Relativamente aos recursos humanos será fundamental a afectação de um técnico, no município de Vimioso, o qual deverá ser apoiado pelos agrupamentos, assim como recorrerá a dados e demais informação disponibilizada pela DREN (Direcção Regional de Educação do Norte) e pelo GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo), e eventualmente solicitará periodicamente estudos de enquadramento e informação estruturada. Relativamente aos meios técnicos, deverão ser disponibilizados os meios necessários, ao técnico responsável pela monitorização, de modo a que este tenha a possibilidade de informatizar todo o processo de monitorização. São inegáveis as vantagens da informatização da informação a recolher constantemente no decurso de todo o processo: redução dos tempos e custos na colecta e tratamento de informação, disponibilização dos resultados, e rápido acesso e consulta aos mesmos.

## b) Dispositivo

O processo de monitorização deve ser centrado no município, de modo a que seja este o organismo a agregar todos os elementos correlativos ao parque escolar e ao sistema educativo do concelho.

No seu conjunto, este dispositivo de monitorização deverá abordar as seguintes dimensões:

- componente e cronogramas das diferentes fases do projecto e acções;
- quantificação das metas globais de desempenho do sistema educativo e da rede escolar, e sua evolução no tempo;
- identificação de desvios de trajectórias que possam comprometer o alcance das metas, ou que sugiram a alteração dos objectivos e reformulação do projecto da Carta Educativa.

A monitorização deve ter no mínimo, uma base anual, que incorpore o próprio processo de planeamento de cada ano lectivo.

## c) Componentes

No que respeita aos componentes a considerar e que poderão ser fornecidos pelos departamentos do Ministério da Educação, nomeadamente a DREN e o GIASE e complementados pelos agrupamentos, a título de enquadramento da evolução da situação, em termos educativos, do concelho de Vimioso, indicam-se os seguintes:

- taxa de escolarização e de Pré-Escolarização;
- taxa de abandono, saída antecipada e precoce;
- número de alunos por escola/jardim-de-infância e número de alunos por ano/ciclo de ensino;
- taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino;
- população em idade escolar, contextualizada em idade de frequentar cada nível de ensino, e desagregada à escala de freguesia;
- estado de conservação dos edifícios.

O presente documento integrou informação relevante durante a realização da fase de caracterização/diagnóstico, mas que se restringe a um ano de análise específico. Como compreensível e dado o teor de um processo de monitorização, deverá proceder-se à actualização anual destes dados, os quais devem ser avaliados e validados pelos organismos tutelados pelo Ministério da Educação (DREN e GIASE), complementarmente aos técnicos responsáveis pelo processo de monitorização da Carta Educativa. Relativamente a esta consideração, apresentamos alguns aspectos que julgamos cruciais para o desenvolvimento de todo o procedimento:

- Procura de educação e ensino (últimos 5 anos)

a) evolução do número de alunos a frequentar a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico;

b) acção social escolar (bolsas de estudo, refeições e transportes escolares, com especial realce pela necessidade futura de quantificação dos percursos, nomeadamente circuitos especiais, bem como a evolução do número total de alunos a transportar);

- Recursos Físicos

a) evolução da população escolar e taxas de ocupação, por estabelecimento de ensino (JI, 1º ciclo, 2º e 3º ciclos);

b) quantificação do número total de alunos a frequentar currículos alternativos, ao nível do Ensino Básico e especificação desses cursos; e avaliação da empregabilidade/absorção no mercado de trabalho local;

c) rede de educação especial – crianças/alunos com deficiência, e sua distribuição pelos graus de ensino, e também o número total de docentes do ensino especial

d) caracterização dos equipamentos que constituem o parque escolar (capacidade disponível, versus necessidades de procura de educação efectiva; estado de conservação; equipamentos de apoio);

e) avaliar o cumprimento dos requisitos de segurança previstos em cada estabelecimento de ensino;

- Informação cartográfica

A utilização de uma base cartográfica do município actualizada permite otimizar o processo de monitorização da Carta Educativa, propiciando a sua articulação com outras figuras de planeamento estratégico como o PDM. Deste modo existem ferramentas úteis e que estão à disposição do município:

- a BGRI 2001(base geográfica de georreferenciação do censo de 2001, do INE);

- localização do edificado, com especial realce sobre os equipamentos da rede educativa e respectiva tipologia;
- localização de outros equipamentos colectivos complementares aos estabelecimentos de ensino;
- rede de transportes escolares;
- hierarquização dos aglomerados do território concelhio;
- acessibilidades e transportes, dinâmicas e estratégias de desenvolvimento e ordenamento;
- Recenseamento Escolar Anual

Este recenseamento da responsabilidade do Ministério da Educação, constitui um instrumento útil para a elaboração da Carta Educativa, bem como para o processo de monitorização. Neste recenseamento é integrada informação sobre cada estabelecimento de ensino, no que se refere ao número de salas, número de alunos, oferta formativa regular e recorrente, no caso desta última se verificar. Para além destes dados engloba também a evolução da população docente em exercício, por nível de ensino e com/sem funções lectivas e também é notado o número de profissionais não docentes, por nível de ensino e estabelecimento. Por último, dispõe de informação quanto a recursos físicos, tecnológicos, designadamente número de salas (salas de aula, salas com outra funcionalidade), e equipamentos (centros de recursos e número de computadores, por função, com e sem ligação à Internet).

#### d) Instrumentos

A definição e preparação de instrumentos de recolha é um elemento fundamental na programação/planificação dos trabalhos, sendo que para o efeito deverão ser seleccionados, os instrumentos mais apropriados, em prol da lacuna de informação e do reconhecimento dos princípios basilares, neste processo. Assim destacam-se os seguintes instrumentos:

- entrevistas, recorrendo a guiões elaborados de antemão, onde deverá ser explorada a componente qualitativa, incidindo sobre as várias dimensões de análise;
- fichas de sistematização física dos estabelecimentos de ensino, as quais poderão funcionar como quadro síntese específico e inerente a cada um dos equipamentos, presentes no parque escolar do concelho, com as necessárias actualizações;
- questionários que abranjam a componente qualitativa e quantitativa, de forma a serem aplicados aos diferentes níveis de ensino e estabelecimentos.

Realça-se, neste âmbito a necessária articulação entre os diferentes organismos presentes na Câmara Municipal, estreitando a colaboração entre os vários departamentos.

#### e) Responsabilidades

No que diz respeito às responsabilidades a assumir no decorrer deste procedimento de monitorização, e tal como referido nas várias alíneas que o integram, todo o processo deve ser centrado no município, no qual se estreitam relações de colaboração entre os vários departamentos presentes na autarquia.

Não obstante, a actualização anual dos dados deve ser avaliada e validada pelos organismos tutelados pelo Ministério da Educação (DREN e GIASE), complementarmente ao trabalho desenvolvido pelos técnicos responsáveis pelo processo de monitorização.

#### f) Dispositivos de alerta

Os dispositivos de alerta dizem respeito a qualquer desvio de trajectória, ou seja, qualquer alteração face ao previsto, que possa comprometer o alcance dos objectivos e que induza a reformulação do projecto da Carta Educativa.

Neste sentido, o técnico responsável por todo o processo de monitorização deve comunicar tais desvios ao vereador do pelouro da Educação, de modo a solucionar e reorientar todo o processo. De forma a complementar e discutir posteriores decisões poderá ser convocado o Conselho Municipal de Educação, o qual responderá às consequentes modificações a integrar todo o processo.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, José Maria (2003), Disparidades territoriais em educação na Região Norte – Indicadores de escolarização construídos com informação dos Censos de 2001, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Porto
- BACELAR, Sérgio (1993), Estagnação, Litoralização e Envelhecimento na Região (1981-1991), Estatísticas & Estudos Regionais – Região Norte, Janeiro – Abril, nº 1, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Norte.
- CANAVARRO, José Manuel Portocarrero et al (2004), Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (2004), Ministério da Educação e Ministério da Segurança Social e do Trabalho
- CARRILHO, Maria José (2002), Evolução Demográfica no Período Intercensitário 1991 – 2001, Instituto Nacional de Estatística, Departamento das Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- CORREIA, Fernando Alves (2003), Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo Legislação Básica, 5ª edição, Almedina, Lisboa.
- D'HAINAUT, Louis (1997), Conceitos e Métodos da Estatística, Vol. I: Uma Variável a uma Dimensão, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- DAVEAU, Suzanne (2000), Portugal Geográfico, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.
- DGOTDU (2002) Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos, Coleção Informação, nº 6, Lisboa.
- DGOTDU (2002), Coleção Informação 5, Vocabulário do ordenamento do território, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico – 2000.
- DIAS, Maria Helena (1995), Os Mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da Cartografia, Edição Cosmos, Lisboa.
- INE (Instituto Nacional de Estatística), Censos 1991 e 2001.
- Martins, Édio; Oliveira, Beatriz; Coragem, Carmo (2000), Manual para elaboração da carta educativa, ministério da educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento,
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1996), Geografia de Portugal, ambiente natural e ocupação humana uma introdução, Editorial Estampa, Lisboa.
- MURTEIRA, Maria Clara (1997), Repartição e Capitalização. Duas modalidades complementares de financiamento das reformas, nº 1, Grupo de Estudos Monetários e Financeiros, Coimbra.
- PAREDES, Alexandre et al (2005), Recenseamento escolar, 2005-2006, Ministério da Educação, GIASE, Lisboa.
- PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1999), Introdução ao Ordenamento do Território, Universidade Aberta, Lisboa
- REIS, Elisabeth (2002), Estatística Descritiva, Edições Sílabo, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Herman; DAVEAU, Suzanne (1994), Geografia de Portugal, volumes I, II, III e IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa.



VILÃO, José; PROENÇA, Carmo e RAMOS, Filomena (2004), Sistema educativo português: situação e tendências, 1990 – 2000, Ministério da Educação, GIASE, Lisboa.

<http://www.ine.pt>

## ANEXO – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA BASE

### 3.1.5 – Tipologia das Áreas Urbanas

---

Tabela 3.1.5a - Tipologia das áreas urbanas

Áreas Predominantemente Urbanas (APU)	Integram as Áreas Predominantemente Urbanas as seguintes situações:  a) Freguesias urbanas (*);  b) Freguesias semi-urbanas (**) contíguas às freguesias urbanas (*), incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;  c) freguesias semi-urbanas (**) constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;  d) freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5000 habitantes.
Áreas Medianamente Urbanas (AMU)	Integram as Áreas Medianamente Urbanas as seguintes situações: a) Freguesias semi-urbanas (**) não incluídas na área predominantemente urbana;  b) freguesias sedes de Concelho não incluídas na área predominantemente urbana.
Áreas Predominantemente Rurais (APR)	Os restantes casos.
<b>NOTAS:</b>	
(*) Freguesias urbanas - freguesias com densidade populacional superior a 500 hab./Km <sup>2</sup> ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes.	
(**) Freguesias semi-urbanas - freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab./Km <sup>2</sup> e inferior ou igual a 500 hab. /Km <sup>2</sup> , ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes.	
<b>População Urbana</b> - face à necessidade de clarificar o que se entende por população urbana em Portugal, assume-se que, para fins estatísticos, a população urbana é a residente nas áreas predominantemente urbanas.	
A Tipologia de Áreas Urbanas, aprovada pelo CSE, classifica apenas as freguesias, do Continente, existentes à data do Recenseamento Geral da População de 1991. As freguesias criadas em data posterior, são apresentadas com uma classificação provisória. A Tipologia de Áreas Urbanas será revista após o conhecimento da informação recolhida no Censo de 2001.	

### 3.2.2 – Estrutura de emprego no concelho

---

População com e sem actividade económica (%), no concelho de Vimioso, em 2001

Tabela 3.2.2a - População com e sem actividade económica, no concelho de Vimioso (2001)

Unidade Territorial	População activa (%)	População inactiva (%)
Algoso	25,4	74,6
Angueira	25,3	74,7
Argozelo	32,3	67,7
Avelanoso	21,6	78,4
Caçarelhos	22,5	77,5
Campo de Vóboras	22,1	77,9
Carção	25,3	74,7
Matela	21,9	78,1
Pinelo	40,6	59,4
Santulhão	34,3	65,7
Uva	37,2	62,8
Vale de Frades	21,2	78,8
Vilar Seco	37,7	62,3
Vimioso	46,1	53,9

Fonte: INE

### 3.2.2 – Estrutura de emprego no concelho

---

População residente desempregada por nível de ensino e por sexo (%)

Variação da população residente, segundo nível de alfabetismo

Tabela 3.2.2c - População residente desempregada por nível de ensino e por sexo (%)

Nível de ensino	HM	H	M
Sem nível de ensino	4,1	4,1	0,0
1º ciclo	33,9	15,7	18,2
2º ciclo	28,9	10,7	18,2
3º ciclo	16,5	8,3	8,3
Ensino Secundário	7,4	1,7	5,8
Curso médio	0,0	0,0	0,0
Bacharelato	2,5	0,8	1,7
Licenciatura	6,6	1,7	5,0
Mestrado	0,0	0,0	0,0
Doutoramento	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE

Tabela 3.2.2d - Variação da população residente segundo alfabetismo (%)

Freguesias	Sabe ler/escrever	Não sabe ler/escrever
Algosó	-22,4	-7,6
Angueira	-13,2	-41,2
Argozelo	-7,0	-40,3
Avelanoso	-12,7	-27,5
Caçarelhos	-9,6	-55,8
Campo de Vitoras	-44,4	-27,7
Carção	-7,9	-25,2
Matela	-27,1	-17,1
Pinelo	-22,7	-9,1
Santulhão	-6,0	-19,9
Uva	-36,3	-7,9
Vale de Frades	-26,5	-46,7
Vilar Seco	-2,2	-36,1
Vimioso	2,5	-1,2

Fonte: INE

### 3.2.2 – Estrutura de emprego no concelho

---

População residente segundo principal meio de vida (%) em 2001

Tabela 3.2.2e - População residente segundo principal meio de vida (%) em 2001

Freguesias	Trabalho	Subsídios Temporários					Total
		Rendimento Mínimo Garantido	Pensão/Reforma	Rendimento Propriedade/Empresa	A cargo da Família	Outros	
Algozo	23,7	0,0	52,7	0,4	22,9	0,4	100
Angueira	24,1	0,6	44,4	0,0	30,9	0,0	100
Argozelo	27,4	0,6	33,5	0,3	37,0	1,1	100
Avelanoso	20,6	0,0	52,9	0,0	25,5	1,0	100
Caçarelhos	23,6	0,0	41,9	0,0	31,1	3,4	100
Campo de Víboras	18,8	1,4	56,3	0,0	20,8	2,8	100
Carção	24,6	0,4	43,5	0,0	31,3	0,2	100
Matela	19,9	0,3	53,7	0,0	26,1	0,0	100
Pinelo	29,6	0,7	50,6	0,0	18,4	0,7	100
Santulhão	29,5	0,8	42,8	0,0	26,7	0,2	100
Uva	36,1	0,6	52,4	0,0	9,0	1,8	100
Vale de Frades	20,8	0,0	54,0	1,0	23,8	0,5	100
Vilar Seco	35,5	0,5	31,8	0,0	31,8	0,5	100
Vímioso	43,0	0,2	23,6	0,8	30,4	2,0	100

Fonte: INE

### 3.2.3 – Qualificação dos recursos humanos

---

Variação da população residente (1991-2001), segundo o nível de alfabetismo (%)

Tabela 3.2.3a - Variação da população residente segundo o alfabetismo (%)

Freguesias	Sabe ler/escrever	Não sabe ler/escrever
Algozo	-22,4	-7,6
Angueira	-13,2	-41,2
Argozelo	-7,0	-40,3
Avelanoso	-12,7	-27,5
Caçarelhos	-9,6	-55,8
Campo de Víboras	-44,4	-27,7
Carção	-7,9	-25,2
Matela	-27,1	-17,1
Pinelo	-22,7	-9,1
Santulhão	-6,0	-19,9
Uva	-36,3	-7,9
Vale de Frades	-26,5	-46,7
Vilar Seco	-2,2	-36,1
Vimioso	2,5	-1,2
Fonte: INE		





### 4.3.3 – Caracterização das infra-estruturas

Avaliação do estado de conservação de cada estabelecimento de ensino do concelho de Vimioso (2005/2006)

Tabela 4.3.3b – Avaliação do estado de conservação de cada estabelecimento de ensino do concelho de Vimioso (2005/2006)

Estabelecimento de Ensino	Estado Geral de Conservação da Escola	Critérios de avaliação																				
		Condições Higiénicas no Bar/Cantina/Refeitório			Condições Higiénicas nas Instalações Sanitárias			Iluminação do Interior do Edifício						Estado de conservação do equipamento escolar								
								Iluminação das salas			Iluminação dos corredores			Mobiliário das salas			Mobiliário do refeitório			Equipamento do refeitório		
		B	R	F	B	R	F	B	R	F	B	R	F	B	R	F	B	R	F	B	R	F
Jl de Argozelo	Bom	X			X			X			X			X			X			X		
Jl de Vimioso	Bom					X		X						X								
Jl de Santulhão	Razoável				X			X							X							
EB1/Jl de Matela	Razoável				X				X						X							
EB1/Jl de Carção	Bom			X	X			X				X		X				X				X
EB 1 de Algosó	Razoável					X		X							X							
EB 1 de Angueira	Razoável				X			X			X				X							
EB 1 de Argozelo	Bom				X			X			X				X							
EB 1 de Avelanoso	Bom					X		X							X							
EB 1 de Caçarelhos	Fraco						X	X								X						
EB 1 de Campo de Vóboras	Razoável					X		X							X							
EB 1 de Junqueira	Razoável						X	X							X							
EB 1 de Santulhão	Bom					X		X						X								
EB 1 de Pinelo	Razoável							X						X								
EB 1 de Vimioso	Bom					X		X						X								
EB 1 de Vilar Seco	Razoável					X		X														
EB 2,3 de Vimioso	Razoável	X			X			X				X			X			X			X	X

Legenda: B – Bom; R – Razoável; F - Fraco